

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
TESE DE DOUTORADO

ADOLAR KOCH

**A DISCIPLINA DE EPB- ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS
NA DITADURA MILITAR E CIVIL BRASILEIRA-1970/1993: O CASO DA UFRGS**

Porto Alegre

2019

ADOLAR KOCH

**A DISCIPLINA DE EPB- ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS
NA DITADURA MILITAR E CIVIL BRASILEIRA-1970/1993: O CASO DA UFRGS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Koch, Adolar

A disciplina de EPB-Estudos de problemas brasileiros
na ditadura militar e civil brasileira-1970/1993: o caso da UFRGS / Adolar
Koch. 2019.

258 f.

Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Estudos de problemas brasileiros - EPB. 2. Ditadura militar e civil.
3. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. 4. Cidadania.
5. Civismo. I. Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica
da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ADOLAR KOCH

**A DISCIPLINA DE EPB- ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS
NA DITADURA MILITAR E CIVIL BRASILEIRA-1970/1993: O CASO DA UFRGS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Aprovada em 15de março de 2019

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Carla Simone Rodeghero
UFRGS

Prof. Dr. Doris Bittencourt Almeida
UFRGS

Prof. Dr. Tatyana de Amaral Maia
PUCRS

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli
UFRGS

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos
UFRGS

Porto Alegre

2019

Dedico essa Tese à Ursula, querida esposa, que ajudou na sustentação dessa trajetória, também aos meus queridos filhos, Alfonso Neto e Daniela e, também aos meus netos, Magnólia, Cassiano, Ernesto e Maria Antonia.

AGRADECIMENTOS

Gratidão à Prof. Dr. Carla Simone Rodeghero pela sua atenção e dedicação na orientação.

Gratidão ao Bacharel em História Lucas Rangel, pelo seu trabalho na organização e digitação do Arquivo da EPB da UFRGS e ajuda nas entrevistas.

Gratidão aos entrevistados: Ondina Fachel Leal, René Ernaine Gertz, Flavio Borella, Lorena Holzmann, Maria Izabel Noll e Raul Pont. Com suas entrevistas pude resgatar memórias da EPB na UFRGS. Também minha gratidão ao Prof. Vasco Miglioransa que fez a doação de guardados seus para essa tese sobre a EPB na UFRGS, como professor dessa disciplina que foi.

Gratidão à Universidade, a UFRGS, que me acolheu como estudante e professor e oportunizou o objeto de pesquisa dessa Tese.

Por fim, cito parte dos versos da canção cantada por Mercedes Sosa, “Gracias a la vida” de Violeta Parra, que me acompanharam nessa caminhada:

*“Graças à vida que me deu tanto...
E o canto de todos que é o meu próprio canto!”*

Obrigado a todos que me acompanharam nessa jornada!

“Os historiadores não devem esquecer que são os cidadãos que fazem realmente a história – os historiadores apenas dizem; mas eles são também cidadãos responsáveis pelo que dizem, sobretudo, quando seu trabalho toca nas memórias feridas”.

(Paul Ricoeur).

*“Os cientistas dizem:
Que somos feitos de átomos.
Mas um passarinho me contou
Que somos feitos de histórias”.*

(Eduardo Galeano).

RESUMO

O presente estudo visa analisar a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) na ditadura militar e civil brasileira, considerando a sua inserção na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no período que vai da criação da mesma (1969-1970), até 1993, quando aconteceu sua exclusão como disciplina na universidade. São explorados aspectos como: objetivos, professores, metodologia, conteúdos, recursos didáticos e atividades extraclasse. A maior parte das fontes utilizadas é composta pelos documentos arquivados pela coordenação do Setor de EPB e dos arquivos dos conselhos superiores da UFRGS, mas também são utilizados entrevistas de história oral. Os conceitos de civismo e de cidadania orientam o debate que pretende contribuir para conhecer mais uma dimensão de história do Brasil no período da ditadura.

Palavras-chave: Estudos de Problemas Brasileiros. Ditadura militar e civil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cidadania. Civismo.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the Studies of Brazilian Problems (EPB) discipline during the Brazilian military and civilian dictatorship, considering its insertion in the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), since its creation in (1969-1970) until 1993, when it happened to be excluded as a discipline in the university. Aspects such as: objectives, teachers, methodology, contents, didactic resources and extraclasses activities are explored. Most of the sources used are composed by documents filed by the EPB Sector coordination and from UFRGS's higher councils archives, but oral history interviews are also used. Concepts of civism and citizenship guide the debate that intends to contribute to know more a dimension from Brazilian history in the period of dictatorship.

Keywords: Studies of Brazilian Problems. Military and civilian dictatorship. Federal University of Rio Grande do Sul. UFRGS. Citizenship. Civility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Inclusões e exclusões da EPB nos Cursos de Graduação da UFRGS	87
Figura 1: Edições URGS	93
Quadro 2: Relação de professores com formação em 1973	134
Quadro 3: Listagem dos professores que atuaram nos anos 1973, 1975 e 1980 na EPB	136
Quadro 4: Relatório IDASUL-Ciclo de Estudos de Problemática Agrária	141
Quadro 5: Conferencistas vinculados à UFRGS de 1975.....	142
Quadro 6: As principais leis em nível nacional em torno do civismo, da moral e da EPB	152

LISTA DE SIGLAS

ADEPB-RS	Associação dos Docentes de Estudos de Problemas Brasileiros do Rio Grande do Sul
ADESC	Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informações
ASI	Assessoria de Segurança e Informações
BEC	Batalhão de Engenharia e Construção
CDGPEP	Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e da Pesquisa
CECD	Comissão de Educação Cultura e Desporto
CEPE	Conselho de Ensino e Pesquisa da UFRGS
CFE	Conselho Federal de Educação
CLRR	Comissão de Legislação, Regimento e Recursos
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
COCEP	Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa da UFRGS
COMOCI-RS	Comissão de Moral e Civismo do Rio Grande do Sul
CONSUN	Conselho Universitário da UFRGS
DECORDI	Departamento de Controle Discente da UFRGS
EMC	Educação Moral e Cívica
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros ou Estudo de Problemas Brasileiros
FAPA	Faculdade Porto Alegrense
IDASUL	Instituto de Direito Agrário do Sul –Joaquim Luiz Osório
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
MEC-USAID	Ministério de Educação e Cultura- United States Agency for International Development
PROGESP	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da UFRGS
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação da UFRGS
PUCRS	Pontifícia Universitária Católica do Rio Grande do Sul
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUPAD	Superintendência Acadêmica da UFRGS

UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFpel	Universidade Federal de Pelotas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A DITADURA MILITAR E CIVIL BRASILEIRA: O LUGAR DA CIDADANIA E DO CIVISMO	30
2.1	PROBLEMATIZANDO CIVISMO E CIDADANIA	31
2.2	A RESTRIÇÃO DA CIDADANIA	35
2.3	O INCENTIVO AO CIVISMO	43
2.4	A DITADURA E AS UNIVERSIDADES	49
3	A EPB NA UFRGS	63
3.1	PRIMEIROS PASSOS	63
3.2	O CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO	68
3.3	AS EXPO DE EPB DE 1971 E A DE 1972 NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	77
3.4	A PARTICIPAÇÃO DA EPB DA UFRGS NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES E ORIENTADORES DE MORAL E CIVISMO	79
3.5	A ORIGEM DA DISCIPLINA – ENTRE AS HUMANIDADES E A ENGENHARIA	82
3.6	A INSERÇÃO E A EXCLUSÃO DA EPB NOS CURRÍCULOS DA UFRGS	85
3.7	A EPB NA PÓS-GRADUAÇÃO	91
4	A EPB EM SALA DE AULA	93
4.1	A PRÁTICA EDUCATIVA, A METODOLOGIA DE ENSINO E AS AVALIAÇÕES	93
4.2	ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS–CONTEÚDOS E QUAIS PROBLEMAS	101
5	A EPB NA UFRGS: DA CONSOLIDAÇÃO À ELIMINAÇÃO	127
5.1	A EPB E SEUS PROFESSORES	127
5.2	A ADEPB-RS	143
5.3	A ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE UNIVERSAL DA EPB NA UFRGS E EM NÍVEL NACIONAL	151
6	MEMÓRIAS DA EPB NA UFRGS	173

6.1	UMA NARRATIVA PESSOAL	173
6.2	MEMÓRIAS SOBRE A EPB NA UFRGS: ENTREVISTAS	180
7	CONCLUSÃO	207
	REFERÊNCIAS	213
	APÊNDICES.....	225
	APÊNDICE A – Ficha do entrevistado – Carta de cessão	226
	APÊNDICE B – Modelo de Carta cessão - NPH.....	227
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas	228
	ANEXOS	229
	ANEXO A - Arquivo digitalizado	230
	ANEXO B - Relação de Trabalhos EXPO EPB I e II.....	235
	ANEXO C - Livro Agenda – Henrique Richter: “Estudos de Problemas Brasileiros”	247
	ANEXO D - Relatórios da EPB na UFRGS	252
	ANEXO E - Medalha de Atletismo – Comemoração Sesquicentenário 1972.....	253
	ANEXO F - 1º Encontro Nacional de Educação Moral e Cívica, em Goiânia	254
	ANEXO G - Zero Hora: Coluna Gente, 18 de dezembro de 1972	255
	ANEXO H - Diário de classe da disciplina de Estudos Brasileiros da Faculdade de Filosofia de 1970.....	256

1 INTRODUÇÃO

A presente tese trata da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros¹ (EPB) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A escolha do tema é resultado de minha trajetória como professor e pesquisador junto à instituição, ensinando História do Brasil e História do Rio Grande do Sul, desde 1978 no Departamento de História e no Colégio de Aplicação até 1982. Pesquisando a história e o ensino, o tema foi se inserindo neste meu universo acadêmico gradualmente.

Quando pesquisador do projeto “Análise da Economia Gaúcha de 1930 a 1960” (projeto do Departamento de História, financiado pela FINEP, do qual também fui executor), desenvolvi o tema da Revolução de 1930 no Rio Grande do Sul, em especial o papel da burguesia gaúcha. Iniciei o trabalho junto à Fundação de Economia e Estatística (FEE), o qual também redundou em uma monografia de Pós-Graduação em nível de Especialização². A pesquisa ajudou no olhar para esse fato político na história do Brasil, em especial para a importância do RS nessa revolução. Minha investigação teve como ênfase a participação cidadã ativa nas mobilizações no estado, especialmente por meio do “bônus do tesouro”, uma moeda própria criada para fins revolucionários: doações eram feitas para um caixa militar, e inúmeras requisições de guerra foram realizadas junto a empresas e cidadãos gaúchos.

Nos anos de 1983, desenvolvi uma pesquisa sobre o ensino de História, fazendo parte do Grupo de Trabalho das Licenciaturas, e coordenei o Subgrupo da História, que estudou a formação de professores na UFRGS e a realidade do ensino de História (GTL³). Este projeto mostrou-me a importância de refletir sobre como ensinar História, tendo inclusive ministrado por 4 anos a disciplina Prática de Ensino em História, procurando vincular o ensino com a mesma.

Aos poucos fui aprofundando a problemática do ensino com estudos e experiências em sala de aula. No ensino de História do Brasil, fazendo experiências de como ensinar e como o professor de História pode produzir o conteúdo que ensina, além da maneira como ensina. No fortalecimento dessa ótica contribuí com a criação da disciplina História do Brasil IV junto ao

¹ A disciplina de EPB é referida como Estudo ou Estudos de Problemas Brasileiros. Escolhemos nessa tese utilizar Estudos, a palavra no plural usada na UFRGS.

² Curso de Especialização em História do Rio Grande do Sul, Departamento de História, IFCH, UFRGS, no qual a Monografia com o título: O Processo Gaúcho de Industrialização na República Nova, com a orientação de Sandra Jatahy Pesavento, 1979. O resultado da pesquisa foi publicado na **Revista Ibero-Americanos**, v. VII, n. 1-2, com o título de “Processo Revolucionário de 1930”, julho a dezembro de 1981, PUCRS.

³ GTL-Grupo de Trabalho das Licenciaturas-Prograd-UFRGS, Programa Sesu-Mec, 1988. O Subprojeto foi apresentado na 1ª Jornada de Debates sobre o Ensino de História e publicado no **Cadernos da Anpuh-RGS**, Associação Nacional dos Professores de História-Núcleo do RGS em 1988.

Curso de História no ano de 1991, que estuda a História do Brasil recente⁴. Nas oportunidades em que lecionei essa disciplina, inserindo temas livres em sala de aula, os quais são pesquisas de estudantes em torno de sua própria história na História do Brasil. Assim, colocando em prática a ideia de cidadania e ensino em sala de aula, buscando fazer o estudante se ver como parte da História do país. Na sequência, em 2004, organizamos um Seminário eletivo no Curso de História, denominado História e Cidadania, disciplina atualmente oferecida para vários cursos nessa Universidade. Nela mantivemos a experiência desenvolvida em História do Brasil IV, na qual os estudantes fazem pesquisa e apresentam um tema de livre escolha sob a ótica da cidadania.

Como coordenador dos cursos de graduação do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) por longo período (1986-1996), presidente da Câmara de Ciências do Homem na UFRGS (1991-1996), membro dos dois Conselhos Superiores da UFRGS – Conselho Universitário e Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (Cocep) – e membro da Comissão de Diretrizes Gerais de Ensino e Pesquisa junto ao Cocep, participei em questões ligadas ao ensino nessa Universidade. Nesse contexto, a partir de 1990, houve debates em torno da eliminação da EPB na UFRGS e coordenei ainda, na Comissão de Carreira e na Câmara, a implantação do Curso de História Noturno.

A EPB disciplina criada pela ditadura militar e civil⁵ no Brasil foi incluída compulsoriamente no currículo de todos os cursos da UFRGS, da mesma forma que em outras universidades do Brasil, a partir do ano de 1970. Sua exclusão nessa Universidade teve longo e gradual percurso, que se iniciou em 1990 e foi concluído definitivamente em 1993, tendo sua eliminação se dado gradativamente e em tempos diversos nos diferentes cursos da UFRGS. Enquanto funcionava, essa disciplina tinha por objetivo ensinar civismo e moral, além de outros valores que formavam a doutrina militar e civil, espelhada na Doutrina da Segurança Nacional. Na presente tese um dos objetivos é analisar a implantação da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, sua organização e como a mesma foi extinta na UFRGS.

Como vice-diretor do IFCH no período de 1996 a 2004, envolvi-me com a temática da cidadania e ética, coordenando o Projeto de Formação Integrada dos Profissionais da Secretaria da Justiça e Segurança pela UFRGS, que visava a formação comum dos ingressantes na Segurança Pública. No mesmo projeto, como professor ministrava a disciplina

⁴ A Súmula da disciplina abrangia o período histórico da História do Brasil desde 1964 até hoje. A disciplina era eletiva. A partir de 2006, história do Brasil IV passou a ser obrigatória e a abranger o período posterior a 1945.

⁵ Devido à adesão e mesmo à participação ativa de setores da sociedade civil na instauração e manutenção dos regimes ditatoriais na América Latina, entendemos que os mesmos podem ser chamados de ditaduras militares e civis. Assim, optamos por utilizar essa nomenclatura ao longo do trabalho.

Ética e Cidadania para ingressantes na carreira de Agente Penitenciário, na Brigada Militar e na Polícia Civil. Essa experiência me levou a pesquisar também o tema da cidadania e educação, uma vez que era evidente o pouco espaço que os conteúdos como cidadania, direitos humanos e outras abordagens das Ciências Humanas tinham na formação dos profissionais acima mencionados. Na pesquisa houve um avanço sobre a “cultura de paz” como um estudo necessário para um policial e uma forma de exercer a sua cidadania ativa. Dentro desse tema tanto na pesquisa como em sala de aula, junto aos cursos de Especialização de Segurança Cidadã do Núcleo Violência e Cidadania do IFCH na UFRGS. Esse estudo de cidadania e cultura de paz, houve a participação do autor dessa pesquisa nos Projetos do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania. Esse tema foi desenvolvido com a preocupação de que não existe cidadania ativa sem uma cultura de paz, sendo esta última também historicamente construída, assim como a violência e a cidadania, que também é um conceito histórico.

Meus estudos sobre a História do Brasil têm revelado a importância de resgatar a história da última ditadura militar e civil vivida em nosso país. Em especial, a educação dos “tempos da ditadura” merece um olhar mais aprofundado. Entre seus aspectos, encontramos a implantação da Reforma do Ensino e a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que foram implementados nos cursos superiores como o ensino da moral e civismo através da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, com a EPB I e EPB II. A preocupação era oferecer nas escolas e universidades um espaço que envolvia um ensino em civismo e moral nos tempos de ditadura. Que tempos eram estes?

O Brasil vivia, a partir de 1968, um tempo de consolidação da “Revolução de 64”. “*Oh, tempus, oh mores*”⁶! Frase de Cícero na época do Império Romano, trazida para este tempo da ditadura militar e civil no Brasil, lembra que nessa época havia uma preocupação com os costumes dos brasileiros, em especial os que envolviam o civismo. Também tivemos o início de um novo ciclo repressivo, que se aprofundou com o governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). Nesse contexto, a juventude nas universidades tornou-se o alvo do ensino de civismo e valores morais. Era o tempo da “Guerra Fria”, da orquestração de projetos para a América Latina por parte da política externa norte-americana, visando combater o inimigo interno que poderia estar simpatizando com o comunismo. Sob essa perspectiva, o cidadão brasileiro precisava ser educado nas escolas e universidades, para tornar-se um cidadão bem comportado, dentro dos moldes da segurança e

⁶ Nota: “Oh tempos! Oh costumes!” – exclamação de Cícero, contra a depravação de seus contemporâneos.

desenvolvimentismo nacional. Era necessária uma educação política que envolvesse também valores tradicionais como a pátria, a família, a religião e incluísse a moral cristã. Para tanto, foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) em 12 de setembro de 1969 (Decreto-Lei nº 869/69), a qual só foi extinta através do Decreto nº 93.613 de 21 de novembro de 1986, no período da Nova República.

No entanto, as disciplinas de Moral e Cívica e de EPB I e EPB II continuaram funcionando nas escolas e universidades, respectivamente, até 1993, quando a Câmara dos Deputados derrubou a obrigatoriedade das mesmas com a Lei nº 8663, de 14 de junho. Esta extinção aconteceu através de um substitutivo do deputado Raul Pont do PT do Rio Grande do Sul e abrangeu inclusive a disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira). A extinção desta última, ao que tudo indica, acabou ocorrendo de última hora, pois não tinha relações diretas com a proposta da Comissão Nacional de Moral e Civismo. A OSPB havia sido criada em 24/04/1962 através da Indicação nº 1 do CEF (Conselho Federal de Educação), no período em que o governo do país era parlamentarista e Tancredo Neves ocupava o cargo de Primeiro Ministro do então Presidente João Goulart, e tinha como objetivo ensinar cidadania, princípios e valores políticos aos estudantes nas escolas.⁷

Na UFRGS, a EPB I e a EPB II foram implantadas⁸ nos cursos desde 1972, no âmbito da reforma do ensino, que introduziu novos currículos e a departamentalização da Universidade, entre outras mudanças. As EPBs foram estruturadas nas universidades com um corpo de professores, convidados e de confiança dos reitores, que atuavam em todos os cursos. Os professores de EPB foram lotados junto ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH.⁹ Também foi construído um prédio para situar fisicamente as EPBs e outras disciplinas do chamado Ciclo Básico ou 1º Ciclo para os cursos de graduação da Universidade. O Ciclo Básico começou a funcionar em 1972 e comportava as EPBs e outras disciplinas básicas. Na mesma época, tornou-se obrigatório para os estudantes de todos os cursos de graduação do Brasil cursar a disciplina de Prática Desportiva. Apenas os estudantes que comprovadamente trabalhavam enquanto faziam o curso superior podiam pedir dispensa da mesma, fazendo uma solicitação no DECORDI, o

⁷ VIEIRA, Cleber Santos. **OSPB, História Cidadania e Livros Escolares**. (1962-1964). Londrina, 2005, p.1. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1163.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

⁸ A minha trajetória na UFRGS como aluno e professor, oportunizou acompanhar esta implantação nos anos de 1970.

⁹ UFRGS. Arquivo da Coordenação da EPB. **Arquivo Memorial do IFCH**. Disponível para consultas no prédio 43, 311-A1 diretamente na Instituição.

Departamento de Controle Discente da Universidade, ainda assim, a mesma era obrigatória.¹⁰ Numa primeira observação, pode-se deduzir que foi trazido para as universidades um modelo de ensino comum entre os militares, marcado por sua visão de disciplina, que era uma característica marcante de sua doutrina.

Os professores convidados e contratados pelas universidades deveriam ter um compromisso com a “revolução” que se instalou via golpe de estado em 1964. Pelos dados que foram analisados, a formação dos professores de EPB era diversificada, mas geralmente vinculada à área de ciências humanas.¹¹ Houve uma insistência para que os professores se formassem em Estudos Sociais, esse curso foi criado na época com a duração de 2 anos (Licenciatura Curta) e que reunia conteúdos de história e geografia. Na UFRGS, esse curso não foi implantado; algumas universidades particulares no Rio Grande do Sul, como a PUCRS e a Unisinos o implementaram. Porém, na UFRGS, estudantes de História fizeram ampla campanha¹² contra o curso de Estudos Sociais, o que acabou barrando a implantação do mesmo na universidade.

No período da ditadura militar e civil, a UFRGS contou com uma assessoria chamada de ASI (Assessoria de Segurança e Informações ou AESI- Assessoria Especial de Segurança e Informações), que atuava junto à Reitoria com a coordenação de um Coronel do Exército chamado Natalício Cruz Correa. Conforme Mansan¹³, a mesma ocupava quase um andar inteiro e atuava especialmente junto aos controles ideológicos na Universidade. O que chama atenção é que nos documentos do Arquivo da EPB analisados para essa tese, não há nenhuma referência à AESI, indicando que a EPB ocupava outro espaço e que era coordenado pelo Prof. Henrique Richter – sobre o qual falaremos adiante – e vinculado à SUPAD (Superintendência Acadêmica) e ao Departamento de Ciências Sociais.

As disciplinas de EPB funcionaram na UFRGS até os anos 1990. Sua extinção aconteceu em 17 de abril de 1991 com a Resolução 08-91 do Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa (COCEP). Essa Resolução definiu que a EPB passaria a integrar os currículos como matéria nos cursos e não mais como disciplina. Porém, alguns cursos a mantiveram ainda por um bom tempo como disciplina até a sua extinção definitiva pelo Congresso Nacional em 1993. Alguns cursos da UFRGS a mantiveram, inclusive, após a sua

¹⁰ UFRGS. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação**, DECORDI-PROGRAD, anos de 1969 a 1996. Para consultas diretamente na instituição – Prédio da Reitoria.

¹¹ UFRGS. Arquivo da Coordenação da EPB. **Arquivo Memorial do IFCH**. Acesso via prédio 43, 311-A1 diretamente na Instituição.

¹² Como estudante da UFRGS do Curso de História, me envolvi nessa campanha.

¹³ MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamento sumário de professores no contexto da ditadura militar-civil (1964-1969). (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre, 2009, p.200.

extinção pelo Congresso, porque consideravam importante manter em seus currículos uma disciplina de humanidades e cidadania, já que não tinha outra.¹⁴ A maioria dos cursos excluiu a EPB em 1994. As Faculdades de Engenharia e Educação mantiveram a EPB até 1995. A Faculdade de Economia até 1998, (conforme catálogos dos Cursos de Graduação os quais serão apresentados e analisados em capítulo específico).

A extinção na UFRGS iniciou-se em 12 de junho de 1990, quando foi levado ao COCEP, pelo Pró-Reitor de Graduação, Prof. Darcy Dillenburg, uma proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS, a partir de 1991 e, assim se estendeu até o referido Substitutivo proposto pelo Deputado Raul Pont em 1993.¹⁵ Esta proposta inicial em 1991 também previa a reestruturação do Departamento de Ciências Sociais em três departamentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. No entanto, a disciplina de EPB, com o seu respectivo corpo docente, fazia parte desse Departamento de Ciências Sociais. Nesse contexto de reestruturação departamental, a EPB foi questionada na UFRGS: até que ponto ainda era uma disciplina obrigatória e necessária, tendo em vista que a lei de sua criação referia-se aos conteúdos como matéria e não como disciplina? Esses conteúdos poderiam, na verdade, ser supridos através de outras disciplinas dos cursos.

Com base no que foi exposto, os problemas de pesquisa que embasam o presente trabalho são:

- a) Como foi a implantação das disciplinas de EPB e sua trajetória na UFRGS, considerando que foi uma exigência da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC)?
- b) Como foi feita essa implantação e seu caminho?
- c) Como a Reitoria da UFRGS via SUPAD, promoveu essa implantação?
- d) Como era a organização dos planos de ensino, programas e conteúdos das disciplinas de EPB e qual era a bibliografia utilizada pelos professores?
- e) Qual era a relação destes planos de ensino com as orientações da CNMC?
- f) Como foi o envolvimento de professores e estudantes com a EPB na UFRGS?
- g) A coordenação de EPB na UFRGS organizava eventos e atividades como seminários e encontros, divulgando e debatendo a EPB. Qual era o propósito e qual o conteúdo dessas promoções?

¹⁴ Fui testemunha deste argumento que era manifestado no COCEP pelos coordenadores de alguns cursos.

¹⁵ UFRGS. Arquivo Geral. Os dados foram obtidos através do **processo nº 23078.025477-90-75**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/...res_CEPE_1991_008_217.PDF?...>. Acesso em: 12 mar. 2016.

- h) Como foi o processo de eliminação das disciplinas de EPB na UFRGS?
- i) Quais foram as posições assumidas pelos professores de EPB pela não extinção?
- j) Como foi a antecipação da eliminação da EPB na UFRGS, que a transformou em matéria antes de 1993?
- k) De que maneira o estudo da trajetória da EPB na UFRGS ajuda a pensar nas relações ou oposições entre civismo e cidadania no contexto ditatorial?

O objetivo geral da tese, então, é analisar a disciplina EPB na ditadura militar e civil brasileira, considerando a sua inserção na UFRGS e dessa forma, contribuir para o debate sobre o lugar da cidadania e do civismo na educação no contexto da ditadura e da abertura.

Em termos de justificativa, entende-se que a presente proposta possui ineditismo e valor nos estudos atuais de História. Acredita-se que, a partir de minha experiência acadêmica e de ensino, acrescido de ampla pesquisa, poderá haver um avanço temático em torno deste assunto. Considera-se, ainda, importante aprofundar os estudos sobre a temática da ditadura militar e civil na história do Brasil.

Na verdade, realizar esse estudo é resgatar um período histórico a ser literalmente “descoberto” e que traz um sentido para a época histórica que estamos vivendo. Estando em contato com os jovens estudantes atualmente na Universidade, percebe-se que há um sentimento e uma vontade de conhecer os tempos da ditadura militar e civil no Brasil. Não só conhecer, mas ir além, de poder se sentir mais incluído na sua cidadania e na própria História do Brasil que estão vivendo. Além disso, destaca-se ainda que as disciplinas de EPB envolveram todos os cursos de graduação no Brasil e tiveram um caráter de imposição junto a esses cursos. Visto que, no contexto de uma ditadura traz uma curiosidade histórica que envolve aspectos como: porque foi feita esta imposição, por quem e para quem? O que se ensinava e como se ensinava? Nessa perspectiva, pesquisar e desvelar aspectos da ditadura militar e civil dentro da UFRGS é muito importante. Temos algumas pesquisas e análises sobre temas próximos, mas a EPB até hoje não foi abordada. A pesquisa de Janaina Cunha, por exemplo, aborda a Reforma Universitária na UFRGS; a de Jaime Valim Mansan, os expurgos; Benito Schmidt se dedicou ao estudo da trajetória da Adufrgs, e Mara Cristina Rodrigues pesquisou e analisou a trajetória do IFCH vinda da antiga Faculdade de Filosofia até a reforma do ensino em 1970. Estes estudos, entre outros, já deram um avanço no sentido de historiar a UFRGS na ditadura militar e civil e serão comentados posteriormente. A pesquisa em torno da EPB se soma a esses estudos, podendo dar uma contribuição histórica, principalmente na análise do Arquivo da Coordenação da EPB: IFCH-UFRGS (vide Anexo

A). Este possui, além de uma visão sobre a ditadura militar e civil brasileira, a forma como a UFRGS se inseriu, via EPB, nessa ditadura.

Em relação às fontes e à metodologia a serem utilizadas, esclareço que o Arquivo da Coordenação de EPB do Departamento de Ciências Sociais do IFCH-UFRGS é a base de todo o desenvolvimento da pesquisa. O mesmo possui ampla documentação que possibilita a análise básica e o estudo proposto. Um minucioso levantamento dos documentos indica que atas, relatórios e registros dos mais variados se oferecem para uma análise e exame da forma como a EPB foi implantada, funcionou e foi extinta na UFRGS (vide Anexo D). Os aspectos que podem ser analisados são: a sua organização, os planos de aula e seus conteúdos programáticos, os professores de EPB, os eventos e atividades realizadas e também a campanha contra a extinção da EPB por professores da disciplina. Esse arquivo, portanto, será a base da tese. Serão utilizados, ainda, documentos dos arquivos dos conselhos superiores da UFRGS, CONSUN e CEPE, e do Arquivo Geral da UFRGS; documentos e registros do Decordi-Prograd; documentos sobre a EPB do arquivo pessoal do professor Vasco Miglioransa¹⁶ que lecionou EPB na UFRGS durante todo o período da existência da disciplina na UFRGS, doou gentilmente material guardado por ele desse período como professor. Esse material foi juntado ao Arquivo Memorial do IFCH-Sector de Estudos de Problemas Brasileiros; e bem como entrevistas de história oral.

Para situar o tema desse trabalho, é importante lembrar que cerca de dois meses após o Ato Institucional nº5, veio o Decreto 869/69, que tornou obrigatório o ensino de moral e cívica nas escolas e a EPB nas universidades.¹⁷ Ao assumir a presidência da República, em 30 de outubro de 1969, o General-Presidente Emílio Garrastazu Médici¹⁸ fez um apelo, no qual convocava a Universidade, a Igreja, a Imprensa e o Povo para que aderissem e colaborassem com o novo governo. No entanto, a convocação da Universidade foi acompanhada, em janeiro de 1970, pela censura prévia a livros e periódicos, para evitar exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes.¹⁹ Ainda, essa convocação das universidades por Médici foi contemporânea do “milagre” brasileiro e de uma modernização da educação no país

¹⁶ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. **Arquivo Memorial do IFCH**. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Arquivo Pessoal de EPB. Porto Alegre, 2017, (material de acervo cedido pelo autor).

¹⁷ BRASIL. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

¹⁸ BRASÍLIA. **Discurso de posse de Emílio Garrastazu Médici**. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discorso-de-posse-/view>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

¹⁹ BRASIL. Planalto. **A censura prévia foi instaurada pelo decreto Lei 1.077, de 26/01/1970**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

comandada pelo convênio MEC-USAID, que resultou em uma reforma do ensino brasileiro. Essa moldou o ensino a partir de princípios de educação norte-americana, profissionalizando o segundo grau e criando nas universidades novas estruturas institucionais, como os departamentos, eliminando as cátedras e organizando os cursos em créditos, entre outras medidas. Essa reforma aconteceu no contexto do chamado “boom do ensino universitário”. Motta²⁰ ao fazer um balanço da “americanização”, faz referência à atuação do convênio Mec-Usaid na UFRGS, através do relatório da Universidade de Wisconsin de 1968:

Desde 1964 já haviam sido criados seis cursos de mestrado naquela instituição (UFRGS), a maioria na área agrícola, e vários brasileiros tinham sido enviados aos Estados Unidos para doutoramento. Na UFRGS, além da Faculdade de Agronomia e Veterinária, foi envolvida também a Faculdade de Economia, com a criação de cursos de economia e de sociologia rural. Em 1968, havia dez professores americanos atuando na UFRGS, e eles começavam a planejar a passagem da administração dos cursos de pós-graduação para os brasileiros. Os investimentos da Usaid na área de agricultura da UFRGS foram de aproximadamente US\$3,5 milhões.

O Decreto-Lei nº 869-69 instituiu a Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino. A mesma, junto com o decreto nº 68.065/71, visava a formação do caráter do brasileiro e do seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com fortalecimento dos valores morais da nacionalidade. Nos cursos superiores, ou na pós-graduação, essa mesma disciplina seria ministrada sob o nome de Estudos de Problemas Brasileiros. Dentro do programa geral da Educação e Moral e Cívica estabeleceram-se inúmeras atividades cívicas, como o hasteamento da bandeira nacional diariamente nas escolas.

A convocação das universidades pelo então Presidente Médici teve um viés militar. Ao convocar, lembra a antiga tradição autoritária brasileira na política, desta vez aprofundada no novo ciclo do regime militar. Autoridade e modernidade pautavam esse novo ciclo repressivo da história brasileira. Conforme relata Tavares²¹: “Ordem e progresso é o símbolo da bandeira. Não é em nenhum sentido um paradigma apenas positivista: é em todos os sentidos um paradigma autoritário modernizante. Ordem e progresso. Autoridade e modernidade”. Conforme Motta²²:

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.143.

²¹ TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do autoritarismo. In: SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (Org). **Brasil: trânsito de memória**. São Paulo: Edusp, 1994, p.22.

²² MOTTA, *op. cit.*, p.185.

Os valores que inspiraram a criação da EMC em 1969, já estavam presentes entre apoiadores do regime desde 1964 (patriotismo, religiosidade, anticomunismo), porém sensibilizaram de maneira especial os segmentos mais à direita. Foi necessário o contexto de radicalização “revolucionária” do AI-5 para viabilização do projeto.

Esse projeto²³, além da criação da CNMC e suas disciplinas, foi também acompanhado por outras medidas educacionais, como o Mobral, o Projeto Rondon e a implantação do 1º Ciclo (ou Ciclo Básico) nos cursos de graduação nas universidades. Esse Ciclo incluía no início de sua implantação na UFRGS em 1972, além da EPB I, com o código Pré-102, as disciplinas de Introdução ao Pensamento do Homem (Pré-101); Introdução à Metodologia Científica (Pré-104); Língua Portuguesa (Pré-105) e Introdução ao Pensamento Matemático (Pré-105). Estas disciplinas compunham o projeto como um todo, visando oferecer uma base de humanidades a todos os cursos de graduação. Nesse contexto, a EPB I cumpria um papel com conteúdos programáticos, de se inserir como uma formação básica no ensino superior. Seus objetivos, conforme o decreto nº 869/69 foi estabelecido com forte conteúdo de formação moral e cívica.²⁴ Conforme salienta Motta²⁵:

A democracia está conectada ao espírito religioso, e a liberdade limitada pela responsabilidade. No fundo, mais importante, na visão dos autores do decreto, eram valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família).

Com esses propósitos foi criada a CNMC, cujos seis membros eram nomeados pelo Presidente da República, e, por decorrência, as disciplinas de EPBs. Na própria Lei nº 5540/68 da reforma universitária, em seu artigo 40, é enfatizada a importância da formação cívica, que seria a consciência de direitos e deveres dos cidadãos.²⁶ Após a promulgação desta lei, lembra Cunha²⁷ veio o AI-5. Conforme o autor, a proposta da criação desse ensino e o Decreto-Lei nº 869-69 foram resultados dos estudos de um grupo de trabalho da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). A CNMC também premiava, com a

²³ Projetos que visavam desenvolver uma ideia de identidade nacional na área da educação. Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização, instituído em 1968. Projeto Rondon criado em 1967: levava estudantes das universidades para a região Amazônica visando a integração e o desenvolvimento nacional. A UFRGS tinha um Campus Avançado em Rondônia.

²⁴ UFRGS. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1970-1998**. UFRGS-PROGRAD-DECordi. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação.

²⁵ MOTTA, 2014, p.186.

²⁶ BRASIL. **Lei nº 5.540 de 1968**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

²⁷ CUNHA, Luiz Antônio. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. **Revista de Contemporânea de Educação**, UFRJ, v.7 n. 12, p.193-215 2012, p.195. Disponível em: <<http://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1665/1514>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

Medalha Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica através do Ministro do MEC, cidadãos que se destacavam, principalmente junto à área de moral e civismo. Assim, a partir de 1971, com a regulamentação da EPB pela Comissão, as universidades do país (logo, também a UFRGS) atenderam a exigência legal. De acordo com Luiz A. Cunha²⁸ os professores tinham a sua origem nos quadros de colaboradores de oficiais das Forças Armadas, em civis ex-alunos dos cursos da Escola Superior de Guerra e nos próprios quadros docentes das universidades. Importante lembrar que esse ensino de problemas brasileiros também foi acompanhado de práticas repressivas e medidas para a contenção do movimento estudantil, como o Decreto-Lei nº 477, promulgado em fevereiro de 1969, e de medidas de repressão junto ao corpo discente.²⁹

Na UFRGS, era atuante a já mencionada ASI (Assessoria de Segurança e Informações ou AESI- Assessoria Especial de Segurança e Informações), criada em 1968 e que, sob o comando do Coronel Natalício Cruz Correa, se constituía no “SNI na Universidade”. Mansan³⁰ ao abordar em sua tese os expurgos na UFRGS, não indica que a ASI tenha tido algum envolvimento com a EPB. Legitimar o golpe era uma preocupação das forças sociais, tanto militares como civis, que arquitetaram e se beneficiaram com o golpe, e educar com o ensino de moral e civismo nas universidades e escolas poderia ser necessário para tanto.

No vazio da ambiguidade, por exemplo, na época como estudante, as EPBs nos anos de 1970, circulavam entre os discentes uma “ironia”: já que na visão do governo da ditadura militar e civil e de sua propaganda não existiam problemas no país, já que tudo era euforia em torno da publicidade do “Brasil grande potência”, do “Brasil, ame ou deixe-o” e do “milagre econômico”, (censura prévia, e controle de bibliografia para uso em sala de aula e em bibliotecas) não haveria “problemas” para estudar.

Os arquivos e documentos que servem de base para a presente pesquisa serão analisados na perspectiva da nova história política, levando em conta o contexto da ditadura militar e civil brasileira e a política universitária durante o período.

Fazer história política na chamada visão tradicional era principalmente manter a objetividade do acontecimento ou do fato histórico; o historiador era neutro na sua prática de fazer história. A nova história política admite a subjetividade do historiador e reconhece que

²⁸ CUNHA, 2012, p. 195.

²⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 477 foi editado para controlar a vida acadêmica de estudantes, podendo os mesmos inclusive serem expulsos das universidades.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

³⁰ MANSAN, 2009, p.199. Conforme o autor, a ASI em algumas circunstâncias era chamada de AESI- Assessoria Especial de Segurança e Informações.

ele tem um papel importante na leitura da história. O historiador dá a ela um tempero, inclui a sua visão de mundo. Existe uma diferença de leitura entre a história política tradicional e a nova, um novo discurso e uma diferente narrativa. Rémond³¹ afirma que: “[...] a explicação está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa”. Coloca que a história tradicional contava a história dos tronos e das dominações, de quem venciam as guerras, o Estado visto como um instrumento da classe dominante. A nova história política reintroduz a dimensão política dos fatos coletivos e essa história não vive fora do tempo em que é escrita. De acordo ainda com o autor, “os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade”.³² Todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas e isso faz da política a “coisa de todos”, mesmo que nem todos façam uso desse direito. Todos são chamados, e, mesmo que não se interessem pela política, a política os alcança, acrescenta Rémond³³. Nessa perspectiva da nova história política, Falcon³⁴ lembra que “a nova história possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia”, destacando temas possíveis como sistemas políticos, agentes políticos, dinâmica política como evolução de regimes, reformas e revoluções.³⁵ Para Pesavento³⁶ é possível fazer uma releitura do político pelo cultural, destacando o conceito de cultura política. A autora lembra a importância das representações e do imaginário, sendo os indivíduos e grupos matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora, coesiva e explicativa do real.³⁷

A cultura política no regime militar é trazida por Motta³⁸ como um influxo com características de adesão, resistência e acomodação. Os aspectos da origem histórica brasileira dessa cultura que influencia a política, tendo na ditadura vinculação com a modernização. Afirma que houve inclusive no regime militar brasileiro nas universidades uma tendência à conciliação e acomodação, que ajudou no caráter modernizador-autoritário do Estado.

Assim, é possível buscar junto às fontes a dimensão da cultura política na UFRGS, levando em conta os fatos numa perspectiva coletiva, considerando o corpo político e sua

³¹ RÉMOND, René. Uma História do Presente. In: _____. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.16.

³² *Ibid.*, p.25.

³³ *Id.* Por que a História Política? In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p.7.

³⁴ FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**. São Paulo: Campus, 2011, p. 68.

³⁵ *Ibid.*, p.73.

³⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.75.

³⁷ *Ibid.*, p.39.

³⁸ MOTTA, 2014, p.288.

dinâmica, a chamada “coisa de todos”, as representações das mentalidades, o imaginário e, por fim, a força ou a motivação na participação cidadã. Como também realizar uma busca em fontes que possam trazer uma narrativa histórica com o olhar do presente, tornando o olhar da cidadania e da história fundamental. Conseqüentemente efetivar esse estudo por meio de uma narrativa histórica utilizando a abordagem da nova história política, aprofundando-o e ampliando-o com documentos primários de arquivos e com a bibliografia existente.

Há uma preocupação em relação a análise não cartesiana nesse tema, pretende-se levar em conta para essa análise o método chamado sistêmico, que propõe reconstruir as realidades como se fossem teias que se relacionam. De acordo com Capra³⁹: “O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de questionamento”. Desse modo, o pensamento sistêmico envolve uma mudança da ciência objetiva para a ciência epistêmica, para um arcabouço no qual, a epistemologia, o método de questionamento, torna-se parte integral das teorias científicas. Portanto, essa forma de construção de conhecimento é uma forma aproximada de descrição científica, mas pode-se obter um conhecimento aproximado a respeito de uma teia infinita de padrões interconexos.⁴⁰

Assim, o ensino de EPB vinculado ao modelo de educação da ditadura militar e civil no Brasil será analisado na perspectiva da nova história política. Bem como analisar as suas diferentes dimensões, considerando que esse ensino na UFRGS fazia parte de uma teia maior ligada aos princípios da CNMC (Comissão Nacional de Moral e Civismo) e, essa seguia os interesses políticos da ditadura militar e civil brasileira.

Apesar de não serem em grande número, localizamos obras que dialogam com o tema dessa tese por tratarem, de alguma maneira, da disciplina de EPB. Outras obras trazem o contexto da UFRGS e das universidades no período no qual funcionou a EPB, contribuindo assim para o estudo do tema. Esses trabalhos serão brevemente apresentados e retomados ao longo dos capítulos.

Um dos autores que aborda a EPB foi o professor Osmar Salles de Figueiredo⁴¹ quando analisou a implantação da EPB na UNICAMP no período de seu funcionamento, abordando as suas repercussões e perspectivas.

Essa tese produzida durante o período de vigência da disciplina de EPB, que se coloca a favor da existência da EPB na época, pode ser encarada tanto como bibliografia, quanto

³⁹ CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2012, p.44.

⁴⁰ *Ibid.*, p.49-50.

⁴¹ FIGUEIREDO, Osmar Salles de. **Estudo de problemas brasileiros, como disciplina e prática educativa, nas escolas superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo**. UNICAMP. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Tese de Doutorado). 1976. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000048551&fd=y>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

como fonte para o estudo da EPB na UFRGS. Também em Santa Catarina foi publicado em 1984 um estudo contemporâneo à existência da EPB na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por Acácio G. S. Thiago, Nilson Borges Filho e Dante Martorano.

No período mais recente em 2015, Bertotti⁴² analisa o contexto de sua implantação além de buscar depoimentos de ex-professores da EPB naquela universidade. Conforme o autor ao resgatar a experiência nessa universidade federal e buscando entrevistas com ex-docentes da EPB, houve dificuldades para a realização de entrevistas. O mesmo traz a EPB da UFPR desde a sua implantação, com os seus programas e conteúdos, sua coordenação geral, professores, mostrando que a EPB nas universidades federais teve seu funcionamento com bastante similaridade.

Mais recentemente Motta⁴³ destaca que o AI-5, que inaugurou um novo ciclo repressivo no Brasil. A mesma se estendeu para as universidades com o seu complemento, a disciplina de EPB que esteve contextualizada pela repressão junto aos estudantes e professores e, respectivamente com os desligamentos e expurgos das universidades. Conforme o autor será de extrema utilidade pela contextualização que traz sobre o impacto da ditadura no meio universitário.

Também Cunha⁴⁴ destacou que houve na UFRJ o oferecimento de um curso de atualização para os professores *lato sensu*, de 1971 a 1985 e que a EPB foi extinta nessa universidade antes de sua eliminação por lei federal, em 1993. A Universidade também criou em 1970, via Regimento (artigo 217 § único), a Câmara de Estudos Brasileiros de cada centro universitário, que planejava a educação social e cívica através da EPB. O corpo docente da EPB era formado com a colaboração de oficiais das Forças Armadas, civis ex-alunos dos Cursos da Escola Superior de Guerra e também pelo próprio corpo docente da UFRJ.

Duarte e Lucas⁴⁵ comentam que, além da abordagem do período da ditadura pela ótica da categoria gênero, também são analisados centros cívicos e a censura moral e cívica na ditadura militar civil brasileira.

Vê-se, então, que há uma pequena quantidade de obras sobre EPB e que essas pesquisas servirão como contrapontos ou inspiração para o presente trabalho. Iremos dialogar, ainda, com estudos sobre a UFRGS, seja no contexto da ditadura, seja em períodos anteriores.

⁴² BERTOTTI, Rudimar Gomes. **Caráter, Amor à Pátria e Obediência à Lei?** Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (1971-1981). Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado: Curitiba, 2015, p.8.

⁴³ MOTTA, 2014, p.288.

⁴⁴ CUNHA, 2012, p.195.

⁴⁵ DUARTE, Ana Rita Fonteles; LUCAS, Meize Regina de Lucena (Orgs.). **As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira**. CNPQ-Funcap. Fortaleza, 2014, p.7.

Sobre a UFRGS, temos o livro “Universidade e repressão – os expurgos na UFRGS”, organizado pela ADUFRGS em 1979, que aborda os expurgos de professores de forma pioneira. A obra trouxe, na sua publicação, visibilidade ao afastamento de professores da UFRGS que foram vistos pela ditadura militar e civil como não “envolvidos” com o projeto educacional e ideológico proposto.⁴⁶ Algumas publicações trazem uma abordagem de fundo filosófico sobre a influência católica na UFRGS, Trindade⁴⁷ busca na sua análise um perfil ideológico existente nas origens da UFRGS, nos tempos da UPA-Universidade de Porto Alegre. Também de valia para nosso estudo é a Revista do IFCH 50 anos que publica artigos sobre a história do IFCH desde a antiga Faculdade de Filosofia.⁴⁸ Guedes e Sanguinetti⁴⁹ trazem depoimentos e lembranças no universo da memória junto à UFRGS. As memórias trazidas no livro são de variadas épocas e contextos dentro da UFRGS, inclusive do período da ditadura, tendo alguns depoimentos diálogo com a mesma época da EPB. Rohden⁵⁰ traz uma abordagem do perfil dos professores de filosofia. Sirtori⁵¹ *et al.*, trazem imagens, textos e narrativas vinculadas ao movimento estudantil junto ao Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia da UFRGS do período da ditadura militar e civil. Por de professores da UFRGS e a publicação 60 anos do IFCH Santos Koch comentam sobre a história e a memória do IFCH e da antiga Faculdade de Filosofia.

Mansan⁵² resgata e analisa a repressão na história da UFRGS. Cunha⁵³ analisa a Reforma Universitária na UFRGS, que aproximou a universidade institucionalmente com o MEC e enquadrou-a nos princípios gerais para a educação brasileira propostos pelo projeto MEC-USAID.

⁴⁶ ADUFRGS – Associação de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Organização e revisão de Lorena Holzmann; *et al.* Porto Alegre: L&PM 1979, p.9.

⁴⁷ TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*, Porto Alegre, ano X, 1982, p. 39-53.

⁴⁸ UFRGS. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Publicação Comemorativa: Revista 50 anos filosofia e ciências humanas (1943-1993)**, Porto Alegre, 1993.

⁴⁹ GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.) **UFRGS, Identidade e Memórias**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p.3.

⁵⁰ ROHDEN, Valerio (Org.) **Ideias de Universidade**. Canoas: Ulbra, 2002, p.7.

⁵¹ SIRTORI, Bruna; *et al.* **CEUE, 100 anos**. Uma história do movimento estudantil. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.15.

⁵² MANSAN, 2009, p.22.

⁵³ CUNHA, Janaina Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972)**. (Tese de Mestrado), São Leopoldo, Unisinos, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/JanainaCunhaEducacao.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

Por fim, Rodrigues⁵⁴ analisa a formação superior em História na UPA/UFRGS de 1943/71. Bittencourt, Lima e Silva⁵⁵ narram memórias de uma das instituições de ensino superior que foi desmembrada da antiga Faculdade de Filosofia via Reforma Universitária em 1968, a Faculdade de Educação da UFRGS. O artigo traz análises na perspectiva da metodologia da história oral, contribuindo para o resgate de aspectos na UFRGS no período da ditadura militar e civil brasileira, até aqui esquecidos e pouco lembrados. Baseado em entrevistas, na perspectiva da história oral, traz a visão de professores da FACED também para esse período da EPB. Com algumas exceções, os entrevistados, por escolha dos autores, são arrolados com nomes fictícios, mesmo com as entrevistas tendo ocorrido já nos anos 2000. O referido artigo é resultado de uma pesquisa que se utiliza da metodologia da história oral na busca da memória através de depoimentos e pesquisa.

As obras aqui apresentadas trazem uma busca de tornar mais visível a educação na ditadura militar e civil brasileira. As mesmas revelam olhares contemporâneos sobre a EPB e também estudos mais recentes que contribuem para uma melhor compreensão da educação nas universidades. As publicações sobre a UFRGS trazem aspectos sobre professores da instituição e também sobre a própria universidade revelando como a mesma se inseriu na política educacional implantada no Brasil na época. A EPB é tocada através desse retrato no qual algumas obras procuram trazer a importância da EPB e outras buscam a memória da educação nas universidades, da qual essa disciplina fez parte.

A presente tese está organizada em capítulos que visam inserir a EPB da UFRGS no contexto histórico brasileiro.

No primeiro capítulo a ditadura militar e civil brasileira situando na mesma o lugar da cidadania e do civismo. Nesse contexto, iremos aprofundar o tema da restrição da cidadania, do incentivo ao civismo e problematizar os conceitos de civismo e a cidadania. Ainda nesse capítulo teremos uma análise em torno da bibliografia, livros, artigos e dissertações, que trazem aspectos e realidades na UFRGS no período da ditadura militar e civil brasileira. No segundo capítulo abordaremos a EPB na UFRGS, seus primeiros passos; o Centro Superior de Civismo; as Exposições de 1971 e 1972 da EPB; e o Encontro Nacional de professores orientadores de EPB. Também nesse capítulo iremos analisar a origem da disciplina na

⁵⁴ RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Os Cursos de História, lugares, práticas e produções. A formação superior em História na UPA/UFRGS de 1943/71. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto/SP, n. 11, abr. 2013, p.122-39.

⁵⁵ ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da faculdade de educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p.317-46. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013317/2846>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

UFRGS entre as humanidades e a engenharia; a inserção e a exclusão da EPB nos currículos e a EPB na pós-graduação. Esse segundo capítulo é resultado da pesquisa do Arquivo da Coordenação da EPB que se encontra no IFCH. Na sequência, no terceiro capítulo abordar-se-á a EPB em sala de aula com seus aspectos na metodologia de ensino e avaliações; e a importância, o significado e o funcionamento da prática educativa junto à EPB. Será feita ainda uma análise dos conteúdos ensinados através de uma análise de textos didáticos, livro-agenda da UFRGS e outros materiais, inclusive com uma comparação com o ensino de EPB em ensino militar, no caso da Academia da Brigada Militar do RS e também uma análise de livros de EPB usados em universidades e publicados por editoras brasileiras da época. No quarto capítulo abordaremos a EPB na sua trajetória da consolidação à eliminação; seus professores na UFRGS; a ADEPB-RS-Associação dos Docentes de EPB do RS e o processo de eliminação da obrigatoriedade universal da EPB com os seus desdobramentos na UFRGS visto no contexto do processo nacional. No quinto capítulo teremos vários relatos através de entrevistas das memórias em torno da EPB na UFRGS. Vou trazer minhas memórias em torno da EPB com uma narrativa pessoal, buscando a minha trajetória desde aluno da OSPB, professor de EMC e aluno da EPB e minha experiência e visão em torno da experiência junto aos conselhos superiores da UFRGS no processo de eliminação da EPB. Também iremos trazer as memórias através de entrevistas com ex-alunos da EPB e personalidades da UFRGS, para incluir visões da EPB através do resgate de lembranças e/ou aspectos esquecidos vinculados ao ensino da EPB.

2 A DITADURA MILITAR E CIVIL BRASILEIRA: O LUGAR DA CIDADANIA E DO CIVISMO

Ao procurarmos compreender a cidadania e o civismo na ditadura militar e civil brasileira e assim dar um lugar às mesmas, nessa etapa da história brasileira, surge o seguinte questionamento: Qual a vinculação da cidadania com o civismo e a moral? A cidadania pode até ser compreendida como embutida no civismo e moral propostos pelo Decreto Lei nº 869/69, que criou esse ensino. Mas, em todas as regulamentações da CNMC em torno da Moral e Cívica e da EPB não há nenhuma referência à cidadania. A palavra cidadão aparece algumas vezes, mas secundariamente. Entende-se, portanto, que civismo, cidadania, moral e ética são conceitos históricos e, assim devem ser considerados, em especial para analisar e compreender as motivações ideológicas e políticas ocorridas no decorrer da ditadura militar e civil brasileira.

Essa problemática foi levada para o ensino nas universidades via EPB, que procurou tratar a realidade brasileira, a partir da noção de “problemas” pelo ensino da disciplina, mas dando ênfase às realizações da ditadura. Assim, a EPB visava os grandes projetos de governo e outras atualidades da época, mas não “problematizava” a si mesma e ao seu viés impositivo, já que não procurava perceber o que representava e significava ser representante em sala de aula de uma proposta de ensino com conteúdos e programa implantado via decreto lei. Assim, o que era ensinado vinha com certo conteúdo cívico de se conhecer melhor as “façanhas” da pátria.

No universo ditatorial brasileiro de 1964 a 1985, a cidadania sofreu restrições e o civismo teve incentivo. As duas obviamente não iniciaram nesse período histórico, mas tiveram suas características próprias nesse período. A “problematização” dos estudos brasileiros era feita a partir de uma ótica cívica e moral, evidenciando nas universidades, um caráter de obediência ao que vinha de cima e suscitando diferentes reações como resistências, consentimentos e indiferenças. Livros e artigos que já foram publicados em torno desse período trazem aspectos que retratam a vida acadêmica nas universidades e o contexto universitário da EPB e de suas práticas educativas. No entanto, a cidadania teve seu exercício limitado por uma política de civismo que tinha objetivos políticos vinculados à ditadura militar e civil implantada desde 1964.

2.1 PROBLEMATIZANDO CIVISMO E CIDADANIA

Conforme Diskin⁵⁶ o civismo se diferencia da cidadania, em especial, no componente do culto à pátria. A pátria, no civismo, sugere um culto de pertencimento, onde a mesma diria: “pertença a mim”. A cidadania, ao contrário, parte do sujeito cidadão e não da pátria, e esse cidadão faz suas escolhas. Essa ação com escolhas do cidadão não resulta em um “cidadanismo”, equivalente ao civismo. A cidadania parte do sujeito cidadão que possui a sua história e considera as suas escolhas, valorizando-o como cidadão na pátria, e não da pátria. Assim, esse sujeito tem a possibilidade de construir sua consciência em direitos como cidadão e pode se posicionar na pátria no universo dos direitos políticos, sociais, civis e culturais. Constrói-se, dessa forma, uma consciência de seu potencial como cidadão na pátria. O civismo, por sua vez, não valoriza esse potencial do cidadão, porque se esforça em submeter o cidadão a uma “cartilha” de amor à pátria através de uma ideologia nacional, simbolismos e rituais, buscando incentivar este amor pela pátria.

Buscando a origem do conceito de civismo e de cidadania na antiga Roma, temos que nela o morador da cidade tinha direitos enquanto tal e assim se tornava cidadão: é a essa origem que se refere a ideia original de cidadania, ao morador que pertencia à cidade e a quem este pertencimento trazia direitos. Valorizava-se o lugar onde se vivia. O civismo tem o mesmo berço e vai um pouquinho além, ao considerar o cidadão civil “izado” amando a pátria, o “pai”, o estado, o governo, no caso, o Estado Romano. Civilizado era considerado o próprio morador na cidade que amasse a pátria (o Estado romano da época), cultuasse a sua pátria, sendo assim um “cidadão cívico”. Assim, o civismo é vinculado à ideia de “cidadão civilizado” e, esse se tornava cidadão na medida em que cultuava o Estado romano. Portanto, o civismo, na sua origem, via e considerava o “cidadão civilizado” que cultuava a pátria como além, ou “mais” que um simples cidadão. Ele era reconhecido e valorizado como parte do Estado na medida em que praticava o civismo, o que envolvia submissão a esse. A antiga Roma também definiu uma moral como parte deste civismo: de cima para baixo, ela impunha

⁵⁶ A autora Lia Diskin diferencia a moral da ética a partir de suas origens históricas. Vincula nos estudos a moral com o civismo e cidadania na antiga Roma. E no caso da ética com a “pólis” na antiga Grécia, onde a cidadania possuía consciência cidadã, entenda-se consciência política. Diskin publicou suas contribuições através da Editora Palas Atena e em cursos junto à Unipaz. Publicou, entre outros: DISKIN, Lia. **Ética, valores e transformação**. São Paulo: Peirópolis, 1998. Também Pierre Weil aborda a diferenciação entre ética e moral, vinculando a primeira a valores humanos e a segunda a “moralismo”. Considero essa diferenciação como fundamental para a compreensão da ideia elaborada pela ditadura militar e civil brasileira para a sua moral e civismo. WEIL, Pierre. **A Nova Ética**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002. As discussões sobre Ética e Cidadania avançam no Brasil a partir da Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã. Elisa Reis contribui para a ideia emancipacionista que engloba o conceito de cidadania. REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, Dulce; *et al.* (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

à seus dominados (tanto, indivíduos como povos), exigências comportamentais e morais que ficaram conhecidas pelo termo “*Pax Romana*”. Quer dizer, vivia em paz o cidadão que obedecia e se submetia pacificamente ao Estado romano, o que unia a moral ao civismo. Comparativamente, foi desenvolvida na antiga Grécia uma ética que era diferente da moral romana. Lá o cidadão era valorizado como morador da *pólis*, tendo direitos políticos e assim reconhecido politicamente na medida em que vivia na mesma. A própria diversidade cultural surgida com o convívio dos povos junto à antiga Grécia, considerando o comércio junto ao mar Mediterrâneo, definiu uma cultura cidadã que valorizou um movimento de baixo para cima, quer dizer, uma politização na perspectiva consciente de direitos.

O conceito de civismo para Camargo⁵⁷ traz nos seus círculos concêntricos o que os Decretos-Lei nº 869/69 e 68.065/71 e o Parecer CFE nº 94/71 definem para o ensino de EPB. Num dos seus círculos concêntricos é apresentado o “civismo” articulado com a moral e a religião, com a moral denunciando elementos perigosos com a carga de “mau caráter”, com tais cidadãos sendo vistos como dúbios e não merecedores de confiança (que tem atitude neutra, quer dizer, não se identificando com a proposta de civismo). No círculo concêntrico da “ação” aparece uma visão militarizada sobre o cidadão, onde todos unidos como uma família “marcham” numa movimentação positiva em benefício da Pátria, e o “patriotismo” é apresentado como um amor incondicional pela pátria. É interessante ver aqui como se usa a palavra pátria, colocando-o como sinônimo de nação. Ela é elevada para a figura de “pai”, portanto é importante amar o pai que é a nação, no contexto da segurança nacional. No entender de Camargo⁵⁸:

O patriotismo é um importante fator educacional, mas é interpretado tão diversamente em culturas diferentes [...] em alguns países o cultivo sistemático do patriotismo envolve detalhado estudo das forças sociais, políticas e econômicas em operação na área; em outros ele envolve apenas adulação verbal e escrita aos símbolos da nacionalidade, muitas vezes incluindo pessoas e o culto da personalidade.

O autor defende que o patriotismo é uma das bases na educação, sendo fundamental para o civismo da pátria. Vincula assim o civismo com o patriotismo. A simples adulação de símbolos da nação não é civismo na educação. Assim, o patriotismo é incluído no ensino da EPB e considerado muito importante na educação cívica e moral e na formação do estudante

⁵⁷ CAMARGO, Ten Cel Prof. Enjloras José de Castro. **Estudo de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979, p.18.

⁵⁸ *Ibid.*, p.17.

nos cursos de graduação nas universidades. Camargo⁵⁹ considera que o patriotismo ideal é aquele que cultiva o civismo com o amor pela pátria.

Para Carvalho⁶⁰ a cidadania como conceito atua num campo diferente do civismo. O que diferencia a cidadania do civismo é a consideração do cidadão na sua autonomia e nos seus direitos, sendo assim considerado nas suas escolhas individuais e coletivas, sejam políticas, sociais ou civis. No Brasil, a consciência em torno da importância da cidadania ganhou nova ênfase a partir de 1988, com a chamada “constituição cidadã”. Muito importante no conceito atual da cidadania é o fato de que o mesmo engloba uma expansão de direitos, gerando simultaneamente consciência e a conquista de direitos é um valor positivo. Na época da ditadura, era o civismo que definia se as ações eram positivas e se esse civismo era vinculado ao patriotismo. Ou seja, era uma cidadania regulada pelo Estado sob o olhar do civismo (inclusive já praticada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas). O conceito de cidadania regulada, de certa forma reaparece na ditadura militar e civil brasileira. Para o autor, a cidadania regulada é limitada por restrições políticas junto aos direitos sociais.

De acordo com Machado⁶¹ para uma melhor compreensão da noção de cidadania é importante perceber que a mesma vai além da ideia de ter direitos. Vai até o lugar de reconhecimento dos direitos humanos como a sua premissa básica, mas também desenvolve a ideia na linha de sementeira de valores humanos e articula uma expansão de consciências no campo individual e coletivo dos cidadãos. Por exemplo, a potencialização da consciência planetária através da globalização trouxe a consciência de novos valores que transcendem a consciência nacional. Oliveira⁶² pontua que a cidadania como palavra e conceito tem hoje um amplo uso e também um significado novo, até um tanto banalizado, mas possui amplos sentidos, serve como referência e estabelece designações, representando aspectos diversos junto a realidades e atividades intelectuais. Conforme a autora, a cidadania designa a condição de cidadão: “Ela é uma palavra polissêmica e seus sentidos se constituem na história de suas enunciações ao longo do tempo”.⁶³ Por exemplo, a cidadania na História do Ocidente, mesmo tendo a sua origem na Antiga Roma, teve o seu alento com a Revolução Francesa, quando foram construídos ideologicamente a primeira geração de direitos com seus princípios de liberdade, fraternidade e igualdade. Esses também foram construídos no processo de Independência dos EUA (1775-1783). Na chamada Convenção da Virgínia inclusive foram

⁵⁹ CAMARGO, 1979, p.17.

⁶⁰ CARVALHO 2014, p. 119.

⁶¹ MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997, p.47.

⁶² OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**. História e Política de uma palavra. Campinas/SP: RG, 2006, p.5.

⁶³ *Ibid.*, p.38.

estabelecidos os direitos à resistência, que não aparecem nos princípios sempre lembrados da Revolução Francesa. Depois, com o fim da 2ª Guerra Mundial, a ONU enaltece a noção de Direitos Humanos. Essa Carta da ONU proclamada em 10 de dezembro de 1948 com trinta artigos e aprovada por quarenta e oito países, traz não só a proclamação de um pacto internacional de direitos civis e políticos e de direitos econômicos, sociais e culturais, mas também a proteção universal dos direitos humanos através do ensino e da educação, com o respeito aos direitos de liberdade humana. No Brasil, no final dos anos 1980, a cidadania é usada como um conceito novo, levando em conta questões como novos direitos civis e a diversidade cultural. Mesmo com o desenvolvimento dos direitos sociais nos governos de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 40 do século XX, que estabeleceu uma regulação na vida social brasileira, a cidadania não se expandiu no campo político e civil. Detém cidadania, conforme Edgar e Sedgwick⁶⁴:

O agente humano a quem são dadas características sociais específicas, com significado político legalmente codificado (tais como direitos, deveres e obrigações, liberdade para tomar decisões que são questões de seus interesses privados e para participar de interesse público, para participar da vida da sociedade civil).

Os autores diferenciam uma cidadania substantiva de uma cidadania formal, sendo que na primeira o cidadão faz parte de um corpo sócio-político no universo dos direitos e deveres, e na segunda definição o cidadão é apenas a de membro do Estado-nação. Então, ter posse da cidadania substantiva tem um peso e uma visão diferente quando ela é vinculada ao Estado-nação, quando assume as cores do civismo, sendo uma cidadania formal. O civismo, assim, não é uma “não cidadania”, mas uma cidadania formal.

Na área de história do Brasil, Carvalho⁶⁵ desenvolve teoricamente o conceito de cidadania. Em uma perspectiva, a mesma se movimenta no conceito liberal, no qual possui lugar o interesse do cidadão, ficando de fora a virtude cívica. Uma segunda versão é a do republicanismo clássico, ou do humanismo cívico, que enfatiza o bem coletivo, mesmo com sacrifícios do interesse pessoal e, uma terceira versão desenvolve a noção de pertencimento a uma comunidade política. O autor destaca ainda que esse pertencimento não é necessariamente virtuoso, podendo ser de uma participação passiva junto ao Estado-nação, não contestadora. Pode lhe faltar a ênfase na ação política, assumindo uma conformidade. Pode reforçar e produzir uma concepção autoritária do coletivo, como se deu e se dá nos

⁶⁴ EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 55.

⁶⁵ CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na Encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton. (Org.). **Pensar a República**. Minas Gerais: UFMG, 2002, p.105.

Estados nacionalistas. Assim se aproximam civismo e cidadania historicamente. Esse conformismo político é, de certa forma, estimulado pelo civismo e estimulou o cidadão na ditadura militar e civil brasileira a ser passivo.

Gomes⁶⁶ registra que, “os sentidos da cidadania são múltiplos, dependendo da perspectiva cognitiva do grupo social contemplado, que é variável no tempo e no espaço”. Mas, na medida em que novas identidades vão surgindo, vão se imprimindo novos sentidos à noção de cidadania. Continua:

Identidades sociais e culturas de direitos se articulam conforme os grupos sociais se percebem. Assim encaminham direitos e acessos, por exemplo, junto à justiça e o Estado. Dessa forma, à medida que novas identidades vão sendo construídas e assumidas, vai-se impondo a necessidade de definir direitos. Nesse sentido, é fundamental compreender que o uso das noções de inclusão e exclusão não nos deve levar a considerar os direitos como algo que se tem ou não se tem, numa lógica política de jogo de soma zero.⁶⁷

Assim, a cidadania é fundamentalmente vinculada às identidades históricas e sociais e à consciência dos sujeitos históricos, tanto ao definirem seus pertencimentos quanto ao se perceberem como cidadãos (como se sentem pertencendo a si mesmo e ao coletivo). O que vale para a ditadura militar e civil brasileira é que a mesma procurou ao impor um ensino de problemas brasileiros aos estudantes, enquadrar o cidadão-estudante numa cidadania formal e regulada pelo Estado-nação via civismo, lhe impondo um pertencimento e uma percepção pertencida de si mesmo ao Estado autoritário. Assim, na verdade, foi o civismo e não a cidadania como pertencimento ao Estado que impôs regras cívicas ao cidadão. O Estado autoritário criou, via civismo, uma imagem de si mesmo para o cidadão brasileiro, tendo a EPB nas universidades, nesse sentido, um papel específico.

2.2 A RESTRIÇÃO DA CIDADANIA

A ditadura militar e civil brasileira numa perspectiva mais ampla está relacionada com a Doutrina de Segurança Nacional difundida pela política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria. “Segurar” as nações devido à ameaça do comunismo visava, no fundo, proteger o capitalismo e os interesses de uma burguesia mundial no período pós 2ª Guerra Mundial. A trajetória desta etapa do capitalismo consolidou-se através de regimes militares ditatoriais como se fosse um bloco na América Latina, incluindo o Brasil. Devido à

⁶⁶ GOMES, Angela de Castro. Apresentação. In: _____. **Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 20017, p.8.

⁶⁷ *Ibid.*, p.9.

adesão e mesmo à participação ativa de setores da sociedade civil em sua instauração e manutenção, esses regimes podem ser chamados de ditaduras militares e civis. O ensino da EPB nas universidades, por exemplo, foi imposto e organizado nesse contexto ditatorial prioritariamente militar de acordo com os princípios ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional via CNMC, sob a influência da ESG no Brasil. Apesar disso, juntos estiveram os civis, desde a CNMC até a organização da EPB nas universidades.

O Brasil teve, além dessa inserção nas ditaduras militares e civis latino-americanas, um “nacionalismo varguista” no período histórico pós 1930 que não era visto com simpatia pelo governo norte-americano nos anos 50, no contexto da Guerra Fria. No Brasil, ainda, fortaleceu-se, no pós 2ª Guerra Mundial, a associação ao capital mundial, que na sua etapa de expansão trouxe ao mundo capitalista modernizações no consumo, busca de mercados e substituição de importações, e deixou “faceira” a fração da burguesia brasileira associada ao capital estrangeiro. A política de Vargas nessa etapa capitalista era vista como um obstáculo aos interesses expansionistas do setor associado da burguesia brasileira. Assim, nesse contexto de exacerbada polarização da Guerra Fria, o pacto populista chegou até mesmo a ser vinculado ao comunismo. Rodeghero⁶⁸ comenta que:

No período posterior à Segunda Guerra Mundial a oposição ao comunismo foi alimentada e alimentou a Guerra Fria, de tal forma que se difundiu num clima de tensão e de perigo quanto ao enfrentamento das duas potências-EUA e URSS- à eclosão de uma terceira guerra mundial e ao que parecia ainda pior: o domínio dos comunistas sobre os países democráticos e cristãos.

Desse modo, a herança política da Era Vargas foi vinculada à possível ameaça do comunismo no contexto da Guerra Fria, não apenas como ameaça em termos de regime político, mas também como algo perigoso à família brasileira, aos bons costumes religiosos e aos valores sociais e culturais vinculados ao cristianismo. Esse contexto histórico de cultura do “medo do comunismo”, além de ter servido como uma das justificativas para o Golpe de 1964 refletiu na prática educativa moral e cívica na ditadura militar e civil brasileira, seguindo os ensinamentos e preceitos da Doutrina de Segurança Nacional forjada na Escola das Américas, no Panamá e, que teve no Brasil a ESG (Escola Superior de Guerra) como sua principal instituição difusora.

⁶⁸ RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é vermelho**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003, p.143.

Conforme relata Koch⁶⁹, o golpe militar e civil de 1964 foi instalado com um ato de força e de ruptura nas instituições políticas brasileiras. De acordo com Ianni⁷⁰ os militares, pela primeira vez, assumiram diretamente o poder, tendo o apoio de governadores também golpistas e de civis ligados em parte ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES. O apoio logístico dos EUA foi estratégico para o sucesso do golpe. Temendo a repetição de outros casos como a Revolução Cubana na América Latina, a política externa norte-americana auxiliou na instauração e na montagem de governos militares ditatoriais na América Latina.

Os militares não chegaram a assumir o poder nas transições políticas do Brasil republicano, mas sempre estiveram presentes e participaram em suas definições políticas. Em 1964 com um contexto histórico favorável para assumir o poder, iniciaram, com o primeiro presidente militar Marechal Castelo Branco, uma trajetória na qual o Estado servia para uma proposta calcada na Doutrina de Segurança Nacional. Inspirados nos ensinamentos da Escola das Américas, era necessário combater um inimigo interno, o comunismo. A Guerra Fria foi, dessa forma, internalizada contra um inimigo, muitas vezes imaginado e que tinha uma abrangência criminosa e fantasiosa. Conforme o livro “Brasil Nunca Mais”, a maior avalanche repressiva se deu após a decretação do AI-5.⁷¹ Só no mandato do Presidente Médici registraram-se 4.460 cidadãos denunciados por crimes contra a segurança nacional. A principal acusação estava ligada à militância partidária proibida, seguido de participação em ação violenta ou armada. O próprio regime militar empurrava cidadãos à clandestinidade através de ações repressivas.

Conforme Mendonça e Fontes⁷² O binômio “segurança e desenvolvimento” esteve na ordem do dia em termos de política econômica do regime militar, política essa que tinha sua inspiração na Doutrina de Segurança Nacional. O medo ligado à questão da segurança advinha da suposição de que o povo brasileiro seria uma presa fácil do comunismo devido ao seu estágio de desenvolvimento. Assim, a segurança é vista como pré-condição para o desenvolvimento, era considerada uma necessidade não só geopolítica, mas também de controle da sociedade brasileira. o modelo econômico aplicado a partir de 1964 tinha a

⁶⁹ Sobre essa análise da vinculação da ditadura militar e civil brasileira com a cidadania e o filme Pra Frente Brasil, ver em: KOCH, Adolar. Pra Frente, Brasil: contextos. In: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs.). **68: história e cinema**. Porto Alegre: Est Edições, 2008, p.105.

⁷⁰ Sobre a categorização como golpe da chamada “Revolução de 1964”, Octávio Ianni foi, de certa forma, pioneiro, principalmente no capítulo intitulado: Golpe de 64. IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Hoje, temos, entre outras produções sobre o tema, o documentário de Camilo Tavares, O dia que durou 21 anos, além de vários estudos como de Carlos Fico e outros.

⁷¹ ARNS, Cardeal D. Paulo Evaristo. Prefácio. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1991, p.85.

⁷² MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente -1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006, p.36-51.

predominância do grande capital e o desenvolvimento aconteceria na integração com o bloco capitalista ocidental. O auge dessa política econômica foi chamado de “milagre” no período de 1968 a 1974 e a linguagem utilizada para transmiti-la era técnica. Na verdade, buscava-se uma linguagem despolitizadora nas informações, enfatizando a ideia de desenvolvimento nacional. Assim, grandes obras como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói foram construídas e faziam parte do Plano de Integração Nacional.

O país entrava numa etapa de expansão das cidades, onde exportar era a solução; a indústria automobilística era financiada em longo prazo; modernizações na área das comunicações se aceleravam com o advento da transmissão de televisão em cores; surgiam os últimos modelos de som três em um; o Banco Nacional de Habitação (BNH) facilitava o financiamento de casas, etc. Tudo ao gosto da classe média brasileira! Delfim Neto explicava a economia do período do “milagre”, por exemplo, como um “bolo que primeiro deve crescer para depois ser dividido”, o que seguramente justificava o crescimento econômico, mas não assegurava a distribuição de renda. Assim, o conhecido “refrão” da época do binômio “segurança e desenvolvimento” não estava relacionada com política social, mas tratava-se, sim, de uma política econômica vinculada aos parâmetros do capitalismo ocidental. Até divulgava-se em *outdoors* a meta da inflação: 12% para ser atingida até o final do ano (em 1972). O Presidente Médici⁷³ falava que: “O milagre brasileiro tem um nome e esse nome é trabalho”. De acordo com Habert⁷⁴:

O que se convencionou chamar de “milagre” tinha três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e empréstimos.

Seguia-se o princípio de integração nacional inspirada na Doutrina da Segurança Nacional que, uma vez garantida, iria assegurar o desenvolvimento da economia. Mas esta parecia afastada da realidade do povo brasileiro. Seguia-se a propaganda do “Brasil Grande” como uma epopeia do povo brasileiro num tom de propaganda nacionalista.⁷⁵

⁷³ BRASÍLIA. Presidente Médici. **Os vínculos da fraternidade**. Departamento de Imprensa Nacional, 1973, p.17.

⁷⁴ HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Ática, 2006, p.13.

⁷⁵ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.320.

Na história dessa época temos um momento paradigmático, chamado de “68”. Nesse ano, 1968, observou-se no Brasil um processo de condensação e concentração em termos de cultura e política. Novas identidades se configuraram com influências do contexto mundial em termos de contestações, novos costumes e valores. Uma sociedade inquieta manifestava sua recusa violenta ao *establishment*, de onde surgiu uma desordem nova e, não uma nova ordem. Para Cardoso⁷⁶ o rompimento do fio da tradição, uma lacuna entre passado e futuro. Em vários lugares no mundo, como na França, estudantes se manifestavam; nos EUA, Martin Luther King e Robert Kennedy são assassinados; no México houve o massacre da Praça Três Culturas e a realização das Olimpíadas logo após, mesmo com centenas de mortos. Na Tchecoslováquia, houve a repressão das tropas do Pacto de Varsóvia na chamada “Primavera de Praga”. A guerra do Vietnam fazia surgir manifestações e discussões em torno da questão guerra e paz. Dessa forma, o ano de 1968⁷⁷ surgiu como uma ruptura de tradições. Parecia uma superação a partir de velhos valores humanos por novos num espírito de liberdade. Uma inquietação geral. A pílula anticoncepcional aparecia e começava a fazer parte do cotidiano, influenciando os comportamentos e a sexualidade. Costumes alteram-se ligados à música do *rock*, em especial dos Beatles. Emergiam novos hábitos e costumes: para se vestir, homens usavam cabelos longos – cabeludos que a cada dia faziam uma revolução civilizacional. Uma verdadeira revolução estética e ética aconteceria.

No Brasil, no âmbito da música popular brasileira, a Bossa Nova se fortalecia, assim como a Tropicália. Outros movimentos culturais ganharam força construindo uma nova maneira de ser brasileiro. Os jovens apareciam como mitos e mitificadores, consumindo e sendo consumidos, como contestadores e sendo contestados. Eles queriam destruir o velho e impor o novo. O “não” aparece com aparência de cabelos longos, acrescentado pelo *jeans* desbotado, pés descalços, anéis em todos os dedos, colar de índio, etc. A moda psicodélica ganhou força com cores gritantes de roupas. Desconfiar dos chefes, dos heróis, era a bola da vez.

A rebelião pessoal vira rebelião política. O “não” passivo dos *hippies* vira o “não” com a influência do anarquismo e pacifismo de Ghandi. O cabeludo que a cada dia criava uma nova civilização traz consigo um teatro permanente e se tornou incômodo para o chamado “*status quo*”. A nova esquerda de Marcuse inspirou os jovens e a juventude rebelde a se fortalecer. Guevara influenciava os jovens com o *slogan*: “criar um, dois, três *Vietmans*”. Esse terremoto de costumes

⁷⁶ CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001, p.166.

⁷⁷ Sobre o significado do ano de 1968 temos leituras como: HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003. Também COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (Orgs.). **Mai de 68**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008. E ainda VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

e desafios no “*ethos*” filosófico brasileiro e mundial significava uma ruptura para os planos da ditadura militar. Os revoltados eram confundidos com os chamados “subversivos”, que era uma generalização feita a partir do olhar do quartel que queria ver todos enfileirados e marchando. Surgiu também no Brasil uma profunda reflexão sobre limites comportamentais e sentido de ser brasileiro. Questionamentos, atitudes e inquietudes começaram a incomodar um estado autoritário. Configura-se no Brasil um novo mapa paradigmático a partir do qual o olhar estruturado se alterou. Novas visões de mundo, enfim, uma nova consciência brota no interior das pessoas e na sociedade brasileira. O estar no mundo foi ressignificado.

Nesse contexto a cidadania brasileira poderia ter sido ampliada e ressignificada. No entanto, na mesma época começou a ser reforçado um civismo por parte da ditadura militar e civil. Para exemplificar e aprofundar o entendimento da cidadania, em especial no segundo período repressivo do governo Médici, pode-se observar o filme “Pra Frente Brasil⁷⁸”, veiculado nos cinemas no início dos anos 1980. O Ato Adicional de 1969 que refaz a Constituição de 1967, o AI-5 e outros decretos-lei da ditadura impõem ao cidadão brasileiro uma dura realidade, trazendo insegurança nos seus direitos, inclusive, direitos naturais, entre eles o direito de ter direitos e o direito à vida. No referido filme, Jofre (personagem preso pela polícia na ditadura) está na situação de interrogatório e tortura e é pressionado pelos seus algozes para falar. Quando os torturadores se retiraram da sala para ver o Brasil na TV jogar em mais uma partida da Copa do Mundo de futebol de 1970, ele, Jofre, começa a falar sozinho:

Quem são vocês.
 Quem vocês pensam que sou.
 Com que direito, com que direito meu Deus...
 O que eu estou fazendo aqui.
 Eu sempre fui neutro, apolítico.
 Nunca fiz nada, nunca fiz nada contra ninguém.
 Não sou dos que são contra.
 Eu sou um homem comum;
 Eu trabalho,
 Eu tenho emprego,
 Documento,
 Tenho mulher,
 Tenho filhos,
 Pago imposto.
 Não consigo entender,
 Como fazem isto comigo,
 Logo comigo...
 E os meus direitos...
 Uma coisa dessas não se faz...
 Com ninguém... com ninguém...

⁷⁸ PRA FRENTE BRASIL. Direção: Roberto Farias. **Produção:** Embra filme e Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rzj1_bD3BDI>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Quando Jofre se refere acima na sua fala “aos meus direitos” e expressa o seu sentimento de indignação e impotência perante uma violência praticada nos chamados porões da ditadura, está trazendo que teria direito à cidadania como cidadão brasileiro. Pinsky e Pinsky⁷⁹ definem o cidadão assim:

Afinal, o que é ser cidadão? Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis... Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais... cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.

O que era ser cidadão na ditadura militar e civil, em especial no período do governo Médici? De acordo com Carvalho⁸⁰ a partir do golpe de 1964, “os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão”. Inquéritos policiais militares (IPMs) eram instrumentos comuns na ditadura. Também tivemos os chamados porões da ditadura, onde qualquer suspeita subversiva poderia ser considerada um perigo comunista e custar aos suspeitos a perda da liberdade, dos direitos civis e políticos, do próprio emprego e, às vezes, da vida. Conforme a abordagem da pesquisadora Chirio⁸¹ esta máquina repressiva cresceu de tal forma que acabou se tornando um “estado policial” autônomo dentro do governo. Essa guinada se avolumou principalmente a partir do AI-5, no final de 1968, através do qual foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional. Com o governo Médici, foram introduzidas novas medidas repressivas, entre elas, por exemplo, a pena de morte por fuzilamento, que tinha sido abolida após a proclamação da República. Ao lado da Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações (SNI), atuavam os serviços de inteligência do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das polícias estaduais, além das Delegacias de Ordem Social e Política (DOPS) dos estados. Militares de reserva se organizavam em ministérios, em empresas estatais e órgãos de segurança e informação. Foram criadas ainda agências especiais de repressão chamadas de Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, que ficaram tristemente conhecidas pelas siglas DOI-CODI.

Assim, o desabafo de Jofre no filme nos mostra a indignação do cidadão, refém de um grupo de elementos ligados aos porões da ditadura, que entraram em sua vida armados, numa camioneta Veraneio, fuzilando o seu novo amigo que lhe ofereceu carona. A carona até o centro do Rio de Janeiro lhe traçou um destino de interrogatório, tortura e morte, colocando-o numa situação onde tinha que falar alguma coisa, mesmo não sabendo nada. O regime militar

⁷⁹ PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História e Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p.9.

⁸⁰ CARVALHO, 2002, p.158.

⁸¹ CHIRIO, Maud. **A Política nos quartéis**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.7.

brasileiro tratou o seu cidadão Jofre assim, levando-o ao sumiço e ao sofrimento, sem o respeito aos seus direitos civis, em nome da Lei de Segurança Nacional. O direito à vida e à liberdade foi-lhe roubado.

O filme contrasta esta situação com o futebol. Ser cidadão, conforme mostra o filme, era torcer pela seleção brasileira de futebol. Várias realidades são mostradas no filme: a do futebol, da mídia, do discurso, das aparências, e a dos porões da ditadura. Conforme Almeida e Weis⁸² existiam também uma realidade pouco conhecida:

Na tarde quente do domingo 21 de junho de 1970 um grupo de amigos se reuniu em um apartamento da rua Haddock Lobo, no Jardim Paulista, em São Paulo, para cometer, diante de um aparelho de TV, o supremo crime de lesa-pátria: torcer contra a Seleção numa final de Copa.

Concluem que no contexto da Copa do Mundo de 1970, o nacional-patriotismo é exaltado. O futebol foi associado a uma espécie de festa do “milagre econômico”. O velho lema do nacionalismo foi ressuscitado na ideia do “Brasil Grande” para tornar mais popular a “Revolução de 31 de março”. Promoções são feitas por lojas doando discos compactos do Hino Nacional e da Bandeira; a música “Eu te amo meu Brasil” é associada à figura de Médici; coleção de figurinhas das grandes realizações do governo e seus “heróis” são vendidas nas bancas. No ano seguinte, a Educação Moral e Cívica é implantada como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino (Decreto-Lei nº 869) para a formação do caráter do brasileiro e seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade. Este Brasil, o “Brasil Grande” que a sociedade brasileira vivia no futebol, também foi levado para as salas de aula via EMC e EPB. No entanto, um outro Brasil existia e, também se revelava em sala de aula. Em março de 1970, Chico Buarque de Holanda retorna ao Brasil após o exílio de mais de um ano na Itália. No contexto de sua volta, compõe a música “Apesar de você”. Ele canta uma briga de namorados, mas que era uma crítica disfarçada à ditadura. Diz parte da letra: “Hoje você é quem manda/Falou, ta falado/Não tem discussão, não/ [...]. Você que inventou esse estado/ Inventou de inventar/Toda escuridão [...]/Apesar de você/Amanhã há de ser outro dia [...]”.⁸³

De acordo com Silva e Silva⁸⁴:

⁸² ALMEIDA; WEIS, 1998, p.320.

⁸³ *Ibid.*, p.320.

⁸⁴ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005, p.47.

Cidadania é um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis. A noção de cidadania está atrelada à participação social e política em um estado. Além disso, a cidadania é sobretudo uma ação política construída paulatinamente por homens e mulheres para transformação de uma realidade específica, pela ampliação de direitos e deveres comuns.

O direito do cidadão no Brasil nesse ano de 1970 parecia estar limitado a uma participação como ator aplaudindo a seleção de futebol da nação, ou a viver no medo da escuridão com os direitos de cidadão dilacerados com controles, censuras, prisões, fichamentos, perseguições e torturas, inclusive em sala de aula com a presença dos chamados “dedos duros”. Criou-se o cidadão do medo! Aparece no filme “Pra Frente Brasil” uma das práticas dos torturadores, a expressão: “fala cidadão [...] fala o que nós queremos ouvir!” O personagem Jofre, que na verdade não tinha o que falar, foi levado à morte não só como cidadão, mas também como ser humano.

O ensino de EPB nas Universidades também fazia parte desta realidade histórica de aplaudir as façanhas da nação, de viver com medo da escuridão imposta pela ditadura militar. Na verdade, fazia parte de um campo além da sala de aula promovido pelos militares que, na intenção de “civilizar” o cidadão brasileiro nos moldes de sua moral e de seu civismo, criou e implantou, através da CNMC, a EPB nas Universidades, onde era ensinada e divulgada uma realidade brasileira a partir do ponto de vista do regime para promover e divulgar os seus projetos, como o do “Brasil Grande”, entre outros. Assim, um grupo de professores foi formado e atuavam na promoção e divulgação desses valores e de projetos para formar um “novo cidadão”, nos moldes de uma “nova nação” em construção. Porém, dentro das salas de aula, este projeto de ensino e as EPBs eram vistos com reservas, oposição que se enquadrava no âmbito mais amplo de resistências contra a ditadura militar e civil pelos estudantes.

A ditadura militar e civil brasileira no período histórico de 1964 a 1985 se caracteriza por um período de restrição à cidadania. Ela suprimiu a participação política bem como desrespeitou os direitos individuais. Paralelamente foi um regime no qual o civismo foi propagandeado e incentivado.

2.3 O INCENTIVO AO CIVISMO

A preocupação com os pressupostos da moral e cívica e sua importância para a educação já podem ser observadas na história do Brasil, bem antes do período da ditadura militar e civil instaurada em 1964. Já nos tempos do Império, o ensino do civismo e da moral era considerado importante para a construção da nação brasileira, conforme se pode constatar

no Decreto nº 37.087, de 9 de dezembro de 1835, do Regente Diogo Antônio Feijó sobre a instrução moral:

Satisfeitas as necessidades da administração que ficão indicadas, revela promover a instrução e a moral, sem as quaes não há civilização, e muito menos liberdade. Um plano de educação, uniforme em todas as províncias, que a torne nacional, que dê character, e physionomia ao povo brasileiro, é objeto de summa necessidade. Os princípios que servem para o desenvolvimento da razão humana, e as principais regras dos direitos e obrigações do homem, devem formara base da instrução geral. As máximas de conducta, prescriptas pelo Evangelho, e ensinadas pelos Ministros da Religião com a voz, e praticamente com o exemplo, servirão de alicerce à moral publica. Mas em quanto este plano se não pode realizar, convem ao menos que certo grão de instrução e moralidade seja um requisito indispensável para a admissão dos empregos, no qual deverá sempre preferir o homem instruído, e entre estes os casados, e os que fizerem as vezes de chefes de legítimas famílias.⁸⁵

A instrução moral foi proposta por Feijó como um plano de educação nacional com uma amplitude que desenvolvesse a razão humana, regras dos direitos e obrigações. Uma moral pública deveria ser alicerçada pela religião e deveria dar sempre preferência para admissão de empregos aos casados e aos chefes legítimos de família, sendo a instrução a base para essa moral cívica. Difundiu-se assim na época um civismo e princípios morais para o “povo brasileiro”, procurando-se criar bases para uma moral pública.

O decreto faz referência aos principais direitos e obrigações do homem e vincula o mesmo aos valores da civilização, à religião, à família e à moral pública.

Thiago, Borges Filho e Dante Martorano⁸⁶ ao fazerem um estudo sobre o ensino da EPB na UFSC, destacaram que o Decreto de 1835 se situa no início da formação da nação brasileira, quando havia a preocupação em criar e difundir uma fisionomia do povo brasileiro, envolvendo os direitos e obrigações do homem, além de desenvolver através da instrução geral uma moral pública, que, na verdade para eles, era o mesmo que civismo. Também tínhamos, ainda no século XIX, o Decreto nº 981, de 08 de dezembro de 1890, que igualmente se preocupou com a instrução moral e cívica como disciplina integrante do

⁸⁵ BRASIL. **Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1835**, referente á applicação (de leis) promulgadas de 14 de junho de 1831 e de 12 de agosto de 1834; Artigo 12°. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37087-9-dezembro-1835-563020-publicacaooriginal-87128-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2016.

⁸⁶ THIAGO, Acácio Garibaldi S; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. A Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFSC. *In: Revista de Ciências Humanas*, Santa Catarina, v. 3, n. 6, 1984, p. 94-104. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23746/21313>>. Acesso em: 20 mar. 2016, digital.

currículo escolar.⁸⁷ Gomes⁸⁸ aduz que esse decreto, assinado no início da República pelo então chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, se refere, em seu artigo 81, à “Instrução Moral e Cívica – narrativas e anedotas, fábulas, contos e provérbios que tenham tendência moral”, e à “História Pátria – pequenas narrativas de história pátria e narrativas de viagens, com auxílio de estampas”. “Fazer sentir constantemente aos alunos, por experiência directa, a grandeza das leis moraes”. Essa nova história da pátria esteve vinculada ao fortalecimento do imaginário em torno da República que estava se instalando. Foi enaltecida a importância de ensinar normas morais através de narrativas e incentivar um novo sentimento pela pátria, que se tornou, a partir dessa época, uma República. Sobre esse contexto, refere ainda: “A República produziu um novo discurso político carregado de valores e simbologias cívicas no qual a história da pátria, ao lado da geografia, tinha um lugar fundamental”. A autora destaca ainda que para essa construção da República brasileira prevaleceu uma preocupação com “uma nova cultura cívica centrada na educação e não apenas na instrução da população”. Assim, a construção da República e a sua consolidação trouxe novas necessidades, como novos símbolos nacionais e uma preocupação com uma nova cidadania e um civismo e moralidade republicanos que deveriam ser levados para a instrução e educação nas escolas.⁸⁹

Conforme relata Araújo⁹⁰ quando salienta que durante o Estado Novo de Vargas, o apelo cívico e moral eram constantes nas escolas e também fora delas através de rituais e solenidades. Nas escolas, rituais cívicos se tornaram obrigatórios e o culto à Pátria foi incorporado nos princípios nacionalistas. Criado em 1939 por um Decreto presidencial, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) teve ampla atuação na difusão do apelo de amor à pátria, inspirado no contexto mundial dos nacionalismos da época. Um dos principais objetivos do Estado Novo de Vargas foi o de formar um Estado forte, havendo assim um interesse do mesmo em doutrinar a juventude em relação ao sentimento de civismo e depurar os costumes sociais que pudessem interferir na construção de uma nova identidade nacional. O DIP tinha por objetivo difundir a ideologia do Estado Novo, organizavam inclusive manifestações cívicas e festas patrióticas. Conforme cita ainda o autor, Vargas criou também

⁸⁷ BRASIL. Senado Federal. Subsecretarias de Informações. **Decreto n. 981 - de 8 de novembro de 1890**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016.

⁸⁸ GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. **Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009, p.1. Disponível em: <multimediasdesignstudio.com.br/demo/index.php/.../2-anais.../19-simpósio-2009?...>. Acesso em: 25 mar. 2016.

⁸⁹ *Ibid.*, p.6.

⁹⁰ ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. São Paulo: Zahar, 2000, p. 34.

a LSN (Lei de Segurança Nacional) e o Tribunal de Segurança Nacional. O regime tinha poder sobre aqueles que se opunham ao governo, por meio de medidas repressivas como a prisão e a perseguição política, forçando dessa forma diversos cidadãos a exilarem-se com medo da repressão.

De acordo com Mosko e Caspraro e Mosko⁹¹ foi criada nessa época, nos três graus de ensino, a disciplina de Prática Desportiva, demonstrando uma preocupação não só com a mente dos estudantes, por meio dos valores cívicos e morais, mas também com o aspecto físico, através do culto ao corpo e dos cuidados com o mesmo.

Em 18 de setembro de 1946 são lançadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que definem no artigo XV - as normas para a formação de moral e civismo. No entanto, estas Diretrizes não chegaram a ser implantadas por 15 anos, somente em 20 de dezembro de 1961 foi instituída a formação moral e cívica no artigo 1º - § 38 da Lei nº 4.024, que estabeleceu finalmente as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Elas definem que cabe à educação via Estado preparar o indivíduo para o bem estar na sociedade, sendo a educação moral e cívica uma prática educativa para reforçar o sentimento patriótico. Também em 1962 saía o Parecer Normativo, (proposta de Anísio Teixeira) que criou a disciplina de OSPB para ser ministrada nas escolas. Nessas diretrizes foi enfatizada a importância da prática educativa baseada nos princípios de liberdade e ideais de solidariedade. Em 1966, saiu a Indicação nº 1 do CFE na IIIª Reunião dos Conselhos de Educação, que incluía a educação cívica entre as práticas educativas e que manteve a OSPB como disciplina complementar nas escolas. Até esse momento, não havia surgido nenhuma proposta oficial para o ensino de moral e civismo para o ensino superior.⁹²

O Decreto-Lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que inseriu obrigatoriamente a EMC em todos os currículos com a criação da CNMC, foi resultado de estudos de um Grupo de Trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e assinado pela Junta Militar que havia assumido provisoriamente a Presidência da República no lugar do General Costa e Silva.⁹³ Este Decreto Lei surge no contexto da Reforma Universitária de 1968,

⁹¹ MOSKO, Jackson Fernando; CASPRARO, André Mendes; MOSKO, José Carlos. O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física: doutrinando corpos nos exercícios do poder. FDEPORTES, **Revista Digital** - Buenos Aires, año 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd143/o-estado-novo-1937-1945-e-a-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁹² BRASIL. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação ...>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁹³ *Id.* Decreto-Lei: Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como ... Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Publicação Original no **Diário Oficial da União - Seção 1** de 15/09/1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

instituída através da Lei nº 5.540, que no seu artigo 40 dispõe sobre a formação cívica.⁹⁴ Já os currículos, programas e regras para os professores de EMC foram definidos em 1971 pelo Decreto-Lei nº 68.065/71 (e com a Resolução 94/71 do Conselho Federal de Educação), vinculados à preocupação com a segurança nacional, seus valores morais e civismos.⁹⁵ Antes, a Constituição de 1967, em seu artigo 86, havia definido (ou redefinido) a segurança nacional genericamente, vinculando-a com a formação moral e cívica do povo. O artigo 86 reza o seguinte: “Toda pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei”.⁹⁶ Esta indicação foi completada com o Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967, que definiu que a formação moral e cívica deveria acontecer junto a toda a comunidade nacional, ampliando a segurança nacional como um conceito global e enfatizando a sua importância para a regeneração moral.⁹⁷

Com a criação da Comissão Nacional de Moral e Civismo em 1969, foram estabelecidas suas finalidades e as recomendações para a educação cívica e moral. As mesmas estão no Decreto-Lei nº 869-69 e no Decreto-Lei nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, o último regulamenta o primeiro:

Artigo 1º - É instituído, em caráter obrigatório, como disciplina, e também como Prática Educativa, a Educação Moral e Cívica nas Escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no país.

Artigo 2º - A Educação Moral e Cívica apoiando-se nas tradições nacionais tem como finalidade:

- a) A defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) A preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos de nacionalidade;
- c) O fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos vultos de sua história.
- e) O aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade.
- f) A compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o reconhecimento da organização sócio-política-econômica do País;
- g) O preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

⁹⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁹⁵ *Id.* Câmara dos Deputados. **Decreto nº 68.065**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁹⁶ *Id.* **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁹⁷ *Id.* Decreto-Lei: Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem...Legislação Informatizada. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

h) O culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

§ Parágrafo único. As bases filosóficas de que trata este artigo, deverão motivar:

a) A ação nas respectivas disciplinas, de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação de consciência cívica do aluno;

b) A prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.

Art. 3º §2º No sistema de ensino superior inclusive na pós-graduação a Educação Moral e Cívica será realizada como complemento sob a forma de “Estudo de Problemas Brasileiros, sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo.”⁹⁸

A EPB foi inserida como um complemento em um contexto educacional mais amplo, que foi o do ensino da moral e civismo como disciplina e prática educativa. Os parâmetros estabelecidos se referiam às tradições nacionais e princípios democráticos e religiosos, valores éticos e espirituais vinculados ao nacionalismo, visando o fortalecimento da unidade nacional e o sentimento de culto à pátria. O cidadão é inserido nessa decretação de lei e lembrado no contexto da compreensão dos seus direitos e deveres e também no exercício de atividades cívicas vinculados com a moral e o patriotismo.

O ensino de moral e civismo foi inserido nos currículos escolares como disciplina e prática educativa e no ensino superior brasileiro como complemento com a disciplina de EPB (Estudos de Problemas Brasileiros). E, no ensino superior também foi considerada como prática educativa, de acordo com o Decreto nº 68.065 de 14/1/1971. O artigo 3º do referido decreto repete as finalidades já listadas no Decreto-Lei nº 869/69. Em termos de moral e civismo, o mesmo vinculou a democracia, espírito religioso e culto à pátria como valores essenciais para a prática educativa e disciplina nos três graus do ensino. Ao ser levado para os cursos superiores como complemento sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros, a EPB atendia aos objetivos e preocupação de ensinar o amor pela pátria e atividades cívicas. Também a Prática Desportiva foi uma experiência implantada nesse contexto da educação cívica nas universidades e de certa forma reutilizada a partir da experiência getulista pelo regime militar e civil brasileiro no pós-1964, o que pode ser compreendido como um ponto de aproximação entre dois períodos históricos, do Estado Novo getulista e da ditadura militar e civil brasileira. O que mobilizava as duas épocas em termos de disciplinar o “seu povo” nesse civismo e moral, como os grandes eventos e propagandas, marchas e o hasteamento de bandeiras enaltecendo a pátria, era visto também como uma tarefa da educação.

⁹⁸ BRASIL. **Decretos**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd009384.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

A Prática Desportiva também foi implantada em 1969, mesmo ano da EMC e da EPB, por meio do Decreto-Lei nº 705, e combinada com a Prática Educativa da moral e do civismo, em especial com a formação de Centros Superiores de Civismo nas Universidades e outros órgãos públicos.⁹⁹ Sua obrigatoriedade apenas foi eliminada nos currículos dos cursos superiores das Universidades três anos após a eliminação da EMC e da EPB, por meio da Lei nº 9.394, mais conhecida como LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de 1996.¹⁰⁰ Essa lei concedeu autonomia às instituições de ensino superior na definição de seus currículos e assim oportunizou que a Prática Desportiva pudesse ser retirada dos currículos. Fato curioso, mesmo com o fim da ditadura militar e civil brasileira e o fim da CNMC em 1986, a EMC e a EPB subsistiram até os anos 1990¹⁰¹ inclusive a disciplina de Prática Desportiva. De acordo com Mosko, Caspraro e Mosko¹⁰², a preocupação do estado autoritário em promover a segurança nacional com uma espécie de vigilância hierarquizada, colocando o aluno e a sociedade dentro de um regime disciplinar, poderia ser alcançada com praticas através da educação.

2.4 A DITADURA E AS UNIVERSIDADES

Para Motta¹⁰³ a ditadura militar e civil brasileira se fez presente nas universidades através de decretos-leis e resoluções do Conselho Federal da Educação, caracterizando uma política repressiva. Esses instrumentos legais tinham uma abrangência maior que atendiam aos propósitos da mesma ditadura e, essas medidas tiveram os seus desdobramentos na política interna de ensino feita nas universidades e, também na UFRGS. Para situar alguns pontos significativos, tivemos entre as medidas colocadas em prática nas universidades a Reforma do Ensino em 1968-1970; os expurgos de professores; o Decreto-Lei nº 477 e a criação de ASIs-Assessorias de Informações. As comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, também tiveram a sua importância no sentido de incentivar sentimentos de amor pela pátria e civismo nas universidades. Além dos decretos, leis e resoluções do MEC, as universidades foram afetadas por influência externa, via acordos

⁹⁹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 705 de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10705.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

¹⁰⁰ *Id.* **Lei nº 9.394, de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

¹⁰¹ Ainda nos anos 90, como professor observava-se que estudantes do Campus do Vale tinham aulas de Prática Desportiva dadas pela ESEF (Escola Superior de Educação Física) da UFRGS, pelos jardins e áreas públicas do Campus.

¹⁰² MOSKO; CASPRARO; MOSKO, 2010, digital.

¹⁰³ MOTTA, 2014, p.115.

MEC-USAID. Assim políticas de ensino no pós 1964 tinham uma influência vinda de fora do Brasil, via acordos no contexto da política externa dos EUA da Aliança para o Progresso. Essa política para a educação brasileira seguiu parâmetros em torno da ideia de modernização e tecnificação.

Isto se deu da mesma forma junto à instituição universitária brasileira, envolvendo os cursos de graduação e pós-graduação. Para Motta¹⁰⁴ colocar as universidades em sintonia com esses parâmetros, houve, em especial, a Reforma de Ensino em 1968-1970, que reorganizou as universidades institucionalmente, inclusive a distribuição de disciplinas dos currículos dos cursos de graduação, no contexto descrito acima. Para além dessa reformulação da educação universitária, foi inserido nas universidades um olhar cívico e moral da ditadura e a EPB foi implantada como disciplina obrigatória em todos os cursos de graduação e pós-graduação. Essa política teve um “novo ciclo repressivo” a partir do AI-5. Na abordagem o autor organizou os temas em torno da Educação Moral e Cívica e a EPB para a juventude; da mordaza via decreto 477 com desligamentos de estudantes das universidades; e dos professores universitários que ficaram na mira do AI5 e foram atingidos pelos expurgos.

Conforme analisa o autor, a EPB junto com a Educação Moral e Cívica está contextualizada pelo AI-5. Esse ciclo advindo com o AI-5 coincidiu com o ponto culminante de tendências autoritárias que vinham desde 1964, segundo as quais era necessário ser completada a “limpeza”, sobretudo nas universidades.¹⁰⁵ O autor ainda destaca que o Decreto 477 visou desmantelar o movimento estudantil, que estava incluído no universo dos inimigos internos do regime pelo seu potencial em destruir a “Revolução” com suas mobilizações.¹⁰⁶ A mesma estratégia repressiva foi praticada junto aos docentes, com a promoção dos expurgos de professores oposicionistas. Tais operações de “limpeza” eram articuladas nas próprias universidades.¹⁰⁷ Já o ensino de Educação Moral e Cívica, visava disputar com a esquerda a mente e o coração dos jovens, interferindo diretamente nos currículos das escolas e universidades. Os valores que inspiravam esse ensino eram o patriotismo, a religiosidade e o anticomunismo. O autor ainda lembra que, entre os defensores da aplicação desse ensino nos anos 1960, que veio a dar origem ao decreto que fundou a EMC e EPB no Brasil como ensino regular, estava o ex-integralista Plínio Salgado.¹⁰⁸

¹⁰⁴ MOTTA, 2014, p.184.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p.148.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p.155

¹⁰⁷ *Ibid.*, p.164.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p.185.

No entender de Motta¹⁰⁹ o Decreto-Lei nº 869, junto com o Decreto-Lei nº 68.065, criou esse campo de ensino no Brasil, organizando a CNMC, criando Comissões Estaduais de Moral e Cívica e estimulando a criação de Centros Cívicos. Nas universidades, se procederia à criação de Centros Superiores de Civismo. Nesse contexto, também surgiu um filão editorial. Cita o exemplo de alguns militares mais entusiastas, como o General Moacir de Araújo Lopes, que escreveu uma brochura que foi enviada às universidades. Também o SNI enviou às universidades exemplares da Cartilha de Educação Moral e Cívica. Na contribuição de Motta sobre esse tema do ensino de EPB, o mesmo também lembra que o livro de Nelson Werneck Sodré, “História Militar do Brasil”, foi considerado inadequado pelos membros da CNMC para a juventude (devido ao vínculo comunista de Sodré) e, ainda, que houve a criação de Cursos de Estudos Sociais para a formação de professores de EMC e EPB, com uma formação rápida para atender a demanda criada. Algumas faculdades criaram Cursos de Moral e Cívica que foram vistos até pelo SNI como uma “picaretagem”. Estes cursos eram fiscalizados pelos órgãos de informação do regime militar.

Motta¹¹⁰ destaca que Jarbas Passarinho, Ministro da Educação, tinha desencontros com a CNMC. Passarinho se referia ao fato de que a EPB e a Moral e Cívica estavam recebendo críticas pela sua intenção aberta em fazer propaganda do movimento de “31 de março”, quando entendia que sua ênfase deveria ser a divulgação de valores democráticos. Ainda assim, o autor entende que é difícil concordar com Passarinho, que tinha convicções políticas que se mesclavam com o catolicismo social e o nacionalismo. No entanto, Passarinho divergiu do General reformado que presidia a CNMC devido ao vulto de Machado de Assis. Passarinho considerava esse escritor positivo para os jovens, enquanto o General o considerava nocivo devido ao seu agnosticismo. Esse episódio revelou que o prestígio da CNMC era limitado. O autor conclui que é difícil avaliar o impacto efetivo dessas disciplinas nos meios estudantis e que seu impacto nas universidades era limitado, “graças à impopularidade do regime militar e à força de atração dos valores de esquerda, que seguiu marcante até os anos 1980”.

Ao ser entrevistado em 1970 na Revista Realidade, o Ministro Passarinho dá amplas opiniões sobre a educação no Brasil. Não se refere diretamente ao ensino de Moral e Cívica e à disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, mas, ao se referir aos professores, comenta: “Mas, se ele é professor de anatomia, por que anatomia agora termina em Fidel

¹⁰⁹ MOTTA, 2014, p. 188-9.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 191-2.

Castro?”¹¹¹ Essa observação de Passarinho na entrevista, como Ministro da Educação, denota uma preocupação com o comunismo, que poderia estar sendo propagado nas salas de aula. Talvez a mesma justificativa sirva para a existência da EPB como disciplina obrigatória nas universidades, e isso não só como uma preocupação do Ministro da Educação, mas como um sentido que acompanhou a EPB nas universidades durante todo o período da ditadura militar e civil brasileira.

Além dos estudos já citados, Motta¹¹² traz dados da UFMG, PUC/SP e USP, com a EPB tendo uma inserção nesse seu estudo sobre as universidades durante o período da ditadura militar e civil brasileira. Na verdade, os poucos estudos e pesquisas em torno da EPB são oriundos de universidades federais. Não encontramos pesquisas sobre a implantação da EPB em universidades privadas. Algumas delas, inclusive, criaram cursos de Estudos Sociais, atendendo a demanda sugerida para a formação de professores de EPB.

Motta¹¹³ comenta que existia uma espécie de mordaza para os estudantes, assim pode ser interpretado o Decreto-Lei nº 477 promulgado em fevereiro de 1969, criado para conter o movimento estudantil. Analisa ainda o autor que esse decreto e suas repercussões em universidades, destacando que o mesmo permite perceber os temores dos militares em torno da segurança interna, coibindo o ativismo dos estudantes. O autor também destaca os acontecimentos de 1968, salientando o que foi dito pelo General Jaime Portela de Melo secretário-geral do CSN e titular do Gabinete Militar da Presidência em 24 de janeiro de 1969, numa exposição de motivos:

[...] em que se teria verificado verdadeira rebelião estudantil, com eclosão de massas de estudantes nas ruas, em atos agressivos e audaciosos. As multidões haviam sido conduzidas por líderes subversivos que visavam destruir a Revolução, com incentivo de setores da imprensa e do congresso.

Conforme Motta¹¹⁴ a ameaça –representada pelo 477– junto aos estudantes nas universidades, que poderiam ser punidos e afastados das aulas, ou simplesmente ter a matrícula negada foi um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar. Conclui que, os dirigentes interferiram na organização estudantil em DCEs e

¹¹¹ MINISTRO Jarpas Passarinho. **Concedeu entrevista à Revista Realidade**, março de 1970, p. 43. (Os exemplares da Revista Realidade se encontram no Museu Hipólito José da Costa em Porto Alegre). Disponível em: <<http://www.museudacomunicação.rs.gov.br/site/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

¹¹² MOTTA, 2014, p.192.

¹¹³ *Ibid.*, p. 154-5.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 156.

Diretórios Acadêmicos; filmavam-se passeatas e atos de protesto de estudantes; eram organizadas “listas negras” com nomes de estudantes já excluídos ou a excluir.¹¹⁵

Para Motta¹¹⁶ os estudos em torno de expurgos de professores de universidades têm um resgate e uma análise da repressão na história da UFRGS. Também destaca os expurgos de professores nas universidades, os primeiros aconteceram no final de abril de 1964, sendo professores e pesquisadores oposicionistas os mais visados. Conclui o autor:

O expurgo de professores no segundo ciclo repressivo teve impacto bem superior ao de 1964. Para a primeira “limpeza” pode-se estimar em aproximadamente uma centena o total de afastados por atos formais (entre aposentados e demitidos), enquanto em 1969 esse número foi um pouco superior, cerca de 120.¹¹⁷

A título de exemplificar essa prática repressiva, a recente pesquisa de Mansan¹¹⁸ refere que houve quarenta e um casos de expurgo sumário de professores que acabaram sendo desligados da UFRGS já em 1964 por motivos político-ideológicos através da Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS-CEIS/UFRGS, que funcionou de forma sincronizada com o mesmo órgão do MEC (Comissão de Investigação do Ministério de Educação e Cultura-CISMEC). Já em 1979, a ADUFRGS (Associação dos Docentes da UFRGS), havia publicado um livro sobre os expurgos na universidade. A publicação teve muita importância no resgate da memória em torno de um capítulo “excluído” da história da UFRGS durante a ditadura militar e civil brasileira. Uma parte que andava esquecida.¹¹⁹

Mansan¹²⁰ comenta que as Comissões Sumárias atuavam no viés da Doutrina de Segurança Nacional, expurgando um capital humano, veio na sequência um corpo mental, numa concha conservadora e doutrinária, político-ideológica, de uma ditadura militar e civil. O autor destaca que “uma das principais transformações ocorridas na UFRGS em 1969 foi a internalização da intervenção militar”. Menciona que a criação da Assessoria de Segurança e Informações-ASI, também designada de Assessoria Especial de Segurança e Informações-AESI. Esse órgão era comandado na UFRGS pelo Cel. Natalício da Cruz Correa, teve a sua inserção junto à Reitoria que tinha um cofre cinza junto à sua mesa material com a palavra “confidencial”, o que, no mínimo, suscitava curiosidades e certo temor. O Coronel atuou no referido órgão do ano de 1969 em diante e, no ano de 1979, o Reitor Ivo Wolf declarou que a

¹¹⁵ MOTTA, 2014, p.161.

¹¹⁶ *Ibid.* p.164.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.164.

¹¹⁸ MANSAN, 2009, p.204.

¹¹⁹ ADUFRGS, 1979, p.9.

¹²⁰ MANSAN, *op. cit.*, p.199.

Assessoria seria extinta, mas que o Coronel continuaria como “assessor de outros assuntos”. Ou seja, Natalício da Cruz Correa manteve-se como “quebra-galhos” do Reitor e assessor de assuntos de informática na UFRGS.

Complementa ainda que a ASI na UFRGS, atendia institucionalmente o que o regime militar exigia. Outra prática comum observada era o fato de o serviço de informação, ao se organizar, ter uma fachada para funcionar. O que transparece, com essa estrutura, é que havia certo controle informal em torno do serviço da UFRGS junto aos princípios ideológicos e políticos da ditadura que incluía a EPB. Mas, formalmente, salvo nos documentos confidenciais referidos acima, não houve relação da ASI com a EPB. A EPB tinha o controle da Superintendência Acadêmica (SUPAD) e tinha o seu coordenador, que, pelo que se constatou até agora, que não precisava de controle do serviço de informação.¹²¹

Cunha¹²² analisou em seu trabalho, a reforma universitária de 1968 nas universidades brasileiras, trazendo em sua análise o caso da UFRGS. Destacou que a reforma aproximou a universidade do MEC institucionalmente e enquadrou-a nos princípios gerais para a educação brasileira, propostos pelo projeto MEC-USAID. Ao lado dessas mudanças, a reforma também aproximou a UFRGS de princípios autoritários.

Nesse contexto, a reforma universitária, para Cunha¹²³ foi um projeto concebido dentro dos parâmetros de educação da ditadura militar e civil brasileira e definiu práticas educacionais repressivas e de contenção do movimento estudantil, uma política pública que atendia aos interesses do bloco de poder que visava garantir sua hegemonia. A autora se baseou teoricamente em Gramsci, quando avaliou a necessidade de hegemonia do poder ditatorial instaurado através de um golpe, estudou o impacto dessa busca via educação e analisou seu impacto educacional. Situando essa iniciativa e implantação da reforma de acordo com um modelo educacional, a autora pesquisou junto às fontes e documentos da Universidade, documentos institucionais, documentos oficiais do governo federal e jornais, mostrando como se deu a reestruturação da UFRGS no contexto da ditadura militar e civil. Ela destacou também que a Universidade foi inserida por meio desta Reforma, em um projeto que usou uma instituição existente para implantar o projeto ideológico mais amplo da Doutrina de Segurança Nacional. A autora, ainda, fez um histórico da Universidade, buscando a sua origem na Universidade de Porto Alegre (UPA) em 1934 e passando pela sua federalização nos anos 1950. Nos anos 1960, já no contexto da ditadura militar e civil, a

¹²¹ MANSAN, 2009, p.199.

¹²² CUNHA, 2009, p.177.

¹²³ *Ibid.*, p.123.

reestruturação da Universidade passou pela criação de um novo Estatuto, mas também teve greves, como a “greve do um terço”. Uma Comissão da Reforma teve o papel de trazer a proposta de inserir a UFRGS na política educacional do regime militar e promover a mudança da estrutura. Para análise, emergiram preocupações que existiam na época: como agiam esses reformadores; a quem servirá a educação; o que significa construir a educação no ambiente favorável do desenvolvimento e segurança; o que significava à manutenção da ordem, etc.

Cunha¹²⁴ trouxe também contribuições conceituais em torno do capital humano, buscando compreender, afinal, que tipo de humano esse modelo educacional visava educar, e avaliou o que significava educar na estratégia da educação da segurança nacional. Assim, o controle ideológico com pressões junto aos professores e estudantes, tornou-se importante no universo psicossocial. A divulgação de conteúdos educacionais e matérias que privilegiariam a visão dos militares e civis no poder tornou-se igualmente importante à instituição na perseguição aos comunistas. Portanto, de acordo com a autora a imposição de um projeto vindo de fora por intermédio do acordo MEC-USAID, trazendo autoritariamente uma reforma sem levar em conta a história e a memória da universidade, enquanto instituição existente desde 1934 foi uma experiência dentro desse contexto de mudanças impositivas.

Com o objetivo de incentivar o civismo foram trazidas para as universidades as comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira em 1972. Essa iniciativa visava incentivar o civismo entre os brasileiros e se serviu, para tal, das universidades. De certa forma, acontecia a busca de um “novo homem”, que poderia ser formado com uma maior consciência e adesão a valores cívicos, inclusive nas universidades. Essas comemorações foram amplas em todo o país, junto a entidades como órgãos públicos e por meio de competições esportivas, desfiles, etc. Inclusive o autor dessa pesquisa na época como atleta da Sogipa também competiu na Olimpíada do Exército, fazendo jus a uma medalha comemorativa (vide Anexo E). Essas competições visavam integrar militares e civis. Tanto que houve uma competição entre os atletas de um clube civil, com os atletas militares.

Maia¹²⁵ analisando as comemorações do Sesquicentenário da Independência Brasileira de 1972 e chama a atenção que as mesmas não tiveram unanimidade, mas geraram uma zona de ambiguidades. A autora analisa que existiam sentimentos ambíguos junto às comemorações, nos quais a exigência, vinda via civismo por parte do modelo societário da

¹²⁴ CUNHA, 2009, p.123.

¹²⁵ MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1969-1985). In: ANPUH-XXVII - Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social. **Anais eletrônicos do XXVII-Simpósio Nacional de História**. Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_conteudo=1290>. Acesso em: 22 mar. 2016.

ditadura militar e civil, provocava silenciosas resistências ao lado de colaborações consentidas. A autora salienta ainda que:

A cidadania foi atrelada à construção de um discurso cívico que se apoiou na história como lugar de produção e divulgação de um modelo societário desejado pelos agentes atuantes do regime. A relação entre o cidadão e a sociedade civil foi redefinida, negando aos movimentos sociais a muitas organizações o direito a manifestações e protestos contra a ordem vigente. O Estado esperava que o cidadão ativo vivenciasse um processo de conscientização cívica, o que pressupunha a participação desse patriota na condução dos destinos da nação dentro de limites bem definidos. Assim, atribuía como dever máximo do cidadão a defesa de valores considerados superiores e absolutos, dentre eles, os valores morais e cívicos, diante de ameaças à estabilidade e à ordem provocadas pelas mudanças sociais em curso.¹²⁶

Para Cordeiro¹²⁷ um projeto de cidadania para um “novo homem” foi atrelado ao civismo com as comemorações do Sesquicentenário da Independência. A autora faz uma análise das Comemorações do Sesquicentenário, considera esse evento, a partir de Pierre Laborie (que analisa o regime de Vichy na França no período 1940-44) como uma “zona cinzenta” e um “*penser double*”, que fazia conviver resistência e colaboração. A autora aborda o lugar do cidadão nas comemorações que aceitava as festividades no silêncio, mesmo não concordando com as práticas cívicas da ditadura militar e civil brasileira. Laborie¹²⁸ enfatiza que uma necessidade exterior fez com que os franceses, durante a ocupação nazista, assumissem o perfil de “homem duplo”, sendo um e outro ao mesmo tempo, com um sentimento de contornar uma realidade tornada insuportável. Cordeiro¹²⁹ enfatiza que não se deve simplificar de forma binária, entre Estado opressor e sociedade vitimizada, a realidade formada junto à população, pois houve uma diversidade que compunha uma zona cinzenta, formada de pessoas indiferentes, que alegavam nada saber.

Outro canal importante para compreender a relação e as intervenções da ditadura nas universidades são as análises contemporâneas em torno do ensino de EPB nas universidades na época da ditadura militar e civil brasileira. Dois autores pesquisados trazem o olhar de quem estava lidando com o ensino e a implantação da EPB nas universidades.

¹²⁶ MAIA, 2013, p.1.

¹²⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). In: XIII Encontro de História Anpuh Rio – identidades, **Anais eletrônicos do XIII Encontro de História**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/.../encontros.../encontros-anpuh-rio/xiii-3encontro-regional-de-hist...>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

¹²⁸ LABORIE (citado por *Ibid.*, p.7).

¹²⁹ CORDEIRO, *op. cit.*, p.8.

Figueiredo¹³⁰ abordou a implantação da EPB na UNICAMP, analisando suas repercussões e perspectivas. Além disso, empreendeu uma pesquisa na região do Estado de São Paulo próxima a Campinas, com questionários informativos e entrevistas, avaliando o estímulo à leitura e o conhecimento da Constituição, o uso de recursos audiovisuais e a participação de estudantes, técnicos administrativos e corpo docente junto aos cursos de graduação em universidades, além de avaliar, ainda, a então recente implantação da EPB na região administrativa de São Paulo mapeada (sub-regiões de Campinas, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São João da Boa Vista, Casa Branca, Jundiaí, Bragança Paulista).

Nos resultados da pesquisa realizada, Figueiredo¹³¹ constatou que das trinta e sete unidades pesquisadas no ano de 1974, apenas duas informaram contar com Centro Superior de Pesquisa, os quais ajudariam na solução dos problemas brasileiros, conclui:

Sente-se, mais do que se pode comprovar através da pesquisa, que o estudante está ansioso por participar de forma mais ativa e efetiva na solução dos problemas brasileiros. Ora, o estudante universitário está justamente preparando-se para dar essa participação, que seria tanto mais eficiente quanto mais esclarecida, interessada, responsável e espontânea fosse.

Na sequência, o autor enaltece:

O Decreto-lei 869/69, que previu com bastante sabedoria das bases filosóficas para uma consciência cívica do aluno e através da prática educativa de moral e do civismo o desenvolvimento de hábitos democráticos, através da criação de movimentos de juventude, estudo de problemas brasileiros, realização de atos cívicos, promoções extra-classe e orientação dos pais.¹³²

Figueiredo¹³³ destacou ainda que o Decreto-Lei nº 869/69 tinha objetivos que iam muito além de criar disciplinas em cursos para o ensino superior. Para ele, o alcance desta proposta visava, apoiando-se nas tradições nacionais, uma “formação da consciência cívica do aluno, futuro cidadão”. Por fim, conclui:

Todo o corpo docente nacional, todo o corpo técnico-administrativo das escolas brasileiras são responsáveis e estão convocadas a colaborar e a participar dessa tarefa comum e patriótica, a que nenhum brasileiro pode-se escusar ou se omitir. Sabemos, além do mais, que toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei. Isto amplia o campo das responsabilidades, estendendo-as a todos os brasileiros, indistintamente. Se é verdade que não há e não pode haver Segurança sem Desenvolvimento, nem Desenvolvimento sem Segurança, então podemos concluir que a formação de cidadãos livres, responsáveis, esclarecidos, democráticos, atuantes e solidários, é a

¹³⁰ FIGUEIREDO, 1976, p.3.

¹³¹ *Ibid.*, p. 92.

¹³² *Ibid.*, p.92-3.

¹³³ *Ibid.*, p. 96.

esperança no binômio Desenvolvimento e Segurança, poderá ser alcançado e potencializado, significando a felicidade e o bem estar dos brasileiros, dentro dos horizontes mais amplos e mais elevados do Bem Comum. Esta é a garantia, a esperança e a certeza de um Brasil maior e mais feliz.¹³⁴

Thiago, Borges Filho e Martorano¹³⁵ trazem, inicialmente, uma inserção da moral e cívica no âmbito da educação na história brasileira, enfatizando que esse ensino foi sempre uma preocupação do Estado brasileiro (através da EMC, OSPB e EPB). A EPB, que conforme já citado aparece como disciplina curricular no ensino superior em 1971, é classificada como um terceiro segmento deste, atrás da EMC e da OSPB. A disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros nada mais é do que uma projeção da figura abrangente da “Educação Moral e Cívica” para o ensino de 3º grau. Esse ensino tem uma importância muito significativa para a formação da juventude de nosso país, para conhecerem a sociedade humana de que participam e para assim assimilarem as condições para dirigi-la no amanhã. Fato interessante, os autores definem um perfil para a EPB em torno do que é importante ser ensinado, como, por exemplo, ao destacarem:

A irrecusável importância de conhecer os redutos de uma sociedade em efervescência, compreendendo-a desde as suas origens, e identificar os contornos de uma filosofia nas Universidades para que os jovens adquiram plena capacitação para idealizar e traçar modelos hábeis para a realização do ideário político-social.¹³⁶

Assim, os autores enfatizam que a EPB é o instrumento para esse fim no ensino universitário. Na sequência, Paupério¹³⁷ refere que a crise vivida naquela época não é só de moralidade, mas também de moral; que é importante ensinar princípios e valores morais. Thiago, Borges Filho e Martorano¹³⁸ situam a EPB como:

As entidades de ensino superior procuram posicionar a EPB em plano inferior e em situação de descrédito, chegando mesmo a aviltá-la, a menoscabá-la, a pisoteá-la, não faltando quem lhe mova acirrada campanha desmoralizadora, preconizando a sua eliminação pura e simples, numa demonstração de total ignorância de uns [...].

Os autores lembram ainda que havia uma má compreensão em torno da EPB em nossas universidades e que formamos nelas

¹³⁴ FIGUEIREDO, 1976, p. 97.

¹³⁵ THIAGO; BORGES FILHO; MARTORANO, 1984, p.96.

¹³⁶ *Ibid.*

¹³⁷ PAUPÉRIO (citado por *Ibid.*).

¹³⁸ THIAGO; BORGES FILHO; MARTORANO, *op. cit.*, p.96.

engenheiros, bacharéis, médicos, contadores, geógrafos, economistas e outros profissionais ou detentores de conhecimentos especializados totalmente alheados do panorama social do país, incapazes de um exato juízo de valor e portanto, impotentes para participação na construção nacional.¹³⁹

Thiago, Borges Filho e Martorano¹⁴⁰ apontavam que havia certa resistência à implantação da EPB e ao alcance dos seus objetivos. Ao mesmo tempo, os autores também identificam que, na UFSC, a EPB estava vinculada ao Departamento de Geociências do Centro de Ciências Humanas, com uma sub-coordenação que, em 1981, possuía quinze professores que ministravam 134h/aula programadas e curriculares, regularmente, para oitenta turmas de alunos, totalizando 3.200 estudantes. Tal situação institucional na avaliação dos autores trazia dificuldades para a EPB, considerando o seu volume de trabalho, sendo necessário criar um Departamento específico para a EPB. A EPB possuía na UFSC três programas, uma EPB para a primeira fase dos cursos de graduação, outra para as fases subsequentes e outra para os cursos de pós-graduação. Os autores também desenvolveram uma conceituação da matéria EPB: ao definirem “problemas”, referem que tal categoria “é integrante da denominação global das disciplinas objeto da presente apreciação”, e, que ela não se circunscreve aos problemas do Brasil, mas ao contexto global da sociedade humana.

Conforme Thiago, Borges Filho e Martorano¹⁴¹ a “EPB constitui um dos mais extensos e complexos somatórios de conhecimentos no âmbito da Universidade, apesar da grande maioria das instituições ainda não ter percebido essa verdade”. Esse somatório de conteúdos comportava, resumidamente: aspectos axiológicos; imagem do povo brasileiro, a função dos fatores socioculturais e formação e sublimação da nacionalidade; contrastes na história do Brasil; influência dos fatores étnicos na definição da psicologia social e política; a história como expressão de civismo nacional; o sentido ético da cultura nacional; a tradição religiosa brasileira; a busca da humanização do capitalismo; o espírito das reformas de ensino no Brasil; a democracia como ideal político no Brasil; a ordem jurídica brasileira e a garantia dos direitos fundamentais da personalidade humana; o Brasil nas suas relações com as demais nações do mundo; análise dos acontecimentos da realidade e da idealidade das transformações nacionais; estudo e embasamento dos possíveis modelos para a sociedade brasileira.

Os apontamentos Thiago, Borges Filho e Martorano¹⁴² sobre a EPB na UFSC oferecem um diagnóstico do início dos anos 1980, procurando valorizar esse ensino na

¹³⁹ THIAGO; BORGES FILHO; MARTORANO, 1984, p. 98.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 99.

¹⁴¹ *Ibid.*

¹⁴² *Ibid.*

Universidade. O que chama a atenção é o fato de a solução para a EPB, também nessa universidade federal, ser vista então como transitória, colocando a mesma junto a um Departamento com uma sub-coordenação. Assim, o artigo escrito por uma Comissão designada pela Portaria nº 03/81 do Coordenador de Estudo de Problemas Brasileiros teve como objetivo fortalecer a ideia de criar um próprio Departamento para a EPB na UFSC. Os autores consideram os 10 primeiros anos da EPB como experimentais e se queixam que a ideia de criação desse novo Departamento nos anos 1980 possuía um novo contexto. A EPB fortalecida pela CNMC poderia assim se consolidar na Universidade, tendo em vista a sua importância acadêmica.

Por que o ensino deste civismo foi levado para as universidades e para as salas de aula? É importante compreender essa questão na ampla visão do significado da Doutrina da Segurança Nacional. Lerner¹⁴³ destaca que essa iniciativa esteve vinculada a um projeto de socialização política da ditadura militar e civil brasileira. Os jovens comunistas que estavam nas salas de aula suscitavam preocupação e, estes eram vistos, de certa forma, como um perigo para o bloco capitalista no universo da guerra fria. Com isso, a educação deveria entrar no combate ao inimigo interno. Complementa:

Além de disseminar em seu conteúdo um corpus de ideias voltadas para o fortalecimento dos valores morais, ligados à tríade Deus, Pátria e Família, o EPB veiculava também a Doutrina de Segurança Nacional da ESG, socializando seus objetivos (ligados ao alcance do desenvolvimento e da segurança nacional), os problemas para o seu equacionamento dos chamados problemas brasileiros.¹⁴⁴

Lopes¹⁴⁵ aduz que desenvolver aspectos para o “homem”, como se fosse um “novo homem” que possui suas aspirações; vive integrado na sociedade com seus comportamentos e seus condicionamentos. Ele é o homem brasileiro com seus elementos de nacionalidade e elementos do Estado moderno, que inclui o princípio de desenvolvimento, da segurança nacional e do poder nacional. Esse “homem” seria novo, mas precisava ser formado nos moldes de um revigorado civismo e moral, necessários no contexto do projeto mais amplo da ditadura militar e civil brasileira. Essa formação até poderia ser vista, moralmente, do ponto de vista de uma regeneração que poderia trazer novos ventos, já que o “novo homem” estaria valorando seu amor pela pátria e imbuído na sua regeneração moral e cívica. No fundo, seria o campo de gestação de um “cidadão do bem” envolvido com os destinos da pátria para o qual

¹⁴³ LERNER, Samara Mancebo. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: a estrutura e as engrenagens de um projeto de socialização política. In: **Interseções**, Rio de Janeiro, v.16, p.111-28, jun. 2014, p.114.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.114.

¹⁴⁵ LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971, p.15.

o ensino da EPB agia ensinando aspectos do homem brasileiro que vive na realidade brasileira. Esse homem, assim, ajudaria a impulsionar o projeto nacional em andamento.

O conceito de socialização política, sendo buscado em Gramsci, leva em conta a discussão da construção da hegemonia dos estados autoritários, o que também tem motivação na ditadura civil e militar brasileira. Os militares que impuseram para o Brasil, via ESG, os valores de uma Doutrina chamada de Segurança Nacional, vincularam essa segurança com uma ideia de desenvolvimento, que era difundida em meio à sociedade brasileira, como uma ideia chave, sendo quase proibido falar na palavra “subdesenvolvido” para o Brasil. Assim, o binômio “segurança e desenvolvimento” precisava ser levado para a sociedade brasileira, socializando uma ideia política doutrinária forjada entre os militares, o que estava relacionado com a busca de hegemonia de um governo que chegou ao poder por meio de um golpe e que se autodenominava “revolução”. Essa socialização não ficava só e foi acompanhada por um campo conservador que vendia uma ideia de modernização, sendo esse vinculado a um velho discurso de democracia autoritária (já usado por Vargas no Estado Novo), vinculando essa ideia de progresso aos princípios do velho catolicismo brasileiro. A família e os valores do monoteísmo cristão foram lembrados como um valor moral numa perspectiva salvacionista, sendo os militares salvadores destas almas perdidas. A mobilização conservadora se deu por meio de uma ideia regeneradora, visando combater o perigo do ateísmo vinculado ao comunismo e à transformação de valores éticos a partir de 1968, que desafiaram os valores tradicionais de uma sociedade conservadora. Enfim, o Estado autoritário tinha sede em controlar a sociedade e ditar seus rumos (característica em ditaduras), entre outros meios, por meio da educação, criando uma linguagem representativa de sua ideologia, presenteando-a, de certa forma, para a sociedade.

Esse quadro de socialização política teve o acréscimo da importância do culto à pátria, sendo este fundamental, dentro dessa proposta salvacionista de nação, para criar união entre os brasileiros no combate ao inimigo interno. A necessidade de representação de uma nação nova consta no programa da disciplina de EPB via Parecer nº 94/71 do CFE, que apresentou o panorama e problemas a serem estudados, além de aparecer em apelos midiáticos como “Brasil ame-o ou deixe-o”, um signo vertical imposto à sociedade ou “Ninguém segura este país”. As unidades do programa se referem ao Panorama Geral da Realidade Brasileira; Problemas Morfológicos; Problemas de desenvolvimento econômico; Problemas socioeconômicos; Problemas políticos e Segurança Nacional. Eram representadas pela narrativa de “grandes” realizações, que poderiam servir para hegemonizar a sociedade. Assim, a EPB se tornava um ensino de cunho político, o que talvez tenha influenciado em suas

dificuldades para ser reconhecido pelas universidades como uma educação necessária na formação dos jovens. Temas programáticos como a rodovia Transamazônica, o projeto 200 milhas, Hidroelétricas, aspectos psicossociais e morais para ser um bom cidadão e o civismo como um valor cidadão, colocados no programa da EPB na UFRGS representavam o Estado, no caso um Estado autoritário fazendo a sua propaganda. Assim, socializar essas realizações era “o problema” da EPB. A EPB envolvia, portanto, uma política de socialização de necessidades de um Estado autoritário para ser aceito pela sociedade.

Essa nova roupagem cívica trazida para a cidadania brasileira, de certa forma um civismo que representava o Estado autoritário, visto no seu movimento histórico, procurou se inspirar no imaginário histórico brasileiro, buscando mitos fundadores, mitos salvadores da Pátria, como D. Pedro I e Tiradentes. Um salvador trazendo a independência e a monarquia e outro salvador que lutou pela República. Tal fato é atestado pela elevação de Tiradentes a patrono do Exército e pelo fato de D. Pedro I ter sido glorificado nas comemorações cívicas do Sesquicentenário da Independência em 1972, nas práticas comemorativas nas Universidades e na sociedade em geral. Inclusive, a Independência do Brasil foi objeto do filme comemorativo “Independência do Brasil”, e foi encenada na UFRGS a peça de teatro com o nome “D. Pedro abriu a passagem”, buscando demonstrar que a Independência do Brasil foi um ato cívico, promovido por uma liderança salvacionista, ou seja, D. Pedro I teria nos salvado da situação colonial. Já Tiradentes teria nos ensinado como se morre pela pátria! Enfim, uma visão salvacionista da história do Brasil, justamente como os militares pretendiam se colocar para o país, salvando o cidadão brasileiro. Em função do Decreto nº 869 de 12 de setembro de 1969 e do Decreto nº 68.065 de 14 de janeiro de 1971, o “homem” foi colocado no horizonte dos educadores vinculados ao ensino da EPB.

3 A EPB NA UFRGS

3.1 PRIMEIROS PASSOS

Com base nos Relatórios da Coordenação de EPB, foi possível reconstruir os primeiros passos da disciplina na UFRGS. A EPB teve o seu pioneirismo na Escola de Engenharia, onde, em 1966, foi criada a cadeira de Humanidades, durante a Direção do Prof. Ivo Wolf, que depois se tornou Reitor. De certa forma, foi uma antecipação da disciplina que veio depois compulsoriamente. A cadeira “Hum-110-Humanidades” foi assumida já em 1966 pelo Prof. Henrique Richter, como uma disciplina com conteúdo exclusivamente filosófico ou sociológico. Richter era professor do Departamento de Ciências Sociais e atuava na Escola de Engenharia. Como disciplina pioneira no curso, a mesma tinha alta frequência de estudantes, com uma média anual de trezentos e cinquenta alunos, que se dividiram em três turmas.¹⁴⁶

Durante os anos 1960, já existia uma disciplina chamada de Problemas Brasileiros para os cursos da Faculdade de Filosofia, que no ano de 1970 funcionou com o nome de Estudos Brasileiros-Educação Moral e Cívica. Assim, visando atender o Decreto-Lei nº 869/69, a Faculdade de Filosofia realizou através do Departamento de Ciências Sociais, ciclos de conferências e debates sobre Estudos Brasileiros, com uma atividade por semana. Ocorridos no período de agosto a dezembro de 1970, as atividades tiveram o objetivo de proporcionar créditos em Educação Moral e Cívica e valerem para a atribuição de créditos obrigatórios para a diplomação de alunos da Universidade. O Instituto de Artes igualmente organizou para seus alunos, durante o ano de 1970, a disciplina de Educação Moral e Cívica. Havia uma preocupação generalizada com a diplomação dos graduandos da Universidade no ano de 1970, a partir do Decreto nº 869/69 e, assim foram oferecidos ciclos de palestras, aulas e cursos. A própria Superintendência Acadêmica da Universidade (SUPAD) resolveu executar um Plano de Emergência, criando um Curso Intensivo de Educação Moral e Cívica destinado aos concluintes de todos os cursos, sendo assim realizado um ciclo de palestras junto à Reitoria. Essa experiência foi executada na UFRGS e se expandiu para outras universidades como a Pontifícia Universitária Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As atividades foram chamadas de Cursos de Emergência e

¹⁴⁶ UFRGS. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. **Relatórios Semestrais: I, II, III, IV, Iº Ciclo-Pré-102.** Relatórios da Coordenação de EPB. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

aconteceram na UFRGS, até a implantação do Decreto-Lei nº 68.065 de 14/1/71, que tornou obrigatória esta matéria como disciplina e a regulamentou o oferecimento de EPB.¹⁴⁷

Atendendo ao Decreto-Lei, a SUPAD criou pela Portaria 05 de 22/3/1971, um Grupo-tarefa para planejar a disciplina de EPB na UFRGS. Fizeram parte deste Grupo-tarefa os professores Henrique Richter, Luiz Carlos Mesquita Rothmann, Luiz Alberto Cibils e José Francisco S. Felice. Como uma das primeiras iniciativas, a disciplina de Humanidades da Escola de Engenharia foi modificada para EPB, com aval de sua Comissão de Carreira. Durante o ano de 1971, a EPB na UFRGS funcionou com atividades, palestras e cursos junto à Reitoria e às Unidades Acadêmicas. Foram realizados Cursos de Emergência que se consolidaram como disciplina em 1972, com a criação do 1º Ciclo (ou Ciclo Básico). Esse foi criado em dezembro de 1971 e começou a funcionar no 1º semestre de 1972, no qual foi inserida a disciplina “Pre-102-EPB”, ao lado das outras disciplinas do Ciclo inicial na Universidade. Ainda em novembro de 1971, no contexto dos Cursos de Emergência, foi realizada a 1ª Exposição de Trabalhos sobre EPB no 2º andar da Reitoria com uma seleção de seiscentos trabalhos de mais de 2 mil alunos da UFRGS. Foi realizada também uma 2ª Exposição em 1972, a “Expo-72”,¹⁴⁸ (vide Anexo B).

Nesse período inicial junto ao 1º Ciclo em 1972, o corpo docente foi organizado em torno da ideia de que não haveria um professor para cada disciplina, mas sim um coordenador, atendendo ao artigo 3º e 6º do Decreto-Lei nº 68.065.¹⁴⁹ A justificativa, de acordo com o Relatório semestral de 1971-1972 do Setor de EPB:

Era que a amplitude do assunto da disciplina exigia não um especialista, mas uma gama de professores capazes de dar com proficiência, cada qual em seu ramo de conhecimentos com uma visão adequada da realidade brasileira, apresentando seus problemas mais importantes e sugerindo outras soluções.¹⁵⁰

Foi promovido pela Coordenação de EPB, inclusive, um rodízio entre os professores, escolhidos entre as diferentes áreas, para atuar em sala de aula. Na escolha dos professores, a Coordenação da EPB das áreas de Filosofia, História, Psicologia, Direito, Economia, Pedagogia, Geografia, Sociologia e Jornalismo selecionou vinte e três nomes de uma relação de cinquenta candidatos. Para ajudar os professores, tendo em vista a pouca experiência relativa à disciplina, foi organizado um material sugestivo para ser usado nas aulas. Conforme

¹⁴⁷ UFRGS. **Relatório Semestral I (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 12, p. 272. (Material disponível no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre.

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 277.

¹⁵⁰ *Ibid.*

seu Coordenador registrou em relatório, o início do oferecimento da EPB na Universidade teve dificuldades no espaço físico, na existência de um sistema deficiente de apostilas e na falta de relacionamento entre a equipe de professores.¹⁵¹

A Coordenação de EPB foi vinculada ao Departamento de Ciências Sociais, uma vez que o seu coordenador, Prof. Richter pertencia ao mesmo. Mas, ao mesmo tempo, existia a Comissão de Moral e Civismo, vinculada à SUPAD, coordenada também pelo mesmo professor. A primeira executava o ensino junto aos cursos e a segunda se preocupava, além do ensino, com demandas cívicas e morais e com atividades fora da sala de aula. A atuação do Prof. Richter era decisiva em ambas as frentes. No já citado Relatório semestral de 1971-1972, o coordenador da disciplina, Prof. Richter, registra, em tom de desabafo, a dificuldade que a disciplina encontrava na UFRGS.¹⁵² Ele se refere à “oposição que a disciplina possui na sua finalidade na educação moral e cívica”, atribuindo isto a “suspeita de intenção política do governo através da EPB”. Richter também lembra no Relatório que isto acontece devido “ao sentimento de falso pudor que caracteriza a maioria dos brasileiros de reconhecerem o amor a uma pátria invejada por tantos povos”.¹⁵³ O coordenador também reclama que foi difícil conseguir professores para a disciplina, assim como a adesão dos estudantes. No geral, os alunos reclamavam por maior profundidade nas aulas e mais conhecimento dos professores. Mas, ainda de acordo com Richter, o legislador teria conseguido a maior meta, que foi conscientizar os alunos para a importância do estudo dos problemas nacionais.

Em 31 de março de 1971, no 7º Aniversário da “Revolução” (conforme consta no ofício do Grupo-tarefa), assinado pelos seus membros-professores Luiz Carlos Rothmann, Luiz Alberto Cibils, José Sanchotene Felice e Henrique Richter, são divulgadas as regras para a implantação da EPB na UFRGS. Destacam os professores que as mesmas deverão começar para os cursos de graduação e pós-graduação em 07/04/1971. Nos cursos de graduação as disciplinas deveriam funcionar em dois semestres, com uma carga mínima de duas aulas semanais, sendo para os demais cursos apenas um semestre, como a pós-graduação; nenhum aluno poderia se formar sem a comprovação de ter cursado a EPB; seria lançado um livro-agenda segundo a técnica analítica-interacional de autoria do Prof. Henrique Richter para

¹⁵¹ UFRGS. **Relatório Semestral I (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 12, p.275 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁵² *Ibid.*, p.275-6.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 290.

servir de suporte para as aulas (vide Anexo C). Ficou pendente, conforme o ofício do Grupo-tarefa, a instalação do Centro Cívico, a qual aguardaria uma ordem superior.¹⁵⁴

Por sua vez, a SUPAD publicou em 6 de abril de 1971 a circular nº 22/71, se manifestando no sentido de reforçar o Parecer 94/71 do CFE que se refere a currículos e programas de Educação Moral e Cívica. Lembra a SUPAD que, segundo o artigo 73 do Regimento Geral da Universidade, cabe a ela, SUPAD, promover a integração das atividades dos diversos órgãos e Unidades na área acadêmica e, se coloca à disposição para a realização dessa tarefa na Universidade pelos orientadores e professores da Educação Moral e Cívica. Lembra que cada Direção ou Coordenação de Unidade dispõe de autonomia para oficializar como atividade integrante da disciplina a frequência dos alunos aos ciclos de palestras promovidas pela Universidade, inclusive do Ciclo de Palestras sob o patrocínio do Ministério do Interior versando sobre a Amazônia; convocou os orientadores de EPB designados pelos Diretores ou Coordenadores das Unidades para uma reunião na sala do Conselho Universitário de acordo com o artigo 38 do decreto nº 68.065 de 14/1/1971. Pelo que consta na lista de presenças, compareceram a essa reunião do dia 15 de abril de 1971 professores de dezesseis Unidades da Universidade (no total de vinte e uma). Já em 12 de abril a SUPAD divulga sugestões e comunicações em torno da EPB, definindo que as Unidades que ainda não começaram a oferecer a disciplina deverão fazer o mesmo com urgência, com trinta e duas aulas semestrais.¹⁵⁵

Em 20 de abril de 1971 é lançado, ao lado das iniciativas para atender as demandas de alunos junto à EPB, o Curso Especial de EPB pela SUPAD, sob a coordenação do Prof. Henrique Richter, com o objetivo de atender a demanda de alunos que não se encaixavam nos horários oferecidos nas Unidades. Este Curso Especial também poderia atender aos alunos dos cursos de pós-graduação, já que nenhum aluno poderia se diplomar sem os créditos de EPB. O mesmo foi programado para o Salão de Festas com a presença de duzentos alunos no turno da manhã e trezentos no turno da tarde, tendo mais de 2.000 alunos se apresentado para fazer a matrícula. No entanto, o mesmo funcionou na sexta-feira nos três turnos. No turno da noite, houve dificuldade, conforme Relatório do Prof. Richter, devido à ampla procura influenciada pela exigência legal para a diplomação. Assim, organizou-se a demanda que foi atendida pelas Unidades e através dessas turmas na Reitoria.¹⁵⁶

¹⁵⁴ UFRGS. **Relatório Semestral I (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 12, p.286 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.286.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p.272.

Em 26 de abril de 1971, pela Portaria n° 244 da SUPAD, o Prof. Henrique Richter foi designado para coordenar a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros, no setor de Moral e Civismo, junto à SUPAD da UFRGS. A partir desse período em diante, a EPB também ficou vinculada ao Departamento de Ciências Sociais. O Prof. Richter enfatizou e registrou em relatório de 15 de julho de 1972: “[...] levando em conta nossa condição de membro do Departamento de Ciências Sociais, ao qual vinculamos nossa atividade de Coordenação Geral do Setor de Moral e Civismo da Superintendência Acadêmica [...]”.¹⁵⁷ Mas, mesmo assim, o Curso Central continua com sua organização pela Coordenação da EPB junto à SUPAD em 1971, com inúmeras turmas com alunos de todas as Unidades da Universidade. O Curso Central foi ministrado em dois semestres em 1971, atribuindo-se aos aprovados 04 créditos. No primeiro semestre foram aprovados 1.370 alunos e no segundo semestre 1.175 alunos, incluindo alunos de pós-graduação. A EPB, também nesse ano de 1971, foi ministrada para trezentos e oitenta e dois alunos da Escola de Engenharia em três turmas. Nesse contexto, foi realizada de 19 a 26 de dezembro a exposição de seiscentos trabalhos, tanto individuais quanto em grupo, no 2° andar da Reitoria. Os Relatórios da EPB apenas fazem menção à exposição, sem maiores dados. Foram dezesseis professores durante os dois semestres e a disciplina teve a colaboração também de especialistas, que complementaram assuntos das aulas. O Coordenador da EPB, Prof. Richter, ainda em 1971, informou em ofício ao Chefe do Departamento de Ciências Sociais que, por falta de local, ainda não havia sido possível a instalação do Centro Superior de Civismo. Buscando um lugar para o mesmo, Richter fez gestões junto à direção do IFCH para a instalação do Centro no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Assim iniciou a EPB na UFRGS, tendo sequência no prédio chamado de “ciclo básico”, onde começou a funcionar um núcleo de disciplinas para os ingressantes na Universidade.¹⁵⁸

No 1° Ciclo, (prédio do Ciclo Básico), a EPB assumiu a sua trajetória como disciplina regular a partir de 1972. Tendo sido incluída nos currículos dos cursos de graduação, a mesma teve assim institucionalizada sua obrigatoriedade para fins de obter diplomação em curso de graduação. A partir dessa data, o estudante da UFRGS deveria cursar a EPB I no primeiro semestre dos cursos de graduação (que no início tinha o código de Pre-102) e a EPB II no último semestre dos cursos, sendo uma EPB pré-requisito da outra. Era facultado ao estudante adiantar a EPB II na sua seriação semestral do curso. Nas pós-graduações eram formadas

¹⁵⁷ UFRGS. **Relatório Semestral I (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 12, p.286 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁵⁸ *Ibid.*

turmas a partir das demandas dos cursos, mas, também se exigiam a EPB I e a EPB II. Legalmente, a formação de duas disciplinas não era uma exigência, sendo essa uma escolha da UFRGS.

3.2 O CENTRO SUPERIOR DE CIVISMO

O Centro Superior de Civismo foi criado na UFRGS no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência brasileira, no ano de 1972, processo que pode ser acompanhado pela leitura do mesmo Relatório que estamos explorando. O Decreto-Lei nº 68.065 estabeleceu que caberia à CNMC estimular a criação de centros cívicos nos estabelecimentos de ensino de todos os níveis, públicos e particulares. O papel de tais centros realça Motta¹⁵⁹:

Seria destinado à centralização no âmbito escolar e à irradiação na comunidade local das atividades de educação moral e cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando. Seu papel era de estimular a comemoração das datas patrióticas e a observação de rituais cívicos, entre outras iniciativas do gênero.

A Universidade, através da Portaria nº 703 de 14 de agosto de 1972, assinada pelo Superintendente Acadêmico da SUPAD, Prof. Walter Otto Cybis, designa os professores Guy Hellen Sosa Brito (Chefe da Secretaria do Conselho Universitário), Silvius Issler Horta (membro da Consultoria Jurídica da Universidade), Enio Pilla (médico conhecido desde o nosso Estado até as vastidões de Rondônia, conforme enfatizado na justificativa o Prof. Richter para sua designação), Zeferino Paulo Freitas Fagundes (docente dos quadros da Faculdade de Ciências Econômicas, sociólogo e jurista) e Melchíades Stricher (sociólogo e jornalista ex-aluno da UFRGS) para, sob a coordenação do Prof. Henrique Richter, constituírem um Grupo-tarefa para planejar e propor a instalação do Centro Superior de Civismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (previsto no artigo 32, § 4º do Decreto nº 68.065 de 14/1/1971). A própria Portaria destaca que o trabalho prestado pelo Grupo-tarefa seria considerado como relevante serviço prestado à Universidade e à Nação. O coordenador enviou essa portaria para o representante da CNMC no RS, o Prof. Ir. Moacir Caetano Empinotti da PUCRS, em 21 de agosto de 1972, que havia sido designado representante da Comissão Nacional de Moral e Civismo para o Rio Grande do Sul. Em 28 de agosto, o Grupo-tarefa encaminha para o Superintendente Acadêmico da UFRGS a proposta

¹⁵⁹ MOTTA, 2014, p.187.

de instalação e o projeto de Regimento Interno do Centro, pedindo urgência nas providências, uma vez que foi escolhida a data de 1º de setembro para a oficialização do mesmo.¹⁶⁰

Nessa data, o Reitor convoca os dois Conselhos Superiores da Universidade, Consun (Conselho Universitário) e Cocep (Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa), para a reunião solene com a pauta da oficialização do Centro Superior de Civismo e a divulgação de seu significado. Na ocasião, foi feita a abertura da sessão com todos em pé para ouvirem o hino nacional e na sequência da pauta o Reitor destacou o significado da participação da Universidade nas comemorações do Sesquicentenário da Independência. Depois, a Profa. Helga Piccolo proferiu uma palestra sobre a história do Brasil. No seu discurso, o Prof. Richter enfatizou que o Centro devia se “voltar aos interesses morais e cívicos da Nação. Morais, segundo os costumes sancionados e válidos para a geração que vive. Cívicos para a afirmação consciente e determinada dos direitos e deveres que impõe a condição de cidadania”.¹⁶¹ O Coordenador continuou seu discurso enfatizando que cabia ao Centro integrar as Unidades da UFRGS com atividades esportivas, culturais e artísticas:

Não há país que não tenha problemas. Não será o Centro Superior de Moral e Civismo a solução mágica para resolvê-los. Nem faltarão os que tentarão, talvez imprimir-lhe outras interpretações que as impostas pelo bom-senso e o patriotismo. Pretendemos, todavia, contando com pessoas de boa vontade e reta intenção, contribuir antes de tudo, para acabar com a limitação do patriotismo a uma semana anual para que se generalize a sua vivência durante o ano todo. Não concordamos com os que classificam de ridículas expressões rebuscadas para homenagear a pátria, desde os termos poéticos que aparecem copiosamente, inclusive, no próprio hino nacional, até os conceitos precisos das profundas conotações científicas.¹⁶²

A mensagem acima propõe que o patriotismo não fique restrito ao 7 de setembro. E indica que o Centro, para que tenha sucesso, depende de pessoas de boa vontade e reta intenção, sendo a avaliação moral destas pessoas fundamental. Mesmo havendo pessoas que acham ridículas as manifestações patrióticas, o patriotismo, conforme o discurso do professor Richter, faz parte da índole do “bom brasileiro”.

Richter concluiu o discurso afirmando que “o Centro deverá visar acima de tudo uma divulgação objetiva do que nos cerca em 3,5 milhões firmes e 2,7 milhões na extensão das 200 milhas”, e que o estudante deverá ser o principal beneficiado através de iniciativas como

¹⁶⁰ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa, 17. Caderno 17, p.528 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁶¹ *Ibid.*, p.530.

¹⁶² *Ibid.*

concursos e viagens.¹⁶³ Destacou que poderia ser criada uma diretoria de estudantes junto ao Centro com a colaboração de mestres, ex-alunos, “numa união fortalecedora dinamizar um processo interativo tendente a estender a socialização democrática a todos, neste país de recursos incomensuráveis, nesta nação que hoje festeja 150 anos de Independência ininterrupta”. Concluiu o orador afirmando que “ao Brasil oferecemos o que hoje fizemos, dispostos a mais, ainda que, mantendo a certeza de que outros farão sempre melhor”.¹⁶⁴

O Centro Superior de Civismo, como ficou claro, esteve vinculado à SUPAD e não ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH. A Portaria 05/71 de 23/3/1971 da SUPAD que criou o Grupo-tarefa que, por sua vez, através do ofício de 31 de março implantou a partir de 07 de abril a EPB na UFRGS, não criou junto o Centro Superior de Civismo. Ele só é criado em 14 de agosto de 1972, através de um novo Grupo-tarefa que planejou e propôs o CSC. A Universidade criou uma coordenação geral para o setor de moral e civismo subordinada à SUPAD, e o CSC ficou vinculado a essa coordenação, que era do prof. Richter. Ao mesmo tempo, no entanto, a disciplina de EPB foi situada junto ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH. O Coordenador foi o mesmo nas duas instâncias administrativas, SUPAD e Departamento de Ciências Sociais e, junto a esta coordenação da SUPAD foi acrescentado o Centro Cívico, também com o mesmo Coordenador. Chama atenção o fato que professores do Departamento de Ciências Sociais não participaram do Grupo-tarefa, que criou o Centro Cívico: a iniciativa estava situada junto à SUPAD e seus membros tinham perfil amplo fora do IFCH. Os materiais analisados indicam que o prof. Richter centraliza a EPB na UFRGS, de certa forma, a partir de seu prestígio pessoal, construído desde o seu trabalho na faculdade de Engenharia com a disciplina de Humanidades. No entanto, é importante também frisar que ele teve a confiança dos dirigentes da universidade no contexto do regime militar para coordenar o ensino de EPB e as práticas cívicas.¹⁶⁵

Em 07 de fevereiro de 1972 a CNMC, ao divulgar no Diário Oficial as Diretrizes para os Centros Cívicos, nas suas disposições transitórias, registra que:

¹⁶³ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa, 17. Caderno 17, p.530 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p.531.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p.530

Encarece a necessidade que todos os estabelecimentos de ensino dos três níveis possam ter os respectivos Centros de Civismo em pleno funcionamento no corrente ano letivo, para a participação ativa nas comemorações nacionais do Sesquicentenário da Independência do Brasil.¹⁶⁶

No seio das comemorações, o Correio do Povo anunciou em 31 de agosto de 1972: “Chegada do Fogo Simbólico abre Hoje as Comemorações da Semana da Pátria”, estando incluída na programação a sessão solene de lançamento do Centro Superior Cívico da UFRGS em 1º de setembro às 18h30min. Conforme a comunicação da Comissão Estadual do Sesquicentenário em torno da programação oficial das festividades, a elas irão somar-se outros atos promovidos por departamentos da administração ou de entidades privadas nobremente ufanas [...] para o maior brilho das comemorações da Semana da Pátria em 1972”. As festividades organizadas para comemorar os 150 anos da Independência do Brasil tiveram início em 21 de abril de 1972, dia de Tiradentes, com a realização do I Encontro Cívico Nacional. As programações foram estendidas até a Semana da Pátria, em setembro desse mesmo ano e englobaram o traslado, ainda em abril, dos despojos de D. Pedro I de Portugal para o Brasil e a inauguração do monumento à Independência no Museu do Ipiranga em São Paulo, no qual foram colocados os despojos de D. Pedro I.¹⁶⁷

Cordeiro¹⁶⁸ analisa essas comemorações e argumenta que elas buscavam a “formação de um consenso no seio da sociedade, fundamental para a sustentação da ditadura”. A autora utiliza para analisar este momento da história brasileira as categorias de consenso e de consentimento, que são comuns para a análise de regimes autoritários na história (fascismo e nazismo), mas também apresenta o conceito de pensar duplo *penser-double* de Laborie¹⁶⁹. Seria uma zona cinzenta, na qual as festividades do Sesquicentenário se movimentaram e onde foi buscada uma adesão ao regime militar via grandes eventos. Também foram realizadas atividades culturais com esse objetivo, como o lançamento do filme “Independência ou Morte”, do cineasta Carlos Coimbra e a Taça Independência de futebol, entre inúmeros eventos comemorativos que lembrassem a história da Independência do Brasil.

¹⁶⁶ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.534. Diretrizes para os Centros Cívicos da Comissão Nacional de Moral e Civismo publicadas no Diário Oficial de 07 de fevereiro de 1972 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁶⁷ *Ibid.*, p.534-6.

¹⁶⁸ CORDEIRO, 2008, p.2.

¹⁶⁹ Conforme a autora, Pierre Laborie utiliza o conceito de *penser-double* ou zona cinzenta para fazer referência à imagem dos franceses na ocupação nazista sob o regime de Vichy entre 1940 e 1944.

Na UFRGS, no entanto, só em 14 de outubro de 1972 foi realizada a Assembleia de instalação do Centro Superior de Civismo da UFRGS, que fazia parte das comemorações e atividades do Sesquicentenário. O chamado para a programação foi para professores, alunos, ex-alunos, funcionários e familiares de estudantes da UFRGS, que desejassem integrar a categoria de sócios-fundadores. Na ordem do dia foi destacada a aprovação do Regimento Interno, a escolha do patrono e o lançamento das primeiras promoções, entre outros assuntos e, a eleição da 1ª Diretoria. A coordenação do Setor de Moral e Civismo oficializou o Centro Superior de Civismo (CSC) divulgando uma ficha para inscrição como sócio. Na mesma consta em um dos seus itens normativos do Centro que o CSC “funcionará com atividade sócio-cultural, enquanto que a disciplina “Estudos de Problemas Brasileiros” cumpre sua finalidade pedagógica”.¹⁷⁰ A ficha tinha um caráter de assinaturas de adesão. A finalidade do Centro teria a colaboração com a EPB através da cultura cívica e “incutir no universitário o hábito educacional de exame dos problemas brasileiros e de cooperação espontânea e interessada na respectiva solução”.¹⁷¹

O Relatório do Grupo-tarefa, datado de 25 de agosto de 1972 e encaminhado ao Superintendente Acadêmico da UFRGS, destaca que o Centro Superior de Civismo deve ser vinculado à SUPAD.¹⁷² A Comissão também define para o Centro seus princípios e características para atuar. O novo órgão é apresentado como:

- a) um núcleo universitário de integração no contexto pedagógico da cultura cívica, nos seus aspectos intelectuais e dinâmico;
- b) um Centro representando a teorização e fundamentação dogmática e filosófica do civismo e representar a sua práxis e concreta projeção na diuturnidade e concreção da vida social e profissional do cidadão;
- c) um órgão com a finalidade para incutir no universitário o hábito educacional de exame dos Problemas Brasileiros e de cooperação espontânea e interessada na respectiva solução e inculcar no educando a permanente atitude de atenção aos problemas do país;
- d) um Centro que deverá seguir os objetivos da CNMC, que conceitua o civismo como os direitos do Estado com o cidadão e aos deveres deste cidadão que lhe cabem pelo nascimento ou naturalidade e nacionalidade; tornar o Centro harmonicamente atuante neste conceito, inter-ativo e cooperativo;
- e) um Centro que segue a proposta do Grupo-tarefa que propõe algo além de princípios da CNMC, incluindo o contexto sócio-político na atividade profissional. Diz o projeto: destacar a importância da preparação e adestramento profissional combinado com o saber atuar profissionalmente;

¹⁷⁰ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p. 554 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 538.

¹⁷² *Ibid.*, p. 537.

- f) um órgão que segue o civismo e que possa seguir os postulados pragmáticos da filosofia moral e da ética social, e que o civismo não seja visto como uma moral de interferência religiosa; procura também situar o Centro, ao se referir à democracia e política aplicada, ao princípio de liberdade responsável.¹⁷³

O que o grupo-tarefa propunha estava inserido nos princípios da CNMC e ampliava os mesmos na linha da integração profissional, pedagógica e cultura cívica. Seria o civismo e a moral se juntando ao ensino de EPB de sala de aula.

O que estava sendo construído através da criação do Centro Superior de Civismo era a expansão daquilo que vinha via CNMC. De certa forma, a UFRGS estava se colocando junto à proposta que vinha do MEC e, no embalo das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, o Centro seria uma prática cívica ao lado do ensino e formação dos profissionais feitos pela Universidade.

Os modos operacionais do Centro foram definidos para que o mesmo funcionasse institucionalmente no ensino e na pesquisa e o Regimento regulamenta o processo de seleção de alunos para a realização de visitas pelo Brasil afora, para conhecer o país, especificamente a locais que espelham grandes realizações em diferentes áreas como, por exemplo, a energética. As visitas deveriam ter alcance didático-pedagógico na área do civismo, através da classificação na base da avaliação de trabalhos escolares dentro da disciplina de EPB e, com base no julgamento de concursos realizados. Na organização, foi enfatizado o Projeto do grupo-tarefa e que o Centro Superior de Civismo da UFRGS deveria,

“inserir-se entre as finalidades superiores da educação, relacionadas com os valores permanentes, espirituais e morais da nacionalidade brasileira”, motivo pelo qual terão caráter prioritário na esfera administrativa os expedientes e solicitações ao mesmo referentes, ligando-se, ademais, ao trabalho prestado por seus diretores e orientadores, institucionalmente, a conotação de serviço relevante à Universidade e à Nação.¹⁷⁴

Chama a atenção nessa orientação que o Centro seria um órgão com amplos poderes e prioridades, o que se estenderia para atividades administrativas e expedientes. Isso pode ser entendido como uma afirmação da ideia de que assuntos vindos de cima para baixo, quer dizer, ordens “patrióticas”, tinham prioridade para que a Universidade pudesse cumprir e realizar a sua “missão cívica”.

¹⁷³ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.537-43 - Relatório do Grupo-tarefa constituído para promover a instituição do Centro Superior de Civismo da UFRGS (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p.550.

O Projeto ainda define que no mínimo cinco professores de EPB, indicados pelo coordenador da disciplina à SUPAD, seriam os coordenadores do Centro. Estes seriam distribuídos pelas áreas de formação educacional da Instituição: Tecnologia e Ciências Exatas; Filosofia e Ciências Humanas; Ciências Biológicas e Artes e um para a Pós-graduação. Lembram os autores do Projeto que todas as vinte e uma unidades universitárias deveriam ter um orientador para assumir as Diretrizes da CNMC. O Grupo-tarefa também refere que essa atividade deveria ser remunerada, tendo em vista a relevância de suas atribuições. Como podiam fazer parte do centro, além dos alunos, os professores, ex-alunos, funcionários da Universidade, bem como pais e responsáveis pelos alunos e ainda elementos da comunidade, todos poderiam ser coordenadores, com exceção dos alunos, “por motivos óbvios”.¹⁷⁵ Esse impedimento exclusivo em relação aos alunos pode ser interpretado como se houvesse uma convicção de que os mesmos não teriam, na hierarquia da época, a competência para coordenar. Continua a proposta do Grupo-tarefa:

Tais pessoas, entretanto, a juízo do grupo, poderiam ser admitidas como professores de EPB, se tal fosse a indicação do Coordenador daquela disciplina. Com isso, atender-se-ia os termos das Diretrizes que recomendam sejam os orientadores professores e de outro lado, estabelecer-se-ia um saudável elo de integração com a comunidade, o que se apresentaria como sinal promissor para as futuras atividades do Centro.¹⁷⁶

Essa proposta de admitir membros da comunidade como professores de EPB visava demonstrar, como a disciplina tinha de certa forma, a legitimação da sociedade. Mas, ainda assim, deveriam ser recomendados pelos professores orientadores. Como também o Centro preservava sua hierarquia, selecionando seus colaboradores da comunidade.

O Centro, uma vez oficializado na Universidade, estabeleceu no seu Regimento a integração com a comunidade. Ele previa em suas finalidades, a integração da cultura cívica na Universidade e a irradiação de atividades de educação moral e cívica. Destacaram que queriam inculcar o hábito do exame dos problemas brasileiros na Universidade, procurando a colaboração espontânea e interessada na respectiva solução, sempre que necessário e possível. Da mesma prossegue o artigo 2º, com o objetivo de propagar o civismo e formar o caráter do universitário. No mesmo artigo, item III, se propõe a estabelecer o código de honra do universitário. No artigo 3º, considera que cabe ao civismo ter a formação de caráter na fonte de Deus, no amor à pátria e às suas tradições com capacidade de renúncia e ação intensa e

¹⁷⁵ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.551 - Regimento Interno do Centro Superior de Civismo da UFRGS (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p.542.

permanente em benefício do Brasil. No item IV define a escolha de patronos para o Centro Cívico, que seria feita entre exemplos de brasileiros que tenham se distinguido pela qualidade de suas ações morais ou cívicas e pelo amor aos princípios da democracia brasileira.¹⁷⁷

Ainda no artigo 4º, quando define os modos operacionais, o Regimento estabelece que cabe ao Centro programar solenidades cívicas e culturais. No artigo 6º se refere à tarefa de programar atividades que exaltem o patriotismo oculto dos construtores da Pátria e as tradições espirituais brasileiras, bem como de realizar palestras e campanhas que divulguem deveres e direitos do cidadão. Também nesse artigo 6º, na letra “b”, é enfatizada a importância de realizar campanhas que enalteçam a missão educadora da mulher quanto ao civismo, no lar e na comunidade. E no seu § 7, o Regimento inclui o cumprimento da Lei nº 5.700 de 1º/9/1971, artigo 14 § único, de hasteamento da Bandeira pelo Centro nos dias de festas e luto nacional e pelo menos uma vez por semana com caráter solene durante o ano letivo.¹⁷⁸ O código de honra¹⁷⁹ do universitário, que também fez parte do Regimento, levaria em conta para a sua aplicação os seguintes objetivos: colaborar com o lar e a escola; estimular o culto de qualidades nobres definidoras de personalidade; enaltecer a solidariedade e a fraternidade como características da evolução brasileira avessa à discriminação sob qualquer aspecto; focalizar o valor da lealdade para com o companheiro, os mestres, a comunidade e a Pátria; realçar o compromisso do estudante de uma democracia para com a juventude; eliminar as formas de comportamento desviante e antiético no meio estudantil; evitar a possível utilização de meios maus para a obtenção de fins ainda que bons; destacar a importância da participação do estudante nas atividades cívicas e culturais; enaltecer a necessidade de o estudante participar do desenvolvimento nacional em bases morais; apontar a imperatividade da total aplicação do estudante na construção do melhor instrumento para a realização dos seus objetivos pessoais nobres e para participar como adulto do desenvolvimento nacional e da construção da Pátria; incentivar o culto às tradições nacionais e aos valores eternos para que a renovação normal dos valores temporários se faça sem destruição dos primeiros.¹⁸⁰

¹⁷⁷ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 19, p.606. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ Esse código de honra tem a sua importância no contexto de criação do Regimento que cria o Centro Superior de Civismo. O mesmo consta no Regimento, mas não encontramos algo de sua aplicação junto ao Arquivo do Setor da Coordenação da EPB.

¹⁸⁰ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 19, p.560. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

Tomando como base o código de honra, o que se esperava do universitário era um estudante cidadão que se envolvesse com o culto à pátria e com atividades cívicas, e que se movimentasse em torno de valores que ajudassem a construir uma nova pátria.

Caberia ao Centro o julgamento das infrações do código de honra (§ 8). Sua Diretoria seria eleita pelos alunos e constituída dos elementos julgadores necessários às atividades do Centro e, as chapas concorrentes para a eleição dessa diretoria seriam integradas exclusivamente por alunos com aprovação prévia da SUPAD, do seu Superintendente Acadêmico e homologadas pelo Reitor, com mandato de um ano. Fariam parte da diretoria os seguintes cargos: Presidente; Tesoureiros; Oradores; Diretor Social; Diretor Cultural; Diretor de Arte e Diretor de Relações Públicas. Essa Diretoria formada por alunos seria acompanhada por, no mínimo, cinco professores de EPB das diferentes áreas e um de pós-graduação, vinculados ao coordenador da disciplina de EPB e por ele indicados ao Superintendente Acadêmico e Reitor, que seriam os orientadores do Centro Cívico. A esses caberia dar à diretoria a orientação e a assistência necessária ao perfeito funcionamento do Centro.¹⁸¹

Como uma colocação final sobre esse Centro, é importante registrar que o mesmo teve a sua maior atuação em 1972, no contexto do Sesquicentenário. Essa festividade ocorreu, de forma geral, através de atividades comemorativas junto às instituições e a sociedade brasileira.¹⁸² Inclusive houve disputas de atletismo da medalha do Sesquicentenário com a participação de clubes civis, como a Sogipa de Porto Alegre na Olimpíada do Exército em 1972. (O autor dessa Tese correu 4 x 100m na equipe da Sogipa, ficando em 3º Lugar. Vide ANEXO E). Foram levados inclusive, para fora da Universidade pelo prof. Richter em eventos. Após esse ano de alta atividade, os registros encontrados indicam que o mesmo não teve uma programação regular enquanto a EPB perdurou como disciplina na Universidade, o que dá a entender que possivelmente este órgão criado se misturou com a “centralização” da EPB em torno da pessoa do prof. Richter. Talvez possamos nos perguntar: Será que o prof. Richter ofuscou o Centro?¹⁸³

¹⁸¹ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 19, p.606. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁸² *Ibid.*

¹⁸³ *Ibid.*

3.3 AS EXPO DE EPB DE 1971 E A DE 1972 NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Uma das primeiras atividades do Centro de Civismo da UFRGS foi a Expo72, realizada em 1º de dezembro de 1972. Já em 1971 havia sido realizada a primeira exposição de trabalhos de alunos da EPB, chamada de 1ª Expo, através das quais foram expostos temas da realidade brasileira com a sua publicação através de “cartazes” na Reitoria da UFRGS. O Centro fez premiações com a medalha do Sesquicentenário e inseriu a Universidade no contexto nacional das comemorações. O Sesquicentenário da Independência do Brasil foi comemorado em todo o Brasil como um evento que rememorava o feito da independência de 1822, enaltecendo a pátria e a nação brasileira. Assim, em inúmeros lugares e instituições o evento lembrou simbologias nacionais, visando fortalecer estas imagens simbólicas junto à ditadura militar e civil brasileira.¹⁸⁴

O Prof. Henrique Richter coordenou o evento na UFRGS. Essas comemorações em 1972 aconteceram pelo Brasil afora e também no Rio Grande do Sul, nas quais o Centro se fez presente com essa Exposição. Ao final da mesma, foram premiados os trabalhos que seguem: “medalha de ouro” para Mario Costa Barberena, do Pós-graduação de Geociências, com o trabalho “A paleontologia de vertebrados no Brasil”; da Faculdade de Direito, foram premiados: Katia Tamara Schapke, Graziano Dallo, Ary Figurski e Gilberto de Oliveira, com o trabalho “Problemas sociais brasileiros à luz do direito”. O professor Eugênio W. Gruman foi condecorado com a medalha de ouro e recebeu o Destaque Educacional do ano do Sesquicentenário. Também houve premiação com “medalhas de prata” para alunos, tendo inclusive uma aluna do 1º ciclo, Anilda Orlandini, sido premiada com o trabalho “A importância da Petrobras no Rio Grande do Sul”.¹⁸⁵

A 1ª Expo-EPB realizada em 1971 serviu para iniciar a interatividade dos alunos de EPB com a comunidade e foi montada no Salão de Festas da UFRGS, no segundo andar da Reitoria. Os trabalhos expostos tratavam de temas sobre a realidade brasileira, já de certa forma no espírito do “Brasil Grande”. Já a 2ª Expo-EPB, promovida pelo Centro Superior de Civismo, através da Coordenação do Setor de Moral e Civismo da SUPAD, foi realizada no prédio do 1º Ciclo, na rua Ramiro Barcelos esquina com a avenida Ipiranga. A solenidade de abertura foi feita pelo Reitor Prof. Ivo Wolf, com a presença de autoridades civis e militares.

¹⁸⁴ UFRGS. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18, p.560. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p.596.

A exposição foi também abrilhantada pela Banda do Exército e pela Guarda de Honra do Regimento Osório. Foram expostos em torno de seiscentos trabalhos de alunos, individuais e em grupo, dos cursos de graduação e pós-graduação.¹⁸⁶

Não foram expostos muitos temas ligados a “problemas brasileiros”, sendo a maioria dos tópicos vinculados à experiência profissional ou da área específica de cada curso ou Unidade Acadêmica. Destacando alguns temas expostos, conforme constava nas listas: problemas nacionais, urbanos e da educação brasileira; da bovinocultura; da área da saúde; aspectos fundamentais da população brasileira; da ecologia e da Amazônia; da alimentação; das classes sociais; do controle da natalidade e da nutrição; e problemas agrários, sendo o tema da alimentação repetido várias vezes.¹⁸⁷

O que chamou a atenção é que, dos temas escolhidos pelos estudantes para a exposição, poucos retrataram a época com os seus grandes projetos do “Brasil Grande”. O que foi exposto nesse sentido foi a Amazônia e a estrada transamazônica, o Projeto Rondon, a Petrobrás e a questão do mar territorial das 200 milhas. Também houve um trabalho sobre o “Brasil ano 2000”, talvez projetando o Brasil do futuro. Por sua vez, a premiação feita envolveu desse campo do “Brasil Grande”, a Petrobrás, sendo as outras premiações destinadas a temas específicos de áreas de conhecimento como a Paleontologia e os Vertebrados, com a medalha de ouro e os Sorgos e Animais em extinção e a Poluição com medalhas de prata e bronze, respectivamente.¹⁸⁸

Comparando os trabalhos inscritos nas duas exposições, chama a atenção o fato de a ampla participação da Engenharia e da Escola de Engenharia em 1971 não ter se repetido em 1972, quando não tiveram nenhum trabalho exposto nesse último ano (vide Anexo B). A Economia, que teve boa participação em 1971, teve, com o acréscimo de Contábeis e Administração de Empresas, uma significativa redução em sua participação no ano de 1972. A Medicina, por sua vez, aumentou sua participação de 1971 a 1972 com a exposição de trabalhos e o Direito manteve sua frequência em participação com diversos trabalhos expostos. Os outros cursos e unidades, de forma geral, mantiveram a sua frequência na participação. O que chama a atenção é que dos cursos do IFCH só o Departamento de Ciências Sociais expôs trabalhos em 1971, mas em 1972 não possuiu trabalhos expostos, entrando por sua vez o curso de História com três trabalhos. Os cursos de pós-graduação não tiveram trabalhos expostos em 1971, entrando apenas na exposição em 1972 com três

¹⁸⁶ UFRGS. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 19, p.564-5.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p.567.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p.596.

trabalhos. Em 1971, o item sobre Orientação Vocacional, com quatorze trabalhos expostos, não se repetiu em 1972, o que demonstrou que essa Prática Educativa vinculada ao ensino da EPB teve um perfil de adesão espontânea por parte dos cursos da universidade.¹⁸⁹

Outro aspecto a ser considerado em torno dessas exposições foi que as mesmas tiveram a sua realização apenas nesses 2 anos, não se repetindo nos anos subsequentes, o que talvez possa ser reflexo do entusiasmo reinante em torno da EPB nos seus primeiros anos. Quando a EPB entrou num ciclo de normalidade institucional, como disciplina dos cursos, houve uma redução nesse tipo de atividade educacional chamada de Prática Educativa. De certa forma, a inserção da UFRGS nas Comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972 estimulou essa iniciativa no mesmo ano. Depois, as práticas educativas assumiram um perfil na realização de viagens e visitas dos professores e não envolvendo tanto os estudantes. Os estudantes, sim, eram envolvidos também, mas participavam em visitas vinculadas aos projetos como o Projeto Rondon, hidroelétrica de Passo Real e outros.¹⁹⁰

3.4 A PARTICIPAÇÃO DA EPB DA UFRGS NO 1º ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES E ORIENTADORES DE MORAL E CIVISMO

Em 1972, professores de EPB participaram do 1º Encontro Nacional de Professores e Orientadores de Moral e Civismo em Goiânia, no período de 10 a 16 de setembro (vide Anexo F). Conforme o prof. Richter foi uma grande oportunidade para que a UFRGS se projetasse no cenário nacional. Como registra o professor em seu relatório: “tivemos confirmação plena, aplausos e recomendações de adoção do tipo de atividade que vem sendo desenvolvido no Setor de Moral e Civismo, para todo o país, nos moldes de nossa Universidade”.¹⁹¹

Na ocasião, o professor apresentou uma tese (comunicação) intitulada: “Configuração Operacional de Educação Moral e Cívica no Brasil”. O professor discute aspectos brasileiros importantes para os estudos da EPB. A participação do professor Richter no Encontro foi muito destacada, no qual teve liderança inclusive no debate dos temas básicos para a EPB no Brasil. Além do prof. Richter, foram ao Encontro os docentes da coordenação de EPB, Cel. Jesus Linhares Guimarães, Dr. Almo Dauber Menezes, Dr. Clóvis Massaud Barros da Silveira e o prof. Dr. Claudino Brusamarelo, esse último da disciplina Pre-102 do 1º Ciclo. A comitiva

¹⁸⁹ UFRGS. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18, p.595. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁹⁰ *Ibid.*

¹⁹¹ *Ibid.*, p.560.

gaúcha também teve a participação dos seguintes professores da PUCRS: o Prof. Ir. Moacir Caetano Empinotti (que foi empossado Presidente da Comissão de Moral e Civismo do Rio Grande do Sul - COMOCI-RS), Prof. Apodi Almeida de Oliveira da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e o Prof. Altamiro Lisboa da Costa, representante do Secretário de Educação e Cultura do RS. Também participaram do Encontro Iris Richter, aluna do Colégio Rosário, que, por sua atuação, recebeu o certificado de Secretária Executiva da delegação do RS e da Comissão Especial Redatora da síntese do Encontro,¹⁹² (vide Anexo E).

A abertura do Encontro foi feita pelo Ministro da Educação e Cultura, Cel. Jarbas Gonçalves Passarinho. A agenda oficial foi organizada pela Comissão de Moral e Civismo de Goiás (COMOCI - GO) e contou com as conferências do Gal. Moacir de Araujo Lopes, da CNMC com o tema: “A grande opção brasileira consubstanciada na Educação Moral e Cívica”; do Prof. Artur de Machado Paupério com o tema: “As novas dimensões do civismo”; do professor Álvaro Moitinho Neiva com o tema: “Formação humana-cultural”; e do prof. Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes com o tema: “O valor humano do desenvolvimento”, todos da CNMC. O Encontro contou, ainda, com a conferência: “As práticas educativas da educação moral e cívica”, do prof. Umberto de Medeiros, da COMOCI-GO, e “Análise da situação socio-econômica-social do Brasil”, do Embaixador Meira Pena.¹⁹³

O Encontro serviu para troca de experiências e debates em torno de aspectos problemáticos no processo de implantação da EPB, além de verificar as condições docentes específicas nos diversos estados. As recomendações para as Universidades em relação à EPB foram divulgadas através do relatório do Grupo Especial sobre o Ensino em nível Superior formado no Encontro com a representação dos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas recomendações indicam a importância de uma permanente fundamentação filosófica para a abordagem dos Estudos de Problemas Brasileiros; a importância no trabalho em equipe na EPB; a consolidação do caráter permanente dos professores de EPB, e não apenas eventual; de providências para a instalação dos Centros Superiores de Civismo nas Universidades; e que a disciplina de EPB nos cursos de pós-graduação seja atendida por um coordenador, com a

¹⁹² UFRGS. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18, p.560 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁹³ *Ibid.*, p.596.

distribuição de pesquisas eletivas para os participantes e com a atribuição de conceito de avaliação segundo um mínimo de 30hs ou créditos correspondentes.¹⁹⁴

Entre os conteúdos dos trabalhos realizados durante o Encontro – de acordo com o sumário presente no relatório, constaram temas como o espírito religioso na cultura brasileira; a alma coletiva nacional; a religião como fantasma amedrontador das estruturas políticas ateístas-radicais e comunistas; a revolução comunista e a guerra revolucionária; a revolução de 31 de março; a grande opção da nação brasileira; a luta ideológica, a crise da democracia; a necessidade da vertical filosófica; conselhos recentes de Paulo VI; a educação, as bases filosóficas da pedagogia; o mundo dos valores; aspecto ontológico da axiologia; a doutrina da educação e moral e cívica e sua profunda significação; a síntese do conceito de civismo; os perigos do neutralismo no campo pedagógico; a superestrutura do desenvolvimento econômico e nacional, democrática e cristão e o exemplo do chefe.¹⁹⁵

Esses foram os temas tratados na conferência intitulada: “A grande opção brasileira consubstanciada na Educação Moral e Cívica”, feita pelo Gen. Moacyr Araújo Lopes, Conselheiro da CNMC, na tarde de 11 de setembro de 1972. Na manhã do dia 12 de setembro de 1972, o Prof. Artur Machado Paupério, Conselheiro da CNMC, proferiu a conferência: “As novas dimensões do civismo”. O sumário registrou que foram tratados os temas que seguem: civilização e civismo; o conceito brasileiro de civismo; pátria como cerne de ideia de civismo; patriotismo, nacionalismo e internacionalismo; verdadeiro e falso patriotismo; deturpações nacionalistas; patriotismo e religião; patriotismo e bem-comum; patriotismo e intenso, mas não absoluto; humanismo cívico; civismo e segurança nacional; civismo e desenvolvimento integral do homem; síntese da doutrina da educação brasileira.¹⁹⁶

Após o Encontro de Goiânia é criada no RS a Comissão de Moral e Civismo do RS (COMOCI-RS). O fato foi divulgado no Diário de Notícias em 04 de outubro de 1972. A reportagem “mancheteia”: “Uma Nova Sigla: COMOCI-RS”. Assim, o Rio Grande do Sul começa a ter uma Comissão Estadual, que amplia não só o ensino das EPB, mas também a Moral e Cívica nas escolas e universidades no RS. A matéria enfatizou que os obstáculos após 2 anos de vigência da lei estavam desaparecendo. Entre os obstáculos citados estavam o despreparo da geração adulta, que não valorizava o caráter moral e cívico. Também são apontadas as reminiscências do passado, quando a moral e cívica levava o cunho oficial a

¹⁹⁴ UFRGS. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18, p.564-5 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁹⁵ *Ibid.* p.564.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p.567.

serviço das ideologias. Acrescenta o jornal: “É a nova disciplina para o Brasil novo. É a educação para a integração, onde a aula já não se limita ao quadro-negro, mas funciona com auxílio de todos os que amam a pátria”. Na sequência da matéria, o Diário de Notícias enaltece a criação do Centro Superior de Civismo da UFRGS e destacou que o centro funciona conforme as diretrizes da CNMC, que será permanentemente informada e consultada através da COMOCI-RS.¹⁹⁷

A matéria do Diário de Notícias acrescenta que o Centro Superior de Civismo da UFRGS realizou inúmeras promoções de âmbito cultural, tendo encenado recentemente na universidade a peça de teatro “D. Pedro abriu a passagem”. A EPB aparece também em matéria na coluna Gente, no jornal Zero Hora, de 1972 (matérias arquivadas no Arquivo da Coordenação da EPB-UFRGS), (vide Anexo G). Nessa coluna, a foto do Prof. Richter e a matéria apareceram junto com um destaque de Érico Veríssimo, escritor e romancista. O Prof. Richter é referido, por sua vez, com um resumo da sua atuação junto a EPB e a moral e o civismo no RS, além de ser enaltecida a própria moral e cívica e a construção da EPB através do personagem, ou do seu principal personagem na UFRGS que foi na época o Prof. Richter.¹⁹⁸

3.5 A ORIGEM DA DISCIPLINA – ENTRE AS HUMANIDADES E A ENGENHARIA

Como já foi dito, após sua implantação emergencial nas universidades em 1970 e 1971 (na UFRGS com cursos emergenciais, turmas com palestras com numerosos estudantes em aula), a EPB passa a funcionar de forma estruturada nos currículos e assume certa normalidade a partir de 1972 e 1973.

Ao abordar a trajetória da EPB na UFRGS, não se pode deixar de citar o fato que havia uma disciplina com o nome de Problemas Brasileiros na antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS. Conforme os diários de classe arquivados no IFCH-UFRGS, a mesma que funcionou regularmente nos anos 1960, no início do período da implantação da EPB no ano de 1970, foi oferecida aos alunos com o nome de Estudos Brasileiros-Educação Moral e Cívica. (vide Anexo H). Diante desse fato, cabe a seguinte pergunta: por que a criação da EPB foi feita a partir da disciplina de Humanidades, ministrada na Faculdade de Engenharia, se já

¹⁹⁷ UFRGS. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18, p.595. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

¹⁹⁸ ZERO HORA. Coluna Gente. **Reportagem sobre a disciplina EPB** destacando também a atuação do professor Richter junto a essas disciplinas Porto Alegre, 18 de dezembro de 1972. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

havia na UFRGS e no Departamento de Ciências Sociais uma disciplina que potencialmente poderia servir de berço ou modelo para a EPB? Pois, caso assim fosse, a disciplina original e o corpo docente estariam juntos no mesmo Departamento, o de Ciências Sociais. A própria EPB, enquanto disciplina, de acordo com os relatórios do 1º Ciclo, foi vinculada ao leque de cadeiras HUM4 da Ciências Sociais, mas com sua coordenação ficando vinculada à SUPAD, com a origem referida acima. Em 08 de junho de 1970, atendendo a consulta vinda da reitoria e proposta da SUPAD pelo seu Superintendente Prof. Jorge Furtado, o Departamento de Ciências Sociais se manifestou, afirmando que a Faculdade de Filosofia poderia colaborar na formação de professores do ensino médio na área de moral e cívica, principalmente por ter, desde os anos 60, uma disciplina intitulada Problemas Brasileiros.¹⁹⁹ Ainda em 10-5-1971, o responsável pelo Setor de Ensino e Pesquisa da SUPAD, prof. Sanchotene Felice, em resposta a uma consulta em torno da EPB na Faculdade de Medicina, responde que:

A disciplina Problemas Brasileiros, ministrada no Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade, atende, a nosso ver, o que preceitua o decreto 68.065 de janeiro de 1971. Contudo, seria conveniente a complementação de seu programa à luz do que - a título de orientação - o CFE faz conter em seu Parecer nº 94-71, que versa sobre Currículos e Programas de educação Moral e Cívica, aprovado em 04-2-1971. Ainda prevendo possíveis equívocos de natureza meramente burocrática, julgamos aconselhável a plena adequação do título da disciplina 'Problemas Brasileiros' lecionada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas ao título 'Estudos de Problemas Brasileiros', previsto nos decretos inicialmente referidos.²⁰⁰

O Grupo Tarefa que criou a EPB na UFRGS, através da Portaria nº 5 da SUPAD de 23 de março de 1971, divulgou, em 31 de março do mesmo ano, uma circular com o título: "Planejamento para implantação da Educação Moral e Cívica na UFRGS – Estudos de Problemas Brasileiros". Curiosamente, o expediente teve, na sua parte final, junto à data – Porto Alegre, 31 de março de 1971 – a seguinte complementação: "7º Aniversário da Revolução", o que indica uma identificação daqueles que assinaram a circular com os rumos "da revolução de 1964", a saber, os professores Henrique Richter, Luiz Carlos M. Rothman, Luiz Alberto Cibils e José F. Sanchotene Felice. Assim, esta menção ao aniversário da "Revolução" na circular de implantação da Educação Moral e Cívica via EPB e seu planejamento já indicavam uma afinidade e uma adesão com o projeto político-ideológico do regime militar. Ao propôr o planejamento do funcionamento da EPB para a UFRGS, o Grupo-

¹⁹⁹ UFRGS. Relatório I (1971-1972). Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Pasta 13, folha avulsa s/p. **Cópia do Processo nº 5739-70 da UFRGS** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁰⁰ *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Caderno 2**. p.18. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

tarefa enfatiza, entre outros itens, que as unidades deveriam providenciar a designação de docentes e horários, o que acabou não ocorrendo, tendo em vista que os mesmos foram selecionados pela SUPAD e PROGRAD. Seria oferecido também, devido às naturais dificuldades da implantação recente da disciplina, um Livro-agenda lançado pela UFRGS, seguindo a técnica analítico-interacional de autoria do Prof. Enrique Richter. Ficou estabelecido, ainda, que a instalação do Centro Cívico apenas ficaria na dependência de decisão superior.²⁰¹

Com a finalidade de ver o que efetivamente se ensinava na disciplina Problemas Brasileiros da Faculdade de Filosofia da UFRGS, buscamos dois diários de classe dessa disciplina, um do ano letivo de 1968 e outro de 1969. O ano da disciplina, na seriação do Curso de Ciências Sociais, era o quarto ano. No diário de classe de 1968 constava na lista de chamada quarenta e um alunos e, nas doze aulas ministradas, a maioria teve entre oito e dez presenças. Os conteúdos lecionados foram: “organização social, desorganizações e mudanças social e cultural; problemas sociais latentes e problema social em curso; a análise do problema social, a necessidade da cooperação interdisciplinar; população brasileira: aspectos quantitativos; considerações gerais sobre os problemas brasileiros; as variáveis biológicas, bio-sociais, socio-econômicas, sociais e culturais no comportamento da população brasileira; população rural e urbana; problemas sociais relativos à população, redistribuição demográfica; mortalidade e vida média; natalidade e suas tendências; população e desenvolvimento no Brasil; o mundo rural na sociedade brasileira; população e regiões no país; estrutura agrária relacionado com o uso da terra; o estatuto da terra; urbanização; o sistema de ensino; educação; estrutura regional do ser brasileiro; conferência de Florestan Fernandes e resistências à mudança na estrutura e na organização social”.²⁰²

Da turma de 1969 fizeram parte trinta e nove alunos dos quais vinte efetivamente frequentaram a disciplina. Esses conteúdos eram praticamente os mesmos de 1968, englobando temas como a população brasileira, urbanização, a educação brasileira etc. Na comparação dos conteúdos registrados nos diários de classe da disciplina de Problemas Brasileiros com os conteúdos propostos via Decretos-lei para a implantação da EPB na UFRGS, percebe-se que houve diferenças e semelhanças naquilo que era levado para a sala de aula. Em matéria de conteúdos ensinados não havia menção ao civismo e nem às grandes

²⁰¹ UFRGS. **Relatório I 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. EPB. Caixa 17. Caderno 3, p.3 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁰² *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. **Setor dos Catálogos de Cursos e Diários de Classe dos anos 50-60** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

obras do regime. A hipótese que poderia explicar a escolha feita foi que a proposta via decreto lei não teve aceitação na Faculdade de Filosofia, considerando os propósitos desse ensino a partir da ditadura militar e civil brasileira.²⁰³

3.6 A INSERÇÃO E A EXCLUSÃO DA EPB NOS CURRÍCULOS DA UFRGS

Como já foi dito, a EPB foi incluída como disciplina nos currículos dos cursos de graduação da UFRGS a partir da criação do 1º Ciclo, nos períodos assinalados no quadro na sequência. Como disciplina regular, a mesma foi incluída nos cursos de graduação nos anos de 1972 e 1973, tendo sido antes oferecida de forma emergencial através de turmas organizadas em Unidades da Universidade e no Campus Central. Essa regularidade aconteceu junto ao 1º Ciclo em função da reorganização institucional dos cursos de graduação a partir da Reforma do Ensino, instaurada desde o início dos anos 1970. Já a eliminação da EPB nos cursos de graduação aconteceu a partir de 1993 até 1998, conforme dados nos catálogos da UFRGS junto à Prograd-Decordi. O que chama a atenção é que tanto as inclusões como as exclusões não ocorreram ao mesmo tempo nos diferentes cursos, se guiando, possivelmente, pelo interesse de cada um deles pela disciplina. De acordo com os catálogos do Decordi analisados, as Engenharias, a Geografia e a Geologia foram rápidas na inclusão, que aconteceu em 1972, ficando a maioria dos cursos para 1973.²⁰⁴

Quanto à exclusão, de acordo com a mesma fonte, já em 1992 os cursos de Agronomia, Teatro, Artes Dramáticas, Ciências Sociais, Filosofia, História e Jornalismo a realizaram, antes mesmo do Parecer Raul Pont, aprovado no Congresso Nacional, a partir da decisão do Cocep da UFRGS. Os demais cursos aguardaram a decisão do Congresso para eliminar a EPB dos seus currículos. É importante registrar que a inclusão das disciplinas de EPB no currículo regular dos cursos de graduação aconteceu no contexto da reforma do ensino feita em todas as universidades brasileiras a partir de 1970 e que promoveu a organização institucional dos cursos. Na UFRGS a inclusão se deu, como já visto acima, no contexto da criação e organização do 1º Ciclo, no qual de início existiu a EPB como a disciplina Pré-102, depois transformada em HUM464-EPB-I e HUM404-EPB-II. Essa nova codificação foi implantada em todas as disciplinas regulares dos cursos de graduação na UFRGS. No entanto, mesmo com estas alterações de códigos das EPBs, as súmulas não foram

²⁰³ UFRGS. Arquivo Memorial do IFCH. **Setor dos Catálogos de Cursos e Diários de Classe dos anos 50-60.** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁰⁴ *Id.* **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1980-1998.** UFRGS-PROGRAD-DECORDI. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação.

alteradas, mas apenas desdobradas.²⁰⁵ Na exclusão das EPBs dos currículos dos cursos de graduação foi decisiva a extinção da CNMC em 1986, por parte do governo de José Sarney na presidência do Brasil, assim como as iniciativas vindas do Departamento de Ciências Sociais do IFCH da UFRGS, principalmente a de criar três Departamentos: Sociologia, Ciência Política e Antropologia em 1989.²⁰⁶

Importante lembrar, que esse mesmo IFCH tinha sob o seu manto os professores de EPB e a disciplina tinha um Setor específico no Departamento de Ciências Sociais. Assim, essa reestruturação afetaria o grupo de professores da EPB que fazia parte do Departamento, já que o movimento e o projeto departamental, com sua nova divisão, não tinha a previsão de criação de um Departamento de EPB. Apesar dessa mudança afetar seu corpo docente, inicialmente as disciplinas de EPB nos currículos de graduação dos cursos não foram afetadas. Mesmo tendo sido mantido o Departamento de Ciências Sociais, o qual abrigava os professores de EPB após a criação dos novos departamentos de Antropologia, Sociologia e Ciência Política em 1991, houve o movimento paralelo junto à Prograd, em especial por iniciativa do Pró-reitor Darcy Dillemburg, de eliminação das EPBs. Assim, com essas iniciativas, o processo de eliminação resultou em uma exclusão gradual e com ritmos diferentes nos cursos de graduação na UFRGS.²⁰⁷

Conforme dados colhidos junto à Prograd-Decordi, temos na sequência, as tabelas com as exclusões realizadas na maioria dos cursos entre 1991 e 1993, exceto nas Ciências Econômicas, curso no qual a disciplina ainda permaneceu na grade curricular até o ano de 1998. O que pode ser interpretado como uma decisão da coordenação do Curso que manteve a disciplina com o seu código na grade curricular sem oferecer a mesma aos alunos. De início, em 1991-1992, baseado na Resolução do Cocep da Universidade, os cursos eliminaram a EPB dando liberação em função da equivalência com outras disciplinas do currículo, e, em 1993, os cursos que ainda não tinham feito a eliminação o fizeram obrigatoriamente, devido à

²⁰⁵ Nota: Em 1992 constam no Catálogo dos Cursos de Graduação, Decordi, Prograd. UFRGS as súmulas da Hum 464 EPB I com o seguinte conteúdo: Introdução doutrinária: desenvolvimento integral e segurança nacional. A Constituição política nacional. Campo psicossocial: as tradições nacionais. Valores permanentes e valores transitórios. Justiça social. Problema educacional qualitativo. Visão global da cultura brasileira. Campo político: características da política externa. As instituições: ONU, OEA, Defesa civil e proteção comunitária. E de Hum404 EPBII: Campo econômico: a economia brasileira, estrutura e funcionamento. As estruturas econômicas contemporâneas. Campo técnico-científico: a ciência e a tecnologia no desenvolvimento integral. Educação e desenvolvimento. Campo militar: as Forças Armadas. Mobilização e informação. Defesa territorial. Soberania, integridade e unidade nacionais.

²⁰⁶ UFRGS. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1980-1998**. UFRGS-PROGRAD-DECORDI. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação.

²⁰⁷ *Ibid.*

impossibilidade de seguir com as EPBs nos currículos pela decisão do Congresso Nacional de eliminá-la como disciplina, através da Lei nº 8663, de 14/06/93.²⁰⁸

Quadro Geral da inclusão e exclusão da EPB nos Cursos de Graduação da UFRGS.

Quadro 1: Inclusões e exclusões da EPB nos Cursos de Graduação da UFRGS

Curso	Ano de Inclusão (Primeira aparição)	Ano de Exclusão (Última Aparição)	Número de Disciplinas	Comentários
Engenharia Elétrica Mecânica de Minas Metalúrgica Química Civil	1972	1995	1972: 1 (Pré-102) 1973: idem 1974: Pré 102 - HUM 364 (1 Sem) 1995: 3	
Geografia	1972/73	1993	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 414 [8 Sem]) 1974: W 1993: 3	1972: HUM 414 aparece como EPB II 1974: W - 6 semestre ao invés do último
Geologia	1972/73	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: 3	HUM 401 - EPB II
Administração	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: Ao 1994: 3	
Agronomia	1973	1992	1973: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1992: 3	HUM 414 - EPB I - A HUM 401 - EPB II

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
3: Total Exclusão
Ô: apenas optativa
Ao: Ainda obrigatória - dispersa no currículo.

Arquitetura	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [8 Sem], HUM 401 [9 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: 3	
Ciências Atuariais	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: 3	HUM 401 - EPB II
Ciências Contábeis	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [5 Sem], HUM 401 [6 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: 3	W: não é o último semestre, mas o sexto semestre.
Ciências Econômicas	1973	1998	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [5 Sem], HUM 401 [6 Sem]) 1974: W 1993: W 1997: Ao 1998: 3	W: não é o último semestre, mas o sexto semestre.
Física (Bacharelado e Licenciatura)	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: 3	W: não é o último semestre, mas o sétimo semestre.

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
3: Total Exclusão
Ô: apenas optativa
Ao: Ainda obrigatória - dispersa no currículo.

²⁰⁸ UFRGS. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1980-1998. UFRGS-PROGRAD-DECordi. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação

Matemática	1973	1994 (Licenciatura em 1993)	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: Ao 1994: E
Química	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: Ao 1994: E
Educação Física	1973	1993	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [5 Sem], HUM 401 [6 Sem]) 1974: W 1992: W 1993: E
Enfermagem	1973	1993	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: E
Farmácia	1973	1993	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [5 Sem], HUM 401 [6 Sem]) 1974: W 1992: W 1993: E
<p>Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre) E: Total Exclusão O: apenas optativa Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.</p>			

Medicina	1973	1993	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [11 Sem], HUM 401 [12 Sem]) 464 (11 Sem) 1974: W 1992: W 1993: E	
Veterinária	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	
Odontologia	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	
Letras	1973	1994	1973: 1 (Pré-102) 1974: W 1993: W 1994: E	Todos os currículos de línguas: W – do último semestre para o segundo semestre.
Artes plásticas	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [10 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	
<p>Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre) E: Total Exclusão O: apenas optativa Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.</p>				

Desenho e Plástica	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	
Canto	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	W: do último semestre (9) para o oitavo semestre
Composição e Regência	1973	1994	1972/73: 1 (Pré 102) 1974: W 1993: W 1994: E	W: do último semestre (14) para o décimo terceiro semestre
Instrumentos	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [9 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	
Música	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [6 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	W: do último semestre para o sexto semestre

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
E: Total Exclusão
O: apenas optativa
Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.

Teatro – direção	1973	1992	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [7 Sem]) 1974: W 1991: W 1992: E	
Arte Dramática	1973	1992	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1991: W 1992: E	W: há três cadeiras, HUM 464, HUM 414 e HUM 401 (estas duas últimas nos respectivos dois últimos semestres do curso)
Ciências Biológicas	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [7 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	W: do último semestre (8) para o sétimo semestre
Biblioteconomia	1973	1994	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [7 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	W: a disciplina do último semestre é associada a biblioteca.
Ciências Jurídicas e Sociais	1973	1994	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [9 Sem], HUM 401 [10 Sem]) 1974: W 1993: W 1994: E	W: do último semestre (8) para o sétimo semestre

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
E: Total Exclusão
O: apenas optativa
Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.

Educação	1973	1995	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1993: W 1995: 3	
Ciências Sociais	1973	1992	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [9 Sem], HUM 401 [10 Sem]) 1974: W 1991: W 1992: 3	
História	1973	1992	1972/73: Bacharelado 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]); Licenciatura 1 (Pré 102) 1974: W 1991: W 1992: 3	
Filosofia	1973	1992	1972/73: 3 (Pré 102, HUM 414 [7 Sem], HUM 401 [8 Sem]) 1974: W 1991: W 1992: 3	
Jornalismo	1973	1992	1972/73: 2 (Pré 102 e HUM 401 [2 Sem]) 1974: W 1991: W 1992: 3	W: do último semestre para o segundo)

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
 3: Total Exclusão
 Ô: apenas optativa
 Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.

Psicologia	1973	1994	1972/73: 1 (Pré 102) 1974: W 1993: W 1994: 3
------------	------	------	---

Legenda: W: fim do ciclo básico; HUM464 (primeiro semestre) e HUM 401 (último semestre)
 3: Total Exclusão
 Ô: apenas optativa
 Ao: Ainda obrigatória – dispersa no currículo.

Fonte: Prograd-Decordi - UFRGS.

O quadro acima mostra que a EPB como disciplina teve 26 anos na UFRGS, sendo inserida nos cursos em 1972 e em alguns cursos ainda em 1973. A inserção das disciplinas, teve a EPB I no primeiro semestre dos cursos, ficando a EPB II dispersa nos currículos, mas ficando basicamente para os últimos semestres. A maioria dos cursos excluíram a EPB nos

anos de 1993 e 1994, e um curso, o de Economia apenas em 1998. Poucos adiantaram a exclusão da EPB em seus cursos a partir da decisão do COCEP em 1991, adiantando-se à decisão de 1993 pelo Congresso Nacional. O que mostrou que a antecipação da eliminação na UFRGS não teve muita repercussão junto aos cursos, que realizaram a eliminação apenas com a extinção feita via Congresso Nacional.²⁰⁹

Ao ser definida a partir do 1º Ciclo em 1972-1973, a trajetória da EPB na UFRGS continuou tendo uma dupla vinculação, não com a Faculdade de Engenharia, mas com a coordenação da Moral e Cívica na SUPAD. Outro vínculo foi com o Departamento de Ciências Sociais do IFCH. Ainda assim, o personagem era único, o professor Henrique Richter. A normalidade da EPB ficou estruturada insitucionalmente entre o Departamento de Ciências Sociais e a SUPAD, depois junto à PROGRAD, que tinha, pelo menos no período de coordenação do Prof. Richter, o Setor de Moral e Civismo no seu âmbito. O Departamento abrigava os professores e a disciplina na sua organização institucional. Assim a inclusão e a exclusão da disciplina de EPB nos cursos teve a influência desse formato insitucional para o funcionamento na UFRGS.

3.7 A EPB NA PÓS-GRADUAÇÃO

Os estudantes de Pós-Graduação deveriam também cursar a EPB, sendo liberados somente se assistissem palestras ou realizassem atividades afins reconhecidas e aceitas pelos cursos de pós-graduações e pela Coordenação da EPB. Também foi oferecida como alternativa, pela Coordenação da EPB da UFRGS, o funcionamento de uma EPB (a HUM402) para atender exclusivamente as demandas. Foi encaminhado às pós-graduações, um expediente da SUPAD e sua Comissão de Moral e Civismo em 23 de junho de 1972 orientando em torno da obtenção de créditos da EPB. Esse faz menção a uma preocupação, dizendo:

Agradecemos se pertence a maioria quase total daqueles que compreenderam o espírito que norteou o curso. Para aos poucos que, às vezes, procuraram tornar a imagem de um estudante disciplinado, nossa tolerância se apoia na esperança de que o bom senso não lhes falte em outras ocasiões. Realmente não ministramos moral e cívica na Universidade e o conceito que será atribuído refere-se tão somente à participação de aulas sobre assuntos da Realidade Brasileira. Com todas as dificuldades conhecidas por todos não medimos esforços para, em cada sessão, oferecer uma visão, quanto possível objetiva, de situações da problemática brasileira. Pelas falhas havidas pedimos excusas.²¹⁰

²⁰⁹ UFRGS. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1980-1998**. UFRGS-PROGRAD-DECORDI. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação

²¹⁰ UFRGS. **Relatório III**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 11, p.258 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

A preocupação com os estudantes e os próprios pós-graduações da universidade expressaram acima, o que se ensina em sala aula na disciplina de EPB na universidade é a realidade brasileira e não moral e cívica. A imagem colada na EPB era de fato a imagem de uma disciplina que foi inserida nos cursos de pós-graduação com uma intenção de ensinar moral e cívica e os estudantes seguramente sabiam disso. Mas o conteúdo veiculado em sala de aula sendo da realidade brasileira o enfoque em torno desse conteúdo por si mesmo poderia trazer uma carga de moral e cívica. E era isso que cercava a EPB, que tinha um conteúdo sim, da realidade brasileira, mas esse era seletivo em torno dos projetos da ditadura militar e civil brasileira.²¹¹

Para cumprirem a exigência legal para se formarem, portanto, os estudantes de pós-graduação poderiam receber liberação da EPB mediante participação em alguma atividade realizada com um conteúdo que tivesse similaridade ou equivalência com os conteúdos da EPB. A própria Coordenação da disciplina encaminhou junto ao oferecimento da HUM402 uma correspondência para a liberação da mesma por meio da entrega de um trabalho pelo estudante junto ao seu curso de pós-graduação, desde que com a avaliação satisfatória. Constam nos Relatórios da disciplina que a própria EPB promovia eventos que poderiam liberar o estudante de cursar a disciplina. A UFRGS tinha, inclusive, um Campus Avançado no Estado de Rondônia, no qual estudantes poderiam complementar os estudos da EPB se para lá fossem, por um período aproximado de um mês, para realizar uma atividade proposta nos projetos da época vinculados à ideia do desenvolvimento do Brasil na Amazônia.²¹²

As turmas de EPB no Curso Central criadas emergencialmente em abril de 1971, continuaram sendo oferecidas posteriormente e poderiam ser cursadas, conforme relatado no Arquivo. Estas também atendiam estudantes da pós-graduação. Não encontrou-se o registro do momento exato em que pararam de ser oferecidas. A argumentação para o funcionamento dessas turmas era que havia uma demanda reprimida nos cursos de graduação e também junto as pós-graduações, que ainda não tinham sido atendidas pelas Unidades e que o 1º Ciclo ainda não tinha como absorver a todos.²¹³

²¹¹ UFRGS. **Relatório III**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 11, p.258 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²¹² *Ibid.*

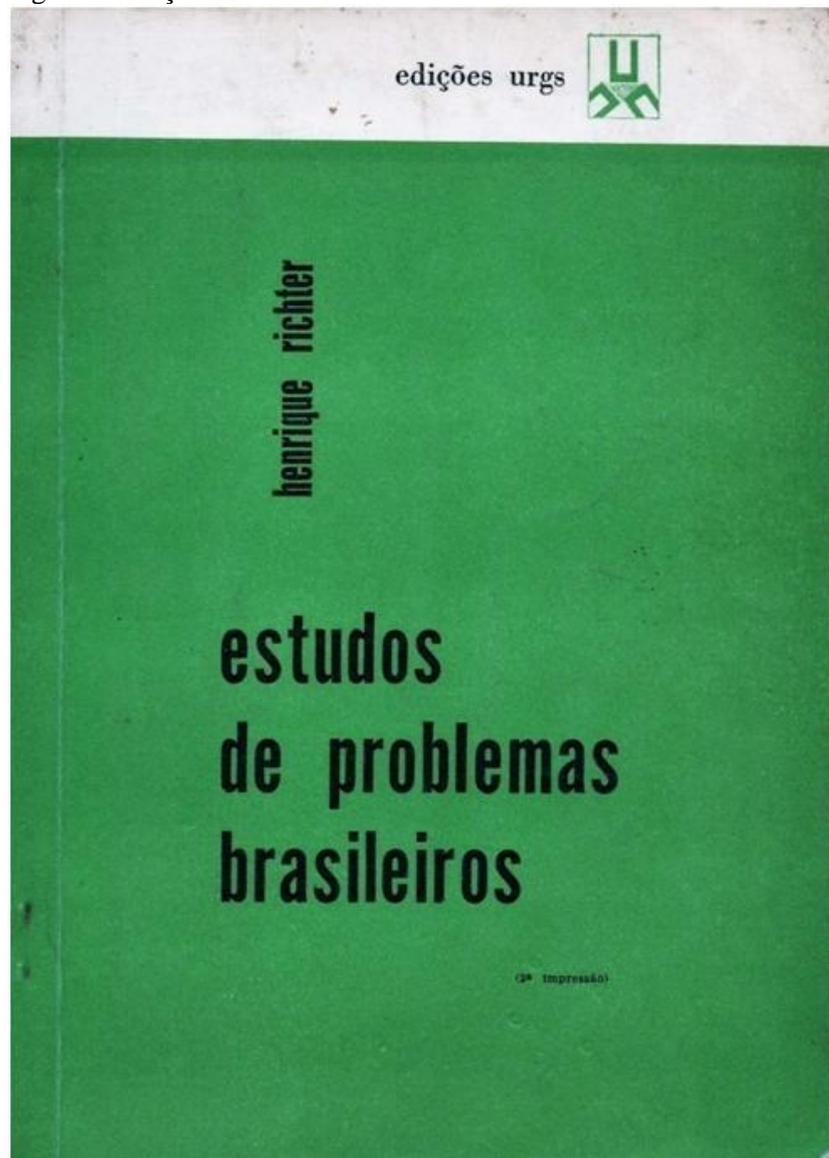
²¹³ *Ibid.*

4 A EPB EM SALA DE AULA

4.1 A PRÁTICA EDUCATIVA, A METODOLOGIA DE ENSINO E AS AVALIAÇÕES

A narrativa que é apresentada nesse capítulo é, em parte, direcionada pelas fontes, fruto de uma escolha. Há uma redução de registros e documentos no arquivo da coordenação da EPB na sequência dos anos em especial a partir do ano de 1977 até a eliminação definitiva no ano de 1993. Tal fato acabou não incentivando uma narrativa temporal por anos, mas a busca de tópicos que poderiam retratar o olhar sobre a EPB na UFRGS.

Figura 1: Edições URGS



Fonte: Acervo do autor (2018).

O livro-agenda foi utilizado em aula nos anos de 1970 com conteúdos da realidade brasileira, de moral e de civismo (vide Anexo C).

O olhar segue a orientação para tópicos como a metodologia em sala de aula, as avaliações, a prática educativa, os conteúdos ensinados, o ensino de EPB numa instituição militar, e os livros de EPB publicados por diferentes editoras. Em relação ao trabalho em sala de aula, devido à grande quantidade de estudantes, uma questão enfatizada pelo coordenador no Relatório do primeiro semestre de 1972 foi a adaptação de um “Livroagenda”, que seria prático tanto para as classes numerosas, no caso do primeiro ciclo, quanto para grupos reduzidos, como acontecia na pós-graduação que utilizaram a técnica analítica-interacional. Ela combateria, o hábito de longas anotações, obrigaria a uma síntese mental e permitiria atender ao espírito do legislador. Justificando o uso do livro-agenda, Richter²¹⁴ afirma no Relatório que “o estudo não é apenas disciplinas, mas também deve realizar uma prática educativa”. Além disso, destaca outros problemas do ensino de EPB, tais como a heterogeneidade da equipe de professores, que trazia dificuldades no relacionamento inicial; o fato de a técnica analítica-interacional e o uso do Livro-agenda ter desnortado, no primeiro contato com os estudantes, mais da metade dos professores, tornando-os improvisadores; e também a preocupação com os pretensos interesses governamentais de auto-propaganda e a justificação de uma Educação Moral e Cívica. No mencionado Relatório, se enfatiza que a EPB,

diferentemente de outras disciplinas, onde não se aceitaria uma opinião empírica, nesta, considerando que até um homem do povo, de pouca instrução, pretende, geralmente, entender de assuntos de problemática brasileira, consideramos fundamental que o conteúdo programático seja precedido por adequado embasamento, que deveria transpirar durante todo o currículo.²¹⁵

Com isso, o Livro-agenda seria uma alternativa segura de ensino para entender os assuntos da problemática brasileira. Esse livro foi usado nos primeiros anos do ensino da EPB na UFRGS, sendo aos poucos abandonado. Por ter sido elaborado pelo coordenador da disciplina e publicado pela UFRGS, o livro teve reconhecida a sua oficialidade complementar no ensino obrigatório da EPB na UFRGS. O livro que foi editado pela editora da UFRGS, “URGS” na época, trazia conteúdos selecionados pelo seu autor, o próprio coordenador da EPB na Universidade. Havia também o destaque de uma folha para respostas a partir do assunto da aula, que era entregue no final da aula. Essa rotina possivelmente afetava o cotidiano das aulas de EPB, deixando os alunos apreensivos para adquirir o livro e para cursar

²¹⁴ UFRGS. **Relatório do 1º Semestre-1972**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.3. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²¹⁵ *Ibid.*

a disciplina. Numa avaliação sobre a utilização do Livro-agenda feita em relatório pelo prof. Fernando Romero, em 13 de julho de 1973, este registra que:

De uma maneira geral, houve boa receptividade ao método de trabalho com o Livro-agenda. Houve problema devido a falta de livros. Apenas dois terços dos participantes conseguiram adquiri-lo antes que se esgotasse a edição. Aos alunos que não possuíam o livro, foi facultada a entrega das anotações numa folha avulsa qualquer, sendo solicitado que se unissem com os participantes que tinham o livro quando era feita análise de textos complementares. Em algumas turmas verificamos casos isolados de resistência ao uso do LA (inclusive com manifestação em aula, alegando que bitolaria aluno e professor). Por outro lado houve apreensão, também manifestada pelos mesmos alunos, quando esgotou-se a edição e o livro não mais pode ser adquirido; naturalmente, por temor de que viessem a sofrer qualquer prejuízo por não possuírem o LA. Foi solicitado aos participantes que fizessem comentários quaisquer sobre assuntos abordados em aula nas folhas que seriam entregues. A princípio a maioria da turma limitava-se a fazer um esquema com repetição de alguns conteúdos apresentados. Mais tarde foi esclarecido que seriam mais valorizados os comentários e opiniões pessoais que a simples cópia da aula. Daí em diante, quase sempre os alunos passaram a destacar dois ou três itens do assunto em pauta, fazendo um rápido comentário sobre eles.²¹⁶

Também sobre o livro-agenda, uma professora assim se manifestou no 1º Semestre de 1973: “Seguidamente aconteceu que, quando do preenchimento das folhas do Livro-agenda alguns colocavam: esta ideia é da professora, e não minha, talvez fosse essa uma forma de crítica escrita”.²¹⁷

Dos estudantes da EPB na UFRGS destaca-se que a avaliação acontecia através de trabalhos e verificações que eram elaborados em torno do conteúdo lecionado. Também questionários eram aplicados e levados para a sala de aula para avaliar o interesse dos estudantes na disciplina. Alguns trabalhos de alunos anexados nos relatórios possuem boa avaliação, pois analisam aspectos da realidade brasileira e do civismo, tratando de temas como a Amazônia e a Pátria, entre outros. Por exemplo, um aluno do curso de Direito escrevia sobre a semana da pátria com o título: “Comentários sobre a independência do Brasil que se comemora na semana da pátria”.²¹⁸ Outro aluno, da Faculdade de Economia, também escrevia sobre o tema: “O dia da Pátria”.²¹⁹ O tema em torno da problemática profissional foi igualmente abordado por um aluno, com o título: “O crepúsculo e a aurora, a vida acadêmica

²¹⁶ UFRGS. **Relatório das Atividades Docentes do 1º Semestre de 1973 do Prof. Fernando Romero.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.7 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²¹⁷ *Id.* **Relatório das Atividades Docentes do 1º Semestre de 1973.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 23, s/p (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²¹⁸ *Id.* **Relatório I (1971).** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 9, p.176 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²¹⁹ *Ibid.*, p.179.

e a vida profissional - esboçando-se nas perspectivas profissionais”.²²⁰ Há, ainda, outro trabalho entregue e arquivado pela coordenação de EPB, com o título: “Breves considerações sobre a empresa Indústria de Celulose Borregaard S/A”.²²¹

É relevante fazer alguns comentários sobre o último tema mencionado. A empresa Borregaard S/A foi instalada junto ao Rio Guaíba, na cidade Guaíba, em 1966 como indústria de celulose vinda da Noruega. Sua instalação foi feita junto à Praia da Alegria, local de veraneio muito usado nos anos de 1960 e 1970. A sua poluição junto à praia e das águas do Rio Guaíba e o cheiro exalado em toda a região, inclusive no centro da cidade de Porto Alegre, motivou uma atuação intensa campanha de proteção ambiental da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural-AGAPAN, nos anos de 1970. Ela foi inaugurada em 1972, mudou de nome em 1975 para Riocell-Rio Grande Companhia de Celulose do Sul, tendo a Klabin e Aracruz na sequência como controladores da empresa. Atualmente existe com o nome de Celulose Riograndense. O trabalho que encontramos no arquivo da EPB traz um tema da realidade da época, não exatamente de exaltação dos feitos da ditadura militar, mas um problema causado pelo desenvolvimento.

A Amazonia foi analisada por uma aluna do IFCH, com o trabalho possuindo ampla bibliografia e trazendo uma abordagem geográfica, destacando a importância do transporte hidroviário de pessoas, em detrimento do transporte aéreo, nessa região brasileira.²²² Além dos trabalhos citados, constam no Arquivo duas mensagens escritas por estudantes. Uma, com o título de “Redação”:

Meus parabéns, preclaro e distinto Mestre de Moral e Civismo, pela sua maravilhosa, cívica e literária mensagem. Meu pensamento, a respeito, é o seu. Só lamento a triste frustração de um desejo imenso de servir e ser útil à Pátria, sem, contudo, poder, porque ainda em minha terra tem vez aquele que nasceu melhor. Ele, porque teve melhores condições de realização e preparo, senão de vivacidade, para servi-La de que eu e outros que nascemos lutando, sendo esta nossa constante para poder vencer e responder presente à chamada daquele pequeno pedaço de Brasil de que somos parte da vida. Meu caro Professor, o mundo é de Deus. A Pátria de todos nós. A verdade é universal e o bem estar e a felicidade um direito de cada um. Meu pensamento e minha vida é traçada dentro destes princípios sem pensar em males, em ódios, em guerras, em revoluções. Acho isso tão desumano, selvagem, que, com Heidegger, fico a pensar: à medida que a humanidade se desenvolve, regride.²²³

Outra, Mensagem, diz:

²²⁰ UFRGS. **Relatório I (1971)**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 9, p.183 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²²¹ *Ibid.*, p.184.

²²² *Ibid.*, p.106.

²²³ *Ibid.*, p.180.

*Não iremos compor aqui, uma ode prenhe de sensível cinismo, apesar da perfeição métrica [...] levaremos apenas uma singela e imbafevil mensagem dirigida às consciências populares, uma simples reflexão, que se atreve alcançar o incorrobável coração auri-verde [...] o Brasil, como dizia Yves Lacoste, será sempre uma terra de contrastes [...] e ao seu aproveitamento univalve, sujeita-se a nosso fado, nossa futurição.*²²⁴

Essas duas citações revelam opiniões de estudantes escritas em trabalhos para fins de avaliação na disciplina de EPB, e foram arquivados pela coordenação da própria EPB. O que eles expressaram tem referência à Pátria e também ao “preclaro e distinto mestre” o que pode estar trazendo uma certa ironia. Também traz um certo conteúdo de frustração em torno da Pátria, tendo em vista a realidade vivida com palavras e citações de crítica ao que estava sendo ensinado. O uso de palavras como imbafevil²²⁵ e incorrobável, que conforme Elio Gaspari significam: “não quer dizer nada, mas soa bem”, e “univalve que é único aproveitamento”²²⁶ e “futurição se refere a uma projeção imaginosa”.²²⁷ Essas palavras usadas pelo estudante revelam algo além do conteúdo ensinado em sala de aula. O aluno ao escrever se referindo a uma imbafevil mensagem e a um incorrobável coração auri-verde, quer dizer que o Brasil é cheio de contrastes. Que a mensagem de sala de aula apenas soa bem.

Alguns estudantes do Curso de Artes escreveram em aula sobre “As Estruturas Sociais” do dia 19 de maio de 1972, aproveitaram para escrever na ficha de respostas a ser entregue no final da aula com o Livro-agenda o seguinte: “Solicitamos seu parecer sobre nosso problema: nós, da licenciatura de Artes, ao término de 5 a 6 anos do curso, não teremos direito de receber um diploma pela não oficialização de nosso curso”.²²⁸

No geral, os estudantes aparecem nos Relatórios da EPB apenas com a citação dos seus nomes e com a nota de avaliação, em especial dos anos de 1971 a 1973. Também os mesmos aparecem nas Expo-EPB I e II, conforme já abordado em capítulo específico nessa

²²⁴ UFRGS. **Relatório I (1971)**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 9, p.181 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²²⁵ A palavra “Imbafevil” encontra-se no Google e está registrada em artigo da Folha de São Paulo de 23 de maio de 1999. Nesse artigo Gaspari analisa uma discussão entre os Ministros da época Pedro Malan e Luiz Carlos Mendonça de Barros, dizendo que um é imbafevil e o outro incorrobável, que: “não quer dizer nada, mas soa bem”. A mesma palavra é juntada com “incorrobável”, consolidando a expressão. O autor traz no artigo a origem da expressão dizendo: “Faz um tempo, o Deputado Guerreiro Ramos (o primeiro sociólogo a chegar ao Congresso Nacional), fez uma longa exposição aos colegas da bancada do PTB. Usou sua linguagem habitualmente empolada e pediu a opinião da plateia. O deputado Temperani Pereira, homem de grande vivacidade e senso de humor, deu-lhe a sua: “Professor, diante de sua exposição, asseguro-lhe que permanecerá incorrobável e imbafevil”.

²²⁶ UNIVALVE: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

²²⁷ FUTURIÇÃO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

²²⁸ UFRGS. **Relatório II (1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.249 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

tese. Das verificações – assim chamadas as provas da disciplina de EPB Pré-102 –, datadas de 1972, delas pode-se extrair dados, projetar indagações?

De forma simples, porém planejada, a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros organizavam suas avaliações de forma a fixar o conhecimento nos alunos. Conforme consta nos planos de ensino, nos cronogramas de aulas, ou seja, no material administrativo e no plano pedagógico da disciplina, as aulas pretendiam ser expositivas, com seminários-relâmpago, debates e visitas a espaços externos à Universidade. Porém, quando se analisa as verificações – três delas são provas e uma delas recuperação – percebe-se que elas resumem-se a questões objetivas, o que se revela problemático, no mínimo contraditório. Embora qualquer avaliação, seja objetiva ou dissertativa, exija raciocínio lógico e reflexão sobre o conteúdo, o conhecimento voltado para a realização de provas objetivas relaciona-se muito mais com a memorização dos conteúdos, com uma reflexão básica, não corroborando com o caráter reflexivo que a disciplina teria. Todavia, se a relação entre prova objetiva (memorização) e EPB (disciplina reflexiva) parece conflitiva, temos indícios de que outras verificações e atividades estavam presentes no quadro avaliativo da disciplina,²²⁹ como apresentação de trabalhos – EXPO EPB I e II – ou trabalhos dissertativos. Mesmo assim, não se pode olvidar do caráter doutrinário da disciplina, e da fuga de crítica ideológica presente na disciplina: o conhecimento manejado através da doutrinação que adquire seu valor através da memorização.

Que conhecimentos são esses? Em quatro verificações que se encontram no arquivo estão dispostas questões que relacionam problemas filosóficos com problemáticas e materiais da realidade brasileira do período. Conceitos como liberdade, vontade humana e dever para com a pátria enumeram-se em questões de múltipla escolha. Questionamentos que problematizam a cultura brasileira, a sua formação histórica, o tipo de personalidade do brasileiro acercam-se da proposta da disciplina de exposição dos problemas brasileiros.²³⁰ Também recebem atenção outros assuntos como entraves ao desenvolvimento do país e ao Projeto de Integração Nacional (PIN) e, as necessidades estruturais e sociais, como por exemplo, na questão 27 de 27 outubro de 1972:

²²⁹ UFRGS. **Relatório II (1971)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, Subpasta 9, p.175 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²³⁰ *Ibid.*

Pergunta: O programa de Integração Nacional compreende: Resposta do estudante: I – Apoio ao pequeno produtor, sob a reforma de redistribuição de terra na Amazônia e assistência creditícia, técnica e social; II – Implantação de melhor rede de transportes na região centro-sul; III – O plano de irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento dos vales úmidos e à elevação de produtividade da faixa semiárida.²³¹

Conforme consta em relatório do Prof. Henrique Richter, os professores que lecionavam a disciplina da EPB e os estudantes podiam contar com o avião da Força Aérea para conhecer e visitar o Passo Real, para uma observação do Projeto Energético e Reforma Agrária. Acrescenta o relatório: “tais viagens, em época oportunas, são de grande importância, especialmente quando realizadas como atividades de trabalho e atendendo as finalidades específicas de Estudos de Problemas Brasileiros”. Continua a coordenação da EPB, registrando nesse mesmo relatório que vai “envadir todos os esforços para que sejam realizadas viagens, contando talvez, inclusive, com a possibilidade de tomadas externas para o sistema de circuito interno de televisão a ser instalado no prédio do 1º Ciclo”.²³²

Essa combinação em sala de aula com atividades até certo ponto grandiosas estavam no espírito da época, em especial nos tempos iniciais da EPB na UFRGS. As mesmas eram lideradas pelo Prof. Henrique Richter e visavam cumprir a ideia que tinham do que seria ensinar EPB nas universidades, combinando o ensino em sala de aula em torno da realidade brasileira, com uma prática educativa com conotação voltada ao incentivo ao civismo.

A Prática Educativa era vista como uma complementação do ensino de EPB e teve seus objetivos lembrados inclusive em relatório na implantação do 1º Ciclo, onde são citados itens do artigo 3º do Decreto Lei nº 68.065 de 14-1-1971.²³³ Essa Prática deveria seguir conforme o citado:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

²³¹ UFRGS. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Questão 27, 27 de outubro de 1972** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²³² *Id.* Relatório I. **Projeto Energético e Reforma Agrária**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, p.284 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²³³ *Id.* **Relatório 1º Ciclo 1972**. Segundo Semestre de 1972. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.5 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o reconhecimento da organização sócio-política-econômica do país;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na nação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.²³⁴

Como se vê, as metas da Prática Educativa visavam ampliar o ensino em sala de aula, atendendo aos princípios e programas de ensino estabelecidos no Decreto-Lei nº 869/69 que criou o ensino da Moral e Cívica e do seu complemento a EPB. Definiu-se a importância de atender à uma ideia de democracia, seguido de princípios religiosos da nacionalidade e do culto da Pátria e para o cidadão era sugerido normas morais, regras de obediência às leis e o enaltecimento do civismo. Essa seria uma prática que ajudaria naquilo que se ensinava em sala de aula sobre a realidade brasileira, trazendo uma maior consciência cívica.

Uma das práticas vinculadas ao ensino da EPB na UFRGS foi a realização de pesquisas pelos professores, como aquela que consta no Plano geral de pesquisa, para o período de 16 de julho de 1971 a 17 de julho de 1972, e que tinha como pesquisador responsável o Prof. Henrique Richter que contava com diversos professores colaboradores. Os objetivos traçados para essa Prática Educativa foram no sentido da atualização de material no campo pedagógico da educação moral e cívica, tendo em vista a percepção de que o material disponível para a didática superior estava desatualizado. Os organizadores da pesquisa referiam-se ainda que os estudantes possuíam pouco interesse no material disponível para o ensino da EPB na UFRGS. Assim, a pesquisa visava analisar objetivamente determinados aspectos da realidade nacional que poderiam servir para melhorar a qualidade do ensino da EPB na Universidade. O projeto englobou a análise dos seguintes temas: Incra - Reforma Agrária em Passo Real-RS; CEEE - Hidroelétricas do Jacuí-RS; Obra Monumental - Ponte Rio-Niterói-GB; Universidade em ação - UFRGS; Campus Avançado da UFRGS; BR 101 - maravilhas do litoral Sul; Rodovias gaúchas e integração nacional.²³⁵

Os objetivos do Decreto-Lei nº 68.065 precisavam ser ampliados e as pesquisas ajudariam para o ensino da disciplina em sala de aula. Possivelmente o ensino de moral e civismo não teria aceitação espontânea, nem pelo corpo docente, nem pelos estudantes, daí a ideia da Prática Educativa como um complemento e atualização via novo material de ensino, com temas vinculados às grandes realizações em execução pela ditadura militar e civil

²³⁴ UFRGS. **Relatório 1º Ciclo 1972**. Segundo Semestre de 1972. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.5 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²³⁵ *Id.* **Relatório II**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caderno 6, p.118-9 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

brasileira. O que visava essa Prática? Enaltecer valores religiosos e espirituais e nacionais, cultivar a Pátria e preparar o cidadão para atividades cívicas. Com esses objetivos, possivelmente não poderia ser uma atividade circunscrita à sala de aula.

É importante lembrar que a EPB, disciplina vinculada a um setor junto à SUPAD, Prograd e Departamento de Ciências Sociais, contou ainda com as atividades do Centro Superior de Cívismo e outras iniciativas. Também foram realizadas atividades que levaram os estudantes para outras ações e eventos fora da Universidade, como visitar o Passo Real, (hidrelétrica em construção no Rio Jacuí, no município de Salto do Jacuí no RGS) para estudar de perto a questão da Reforma Agrária (visitas feitas também por professores da EPB). Ainda, fortalecer o Projeto Rondon ao integrar os estudantes em suas atividades era visto como uma prática educativa e valia para complementar a disciplina obrigatória de EPB.

4.2 ESTUDOS DOS PROBLEMAS BRASILEIROS: CONTEÚDOS E QUAIS PROBLEMAS

Para analisar os conteúdos ensinados e poder entender melhor quais “problemas” brasileiros eram enfocados pelo ensino de EPB tanto na UFRGS como em geral no Brasil, serão abordados nesse tópico, textos didáticos arquivados pela coordenação da EPB da UFRGS; o Livro-agenda utilizado também na UFRGS no ensino da EPB nos seus primeiros anos; o ensino da EPB em instituição militar no caso na Academia da Brigada Militar do RS e alguns livros de EPB publicados e um livro de OSPB, para ver o que era ensinado em termos de moral e civismo no segundo grau aos jovens que viriam para a universidade. Ao lado dessas abordagens, também será discutida a proposta de uma Nova Mentalidade Educacional, presente nos registros sobre a EPB.

Na busca de resgatar os conteúdos ensinados em sala de aula na UFRGS, a partir dos textos didáticos arquivados pela coordenação da EPB da UFRGS, aproximadamente vinte textos nos quais, pode-se localizar o que foi ensinado e quais eram de certa forma os problemas escolhidos do Brasil para serem ensinados.

Um texto com o título: “Geopolítica e Direito”, traz aspectos gerais sobre a geografia do Brasil e as relações internacionais. O Brasil possuiria vantagens tanto nas riquezas naturais quanto nas possíveis conexões com o Bloco Ocidental de Comércio, inclusive com os outros países da América Latina. Em outro texto: “Direitos Fundamentais do Homem” e também o texto intitulado: “Instituições Políticas e a Constituição” os mesmos trazem uma linha argumentativa que exalta a autoridade proveniente do povo na constituição brasileira e

salienta a necessidade do conhecimento das estruturas do país para que o indivíduo não se torne um estrangeiro em sua própria terra e que possa exercer sua cidadania plenamente.²³⁶

Essas estruturas do país que são as instituições brasileiras, o legislativo, o judiciário, a democracia como regime verdadeiro, estão definidos, conforme esses textos, em valores permanentes do Ocidente, quais sejam, a família, a igreja, a escola, as forças armadas e a justiça.

Outro texto aborda a “Política Social” como meio pelo qual se atingiria um estado de maior organização social e política. Nesse sentido, as chamadas forças operativas – Assistência Social, Serviço Social, Previdência Social, Justiça do Trabalho – articulavam-se a fim de garantir as condições da “vida humana digna” e o desenvolvimento do país. Com esse viés o texto traz a questão do Desenvolvimento Econômico via política social. No texto: “Política Energética”, aparece a associação direta entre as fontes de energia e o progresso nacional com a máxima: “O grau de desenvolvimento econômico de uma nação depende em grande parte da quantidade de energia instalada”. No texto é destacado a defesa de que o tripé do desenvolvimento econômico encontra-se no eixo Energia-Aço-Petróleo.²³⁷

O Projeto Rondon que vinha desde 1968, é abordado num texto sobre a “Geopolítica”. O mesmo traz que pretendia promover a integração do território nacional a partir do desenvolvimento de regiões afastadas do país. O texto nessa ênfase geopolítica considerava essa integração feita no meio universitário, através dos Campis Avançados de diversas universidades (inclusive a UFRGS, em Roraima e Rondônia) proposta essencial, para que o país saísse do pessimismo e para que encaminhasse sua economia para competir com outras nações ocidentais. O lema: “integrar para não entregar”, é lembrado no material analisado. As faces do Brasil, isto é, as faces dos “brasis” são abordadas no artigo: “Desenvolvimento Regional”, no qual são apresentadas as instituições que visavam o desenvolvimento de regiões afastadas do país.²³⁸

No mesmo texto são destacados o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR) de 1964 e o Ministério do Interior de 1967, demonstrando a transição das estratégias brasileiras de desenvolvimento, desde antes, quando se pretendia imediatas e não se destinavam a integração, até posteriormente, como o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). O texto registra que: “[...] sem se perder de vista a necessidade de expandir todo o sistema nacional”, é necessário, para uma grande nação,

²³⁶ UFRGS. **Relatório II**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caderno 6, p.118-9 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ *Ibid.*

manter sua coesão política e espiritual – sem disfarces às suas faces cristãs. A integração, no entanto, necessitava de condições materiais e de infraestrutura como os transportes. Assim as regiões do Brasil se comunicariam, por onde a produção material de uma localidade seria transportada para outra região exportadora, sanando os custos de transporte e gradativamente possibilitando a expansão econômica de regiões. Cita o texto, problemáticas vinculadas às regiões, centro-oeste, norte, nordeste, por onde as interações culturais e o desbravamento das dificuldades de desenvolvimento teriam sucesso. De forma específica é destacado que a SUNAMAM- Superintendência Nacional da Marinha Mercante, teria muita importância no Plano Rodoviário Nacional e na Revitalização das Ferrovias, articulando a integração nacional.²³⁹

Em a “Visão Geral da Cultura Brasileira” defende-se a divisão básica da formação étnica do brasileiro no modelo clássico das três raças – o índio, o negro e o português –, dando-se maior atenção para as contribuições dos portugueses, seu sistema burocrático e seu comportamento social, seguido pela contribuição dos negros e, por último, a dos índios.²⁴⁰ O texto propõe uma integração completa e perfeita do Brasil e de seus cidadãos e conclui que:

O homem brasileiro deseja situar-se dentro dos princípios, digo principais acontecimentos mundiais, integrando-se na civilização e cultura da humanidade da era espacial e das comunicações, mas sem abdicar das qualidades de nobreza do nosso povo, entre os quais o espírito de fraternidade, o ecumenismo religioso e o espírito de crenças, a ausência de preconceito de raça e de cor e o “possibilismo” social.²⁴¹

Outro material de uso didático se refere a “Manifestações do Racismo” salientando a problemática da discriminação e a integração do negro na sociedade. Destaca ainda que existam falhas nas políticas públicas sob essa questão social, intitulada como: “valorização daquilo que nos pertence”, alude-se às riquezas naturais e à formação institucional da república brasileira moderna, e que são salvaguardadas pela revolução de 1964 e pelas reformas de 1967 em diante. O texto “Folclore” traz os traços culturais como estudo do conhecimento popular, defendendo que esse fortaleceria a moral nacional. Em “Revolução da Mentalidade”, são listadas as fases da mentalidade brasileira desde os tempos coloniais.²⁴²

O material descreve uma ideia chamada de nacionalismo crítico, que seria uma posição mais analítica da realidade brasileira. Teria como meta a identificação e a solução dos

²³⁹ UFRGS. **Relatório II**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caderno 6, p.118-9 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁴⁰ *Ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*

²⁴² *Ibid.*

grandes problemas brasileiros para atender as aspirações nacionais. O próprio conceito de Segurança Nacional, conforme o texto, não se restringe ao temor externo, mas também aos eventuais riscos internos de não desenvolvimento, o qual deveria garantir o potencial de desenvolvimento do país. O texto aborda também a importância de integrar as regiões. A preocupação doutrinária da disciplina como formadora de futuros educadores é abordada em: “Cultura e Personalidade”, que descreve as fases de desenvolvimento do indivíduo e ressalta as brechas morais e culturais na relação entre a sociedade e os indivíduos.²⁴³

Os textos acima foram arquivados pela coordenação da EPB da UFRGS de forma avulsa, sem a indicação de algum critério para o seu arquivamento. Possivelmente foram colhidos espontaneamente, a critério de professores que entregavam o texto que trabalhavam em sala de aula. No entanto, os mesmos não possuem nome de professor que os utilizou, o que não exclui a possibilidade de eventualmente alguns serem sugeridos pela coordenação da EPB. Mesmo assim, eles possuem uma boa referência para uma visão em torno de conteúdos considerados e valorizados pela EPB na UFRGS. Assim, aspectos sobre a geopolítica para um melhor desenvolvimento do território nacional e de suas regiões, a política energética brasileira, o direito internacional e os direitos fundamentais do homem, as constituições brasileiras, assuntos que o brasileiro deveria dominar para se conhecer, são algumas ênfases nos textos. Além desses assuntos, também aparece o tema da política social necessária para uma vida digna através de assistência social, serviço social, previdência e justiça do trabalho. E também uma visão da cultura brasileira com destaque para a origem étnica do brasileiro, sendo a mesma do índio, negro e português. O racismo é apresentado como um problema no contexto das políticas públicas e, também, é lembrado nos textos a necessidade de valorizar o que nos pertence como brasileiros e a importância do folclore para o fortalecimento da moral nacional. E, por fim, é enfatizada a importância de uma “revolução de mentalidade” na consideração das fases culturais brasileiras, desde o Brasil colonial, sendo a personalidade do brasileiro vinculado a essa cultura. É destacado de como as brechas existentes nessa cultura influenciaram no desenvolvimento brasileiro e na garantia da segurança nacional.²⁴⁴

Esses textos trazem uma ideia de assuntos e de conteúdos abordados em sala de aula por professores da EPB na UFRGS, mas não são todos temas. É apenas uma amostragem. Ao lado desses textos didáticos, que foram organizados junto a coordenação da EPB, (não escritos pelo coordenador), a UFRGS utilizou no ensino da EPB um livro conhecido como

²⁴³ UFRGS. **Relatório II**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caderno 6, p.118-9 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁴⁴ *Id.* **Texto Avulso**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

“Livro agenda” intitulado: Estudos de Problemas Brasileiros. O livro foi criado pelo coordenador da EPB da UFRGS, prof. Henrique Richter era o nº 1 (não foi publicado outro) e indica na sua ficha técnica constava: Educação Moral e Cívica, Curso Superior, Livro-agenda nº1, Técnica Analítica Interacional. Na dedicatória do livro consta: “Ao governo revolucionário, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, oferecemos como homenagem”. Continua a dedicatória com outra citação: “À Comissão Nacional de Moral e Civismo e aos Conselheiros Regionais de Moral e Civismo, nossa minúscula contribuição”. E no terceiro registro de homenagem do livro lê-se: “Aos colegas do grupo-tarefa encarregado de planejar a implantação da Educação Moral e Cívica – Estudos de Problemas Brasileiros – na UFRGS, professores Luiz Carlos Mesquita Rothmann, Luiz Alberto Cibils e José Francisco Sanchotene Felice, nosso reconhecimento”.²⁴⁵ Na sua apresentação o Superintendente da SUPAD, prof. Jorge Furtado menciona:

O homem pleno é o que exerce o poder de síntese, que coloca os componentes das suas descobertas e criações dentro de um panorama harmônico de conjunto. Viajante da vida o homem, na busca do infinito, tem que se comprometer por algum caminho. [...] A obra que o professor Richter apresenta, dentro de uma original e moderna técnica de ensino, [...] se inspira numa filosofia cristã, alicerce da formação do homem pátrio.²⁴⁶

O livro foi publicado pela Editora da UFRGS na coleção “Edições URGs” em 1971. Na folha de rosto consta que o seu autor, o prof. Richter, é Bacharel e Licenciado em Pedagogia pela UFRGS; Pós-graduado em Sociologia pela PUCRS e Titular de Humanidades na Escola de Engenharia da UFRGS. Conforme Richter observa em “esclarecimentos”, estrutura o livro-agenda as aulas planejadas em três pontos em concordância com o Decreto-Lei nº 60.065/71, que poderia ser utilizado em qualquer outra instituição. O método de ensino proposto pelo livro-agenda foi o seguinte: às aulas planejadas foram dispostas em ordem de aprofundamento dos conteúdos, somavam-se as páginas para a anotação do aluno e as páginas destacáveis que seriam entregues ao término de cada aula; essas páginas continham um espaço onde os alunos podiam sintetizar o aprendizado, marcar a frequência do estudante e também serviria como método de avaliação.²⁴⁷

A técnica de ensino possui nas palavras de Richter, cinco características:

²⁴⁵ UFRGS. **Texto Avulso**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁴⁶ FURTADO, Jorge Alberto. Apresentação do livro, Superintendente Acadêmico da UFRGS. In: RICHTER, Henrique. **Estudos de Problemas Brasileiros**. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1971, p.6.

²⁴⁷ UFRGS. **Texto Avulso**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

- a) Ninguém é aluno, todos são participantes;
- b) Após cada aula é destacada e entregue a cópia do papel colorido;
- c) Os graus são “construídos”, a partir da 1ª aula, sem “sabatinas” ou revisões especiais, mas pela participação interativa;
- d) Pontualidade e frequência condicionam os graus;
- e) Em princípio, nenhuma folha tem peso diferente para avaliação e cada aula possui um espaço “observações”, para comunicação direta entre o participante e o professor.²⁴⁸

Em uma seção destinada aos professores, Richter disserta sobre as possibilidades do livro-agenda como guia para o educador e para o educando, ressaltando, nesse sentido, que “graças à experiência de 1970, poucos serão os que, recebendo o curso em condições adequadas, deixem de reconhecer que a mesma [disciplina] veio sanar a maior lacuna na formação do cidadão brasileiro”.²⁴⁹

O livro divide-se em três unidades, contando ainda com uma unidade introdutória, I, II, III e IV. Para um aprofundamento maior sobre sua concepção de ensino, será feita uma síntese dessas unidades.

Na Introdução são apresentados os conceitos condutores da disciplina, isto é, elementos como a vocação, a liberdade, a independência e a filosofia como guias para a compreensão de papéis humanos, que confluem para o desenvolvimento do cidadão brasileiro integrado à realidade material e ideológica do país. Em um texto da segunda aula – Introdução II – pode-se ver a síntese desta lógica:

Transformação da Educação em meio poderoso de levar à participação crescente das massas no processo de desenvolvimento como fator básico de produção e como destinatárias dos resultados do progresso, através dos efeitos da escolarização sobre a produtividade da mão-de-obra e sobre a capacidade de ganho dos indivíduos.²⁵⁰

Na terceira e quarta aula – Introdução III e IV – os conteúdos que são apresentados articulam a importância e o papel da disciplina no Ensino Superior. Como vimos, a EPB surge com o intuito de sanar a falha de ensino cívico dos indivíduos, sendo quatro os objetivos da Educação no Nível Superior:

- a) Aperfeiçoar a formação do caráter;
- b) Completar a formação do homem cívico;
- c) Desenvolver o ensino e a pesquisa; formar profissionais;

²⁴⁸ RICHTER, Henrique. **Estudos de Problemas Brasileiros**. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1971, p. 7.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 8.

²⁵⁰ *Ibid.*, p.12.

- d) Promover a cultura adequada às finalidades da vida e à realidade brasileira e universal.²⁵¹

A unidade I, que engloba quatro aulas, aborda questões ligadas à estrutura econômica e sociocultural, de modo que configura uma segunda introdução da disciplina. A Unidade II observa as estruturas econômicas, sociais e políticas do Brasil, procurando estabelecer uma trajetória da construção das estruturas históricas do país.²⁵² Ambas possuem reduzido número de aulas, se comparadas à unidade III, que engloba e aprofunda uma série de conteúdos, listados a seguir:

- a) A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar;
- b) Povoamento e preservação do solo;
- c) A Amazônia e seus problemas;
- d) O Nordeste e seus problemas;
- e) Os transportes e seus problemas;
- f) Desenvolvimento agrícola e pecuário;
- g) Problema energético;
- h) Desenvolvimento Industrial;
- i) Comércio interno e internacional;
- j) Disparidades regionais e desequilíbrio socioeconômico; Organismos regionais
- k) O desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional;
- l) Política monetária, creditícia e fiscal;
- m) Planejamento econômico;
- n) Trabalho e Previdência Social;
- o) Mercado de capitais.²⁵³

Via de regra, o argumento central que agrupa estes planejamentos de conteúdo reside na intenção do Plano Nacional de Desenvolvimento (1972), que observa a integração e o desenvolvimento de regiões afastadas e o uso de recursos naturais como fator determinante para o desenvolvimento material do país. Nessa análise crítica dos atrasos brasileiros, problemas como o salário, o abastecimento, a decisão em firmar pacto com economias desenvolvidas e/ou em desenvolvimento e “essa coordenação com países de estágio semelhante de desenvolvimento não impedem que o Brasil continue a manter ativo diálogo bilateral com as nações amigas que compõem o mundo industrializado”.²⁵⁴ Tudo isso articula uma concepção de integração de diversas ferramentas e mecanismos para o desenvolvimento nacional:

Com extensão quase continental, pode o país diversificar-se consideravelmente em sua economia agrária visando o auto abastecimento, descobrir jazidas minerais de grande importância, garantindo o desenvolvimento de sua

²⁵¹ RICHTER, 1971, p.14.

²⁵² *Ibid.*, p.25.

²⁵³ *Ibid.*

²⁵⁴ *Ibid.*, p.50.

indústria pesada e elevar a sua população a algumas centenas de milhões de habitantes, condição estas indispensáveis à formação de uma grande potência.²⁵⁵

O livro-agenda esteve no contexto do ensino e realizações vinculadas à prática educativa da UFRGS. Os eventos programados como o do Sesquicentenário da Independência em 1972, as visitas feitas pelos professores aos locais onde eram construídas obras e feitas realizações vinculadas ao chamado “Brasil Grande”, a própria Revista da ADEPB-RS que também traz conteúdos muito parecidos com os temas trazidos nesse livro-agenda, tiveram o propósito de formar os estudantes em termos de educação cívica e moral, trazendo para eles informação da “nova” realidade brasileira.

O ensino da EPB na ABM - Academia da Brigada Militar do RS pode trazer uma comparação com o ensino em instituição civil como a UFRGS. No curso de formação de oficiais, a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros I seguiu, conforme no seu programa, objetivos particulares da matéria no curso. Foi definida a seguinte Súmula para EPB I: “Analisar os problemas básicos da realidade brasileira, nos campos político, psicossocial, econômico, militar, científico e tecnológico”; e para a EPB II: “Capacitar o aluno a: identificar a tática e a técnica visada na Guerra Revolucionária. Desenvolver a consciência democrática e a fé nos valores fundamentais da pessoa humana”.²⁵⁶

Na EPB I, o programa nas suas unidades didáticas estabelece os seguintes temas: Conjuntura política; psicossocial; econômica; militar e científica e tecnológica. Com carga horária de 60h/aula, esse programa possuía maior carga nos temas conjuntura psicossocial e econômica com 15h/aula cada, somando, portanto, a metade da carga horária no total da disciplina.

A EPB II tinha nas suas unidades didáticas os itens noções básicas de segurança nacional; ideologias contemporâneas; e guerra psicológica e regimes democráticos e totalitários. Do total de 30h/aula, a maior carga horária era de 17h para o conteúdo de ideologias contemporâneas. Os outros três itens tiveram cada um 3h (as duas disciplinas previam uma sobra de 4h).

Verificou-se nos arquivos da Academia de Ensino que, em 1992 e também em 1994, ano já após a eliminação da EPB pelo Congresso Nacional, foi programada ainda uma EPB com a carga de 60h/aula, com os itens de conjuntura psicossocial e econômica com 15h/aula cada. O restante da carga horária foi distribuído nos demais itens: conjuntura política; militar;

²⁵⁵ FURTADO, 1971, p.24.

²⁵⁶ PORTO ALEGRE. **Arquivo da Academia da Brigada Militar-Polícia Militar do RS**. Biblioteca da Coordenação dos Cursos. Secretaria de Segurança Pública. Porto Alegre, folha avulsa.

e a científica e tecnológica. A disciplina foi lecionada, ainda em 1994 com a súmula: “Assimilar conhecimentos que capacitem o aluno oficial a analisar os problemas básicos da realidade brasileira nos campos políticos, psicossocial, econômico, militar, científico e tecnológico”.

Na biblioteca da Academia da Brigada Militar os seguintes livros de EPB: Bellomo, Harry. Estudos Brasileiros. 1976. Camargo, Enjolras. EPB. 3 edições, 1978, 1979 e s/d. Da Silva, Jaloyr. EPB. 1972. Galvão, Eduardo. EPB. 1988. Girardi, Leopoldo. Problemas Brasileiros. 1985. Lopes, Lemes. EPB. s/d. Neumann, Laurindo. Realidade Brasileira. 1985. Niskier, Arnaldo. Nosso Brasil. 1973. Schneider, José. Realidade Brasileira. 1990. Torloni, Hilario. EPB. 1982. Universidade Federal de Pernambuco. Estudo de Problemas Brasileiros. 1971. Wiedemann, Luiz. Brasil Realidade e Desenvolvimento. 1973.²⁵⁷

Verificando as fichas de retiradas desses livros da biblioteca, observamos que a maioria foi retirada pelos alunos da Academia até 1993. Após esse ano, basicamente não houve retiradas, com exceção de três livros, no caso, dos autores: Bellomo, Galache e Galvão.

Comparando a relação acima com uma relação bibliográfica de livros de EPB da UFRGS, datada de 1971 e apresentada pela coordenação de Moral e Cívica ao Diretor do Instituto de Artes, Prof. Luiz Carlos Pinto Maciel, constam os seguintes livros (o título da relação bibliográfica refere-se como, Ufrgs-Bibliografia-Epb-1º Ciclo): Lopes, Gen. Moacir Araújo. Educação Moral e Cívica. Editora Nacional. Enciclopédia de Educação Moral e Cívica. Edição Monumental. 4 volumes. Richter, Henrique. Estudos de Problemas Brasileiros. Editora UFRGS. Lopes, Pe F. Lemes. Estudos de Problemas Brasileiros. Editora Renes. IBGE. Metas e Bases para a Ação de Governo. d’Azevedo, Marcelo C. Teoria da Informação. Editora UFRGS. Baade, Fritz. A corrida para o ano 2.000. Editora Nova Fronteira. Chem, D. M. Trabalho e Profissão num mundo em mutação. Editora Vozes. Luac’s e outros. Estrutura e Classes e Estratificação Social. Editora Zahar. Pestana, Clóvis. Problemas Brasileiros. Editora Ebrasa. IBGE. Anuário Estatístico. PUC-RGS. Publicação. Educação Moral e Cívica - Documentos Básicos. Vianna, Prof. Luiz Duarte. A nova estrutura acadêmica da UFRGS. Editora UFRGS.²⁵⁸

Essa relação foi mantida em sua essência, durante os anos 80, constando em material para divulgação da coordenação. A relação teve poucas variações, com o acréscimo dos seguintes livros: Henrique Richter, Estudos de Problemas Brasileiros. Porto Alegre: Ed.

²⁵⁷ PORTO ALEGRE. **Arquivo da Academia da Brigada Militar-Polícia Militar do RS**. Biblioteca da Coordenação dos Cursos. Secretaria de Segurança Pública. Porto Alegre, ago. 2017, p.1.

²⁵⁸ UFRGS. **Relatório I**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 12, Caderno 7, p.135 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

UFRGS, 2000. José Itamar de Freitas. Biblioteca do Exército. Realidade Brasileira. Almiro Petry e outros. Unisinos. 1972. Brasil, Progresso e Integração. G. Galache. Ed. Loyola. Imigração, Urbanização e Industrialização. Manuel Dieges Jr. Brasil 2001. Mario Henrique Simonsen. Imagem do Brasil. Banas-Brasil. 1971. Regiões e Culturas do Brasil. Manuel Dieges Jr. Brasil, a Europa dos Trópicos. Caio Lossio Botelho. Grafica Record. Editora. Diretrizes do Governo. Programa Estratégico de Desenvolvimento. Ministério do Planejamento. Desafio Brasileiro. Murilo Melo Filho. Ed. Bloch. A corrida para o Ano 2000. Fritz Beed. Ed. Nova Fronteira. Problemas Brasileiros. Clóvis Pestana. Ed. Ebrasa. Educação Moral e Cívica. Ed. Nacional. Enciclopédia de Moral e Cívica. Ed. Monumental. 4 volumes. Metas e Bases para a Ação do Governo. IBGE. Teoria da Informação. Marcello Casadi de Azevedo. Trabalho, Profissão num mundo em mutação. D.M Chem. Ed. Vozes. Educação Moral e Cívica. Documentos Básicos. PUCRS. Revistas mais indicadas: Problemas Brasileiros; Visão; Veja; Enciclopédia; Realidade, que editam e editaram várias edições especiais sobre Problemas Brasileiros. Leitura sistemática de jornais e outras publicações que abordem assuntos da atualidade brasileira. A politização do Rio Grande do Sul. Men de Sá. Raízes do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda. Os Dois Brasis. Jacques Lambert. Brasil, Realidade e Desenvolvimento. ADESG. Realidade Brasileira. Almiro Petry, Matias Martinho Lenz, José Adelson Schneider. 1973.²⁵⁹

Ambos os ensinamentos, tanto o civil como o militar, tiveram pontos em comum, mas com suas especificidades. Havia uma ampla publicação de livros de EPB e as escolhas eram feitas dentro dessa gama de possibilidades. Além de temas vinculados à Moral e Cívica, também ganhou destaque o estudo da realidade brasileira em especial. Na UFRGS, por exemplo, havia a presença de tópicos como “as ações de governo e a corrida para o ano 2000” e, “as profissões num mundo em mutação”. Já no ensino militar, chama atenção a ênfase no item psicossocial, que, apesar de também constar no programa e súmula da UFRGS, não tinha a mesma ênfase. A Universidade se destacava também pela presença de uma narrativa em torno do Brasil, sua realidade ou atualidade e passos para o futuro rumo ao ano 2000, além de publicações voltadas para o governo e temas vinculados à moral e cívica.

Livros de EPB foram publicados no Brasil para serem usados em sala de aula. Na UFRGS, o prof. Richter lembrou em relatório algo que possivelmente era a preocupação geral em torno da EPB e, que estimulava a publicação de livros. Na avaliação feita em relatório de

²⁵⁹ UFRGS. **Pasta cor rosa com material avulso**. Arquivo do memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 12. Fl. avulsa, s/p. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

1973 de sua experiência de EPB no Primeiro Ciclo em 1972, essa junto com as disciplinas básicas para os cursos de graduação, o professor e coordenador diz que a disciplina:

Tendo como linha mestra a formação nos jovens universitários de um espírito crítico construtivo, nossa orientação se apoiou no suporte das ciências para dar formas, meios e conhecimentos, para, uma análise objetiva, fria e desvinculada de proselitismos, da realidade brasileira, abordando os nossos pontos nevrálgicos dos problemas. São estudos feitos, não de forma tumultuativa [SIC], mas num embasamento gnosiológico dos conhecimentos das ciências que facilitam ao bom entendedor a melhor forma para análise, compreensão e solução dos problemas, meios estes, sem os quais todo o levantamento de problemas não seria razão de ser, ou melhor, daria margem a mera divagação sobre uma realidade fictícia.²⁶⁰

Essas preocupações, tais como para quem ensinar (no caso para jovens universitários), um ensino sistemático preocupado com a forma objetiva sem proselitismos, o que conhecer da realidade brasileira, ensinar a compreensão dos problemas, enfim, traduzem uma intenção de problematizar a realidade brasileira, com um espírito crítico construtivo, que significava colaborar com o regime militar da época. O que refletiu o limite da criticidade do material produzido para as aulas de EPB conforme segue o relatório:

Tratamos, falamos e debatemos os problemas brasileiros de uma forma construtiva, formativa e realista, como devem ser os estudos universitários, trazendo-os para a área científica, nela embasados e além de tudo ressaltando os conhecimentos humanísticos abandonados atualmente numa sociedade cada vez mais tecnocrática e menos humana.²⁶¹

Esse perfil que acompanhou a EPB propiciou a edição de inúmeros livros que pudessem servir para o ensino da disciplina. Não só livros de EPB, mas também de EMC, para o ensino nas escolas e de OSPB, que era ensinado na 8ª série do 1º grau e em escolas com 2º grau. O livro de OSPB, do autor Amaral Fontoura, dirigido, a princípio, para o 2º grau, apresentava uma composição de conteúdos muito identificados com os princípios da ditadura. Esse livro, ao abordar a Organização Social e Política Brasileira, na folha antes do índice, apresenta a seguinte dedicatória: “A todos aqueles que, nos campos, nas fábricas, nas escolas, nas estradas, na comunicação, no governo, estão contribuindo para apressar a realização do Brasil-grande de nossos sonhos”.²⁶² No epílogo consta um capítulo com o título: “Pra Frente Brasil – é o Brasil encontrando o Brasil”, no qual são abordados temas como: “O mar das 200 milhas”; “o PIN - Programa de Integração Nacional”, “a Transamazônica”, “a Cuiabá-Santarém”; “Proterra - Programa de redistribuição das terras”; “FUNRURAL -

²⁶⁰ UFRGS. **Relatório 1º Ciclo**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Relatório avulso, p.1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

²⁶¹ *Ibid.*

²⁶² FONTOURA, Amaral. **Organização Social e Política do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1967, p. 141.

Assistência ao homem do campo”; “PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Oeste”; Outras conquistas: “O MOBREAL – A inflação, habitação popular, o BNH, Educação, Comunicação, Estradas [...]”. O que se entendia por estudar a realidade brasileira também tinha esse “epílogo”, essa ênfase na escolha de quais conteúdos estudar em sala de aula. A preocupação em “prafrentear” o Brasil se juntava aos conteúdos sobre o homem brasileiro, o Brasil a terra e o homem, evolução do nacionalismo, os ciclos econômicos, a propriedade e a família, o Brasil na escala do desenvolvimento, evolução cultural do Brasil, a Juventude como esperança do Brasil, do bando à nação e ao estado, regimes de estado, democracia e totalitarismo, as constituições brasileiras, os poderes legislativo, executivo e judiciário, os direitos dos cidadãos, a família, a educação e a cultura, entre outros. No item “Juventude: a esperança do Brasil”, o autor Amaral Fontoura publicou uma pesquisa intitulada: “Juventude culpada”, tendo como alvo, adultos e jovens. Ao narrar o resultado da pesquisa, afirma que registrou as queixas e argumentos de ambos os lados, registrando, por exemplo, as falas de adultos, como essas:

Essa juventude está completamente fora dos eixos, transviada mesmo! Os jovens não ligam mais para nada, não levam nada a sério! Não se interessam pelos estudos nem por nenhum assunto cultural; acham que uma das tradições mais lindas da vida de família, qual seja, a de tomar a bênção dos pais, é ridícula e os diminui... e ainda tratam os mais velhos com termos pejorativos que nos ferem como: coroa, quadrado, quadradão, fora do tempo, ou exclamam: quem gosta de velho é reumatismo, lugar de velho é no asilo, pior ainda: não respeitam os princípios da moral e não querem saber da religião... no nosso tempo os jovens não se metiam na vida política do país, mesmo porque o dever do estudante é estudar. Quando terminassem os estudos, então sim, que fizessem política, se quisessem. As aulas e os livros não deixavam tempo sobrando para passeatas, que terminaram sempre tão mal... olha, tudo isso eu desculpo. O que nenhum homem de bem pode admitir são essas criminosas festas de embalo, cheias de entorpecentes e imoralidades... pior que tudo, eu vejo com tristeza jovens inteligentes, às vezes até universitários, se meterem com extremistas e subversivos, querendo a desgraça do país e trazendo a infelicidade para eles próprios e para quem mais sofre com isso: seu país, suas famílias.²⁶³

Na pesquisa entre os jovens, registrou:

Que é ser transviado? É ser diferente da geração anterior? Mas porque deveríamos ser iguais? O mundo não evolui constantemente? Nossos avós usavam fraque, colarinho duro de ponta virada e cartola: porque nossos pais não mantiveram esses mesmos costumes? Tem mais: nossos avós usavam cabelo comprido. Quando nossas mães resolveram cortar o cabelo, muita gente também afirmou que isso era falta de respeito, falta de vergonha... quanto a estudos, antigamente no tempo da juventude dócil e boazinha, o aluno estudava tudo, mesmo o que sentia ser inútil para ele, só com medo de ser punido. Hoje nós não ligamos para uma porção de conhecimentos que nos querem impingir, já fora do tempo, obsoletas... nós queremos escolher nossos próprios caminhos... aquele tempo de o pai dizer com quem a filha deve casar já acabou mesmo... grande parte das regras

²⁶³ FONTOURA, 1967, p.142.

*de moral era artificial e falsa, tanto assim que está caindo... quanto à religião, quem acha que havia uma porção de coisas erradas é a própria igreja que está modificando tudo e rasgando as tradições... só que nós fazemos questão de ser autênticos: não vamos fumar escondido no banheiro, nem no fundo do quintal... nós somos descontraídos, simples e naturais.*²⁶⁴

O autor analisou ainda o significado da mudança social e faz uma interpretação da rebelião, concluindo que há um amadurecimento precoce e que a comunicação acelerou o “psiquismo infantil”. Acrescentou ainda, que a mudança social não caminha para uma melhora, mas sim para uma visível decadência de princípios morais e de atitudes materiais.²⁶⁵ Também ressaltou que há uma desvalorização do senso moral e lembra “o problema do *“Hippy”*”, salientando o valor desse protesto quando levanta a bandeira da paz, mas, ao mesmo tempo, condenando o comportamento dos mesmos. Faz uma alusão a Jesus Cristo, lembrando que esse também era revoltado em sua época e que a juventude estaria descobrindo o mesmo, mas que os *“hippys”* deveriam abrir os braços para Jesus.²⁶⁶ Uma das ênfases do livro é a ideia de que “a maior riqueza de uma nação é a sua juventude”, conclui que os jovens trabalham, estudam, participavam de atividades como o Projeto Rondon para conhecer a Amazônia e ajudar aquelas pessoas pobres. Haveria, portanto, uma verdadeira batalha dos jovens que querem entrar nas universidades.²⁶⁷ Quando o autor conceitua “cidadão brasileiro”, no capítulo “Os direitos do cidadão”, diz: “só é cidadão quando se cumpre deveres para com a Pátria e assim se adquire também direitos”.²⁶⁸ Cidadão é, segundo Amaral Fontoura, aquele que é natural do país e assim tem direitos políticos como votar e ser votado. Sobre os direitos individuais, diz que o estado garante os mesmos, sendo livre a manifestação de pensamento e de convicção política ou filosófica.²⁶⁹

Chama bastante atenção essa abordagem em um livro de OSPB, dirigido à juventude da época, potencialmente para os jovens que ingressavam nas universidades. O ensino da EPB não andava sozinho, mas estava inserido num contexto educacional mais amplo da EMC e OSPB. A EPB, por meio de seus livros, também levava em conta em sua abordagem essa juventude e esse homem brasileiro, mas enfatizando menos a questão moral que envolveria a juventude e mais a própria realidade brasileira como objeto de estudo. A moral da juventude e o civismo, quando abordados, o são em capítulo específico, com os títulos: “Introdução Doutrinária” e “Campo Psicossocial”. Esse campo era um dos referenciais da Doutrina de

²⁶⁴ FONTOURA, 1967, p.142.

²⁶⁵ *Ibid.*, p.145.

²⁶⁶ *Ibid.*, p.149.

²⁶⁷ *Ibid.*, p.151-2.

²⁶⁸ *Ibid.*, p.205.

²⁶⁹ *Ibid.*, p.207.

Segurança Nacional para a prática da Lei de Segurança Nacional. Ana Rita Duarte²⁷⁰ analisou que essa visão fazia parte da estratégia do combate ao inimigo interno na sociedade civil, que incluía as universidades. Esse poderia assumir várias naturezas entre a política, a econômica e os militares, conforme Duarte²⁷¹ também a psicossocial e, essa última se manifestaria na forma de subversão, tráfico de influência, infiltração ideológica, entre outras. A justificativa seria uma degradação moral como uma das armas do comunismo, disseminando ideias que precisaria ser combatido. O tema da moral não é esquecido e, de maneira geral, fica implícito junto aos temas da realidade brasileira. A OSPB, pelo menos conforme Fontoura²⁷² e a própria Educação Moral e Cívica, se dirigiam a um tipo de estudante que ainda não se encontrava em um curso superior, mas que estava se dirigindo à universidade.

O livro *Estudos de Problemas Brasileiros da Biblioteca do Exército e Renes/Editores*, de 1971, com artigos, organizado e apresentado pelo Pe. Francisco Leme Lopes S. J., se dedica aos temas: Introdução doutrinária; campo psicossocial; campo político; campo econômico; campo técnico-científico e campo da segurança nacional.²⁷³ O Coronel Waldir da Costa Godolphim, Diretor da Biblioteca do Exército, ao apresentar o livro, diz:

A espiritualidade que dela imana²⁷⁴ ao conceituar educação integral sob o ponto de vista cristão, na qual a procura do homem-divino deve ser a base da personalização do homem-indivíduo, do homem-social e do homem-físico, é a garantia do homem moral com que são tratados os temas na coletânea (da Biblioteca do Exército).²⁷⁵

Lopes²⁷⁶ introduz a EPB dizendo que a mesma se tornou obrigatória, tendo como objetivo restaurar a educação moral e cívica e a formação de caráter, visando também a chamada educação integral para uma formação em valores com a sua hierarquia:

²⁷⁰ DUARTE, Ana Rita Fonteles. A estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura-uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. *In: XXVII Simpósio Nacional de História-RN*, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 23 mar. 2016, digital.

²⁷¹ *Ibid.*

²⁷² FONTOURA, 1967, p.207.

²⁷³ LOPES, 1971, p.6.

²⁷⁴ GOOGLE. **Imana**: comunica com propriedades magnéticas. Dicionário Informal, p.3.

²⁷⁵ *Ibid.*

²⁷⁶ LOPES, *op. cit.*, p.10.

Há entre os setores da educação, uma verdadeira hierarquia baseada nos valores perspectivos que cada qual representa. Sendo Deus o Valor Supremo, a verdadeira educação tem como fundamento a formação ético-religiosa. Todos os demais setores da educação: educação física, intelectual, artística, social, profissional, econômica, familiar, cívica, política, internacional, devem ser vivificados, informados (no sentido filosófico da palavra) pela educação moral e a própria educação moral (não menos que os demais setores) pela educação religiosa.

Acrescenta, ao terminar a apresentação do livro, um enaltecimento da “cruz” como símbolo, vinculando a mesma ao Brasil e sua história, dizendo:

[...] ó cruz que sempre brilhas no Céu do Brasil; Cruz, que refulgiaste nas caravelas de Cabral; Cruz, que foste a primeira designação desta abençoada Pátria-Ilha de Vera Cruz, Terra da Cruz, Terra de Santa Cruz [...] Cruz, a cuja sombra se celebrou, sob a abóbada verde da mata, o primeiro ato religioso da terra recém-descoberta; [...] ó Cruz, sê a fonte perene de nossa atuação pelo bem da Pátria!²⁷⁷

Esse enfoque, que junta a religião cristã e o Brasil é acrescido de um capítulo, intitulado: “Introdução Doutrinária” no qual o foco é o “homem brasileiro”, buscando a sua formação histórica. Conforme relata Marinho²⁷⁸:

Basta que cada um se conscientize do enorme potencial que existe e que deve ser transformado em Poder Nacional, mercê das atividades a serem desenvolvidas nos campos militar, político, econômico, técnico-científico e psicossocial, para ver que rumamos para o bem comum, mola-mestra das intenções desenvolvimentistas voltadas para o Brasil, e que na realidade, no que depende destas gerações e destes homens, NINGUÉM SEGURA O BRASIL. (destaque feito pelo autor). É a vibração cívica racionalizada, sustentada pela ação energética e soberana dum povo em processo de auto-afirmação, despertado para o cumprimento de sua missão histórica no concerto universal, que será a lição da paz, da fraternidade e do amor ao próximo, mercê das dádivas do Criador.

Nesse contexto, são abordados aspectos do campo psicossocial com ênfase em questões ligadas às regiões brasileiras, na população e suas tendências, na família e organização social do Brasil, raça e cultura, o caráter brasileiro, campo e cidade e religiões do Brasil. Também são abordados os campos: econômico, político, técnico-científico e de segurança nacional, todos sob o manto religioso. Brasil²⁷⁹ aborda, entre outros temas, o campo da Segurança Nacional, dividido entre objetivos nacionais, aspectos da guerra contemporânea e serviço militar. No item da guerra revolucionária são abordadas as linhas de ação comunista e nacionalista-burguesa, com destaque à prática da subversão do movimento comunista internacional e ao item infiltração, onde menciona que a mesma “tem sido a grande

²⁷⁷ LOPES, 1971, p.12.

²⁷⁸ MARINHO, Armando de Oliveira. Introdução Doutrinária. In: LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971, p.37.

²⁷⁹ BRASIL, Francisco de Souza. Campo da segurança Nacional. In: LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971, p.320.

arma do comunismo, mesmo nos processos que adotam a luta armada para a tomada do poder”. Continua, destacando um item sobre “a agitação”, fruto desse trabalho de infiltração, estando entre os alvos

uma parte da elite cultural, esquerdizada ou colaboradora, atuante e positiva, em meio a escritores, jornalistas, artistas, professores e estudantes, que propaguem a luta de classes buscado o que chamam de conscientização, a luta pela libertação nacional, a derrubada das estruturas e outros termos-chaves de grande colorido emocional, mas suficientemente vagos para encontrarem aplicação polimórfica.²⁸⁰

O livro em questão se enquadra no programa de ensino proposto em decretos e ditado pela CNMC. Sendo da Biblioteca do Exército, está também em consonância com os princípios da doutrina de segurança nacional, ou seja, na pauta ideológica ensinada na ESG. O que chama a atenção é a ênfase religiosa e o seu vínculo com a história do Brasil, sendo assim mostrada uma identidade religiosa vinculada à ideia na nação, combatendo o inimigo, que era o comunismo.

Camargo²⁸¹ salienta o “Conceito de Civismo” onde é lembrada a importância do “homem cívico”, sendo esse o centro de tudo, o homem patriota, aquele que tem ação com caráter moral, sendo religioso. Esse homem cívico precisaria ser “garantido” pela nação com uma política de segurança nacional, pois, ela representa um grau de garantia para a execução dos objetivos nacionais, a despeito dos entreguismos.²⁸² Na sequência, o autor descreve sobre o poder nacional, que seria necessário para a realização dos objetivos nacionais.²⁸³

Dessa forma, o “homem cívico” é vinculado a uma ideia de nação, nesse caso, necessária no contexto da ditadura militar e civil brasileira. Camargo²⁸⁴ faz uma análise de objetivos nacionais permanentes, diferenciando os mesmos dos nacionais da época da ditadura. O autor definiu o que ele chama de “nosso povo”, dizendo que o mesmo não é dado às ações racionais, sendo que elas são emocionais e tradicionais. O autor também destaca a atuação das elites, classificação feita por ele, que criam condições para que o Brasil acelere e salte etapas, para a conservação dos objetivos que trarão o bem-comum. Nessa caracterização do povo e elites brasileiros, Camargo²⁸⁵ analisa o caráter do brasileiro, que, segundo ele, teria como características o individualismo, o sentimentalismo, a adaptabilidade, a improvisação, a cordialidade a comunicabilidade e a vocação pacifista. Também define os objetivos nacionais

²⁸⁰ BRASIL, 1971, p.321.

²⁸¹ CAMARGO, 1979, p.13.

²⁸² *Ibid.*, p.59.

²⁸³ *Ibid.*, p.68.

²⁸⁴ *Ibid.*, p.78.

²⁸⁵ *Ibid.*, p.80-2.

permanentes, que seriam a integração nacional; a democracia; o progresso; a paz social e a soberania.²⁸⁶

O “Homem cívico” é inserido através de seu caráter no contexto de objetivos nacionais, nesse caso, permanentes, como segurança e desenvolvimento, que atenderiam ao lema da ditadura militar e civil brasileira. Esse lema é abordado através de vários capítulos no livro, nos quais são abordados tópicos como a Amazônia; o Nordeste; Educação; Ciência e Tecnologia; Saúde; Habitação; Comunicações; Transportes; Energia Hidrelétrica; Energia Nuclear; Meio Ambiente e Poluição. O que o autor chama atenção é sobre a realidade brasileira, que, com o seu estudo na EPB, ajudariam no desenvolvimento da nação sobre a guerra revolucionária. Também são analisadas as estratégias comunistas de guerra, além de outras estratégias de guerra do contexto da guerra fria.²⁸⁷ Também a chamada subversão é analisada historicamente com o apontamento de suas estratégias, com o lema: “integrar para não entregar”.²⁸⁸ São lembrados pelo autor ideias como o Projeto Rondon, que possuía dezesseis “campi” avançados na Região Amazônica.²⁸⁹

O estudante universitário tinha que ser integrado à proposta educacional definida pela ditadura militar e civil brasileira, tornando-se um “Homem cívico”, que tivesse o conhecimento da sua nação, com os seus progressos e potencialidades, conhecesse os dois brasis via Projeto Rondon e desenvolvesse uma “grande nação”, resolvendo as diferenças. Assim, identificar os grandes problemas brasileiros, analisando essa realidade brasileira, atenderia à aspiração nacional de solucionar seus problemas existentes e levaria a nação rumo ao seu desenvolvimento. O que o autor caracteriza como atraso brasileiro rumo ao desenvolvimento, em especial o desenvolvimento econômico, eram os desequilíbrios regionais e a desarticulação social. Para superar esse atraso, era necessário um Projeto Nacional de Desenvolvimento Integral.

Esse modelo de livro, apresentado por Camargo em 1979, é também reproduzido por Eduardo Rodrigues Galvão em 1980 e depois atualizado em 1988, esse último editado pela Bibliex, Biblioteca do Exército. Inclusive consta, junto à antefolha do Prefácio, que a obra é aprovada pela CNMC. O Prof. Galvão foi professor titular de Estudo de Problemas Brasileiros no Centro de Ensino Unificado de Brasília-CEUB.

²⁸⁶ CAMARGO, 1979, p.87-8.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 93.

²⁸⁸ *Ibid.*, p.97-100.

²⁸⁹ *Ibid.*, p.110. Complementa: A UFRGS possuía seu “campi” em Rondônia; a UFSM em Roraima; a PUCRS no Alto Solimões; a UFPEL e a Ucpel em Cáceres, essas universidades tem convênio com o Projeto Rondon e nessas operações regionais e nacionais já participaram até 1977, 1.223 universitários.

Registra Galvão²⁹⁰ que no Prefácio a obra segue o conteúdo programático estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, trazendo os fundamentos doutrinários; os condicionamentos geopolíticos para o estabelecimento de planos e programas de desenvolvimento; as instituições políticas e econômicas; o Poder Nacional e problemas correlacionados com a Segurança Nacional; um estudo de problemas nacionais existenciais específicos com uma análise do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento; um estudo pormenorizado das três regiões brasileiras menos desenvolvidas: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste; setores de infraestrutura básica: Energia, Transportes e Comunicações, ressaltando o que éramos ontem, o que somos hoje e o que poderemos ser amanhã, nesses setores. O livro apresenta no final de cada capítulo um questionário para explorar o conteúdo apresentado.

O conteúdo apresenta o padrão dos livros de EPB, que seguiam o estabelecido pela CNMC via CFE. O autor dedica um capítulo à democracia brasileira, mas não deixa de apresentar, na sequência, os conteúdos padrão sobre o poder nacional, segurança nacional e ação revolucionária, presente nos livros de EPB de forma recorrente. O conteúdo de geopolítica se insere na ideia do nacional vinculado à segurança nacional e, busca o homem brasileiro e sua identidade. A democracia no Brasil é vinculada à sua evolução política com destaque para o Estado brasileiro e suas instituições. A ação revolucionária é destacada nas ações, no controle no âmbito do campo psicossocial, no combate à subversão, na rebeldia da juventude e na moralização do país. Essa ação é vinculada ao poder nacional e à segurança nacional. Seguindo o binômio segurança e desenvolvimento, *slogan* da ditadura amplamente divulgado junto aos brasileiros, é juntada a essa política, que ensina os temas da segurança e o necessário para realizar o desenvolvimento, itens como o modelo brasileiro de desenvolvimento e o estudo das regiões em desenvolvimento como a Amazônia, Nordeste e Centro-oeste e seus problemas. Tem destaque também a Petrobrás e a Energia Nuclear, em capítulos específicos.

A PUCRS publicou alguns livros de EPB, mas não em conjunto com a UFRGS, desde a publicação do Livro-agenda do Prof. Henrique Richter, no início dos anos 70. Os livros da PUCRS, um de 1976 com o título: “Estudos Brasileiros” tem no seu conteúdo o estudo de assuntos da realidade e atualidade brasileira. Bellomo e Silveira²⁹¹ apresentam os seguintes

²⁹⁰ GALVÃO, Eduardo Rodrigues. Estudo de Problemas Brasileiros. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: BBLIEX-Biblioteca do Exército, 1988, p.1.

²⁹¹ BELLOMO, Harry R; SILVEIRA, J. Celso B. **Estudos Brasileiros**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1976, p.167. Harry Bellomo foi por um período professor de EPB no Ciclo Básico na UFRGS. Celso Silveira também foi professor do Ciclo Básico na UFRGS e do Colégio Militar de Porto Alegre, conforme consta na orelha do livro. O primeiro formado em História e Geografia pela PUCRS e o segundo em Geografia pela UFRGS.

temas da realidade e atualidade brasileira: geografia brasileira, ecologia e uso da terra, agricultura, pecuária, pesca, recursos minerais, fontes de energia, população, urbanização, saúde, transportes, indústria, comércio exterior, desequilíbrios regionais, geopolítica e geoeconomia. O livro, tendo seu foco nos chamados “Estudos Brasileiros”, não segue a linha programática da CNMC e CFE para a EPB, e explora atualidades brasileiras. Como dizem os autores na orelha do livro: “Trata-se de uma obra voltada para a área geoeconômica brasileira, onde enfocamos a situação nacional com o material mais atualizado que dispúnhamos à data de entrega dos originais à editora”.²⁹² No capítulo XVII, sobre Geopolítica, tema mais correlato no livro com a linha programática da CNMC e CFE da época, a obra é voltada para “Geopolítica do Brasil”. Golbery era, na área política, altamente comprometido com a ditadura brasileira, desde o Golpe de 1964 e publicou esse estudo vinculado à ideia de segurança nacional da ditadura militar e civil brasileira.²⁹³

Zilles²⁹⁴ enfatiza que a EPB poderá ser uma “oportunidade no estudo obrigatório de Estudo de Problemas Brasileiros para arraigar mais a ciência e o futuro profissional à nossa realidade brasileira numa perspectiva humanista”. Na perspectiva de que o livro pudesse servir como um subsídio à EPB na PUCRS o autor conclui:

É preciso acordar a juventude brasileira enquanto é tempo. A manipulação do homem pelo homem poderá anular sua consciência de liberdade e acomodá-la à abúlica servidão. Projetos megalomaniacos poderão transformar nosso país numa maravilhosa cidade do homem na qual, todavia, poderá faltar lugar para o homem ser, pensar e agir de maneira humana. Cabe à universidade brasileira assumir uma função crítica por excelência frente ao sistema no qual está inserido.²⁹⁵

Com essa preocupação Neumann e Dalpiaz²⁹⁶ trazem uma proposta humanizadora do estudo de problemas brasileiros, explorando aspectos em torno de seus objetivos e de seu caráter específico e singular, refletindo sobre a função da EPB na Universidade com a humanização, sendo, no meio desses aspectos, o novo desafio. Em sua proposta, os autores dizem que cabe à EPB não apenas estudar a realidade brasileira, mas também formar pessoas. Citam a Encíclica *Populorum Progressio*, que diz que toda responsabilidade cabe ao homem,

²⁹² BELLOMO; SILVEIRA, 1976 (Orelha do livro).

²⁹³ SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. In: BELLOMO, Harry R; SILVEIRA, J. Celso B. **Estudos Brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 1976, p.151.

²⁹⁴ ZILLES, Urbano. Apresentação. In: NEUMANN, Laurício; DALPIAZ, Oswaldo. **Realidade Brasileira - Visão Humanizadora**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.9.

²⁹⁵ *Ibid.*, p.10.

²⁹⁶ NEUMANN, Laurício; DALPIAZ, Oswaldo. **Realidade Brasileira - Visão Humanizadora**. Petrópolis: Vozes, 1985, p.11.

pois somente ele é o artífice principal do seu êxito ou de seu fracasso. Neumann e Dalpiaz²⁹⁷ destacam que:

Acelerada crise econômica, dependência, inflação, alto custo de vida e política econômica concentrada... o povo já não tem tempo, pois precisa lutar, e por vezes, desesperadamente, para sobreviver. A lei da vida é correr, trabalhar, fazer, produzir, faturar ... o vazio interior, a solidão, a náusea... sem tempo para nada, vivemos tensos, ocupados, preocupados, agitados, insatisfeitos, com os nervos à flor da pele.

Com esse diagnóstico os autores enfatizam que:

Quem sabe, as aulas de EPB possam ser esta parada semanal, onde nada seja mais importante do que o eu de cada um. Onde através da leitura, do diálogo, do questionamento, da análise crítica, você encontre um clima e um ambiente favorável para ensimesmar-se [...] interiorar-se para repensar sua vida, seus valores, seus princípios, sua maneira de ser, pensar e agir. Interiorar-se para identificar as causas dos seus conflitos, das suas dúvidas, da sua crise e descobrir, com os outros, a maneira de libertar-se delas.²⁹⁸

Segundo Biz e Girardi²⁹⁹ essa visão humanizadora do homem poderia ajudar na compreensão dos grandes problemas brasileiros, como petróleo, carvão, xisto, álcool, energia nuclear, entre outros. Lembram a leitura de outro livro de EPB, que ajudaria na compreensão desses problemas do país. Neumann e Dalpiaz³⁰⁰ procuram trazer, em capítulos, a realidade política, econômica e social brasileira, o homem brasileiro e seu meio social, aspectos da política de desenvolvimento regional e propostas e alternativas de mudança. Sobre a realidade política, incluem nas funções do Estado uma apreciação da doutrina da segurança nacional e a ideologia da segurança nacional, enfatizando que os grupos dominantes “intimidam e atemorizam o povo através do fantasma do comunismo, da subversão, etc. Basta observar que, quando alguém defende a justiça e prega a mudança, imediatamente é marcado e tachado de comunista”.

Como Neumann e Dalpiaz³⁰¹ costumam essa visão com as propostas legais e curriculares da EPB? Os autores apresentam posições críticas à EPB, referindo que o ensino desta acaba defendendo o sistema e o regime, se tornando seu porta-voz. Seguem lembrando que a AESUFOPE – Associação de Escolas Superiores de Formação Profissional do Ensino –, em seus encontros regionais (em 1979 e 1984), reafirmou a importância da formação integral,

²⁹⁷ NEUMANN; DALPIAZ, 1985, p.20.

²⁹⁸ *Ibid.*, p.22.

²⁹⁹ BIZ; GIRARDI (citados por *Ibid.*, p.22).

³⁰⁰ *Ibid.*, p.43.

³⁰¹ *Ibid.*, p.14.

sobretudo a humana. Lembram também o Projeto de lei do deputado José Eudes (PT-RJ), que pretendia tornar facultativa a EPB, apresentando argumentos como: “esta disciplina se tornou palco de tristes e vazias propagandas da ideologia do Brasil Grande, do Milagre Brasileiro, distorcendo os reais problemas brasileiros através de informações de exclusivo interesse do governo”.

E ainda, que “o estudo dos problemas brasileiros, princípios democráticos e civismo devem ser fundamentados na prática permanente de todas as disciplinas, de toda a educação, em todos os níveis”.³⁰² Com isso, a EPB como disciplina deveria

reforçar a formação humanista do educando e visar formar o cidadão não apenas como profissional, mas enquanto pessoa que tem compromisso com o exercício da cidadania dentro da comunidade brasileira na qual o desenvolvimento integral constitui ainda um desafio a ser alcançado.³⁰³

Esse livro indica que houve um desgaste da proposta original da EPB ao longo dos anos, o que se faz essa obra no período da redemocratização. A disciplina e os livros sobre problemas brasileiros poderiam, como se vê nesse caso, ser espaço para o pensamento crítico e não apenas para os interesses do regime ditatorial.

Por sua vez, Schneider, Lenz e Petry dirigiam ao estudo da realidade brasileira nos seus aspectos que problematizam a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento, a realidade econômica, a problemática da população brasileira, a realidade social, a realidade política, a realidade educacional, ciência, tecnologia e desenvolvimento, a realidade religiosa e a realidade cultural. Cada capítulo possui vasta apresentação de dados e informações sobre a realidade brasileira, como os problemas do subdesenvolvimento, os ciclos econômicos no Brasil, análise da população brasileira, a evolução e configuração das classes sociais no Brasil, a evolução política brasileira (incluindo as constituições), partidos políticos e ideologias e um resgate da educação brasileira, desde os jesuítas, com um retrato de seus problemas no contexto do desenvolvimento, os hiatos tecnológicos, a religiosidade brasileira, a origens culturais do brasileiro com as suas heranças e diversidade regional, entre outros temas e aspectos da realidade do país. No final de cada capítulo, o livro apresenta questões, temas para o debate, questões suplementares e complementares.

As duas edições da publicação da UNISINOS possuem atualizações perante as edições anteriores, conforme é explicitado em prefácio, sendo a edição de 1988 também uma atualização. A edição de 1980 apresenta capítulos mais fiéis à orientação da CNMC e à

³⁰² NEUMANN; DALPIAZ, 1985, p.14.

³⁰³ *Ibid.*, p.16.

legislação que regulamentou a EPB, com capítulos como, por exemplo: Problemas Morfológicos, que inclui discussões no uso de termos de linguagem, como “subdesenvolvimento”. O livro confronta essa questão com o desenvolvimento, sendo esse tópico abordado nas duas edições, porém, sem o uso da expressão “problemas morfológicos” na décima edição. Na ótica oficial, preferia-se utilizar, ao referir-se à condição socioeconômica do Brasil, o termo “em desenvolvimento”. Assim, a realidade brasileira é apresentada como um conteúdo problematizador para ajudar a desenvolver o país, considerando sua história e realidade. Na sua quarta edição, o livro lista o programa para o ensino superior elaborado pela Comissão Especial do Conselho Federal de Educação para Educação Moral e Cívica. Nessa, constam os temas Panorama geral da realidade brasileira; Problemas Morfológicos; Problemas de desenvolvimento econômico; Problemas sócio-econômicos; Problemas Políticos e Segurança Nacional. Os autores ainda apresentam, no início do livro, um panorama geral do Plano didático da disciplina, destacando sua finalidade através do Decreto nº 68.065 de 14/1/1971. Schneider, Lenz e Petry³⁰⁴ ressaltam que:

Cobrir os pontos do programa oficial de EPB e trazer uma visão ampla do Brasil e seus problemas; que trata-se de analisar os problemas em vista da procura de soluções conscientes e corajosas; que cabe, conforme prevê a lei, que a EPB seja promovida também por atividades extracurriculares de caráter cívico e comunitário, tais como a participação no Projeto Rondon, no Mobral, em campanhas de promoção popular ou de assistência a populações marginalizadas, etc. Relatórios e trabalhos resultantes destas participações poderão ser considerados pontos cumpridos de EPB, a critério do coordenador e do próprio docente.

Comparando as duas edições, sendo a quarta edição de 1980 e a décima edição de 1988, a primeira possui no final, um Decálogo Cívico da Pequena Enciclopédia de Moral e Cívica do MEC, que não consta mais na edição de 1988. Assim refere o Decálogo:

1. Amarás o Brasil, tua pátria, com um amor inteligente e forte. Inteligente, para conhecer seus problemas e grandezas; forte, para empenhar-te em prol de seu desenvolvimento e na defesa de sua soberania.
2. Amarás os teus irmãos brasileiros, reconhecendo em todos a igual dignidade de pessoas humanas, sem discriminações de raça, origem, condição social, situação econômica, opiniões doutrinárias.
3. Não excluirás de teu amor e respeito os filhos de outras terras que vieram colaborar lealmente para a grandeza da pátria comum.
4. Prezarás os teus valores humanos, espirituais e físicos, procurando, através de todos os recursos do ensino e da educação, levá-los a uma plenitude ordenada e harmoniosa.
5. Amarás entranhadamente o bem, a virtude e a verdade, detestando o mal, a mentira e a iniquidade.
6. Amarás com predileção a tua família, a cuja promoção te dedicarás pelo trabalho competente e honesto, no exercício de uma profissão.

³⁰⁴ SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias Martinho; PETRY, Almiro. **Realidade Brasileira**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980, p.15.

7. Procurarás conhecer sempre melhor teus deveres e direitos de cidadão, para observá-los com maior fidelidade, esforçando-te por participar da vida de tua cidade, de teu município, de teu Estado e da Federação.
8. Lembrar-te-ás que um bom cidadão não pode ignorar os elementos fundamentais da organização jurídica e administrativa de sua Pátria.
9. Deverás também te esforçar por conhecer sempre melhor os elementos da organização econômica e dos processos sociais do Brasil, bem como os sistemas propostos para resolver os seus problemas, a fim de formar, a respeito de todos, uma opinião clara e segura.
10. Não deverás nunca esquecer que o Brasil faz parte de uma Cultura e de uma Comunidade Internacional, para com os quais tem também direitos inalienáveis e deveres urgentes, de cujo respeito depende o advento de uma paz justa e definitiva.³⁰⁵

Esse decálogo publicado em livro de EPB junto com os conteúdos em torno da realidade brasileira do contexto da ditadura militar e civil brasileira é uma expressão das preocupações no campo cívico e moral para os jovens nas universidades. São lembrados o amor à pátria, o amor aos irmãos brasileiros, aos filhos, à família, ao trabalho competente e honesto, aos deveres e aos direitos dos cidadãos, ao que significa ser bom cidadão e, também é lembrado que é muito importante conhecer a realidade brasileira no contexto mundial. Está presente nesse decálogo a principal preocupação da EPB, tanto no seu ensino como em suas práticas educativas vinculadas, que era de formar os jovens em princípios cívicos e morais. Precisava-se também para tanto, conhecer a realidade brasileira. Esse livro da UNISINOS não foi explicitamente crítico aos parâmetros da CNMC, como se viu no caso do livro da PUCRS, ainda que a exclusão do decálogo pareça um indício de que os tempos eram outros. O livro segue um conteúdo técnico informativo da realidade brasileira.

O livro de EPB editado e utilizado na UFRGS, o Livro-agenda utilizado no início dos anos de 1970, não teve na sequência outras publicações na Universidade. No entanto, a UNISINOS e a PUCRS editaram e publicaram vários livros e procuraram assim oferecer aos estudantes leituras bem diversificadas, tanto com conteúdos vinculados à proposta original da criação da EPB, como também com novos conteúdos, por exemplo, com visões humanísticas. Talvez prevaleceu e influenciou para tanto a tradição religiosa das duas universidades. O que não significou que o uso dos livros era obrigatório em sala de aula.³⁰⁶

Para finalizar a exploração dos livros didáticos de EPB será feita uma breve reflexão sobre o que era chamado de “campo psicossocial”, a fim de esclarecer o que se entendia como sendo uma “Nova Mentalidade Educacional”, a ação psicossocial e a educação moral da

³⁰⁵ SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias Martinho; PETRY, Almiro. **Realidade Brasileira**. 10.ed. Porto Alegre: Sulina, 1988, p.446.

³⁰⁶ Nota: Adolar Koch, como aluno da Unisinos em 1973 do Curso de História, cursei a EPB I, e o professor da disciplina utilizou leituras de textos como bibliografia, mas não excluiu a possibilidade de ler também o livro Realidade Brasileira da Unisinos.

juventude foram abordados em uma palestra proferida pelo Gen. Ferdinando de Carvalho no IV Encontro Nacional de Moral e Cívica, realizado em dezembro de 1975, posteriormente reproduzido em polígrafo. O palestrante proferiu sobre os “Tipos de ação psicossocial”: *“Classificados pela natureza de seus efeitos e tática de execução, existem numerosos tipos de ações psicossociais, como os seguintes: infiltração; doutrinação; propaganda; agitação; manipulação de massas; ações violentas”*.³⁰⁷

Em sua abordagem, o palestrante aprofunda teoricamente o tema analisando o significado da política social e da política psicossocial, deixando claro que a ação em torno das aspirações e os interesses nacionais se sobrepõem nessas políticas. Desenvolve também outro item, com o título: “Opinião pública, devendo a mesma ter na sua função desenvolver uma moral nacional”. Afirma ainda que “as ações psicossociais exercem influência sobre a opinião pública, criando condições que podem ser construtivas ou destrutivas”.³⁰⁸ Na última de sua palestra versou sobre o “O papel da Escola na Educação Moral”, enfatiza:

*A escola terá que ser a sede de ações psicossociais construtivas, orientadas para elevados interesses do país. Na formação moral dos indivíduos alterou-se a função da escola, que, outrora, suplementava a família. Hoje a família suplementa a escola nesse papel de transcendente valor e influência [...] infelizmente a escola tem sido utilizada, muitas vezes, como ambiente de rebeldes e descontentes, para a impregnação destrutiva de ideais negativos.*³⁰⁹

Continua:

*Creemos que com o tempo e a criação de uma nova mentalidade educacional, não teremos apenas, nos currículos escolares, as matérias de Moral e Cívica e Problemas Brasileiros, mas que tais assuntos presidirão o desenvolvimento geral de todo o ensino, como um conjunto.*³¹⁰

Conclui:

*Há necessidade premente de que se harmonizem as gerações e que o debate de ideais e opiniões não seja colocado em termos de idade psicológica, mas que na competição cultural dominem a inteligência e sobretudo os valores morais, porque estes sim são os valores que perpetuam a nacionalidade.*³¹¹

Essa preocupação com o estudo de um aspecto da realidade chamada de psicossocial, vinculada aos objetivos da nação, está ligada à iniciativa de criar, através da Educação Moral

³⁰⁷ CARVALHO General Ferdinando de. Palestrante no IV Encontro Nacional de Moral e Civismo. A ação psicossocial e a educação moral da juventude. In: MIGLIORANSA, Vasco Luiz. **Arquivo Memorial do IFCH**, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Arquivo Pessoal de EPB. 2017. Caixa 1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 23.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 27.

³¹⁰ *Ibid.*, p.30.

³¹¹ CARVALHO, 2017, p.30.

e Cívica e o estudo dos Problemas Brasileiros, uma nova mentalidade educacional. Mas, como refere o autor, a escola se torna, muitas vezes, um ambiente de rebeldes e descontentes e, sabendo identificar alguns tipos de ações psicossociais, como infiltração e doutrinação, citados acima, poderia se captar o que o ensino de moral e cívica propunha para a educação moral da juventude, através nas escolas e universidades.

O que significou essa nova mentalidade educacional? No Programa da disciplina de EPB I da UFRGS³¹², entre os itens “Introdução Doutrinária” e “Campo Político”, estava o item “Campo Psicossocial”, com os subitens: “as tradições nacionais”; “valores permanentes e valores transitórios”; “justiça social”; “problemas educacionais-qualitativo e quantitativo”, “visão global civil” e “proteção comunitária”. Um texto de relatório, intitulado: “A evolução da mentalidade nacional”, explora o tema, apresentando-o da seguinte maneira: “na evolução da mentalidade nacional podemos situar várias fases bem características. A compreensão do modo de pensar de cada época é fundamental para entendermos as realizações do homem brasileiro e as suas aspirações nacionais”.³¹³

Do período colonial brasileiro se referindo à mentalidade nacional, o texto de apoio ressalta a dependência da Mãe-pátria comparando-a com a dependência da criança com relação aos pais, tendo o brasileiro uma visão integrada com Portugal. Destacam algumas constantes, como a pouca rigidez nos padrões morais; o impulso de ocupar espaços vazios e a repulsa às ações impositivas vindas do estrangeiro, citando, como exemplo, a Insurreição Pernambucana. Na consideração da evolução da mentalidade brasileira, o texto destaca o nativismo e a conscientização da identidade nacional no século XIX; fala em ufanismo romântico e negativo na passagem para o século XX, lembrando a frase: “No Brasil tudo é grande, menos o homem”.³¹⁴ E na parte final, quando é apresentada a fase do século XX, conforme segue:

As novas gerações começaram a reagir contra a depreciação de tudo o que o brasileiro fazia... após 1950, com o surgimento da Petrobrás, das grandes hidroelétricas e a construção de Brasília, etc, o negativismo começa a desaparecer. O nacionalismo, de início muito xenófobo, evoluiu para uma posição mais analítica da realidade brasileira, tendo como meta a identificação e a solução dos grandes problemas brasileiros em termos que atendam as aspirações nacionais.³¹⁵

³¹² MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Plano de Curso:** 2º Semestre de 1974, p.8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³¹³ UFRGS. **Relatório - 2º Semestre 1974.** Arquivo memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros [s/p]. Consta junto ao título deste: “texto de apoio para o professor, oferecido pela Coordenação de Moral e Civismo para o 1º Ciclo-disciplina-Hum464” (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³¹⁴ *Ibid.*

³¹⁵ *Ibid.*

O que esse ensino psicossocial trazia, em seu conteúdo, era uma busca pela identidade brasileira, e a vinculação dela com a nacionalidade. Essa era também uma preocupação da Doutrina de Segurança Nacional, fundamental na prática ideológica da Ditadura Militar e Civil brasileira. Assim, a ênfase no campo psicossocial e na preocupação com o “ufanismo negativo” exigiria algo a mais no sentido de mudar esse sentimento que diminuía a pátria, a nação e os interesses da ditadura. Novas aspirações deveriam surgir na forma de pensar que envolveria, em especial, ajudar a solucionar os problemas brasileiros.

É importante registrar que esses conteúdos ensinados na EPB, tanto em textos didáticos, no Livro-agenda da UFRGS, na Academia Militar e organizados para fins de ensino em livros editados pelo Brasil afora, visavam atender as exigências legais. No entanto, tinham as mediações das universidades e nelas os professores da EPB davam ao que ensinavam uma nova roupagem que trouxe especificidades institucionais com ênfases programáticas para o estudo dos problemas brasileiros. O pano de fundo era de fato a CNMC que executava o estabelecido pelos decretos lei na criação da disciplina. Esses propunham estudar a realidade brasileira numa ótica cívica e moral, que incluía conhecer os grandes “feitos” e projetos da ditadura militar e civil brasileira.

Estudar os problemas brasileiros teve esse leque programático e de conteúdos que procurava trazer ao estudante universitário um melhor conhecimento do seu país, da sua realidade e atualidade da época, tanto nos seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, etc. E esse ensino foi vinculado a um propósito de formar um cidadão moralmente e civicamente mais consciente de seu amor à pátria, de suas obrigações junto à mesma e de seus valores humanos como cidadão brasileiro. No entanto, a carga moral e cívica desse conhecer e conhecer-se como cidadão tinha uma marca, que era a sua criação de cima para baixo e sua inserção compulsória nas universidades na ditadura militar e civil brasileira.

5 A EPB NA UFRGS: DA CONSOLIDAÇÃO À ELIMINAÇÃO

5.1 A EPB E SEUS PROFESSORES

Como já foi dito, em sua etapa inicial, a EPB na UFRGS foi coordenada pelo Prof. Henrique Richter, do Departamento de Ciências Sociais, mas que ministrava e coordenava a disciplina de Humanidades na Faculdade de Engenharia. Consta nas atas do Colegiado do Departamento de Ciências Sociais do IFCH que o último ano de participação de Richter como coordenador do setor da EPB foi 1978, quando se aposentou na UFRGS. Em 1979, um ofício encaminhado pela Profa. Lirian Furtado possui um “de acordo” do Prof. Richter, porém, nas mesmas atas, consta que o Prof. Luis Alberto Cibils (que era professor do Departamento de Ciências Sociais e não da EPB) atuou como coordenador da disciplina em 1979, ficando nessa coordenação até 1985. Cibils foi substituído pela profa. Lirian Furtado, que exerceu o cargo de 1985 a 1992. Em 1992 assumiu o Prof. Egon Frederico Steyer, ficando no cargo até a extinção da EPB na UFRGS em 1993. Enquanto coordenador, o Prof. Richter assumiu amplas funções vinculadas à EPB, como Coordenador da Moral e Civismo, junto à SUPAD, que equivale à atual Pró-reitoria de Graduação (Prograd); professor e membro do colegiado do Departamento junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) no Departamento de Ciências Sociais; e na criação do Centro Cívico na UFRGS, no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972.

Prof. Richter registrou no Arquivo da EPB documentos para fins profissionais, uma parte de sua formação tanto em Artes, Sociologia e Educação. O que chama a atenção que fora da Universidade o professor destacou que exerceu a presidência da Juventude Católica da Arquidiocese de Porto Alegre. O que tem relevância em torno do que realmente foi exigido junto à proposta legal vinda para a EPB, de uma formação além de cívica, igualmente religiosa. Também aparece sua vinculação, além da UFRGS, com a PUCRS e sua inserção na UFRGS via Departamento de Ciências Sociais, mas atuando junto à SUPAD com atividades cívicas e Faculdade de Engenharia com a disciplina de Humanidades.

Provavelmente, havia alguma exigência e avaliação por parte da Reitoria e da CNMC para a escolha de quem preencheria a Coordenação Geral do Setor de Moral e Civismo junto à SUPAD. Diz o Prof. Richter em Relatório datado de 15 de julho de 1972: “se o Brasil foi chamado “País do Futuro”, aqui caberá dizer, também, que o futuro chegou”. É interessante que na conclusão deste Relatório, finalizado em 15 de julho de 1972, o professor faz uma

reflexão com o título “Visão da Nova Estrutura Universitária”.³¹⁶ Ele destaca que “educar é ensinar a viver”, mas lembra que:

Ninguém ignora a oposição que encontrou a disciplina implantada com a finalidade de Educação Moral e Cívica. Oposição pela suspeita de intenção política do governo e pelo sentimento de falso pudor que caracteriza a maioria dos brasileiros de reconhecerem amor e uma Pátria invejada por tantos povos.³¹⁷

Continua:

[...] em breve a disciplina se revelará não apenas interessante, mas servirá de fator de integração interdisciplinar, uma vez que seu conteúdo envolve todos os setores abrangidos pelas demais ciências. Teoria e doutrina, indispensável para uma moral e cívica, na primeira se dá sempre o enfoque do fundamento teórico indispensável, cuja extensão, na sua universalidade, ficará a cargo da Introdução ao Estudo do Homem. Na parte doutrinária, os diferentes panoramas, num preparar histórico-regional, com busca objetiva de uma interpretação não empírica da realidade na atual disciplina deverá conseguir que o jovem estudante se aplique a uma atualização constante com esta realidade.³¹⁸

A disciplina da EPB era apresentada pelo seu coordenador como um referencial na salvação moral e cívica para os que estudavam a realidade brasileira. Mas qual seria o significado da oposição que uma disciplina com esse perfil e potencial educativo poderia ter? Para Richter isso era uma realidade que poderia ser trabalhada em sala de aula, considerando o potencial interdisciplinar da EPB, que assim poderia combater a sua oposição e resistências. A disciplina era vinculada à intenção política da ditadura, mas o ensino através das atualidades poderia alcançar um lugar que pudesse esclarecer que não era isso. O que era veiculado no seu ensino na verdade, segundo a concepção do coordenador, era a realidade e a atualidade sem se considerar a ótica ou a percepção em torno desse conteúdo.

Os conteúdos destacados, dessa realidade, foram: as 200 milhas, que visava conhecer melhor a importância continental da Pátria na sua extensão marítima, melhores condições de comunicação, multiplicar estradas e a Amazonia entre seus focos. Conclui o Relatório:

É possível, pois, num futuro não muito distante, que a Universidade proporcione a mestres e alunos, em escala sempre crescente, a possibilidade de deixar o confinamento às 4 paredes de uma sala de aula, para um estudo da realidade em condições ideais.³¹⁹

³¹⁶ UFRGS. **Relatório do 1º Semestre (1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 12, Porto Alegre, 1972, p.289 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³¹⁷ *Ibid.*

³¹⁸ *Ibid.*, p.290.

³¹⁹ *Ibid.*, p.291

As atividades fora de aula eram consideradas pelo professor Richter como muito importantes na formação dos alunos da universidade. Deixar o confinamento das quatro paredes de uma sala de aula e estudar a realidade brasileira era uma prática educativa colocada tanto para professores como para alunos com viagens, como as do Projeto Rondon, no qual os alunos eram levados para conhecer a realidade amazônica, por exemplo. Essa atividade obrigatoriamente não liberava de cursar as disciplinas da EPB. Era considerada como um complemento na formação do estudante universitário e do ensino da EPB na UFRGS.

Portanto, a EPB foi inserida na estrutura da UFRGS com a visão do seu coordenador. Havia muita liderança, tendo sido inclusive proposto no Relatório da Coordenação do 1º Ciclo - 2º Semestre, de 06 de dezembro de 1972, a sua condecoração com a Cruz do Mérito da Educação Moral e Cívica. O Relatório foi elaborado pelos professores da EPB e finalizado pelos Profs. Econ. Almo Dauber Menezes, Bel Clovis Massand Barros de Oliveira e Cel BM Jesus Linhares Guimarães, que afirmaram:

Finalmente, considerando os elevados dotes de caráter, de moral e de ética que ornaram a sua personalidade de cidadão e patriota, aliados aos de emérito professor universitário, seria de inteira justiça fosse o Professor Henrique Richter ser recomendado a recipiendário da CRUZ DO MÉRITO DA EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, de acordo com o artigo 39 do Decreto nº 68.065 de 14-01-1971, que regulamenta o artigo 08 do Decreto-lei nº 869 de 12-09-1969.³²⁰

Nos registros dos arquivos da coordenação do setor de EPB da UFRGS não encontrou-se nada sobre a confirmação dessa proposta de condecoração ao Prof. Richter. O que chama a atenção é que a proposição veio de um grupo de professores de EPB da UFRGS, que em relatório fizeram essa proposta. Isso talvez confirma a liderança e a importância que o Prof. Richter tinha junto ao rumo da EPB na UFRGS e também junto ao corpo docente.

No fluxo dos anos, a EPB assume o seu percurso institucional, atendendo o que a CNMC exigia para a formatura dos estudantes da UFRGS. Podemos considerar seu auge no período de 1970 a 1973, tendo assumido, a partir de 1974, certa normalidade institucional como disciplina dos cursos. Chama a atenção o foco da EPB ter continuado a ser a preocupação do estudo da realidade brasileira, no período da normalidade institucional da disciplina, sendo excluídos conteúdos diretamente relacionados com o civismo propriamente dito. Prevalencia a ideia que conhecer a realidade brasileira, mas sob a lupa oficial da ditadura

³²⁰ UFRGS. **Relatório do 1º Ciclo**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. EPB, Porto Alegre, 1971, p.8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

militar e civil brasileira, era o que interessava. Entendemos que, de certa forma, nas narrativas dos Relatórios da EPB, esse enfoque era um olhar cívico.

A influência do Prof. Richter junto à estruturação da EPB e seguramente o seu currículo contribuiu para que ele levasse a EPB na UFRGS à uma normalidade e ensino regular. No *curriculum vitae* do Prof. Henrique Richter de setembro de 1971, consta: nasceu em 5 de junho de 1924 em Porto Alegre; estudou no curso secundário no Colégio Anchieta e Júlio de Castilhos de 1937 a 1944; Estudou Artes Plásticas no Instituto de Belas Artes da UFRGS; em 1945, Pedagogia, também na UFRGS, em 1950, Pós-graduação em Orientação Educacional na UFRGS; em 1963 Sociologia na PUC-RS; registra em 1965 que possui Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia e Pós-graduação em Sociologia. Na relação das funções exercidas, informa, também, que é professor titular de Humanidades na Escola de Engenharia da UFRGS e de Estudos de Problemas Brasileiros no Curso Especial da Superintendência Acadêmica da UFRGS, e Professor Titular de Sociologia Urbana, Sociologia Brasileira, Sociologia da Comunicação, Sociologia Geral, nos Cursos de Pós-graduação de Jornalismo e Letras na PUCRS. Também destaca as funções de Coordenador Geral do Setor de Moral e Cívica e do Centro Superior de Civismo na UFRGS-Superintendência Acadêmica, e Membro do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do seu respectivo colegiado. Enumera também, no currículo, trabalhos universitários, pesquisas em andamento, trabalhos publicados, artigos e ensaios, com temáticas diversificadas em torno da educação, sociologia, realidade brasileira e outros temas.³²¹

Dentre esses trabalhos, chama a atenção os seguintes: apostilas de Sociologia I com a técnica analítico-interacional e Sociologia II na PUC-RS, constando como “esgotadas”; “Humanidades” – com lançamento de técnica própria na Escola de Engenharia da UFRGS em 1971, também constando como esgotado; e Estudos de Problemas Brasileiros-UFRGS-1971, com uma segunda edição em preparo. Richter assim se apresenta neste currículo, registrando o seu vínculo com a UFRGS e com a PUCRS, destacando na UFRGS, sua trajetória junto à Escola de Engenharia e à SUPAD e seu vínculo junto ao Departamento de Ciências Sociais. Igualmente digno de registro, o fato de Richter ter estudado em colégio católico (Colégio Anchieta) e colégio público (Júlio de Castilhos). Interessante para fins de sua atuação nos

³²¹ UFRGS. **Relatório Semestral I (1971/1972)**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.137 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

propósitos da EPB na UFRGS foi a sua Presidência da Juventude Católica, que se somou à sua formação pedagógica e sociológica.

O que consta ainda no currículo é o mesmo divulgado para encaminhamentos junto à UFRGS para fins institucionais e de aprovação de projetos de pesquisa, uma formação na área da educação e sociologia. Também teve a sua formação em escola pública e privada e também atuou tanto na PUCRS como na UFRGS. No entanto, a EPB veio para a sua coordenação pela sua experiência junto à Faculdade de Engenharia da UFRGS, onde o professor coordenava e lecionava a disciplina de Humanidades.³²²

O corpo docente da EPB na UFRGS era formado por professores selecionados junto à SUPAD e à PROGRAD. O coordenador, Prof. Richter, se expressou assim sobre os professores no relatório do segundo semestre de 1972:

[...] a falta de docentes com experiência na matéria em nível superior na disciplina forçou-nos a um recrutamento de elementos estranhos aos quadros da Universidade, alguns com relativa experiência em outras instituições superiores, outros com experiência didática no grau primário ou médio, e alguns sem experiência docente, embora credenciados por títulos.³²³

Richter lembra que essa dificuldade não iria desaparecer tão cedo e, que esse elemento humano recrutado era bastante heterogêneo, ocasionando dificuldade de relacionamento grupal, e que “alguns docentes em nenhum momento ofereceram a certeza de uma autenticidade de ideal, ainda que materialmente operosos ou verbalmente dominando a matéria”.³²⁴ Richter afirma ainda que o professor de EPB precisaria “se impor como um cidadão exemplar e porta voz de uma realidade socio-política que seja perfeitamente definida”.³²⁵ Relatou também a preocupação e a dificuldade para recrutar os professores, tendo em vista que os mesmos deveriam ter uma formação genérica e não serem especialistas. Sobre isso, é citado o Parecer nº 94-71 do CFE que determinava que a disciplina deveria ter um coordenador e não um professor, por que a meta era ter “uma gama de professores, capazes de dar com proficiência, cada qual em seu ramo de conhecimentos, uma visão

³²² Nota: O Prof. Henrique Richter se aposentou em 1978 na UFRGS, e depois da aposentadoria foi residir em Caldas Novas-Goiás. Lá se dedicou à família e à vida junto à natureza. Também se dedicou à pintura de quadros artísticos e publicou livros como: *Introdução ao Desenho Técnico-Geométrico*-1990; *De Zero a Nada*-1992; *Da Díada à Aldeia Global*-1993; *Os Militares do Brasil*-1993; *Os Profetas Sanguinários*-1993; *Psicologia Geral*-1993; *Religião e Religiões*-1995; *Contos Verossímeis*-1994; *Prosaísmo e Versação*-1996. Richter teve 10 filhos, sendo 6 mulheres e 4 homens. Era de origem Austríaca. Seu falecimento foi em 27 de maio de 2014 aos seus 90 anos, em Caldas Novas-Goiás. (informações oferecidas para a Tese pela filha Iris Richter).

³²³ UFRGS. **Relatório do 1º Ciclo 2º Semestre de 1972**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.1 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³²⁴ *Ibid.*, p.2.

³²⁵ *Ibid.*, p.4.

adequada da realidade brasileira, apresentando seus problemas mais importantes e sugerindo aberturas de soluções”.³²⁶

Vê-se, então, que o coordenador esperava que o corpo docente da EPB na UFRGS tivesse uma formação ampliada e não específica para dar conta dos propósitos estabelecidos por lei para o ensino da EPB. O que seria então, na sua preocupação citada acima, uma visão adequada da realidade brasileira? Apresentar problemas mais importantes e sugerir a abertura de soluções? Isto então poderia ser atendido pelo perfil genérico dos professores e dos coordenadores na disciplina. O que envolvia que esses coordenadores trariam palestrantes para as salas de aula. A visão adequada da realidade referida pelo professor era a visão seletiva de conteúdos que enalteciam as realizações do projeto de desenvolvimento e segurança da ditadura para ser mostrada em sala de aula.

Assim, se estabeleceu em 1972 um rodízio de professores que assumiam a EPB junto aos cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS, tendo sido selecionados vinte e três profissionais, a partir de uma relação de 50 candidatos, nas especialidades de Filosofia, História, Psicologia, Direito, Economia, Pedagogia, Geografia, Sociologia e Jornalismo. Também foram escolhidos professores com dois diferentes perfis: novos, porém com reconhecida experiência e capacidade e o segundo tipo “ficou caracterizado por professores com longo tirocínio”, conforme consta no relatório:

Os docentes, alguns sentindo a sua própria limitação, outros constatando as dificuldades existentes, reagiram heroicamente, acabando por apelar a um sistema deficiente de apostilas mimeografadas às pressas e em grande quantidade, para atender a multidão convencional de quase 3 mil estudantes que, ante o inédito e as naturais dificuldades, reagia com reclamações que podiam transformá-la em turbamulta.³²⁷

Também no início de 1973, a UFRGS, através da SUPAD e de seu Setor de Moral e Civismo realizou um Pré-Seminário para docentes candidatos a contratação para a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros.³²⁸ Conforme notícia publicada na Folha da Tarde, o evento tinha a orientação do professor Henrique Richter e estava assim organizado:

³²⁶ *Id.* **Relatório do 1º Ciclo, 2º Semestre de 1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caderno 12, Porto Alegre, p.275 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³²⁷ UFRGS. **Relatório do 1º Ciclo, 2º Semestre de 1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caderno 12, Porto Alegre. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH). p.275-6. Turbamulta: termo usado no relatório em questão que significa: grande multidão, confusão de gente, multidão em desordem, conforme Online de Português.

³²⁸ MIGLIORANSA Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Documento avulso da Caixa 01. **Folha da Tarde de 26 de fevereiro de 1973**, p.30 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

Três sessões foram orientadas pelo próprio coordenador: a primeira esclarecendo aos 30 professores a dinâmica que orienta a UFRGS, dentro do espírito da Reforma Universitária que resulta na substituição da tradicional convocação de pessoas consideradas credenciadas para lecionar, por um treinamento prévio para uma atuação mais adequada à nova realidade para atuação de equipes. Em outra sessão, o prof. Richter fez uma demonstração prática de recursos audio-visuais, tomando por base recentes viagens de pesquisas realizadas com diversos elementos da equipe. A terceira teve por assunto o Centro Superior de Civismo já oficializado pela UFRGS e que deverá atuar no corrente ano com sua estruturação total.³²⁹

As sessões foram orientadas pelo próprio coordenador, que tinha a preocupação de esclarecer aspectos da Reforma Universitária na UFRGS. O professor enfatiza ser um prévio treinamento necessário para atuação mais adequada dos professores devido à nova realidade. O que pode ser interpretado como o “novo” vinculado à Reforma do Ensino e também o “novo” da realidade brasileira com as realizações vindos através do projeto da ditadura militar e civil brasileira no contexto da segurança e desenvolvimento. Lecionar a EPB parece que exigia também conhecer os propósitos vindos através de um decreto-lei, quer dizer, de cima para baixo, como uma proposta de uma nação. Assim, um treinamento prévio se fez necessário na ótica da SUPAD da UFRGS. O prof. Richter aproveitou para difundir recursos audiovisuais para a disciplina, resultados de seu trabalho e viagens e também inseriu a divulgação do Centro Superior de Civismo. O que era a onda do momento junto à EPB da UFRGS no anos de 1972 e 1973, enfim, fortalecer o civismo nacional e o amor pela pátria.

Tradicionalmente os professores na época eram contratados por convite ou seleção com uma divulgação restrita e dirigida pela SUPAD. A mesma fazia uma avaliação do currículo do candidato em combinação dos critérios e pesos na avaliação com os departamentos ou setor do departamento, que também foi o caso na contratação dos professores da EPB. A seguir exhibe-se uma relação de professores com sua formação, do ano de 1973.³³⁰ Os dados foram retirados do Relatório do 2º semestre de 1974:

³²⁹ MIGLIORANSA, 1973, p.30.

³³⁰ UFRGS. **Relatório do 2º Semestre de 1974**. Arquivo Memorial do IFCH- Setor Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 2. Currículos de Professores. Porto Alegre, 1974, p.7-8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

Quadro 2: Relação de professores com formação em 1973

Nome	Formação-informações do Arquivo- EPB
Almo Dauber Menezes	Economia – UFRGS Técnico Planejamento Educacional – 1971 Escola Superior de Guerra – 1971
Henrique Richter	Artes Plásticas – UFRGS Pedagogia - UFRGS Pós-Graduação Orientação Educacional - UFRGS Pós-Graduação Sociologia- PUCRS
Marília Costa Morosini	Mestrado Sociologia Rural - IEPE/UFRGS Licenciatura e Bacharelado Ciências Sociais - UFRGS Curso de EMC – PUCRS
Vasco Luiz Miglioransa	Licenciado Pedagogia – UFRGS Licenciado Filosofia – Viamão Direito – PUCRS
Alda Molinos Pires	Mestrado História Oriental – México Licenciatura e Bacharelado História - UFRGS
Claudino Brusamarelo	Licenciado em Filosofia – Ijuí Direito – UFRGS
Daltro Miguel Keidann	Sociologia (pós-graduação) – PUCRS Bacharel em Teologia – RJ Psicologia Pastoral – Suíça Curso no Jung Institut – Suíça Planejamento e Pesquisa – PUCRS
Egon Frederico Steyer	Teologia e Direito - UFRGS Licenciado em História – PUCRS
Elizabeth Brasil de Brasil	Licenciatura em Ciências Sociais Funcionária da Reitoria
Geraldo Borges	Matemática – UFRGS
Guy Hellen	Direito - UFRGS; Concursado - UFRGS Direito Funcionário Reitoria
Jesus Guimarães	Ciências Jurídicas e Sociais - UFRGS Educação Física - ESEF Programação Pedagógica - PUCRS Escola Superior de Guerra
Lirian Furtado	Filosofia – PUC EMC - PUCRS Extensão em Filosofia do Direito
Marília Becker	Ciências Jurídicas e Sociais – UFRGS Pós em Sociologia Rural IEPE-UFRGS
Roque Vilande	Direito – UFRGS EMC - Unisinos História – Pós-Graduação
Zeferino Fagundes	Direito Funcionário Reitoria Sociologia (pós) - PUCRS
Zely de Moraes	Licenciada em História, Geografia e Educação Física Pós-Graduação em história (cursando)
Ignez Galo	Licenciada em Filosofia EMC - PUCRS.

Fonte: UFRGS. Relatório do 2º Semestre de 1974.

É possível ver nessa amostragem a formação diversificada dos docentes de EPB. Foram relacionados pela coordenação da EPB dezoito professores no ano de 1973. Sendo que, sete eram mulheres, que são 38% do total dos professores de EPB nesse ano em questão. A formação era em diversas áreas de conhecimento como: economia, direito, filosofia, história, pedagogia, entre outras. Também atuaram na EPB dois funcionários da Universidade formados em Ciências Sociais e Direito. Três professores eram formados em Educação Moral e Cívica, sendo dois pela PUCRS e um pela UNISINOS. Dois professores que atuaram na EPB nesse ano tiveram mestrado e cinco possuíam pós-graduação. Também oito tiveram a formação em Direito que somam 44% do total. E, entre todas essas formações dois professores tiveram a sua formação na ESG-Escola Superior de Guerra. A formação dos professores era na área de ciências humanas e o que chama a atenção que não era exatamente a formação afim com a EPB que era considerada na seleção dos mesmos. Apareceram também formações em Matemática, Educação Física, Teologia, o que revela que o critério era bastante abrangente em torno da escolha dos professores da EPB.

A vinculação dos docentes da EPB com a Universidade era inconstante e não tinha regularidade. Os contratos eram temporários que duravam por semestre (professores horistas) e/ou para alguns docentes, por um tempo maior. Devido às possíveis imprecisões, não é possível, nem necessário, para os objetivos dessa tese, realizar um levantamento detalhado de todo o corpo docente que atuou na EPB. Porém, podemos apontar alguns dados a partir de três listas: uma de 1973, outra de 1975 e outra de 1980, conforme quadro a seguir.

Quadro 3: Listagem dos professores que atuaram nos anos 1973, 1975 e 1980 na EPB

Nome dos professores de 1973/1- 1975/2-1980/2	Professores e carga horária semanal em 1973/1	Professores de 1975/2	Professores de 1980/2
Almo Dauber Menezes	40 horas*	x	
Clovis Massaud Barros da Silveira	40 horas*		
Vasco Luiz Miglioransa	40 horas*	x	18 horas*
Alda Molinos Pires	24 horas		
Anayrton Ramon Delatorre	12 horas	x	
Claudino Brusamarelo	24 horas	x	18 horas*
Daltro M. Kleidmann	24 horas	x	36 horas
Edson Telischewky	12 horas		
Egon Steyer	24 horas	x	18 horas
Eloá Barros	24 horas		
Eny Galbinsky	12 horas		
Geraldo Coimbra Borges	24 horas	x	
Guy Helen Sosa Brito	12 horas	x	
Harry Rodrigues Bellomo	12 horas	x	
Ignez Yvone Alovísio Galo	12 horas		
Jesus Linhares Guimarães	12 horas	x	
José Celso B. da Silveira	12 horas		
Lirian Fetter Furtado	24 horas	x	18 horas *
Marília B. Cibils Becker	24 horas	x	18 horas
Norberto Eugênio Muller	12 horas		
Tiago Roberto Sarmiento Leite	12 horas		
Zely C. de Moraes	24 horas	x	18 horas
Elisabeth Brasil de Brasil		x	
Marisa Lima Menke		x	10 horas
Roque Vieira Vilando		x	
Zeferino Fagundes		x	
Fernando Assis			18 horas
Lilian Gama			18 horas
Stella Andreatta			18 horas
Celses Soares			10 horas
Odelso Schneider			04 horas

Fonte: UFRGS. Caderno 24, Caixa 2.

Legenda: Os professores iniciais da lista de 1973 assinalados com (*) com 40 horas semanais também foram assessores e contratados desde 1º de fevereiro de 1973. Os demais foram contratados a partir de 1º de março de 1973.

Os professores assinalados com (*) em 1980 eram também assessores com a carga horária total de 18 horas semanais.

Nota: não obtivemos a carga horária de 1975, apenas a relação dos nomes dos professores. O (x) assinalado significa que os professores lecionaram em 1975, e alguns continuaram desde o ano de 1973 e outros foram contratados em 1975.

Dos professores da relação de 1973/1 e comparando a mesma com a listagem anterior da formação dos mesmos, Almo Dauber Menezes da Assessoria teve formação na ESG, Economia e técnica em Planejamento Educacional. Outro professor da Assessoria Vasco Luiz Miglioransa, era formado em Direito, Pedagogia e Filosofia. O professor Clovis M. B. da Silveira não consta na relação da formação localizada no arquivo. O professor Vasco

continuou atuando na EPB durante todo o período da existência da EPB na UFRGS, inclusive permanecendo na Assessoria em 1980/1. Nove do total de vinte e três dos professores de EPB de 1973/1 tiveram contrato de 24h/aula e quatorze com 12h/aula. Nove do total de vinte e três que lecionaram em 1973/1 não continuaram em 1975. No total de dezoito professores atuaram em 1975, apenas treze continuaram lecionando em 1980. O que mostra que pertencer ao quadro de professor de EPB tinha um significativo caráter temporário, embora alguns tenham permanecido por um longo período. Dos vinte e três que lecionaram em 1973/1, oito estão na relação da EPB em 1980. No total durante o período de 1973/1 a 1980/2 foram contratados trinta e um. Assim, na comparação das listagens do 1º semestre de 1973 com a do 2º semestre de 1975, percebe-se que não houve continuidade de alguns, assim como, houve a entrada de outros, o mesmo ocorreu na comparação com o 2º semestre de 1980. O que mostra que essa era uma realidade junto ao quadro docente da EPB na UFRGS, de bastante flexibilidade e sem vínculo estável. Em 1973, tivemos vinte e três professores, que se reduziram para dezessete em 1975 e caíram ainda mais em 1980, para treze. Em 1975 entraram quatro novos e em 1980 seis. De 1973 a 1975 saíram dez com esse número se repetindo de 1975 a 1980, o que demonstra de fato uma certa dificuldade na vinculação de professores junto à EPB na UFRGS e, alguns tiveram estabilidade no seu vínculo com a EPB.

Além de atuarem em sala de aula, também participavam de atividades extraclasse, realizando visitas programadas pela coordenação da disciplina. Em 05 e 06 de maio de 1973, uma equipe de dezenove professores, coordenada pelo coordenador Henrique Richter, realizou uma viagem de estudos à Hidrelétrica do Passo Real, “para apreciar *in loco* o crescimento de nosso setor energético”.³³¹ (Passo Real: hidrelétrica em construção no RS inaugurada em 1973 localizada no Rio Jacuí, RS e que pertencia à estratégia de desenvolvimento da época da ditadura militar.) Em 02 de junho do mesmo ano, a equipe foi visitar o Centro Comunitário da Vila Ipiranga em Porto Alegre com o objetivo de conhecer o que o mesmo propiciava às comunidades menos favorecidas, tendo sido, inclusive, recepcionados pelo Secretário de Educação Municipal de Porto Alegre.³³² Foi realizada, ainda, uma visita à CEASA - Centro de Abastecimento de Alimentos, em Porto Alegre, em 9 de junho de 1973, para conhecer os benefícios desta organização na distribuição de alimentos e, em 23 de junho, visitaram o Parque de Exposições de Esteio, visando conhecer a filosofia do governo junto à agricultura e pecuária. Cita-se ainda a viagem à São Francisco de Paula,

³³¹ UFRGS. **Relatório V**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17- Caderno 23. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³³² *Ibid.*

em 30 de junho de 1973 para conhecerem a região da serra, incluindo o Cânion do Itaimbezinho e Rio Grande, RS em 5 de julho de 1973, para conhecerem o Super-porto de Rio Grande e sua implantação.³³³ A ditadura militar e civil brasileira tinha no seu projeto a realização de grandes obras. Essas tinham divulgação na mídia, em livros didáticos, em revistas, etc. (Barragem de Itaipú, Ponte Rio-Niterói, por exemplo), eram acompanhadas de obras locais e regionais. Levar professores de EPB para conhecer essas obras poderia trazer a divulgação dessas realizações para a sala de aula. O que poderia somar reforço de busca de legitimização da ditadura que era levado em a sala de aula como conteúdo a ser ensinado, tinha no seu sentido mais amplo, as propostas e as realizações da ditadura militar e civil brasileira, que assim procurava legitimar via educação cívica o seu regime político. Esse, como sabemos, tendo sido implantado através de um Golpe de Estado em 1964 tinha essa necessidade de certa forma recorrente de promover a divulgação de suas “grandes realizações”, que assim poderiam na educação em sala de aula fortalecer o civismo dos jovens nas universidades.

De acordo com o programa, documento guardado pelo professor Vasco Luiz Miglioransa³³⁴ em seu arquivo, em 1974 foi realizado o IIº Encontro de Professores de Estudos de Problemas Brasileiros na UFRGS, coordenado pelo Prof. Richter no qual foram debatidos e analisados os seguintes temas: planos de ensino, o novo 1º Ciclo da UFRGS, técnicas didáticas, seleção dos pontos comuns a serem abordados em aulas, entre outros. Também em Porto Alegre foi realizado o IVº Encontro Nacional de Moral e Civismo, em dezembro de 1975, no qual o Prof. Vasco Luiz Miglioransa apresentou sua tese, com o título “Situação Funcional do professor de Educação Moral e Cívica”, da qual seiscentos exemplares foram distribuídos aos congressistas e remetidos à entidades educacionais do país. No final do documento, Miglioransa sugere a “criação do cargo de professor de Moral e Cívica nos graus de ensino, com iguais direitos e garantias concedidas aos demais professores; [e que] sejam os atuais professores de Educação Moral e Cívica e EPB considerados estáveis”.³³⁵ Na argumentação o professor externa a sua preocupação com a situação funcional dos professores de Educação Moral e Cívica e EPB, devido ao seu caráter emergencial, e destaca como seria importante que seus professores tivessem as condições essenciais e fundamentais na seleção, identificados com os princípios e objetivos da disciplina

³³³ UFRGS. **Relatório V.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17-Caderno 23. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³³⁴ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Documentos do Arquivo Pessoal.** Caixa 1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³³⁵ *Ibid.*

de Educação Moral e Cívica³³⁶, podendo assim atender com eficiência, segurança e capacidade o que a lei estabeleceu”.

Sobre a tese de Prof. Vasco Luiz Miglioransa, o jornal Correio do Povo publicou uma matéria em 4 de dezembro de 1975 com a manchete: “Professores de Moral e Cívica querem igualdade de tratamento”. A matéria conclui: “O fato, segundo coordenadores do conclave, significa uma tomada de posição dos professores de uma disciplina cuja importância não tem validade para trazer aos seus docentes garantia funcional e tranquilidade para trabalhar”.³³⁷

Também de acordo com os registros do Prof. Vasco Luiz Miglioransa houve a participação de professores de EPB da UFRGS em Seminários e Encontros, em cidades como Florianópolis e Belém do Pará. Em Florianópolis foi realizado o Iº Seminário sobre a Realidade Amazônica para professores da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, no período de 29 de março a 1º de abril de 1973. Foram ainda realizados mais eventos nesse formato, na região sudeste e Amazônia. A SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - promovia os eventos com o propósito de fornecer informações sobre a realidade amazônica e os programas governamentais que estavam sendo desenvolvidos na região, com vistas à disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros.³³⁸ Participaram, pela UFRGS, conforme o Relatório, os professores Henrique Richter, Almo Dauber Menezes, Clovis Massaud Barros da Silveira, Melchíades Stricher Filho e Jesus Linhares Guimarães. A temática, conforme o Relatório enfatizou os seguintes tópicos: Amazônia e seus recursos naturais; infra-estrutura econômica; infra-estrutura social; e os incentivos fiscais governamentais. O Relatório também registra que o Cel. Câmara Senna, Superintendente da SUDAM, proferiu uma conferência intitulada: “A Região Amazônica Brasileira - visão geral”, e o prof. Dr. Álvaro Neiva, membro da Comissão Nacional de Moral e Civismo, proferiu a conferência: “Fundamentos Axiológicos da disciplina.” Como consequência desse Seminário, aconteceu na sequência a viagem a Belém do Pará, com o objetivo de estudar a viabilidade da execução de uma das moções aprovadas no seminário de Florianópolis, que previa estudar a possibilidade de participação de professores universitários em projetos na

³³⁶ Nota: Sobre essa situação, Adolar Koch, autor dessa tese, lecionou EMC junto com história e geografia, em escola de 1º grau, nos anos de 1975 a 1977. Quando me formei em 1977 na Licenciatura em História na UFRGS, obtive o Certificado de Registro de Professor junto ao MEC em 29 de dezembro de 1978, Registro “L” Nº 229.481, nas habilitações de: História, Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais.

³³⁷ CORREIO DO POVO. **Manchete:** Professores de Moral e Cívica querem igualdade de tratamento. *In:* Arquivo. Caixa 1. Documento avulso. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³³⁸ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Documentos do Arquivo Pessoal. **Caderno 23.** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

Amazônia que reunissem a UFRGS, a SUDAM e o Projeto Rondon. Conforme explicita o Prof. Richter, houve pleno êxito, com a UFRGS se comprometendo a tomar parte com dez a doze professores no Projeto, que recebeu o título: “Estudos de Problemas da Amazônia Legal, áreas: Santarém, Rondônia e Benjamim Constant” que, além de envolver professores da UFRGS, também contou com a participação de professores da PUCRS. A agenda foi definida para o período de 16 a 30 de julho de 1973 e a pesquisa girou em torno de temas como a realidade moral, realidade cívica e atuação pública e privada.³³⁹

Também foi realizado um Ciclo em torno da problemática agrária no qual a EPB da UFRGS se envolveu. Dentro do compêndio do Ciclo de Estudos sobre a Problemática Agrária, encontrado no acervo da EPB do IFCH estavam dispersos dois relatórios.³⁴⁰ O primeiro tratava sobre o Ciclo de Estudos promovido pela ADEPBRS, em parceria com a IDASUL-Instituto de Direito Agrário do Sul-Joaquim Luiz Osório, e o Setor de Moral e Civismo da UFRGS, comemorando o 10º aniversário do Estatuto da Terra e do Direito Agrário. Promovido entre 20 de Agosto e 5 de Novembro de 1974, o Ciclo de Estudos facultou 2 créditos da disciplina de EPB para os inscritos de pós-graduação. Contando com o apoio do Projeto Rondon e do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária entre outros apoios, diversas palestras foram promovidas, cujos conferencistas estão listados a seguir com sua formação.

³³⁹ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Documentos do Arquivo Pessoal**. Caderno 23. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁴⁰ UFRGS. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Relatório IDASUL-Ciclo de Estudos de Problemática Agrária**, 1974. Caixa 2. p. 4-7 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

Quadro 4: Relatório IDASUL-Ciclo de Estudos de Problemática Agrária

Data	Conferencista	Tema
20/08/1974	Dr. Edgar Iríó Simm (Sec. Da Agricultura do RS; UFRGS)	Desenvolvimento Agrário Gaúcho
27/08/1974	Dr. Lúcio I. Couto (Advogado; consultor do IPE; Sócio colaborador IDASUL)	Fundação Social da Terra e Direito da Propriedade
03/09/1974	Dr. Humberto Richter (Ph D Economia Rural Winsconsin; MS Economia Rural IEPE; professor UFRGS)	Fatores Condicionantes do Desenvolvimento Agrícola do País
10/09/1974	Dr. Darcy Zibetti (Advogado INCRA; Presidente da IDASUL)	Estatuto da Terra
17/09/1974	Equipe da AGAPAN 1. Prof. Alfredo Ferreira - MS Botânica; Prof. UFRGS 2. Lair Ferreira – Eng. Agr. Secretária da Agricultura 3. Celso Marques – Jornalista; Editor de Sobrevivência 4. Alfredo Aveline – MS Física; Prof. UFRGS	Proteção do Meio-ambiente
24/09/1974	Dr. Paulo Borges (Eng. Agrícola; Chefe do Setor de crédito rural da ASCAR)	Crédito Rural
01/10/1974	Prof. Henrique Richter (Coord. SMC UFRGS, Presidente ADEPBRS, Pós-graduação em sociologia)	Visão Sociológica na Ocupação da Amazônia
08/10/1974	Dr. Gunnar Dhür (Eng. Agrícola; Coord. Regional do INCRA-RS)	Cooperativa Rural
22/10/1974	Dr. Dirceu Camargo (Advogado; Presidente do Instituto de Direito Agrário; Sócio IDASUL)	Empresa Rural
29/10/1974	Dr. Laudelino Medeiros (Prof. Sociologia UFRGS; Pós-graduação IEPE/UFRGS)	Sociologia Rural
05/11/1974	Equipe do INCRA 1. Dr. Altair Maia – Coord. Geral das Comissões de Discriminação de terras devolutas INCRA (Brasília) 2. Dr. Fernando Genschow – Coord. Geral do PROTERRA – INCRA.	O INCRA na Solução Brasileira da Agricultura

Fonte: UFRGS, 1974, p.6-7.

Os participantes junto ao ciclo de estudos tinham uma formação vinculada à problemática rural, tendo a participação do Pós-Graduação da Faculdade de Economia-IEPE-Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, através do prof. Laudelino Medeiros, palestrante do INCRA e também a AGAPAN –Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente. O debate girava em torno do Estatuto da Terra no enfoque do direito e propriedade da terra, o desenvolvimento agrário, com contribuições na ótica do poder público e inclusive foi trazida a visão sociológica na ocupação da Amazônia pelo prof. Henrique Richter.

Outro relatório, ou parte dele, estava mesclado ao do Ciclo de Problemas Agrários. Tratando-se do ciclo do ano seguinte (1975), o Ciclo de Estudos “Educação e Desenvolvimento”, que foi promovido pela ADEPBRS em comemoração ao aniversário da associação. As palestras ocorreram entre 16 de abril e 25 de junho, chamando a atenção o fato de apenas estarem presentes conferencistas vinculados à UFRGS. A seguir a lista de temas e conferencistas³⁴¹, embora a formação dos mesmos não esteja presente nas páginas do relatório.

Quadro 5: Conferencistas vinculados à UFRGS de 1975

Data	Conferencista	Tema
16/04/1975	Prof. Manoel Luiz Leão	Reforma Universitária
23/04/1975	Prof. Alarich R. Schultz	Problemas do Meio Ambiente
30/04/1975	Prof. Henrique Richter	Diversidades Regionais
07/05/1975	Prof. Jairo P. Figueiredo	Arte e Desenvolvimento
14/05/1975	Prof. Henrique Richter	Condições Regionais
28/05/1975	Prof. Walter Otto Cybis	Tecnologia e Desenvolvimento
04/06/1975	Prof. Airton Santos Vargas	Educação e Politização
11/06/1975	Gal. Adolpho J. P. Couto	Análise Sobre os Objetivos Nacionais
18/06/1975	Dr. Enio Pilla	Problemas de Saúde
25/06/1975	1. Reitor Dr. Ivo Wolff 2. Profa. Dóris Muller	Universidade Brasileiras e Europeias Urbanização e Desenvolvimento

Fonte: UFRGS, Relatório IDASUL, 1975.

A temática desse ciclo debateu a universidade em questões ligadas ao desenvolvimento, meio ambiente e a questão regional. Inclusive a urbanização teve a participação do Gal Adolpho Couto que fez uma análise dos objetivos nacionais. Nesse ciclo o prof. Henrique Richter apresentou o tema regional, falando sobre diversidade e condições regionais. Salvo o prof. Richter, nenhum professor que participou desses eventos é professor de EPB. Isso mostra que esses ciclos visavam desencadear um debate na Universidade, no primeiro ciclo trazendo conferencistas de fora e no segundo, para prestigiar o pessoal da universidade, como o próprio Reitor, entre outros, como também os professores Leão e Cybis

³⁴¹ A página que continha as informações estava solta no compêndio, sem paginação e sem configurar sequência com outras laudas, a não ser pela datação e seu conteúdo. Cf. Relatório IDASUL – Ciclo de Estudos de Problemática Agrária Brasileira, 1974.

ambos da UFRGS. O que mostra, ainda, que os professores de EPB, afora os coordenadores, tinham pouco prestígio na Universidade.

5.2 A ADEPB-RS

Em 30 de abril de 1974 foi criada a Associação dos Docentes de Estudos de Problemas Brasileiros do Rio Grande do Sul - ADEPB-RS - durante o 2º Encontro de Docentes de Estudos de Problemas Brasileiros do Rio Grande do Sul. A sua criação foi uma sugestão do professor Roque Villande que a partir desse encontro com uma diretoria em regime provisório. A criação da Associação foi resultante das disposições doutrinárias e políticas que dialogavam com problemáticas de ordem moral, e do ensino comum de determinadas disciplinas - Moral e Cívica na escola básica, EPB no ensino superior - cujos alcances desdobraram-se da simples apresentação de determinados conteúdos para a definição de um grupo de profissionais envolvidos e dependentes desta disciplina educacional. A ADEPB-RS procurou constituir-se como agente nesse espaço de reflexão – sobre a sociedade e o país – e de disputa – por autoridade e legitimidade dentro da questão da Moral e do Civismo. Pioneira no País primava por fornecer apoio e informar aos associados sobre eventos e reflexões correntes na disciplina. Sua primeira diretoria era composta por nomes de diferentes universidades do Rio Grande do Sul:

Presidente: Henrique Richter – UFRGS/PUCRS

1º Vice-presidente: Gabriel Motta – UFPel

2º Vice-presidente: Airton Rodrigues – UFSM

1º Secretário: José Odelso Schneider – UNISINOS

2º Secretário: Nestor José Gollo – UCS

1º Tesoureiro: Jesus Linhares Guimarães – UFRGS

2º Tesoureiro: Almo Dauber Menezes – UFRGS/FAPA³⁴²

Confirmada em agosto de 1974, a composição desta diretoria demonstrava tanto a participação das Instituições de Ensino Superior gaúchas, quanto a hierarquia que já estava ensaiada dentro da UFRGS: Henrique Richter, coordenador do setor de Moral e Civismo somaria a esse ainda outro cargo, o de presidente da ADEPB-RS.

³⁴² MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p. 15 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

Os professores Jesus Linhares Guimarães, José Odelso Schneider e Almo Dauber Menezes estão na lista dos professores de EPB, junto com coordenador prof. Henrique Richter.

No dia 17 de agosto de 1974, os associados se reuniram novamente em São Leopoldo. Na ocasião, além de confirmar a diretoria provisória, ficou estabelecida a mensalidade para os associados, bem como, nomearam uma comissão para elaborar o Estatuto da Associação. Foram designados os advogados Vasco Luiz Miglioransa (UFRGS), Luiz Dorvalino Tonin (PUCRS) e Enio Brusque de Abreu (UNISINOS). Contudo, na versão do estatuto que tivemos acesso, constam apenas os nomes de Miglioransa e Tonin. A descrição das partes mais relevantes do Estatuto nos servirá para mapear as questões que mais lhes eram urgentes, bem como os pressupostos com os quais lidavam.³⁴³

No Capítulo 1, artigo 1º, ficaram definidas as intenções da Associação, isso é, uma associação autônoma com base no Decreto-Lei nº 68065 de 1971, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, cujos princípios se encontram na democracia e na moral cristã. No Artigo 2º estão suas responsabilidades, a de auxiliar, de forma burocrática ou pedagógica, os associados, fornecendo atualização profissional através de palestras e promovendo a disciplina através de títulos e premiações não-econômicas. Semelhante compromisso é registrado no Capítulo VIII, sobre os departamentos da Associação no artigo 25: de ordem Cultural, Social e de Assistência Social encarregados de promover iniciativas tanto restritas aos associados, quanto visando assistir à comunidade em geral. No Capítulo II, artigo 3º, ficou registrado o perfil dos associados, restringindo aos profissionais de Moral e Cívica do Ensino Superior, através da disciplina de EPB, a participação na Associação. No artigo 4º e 5º estavam dispostos os deveres do associado, e logo, seus direitos.³⁴⁴

O Capítulo III aborda o funcionamento da Diretoria da Associação, como o número de integrantes da diretoria, o funcionamento democrático das eleições (ver igualmente o Capítulo V) e suas responsabilidades (convocação de assembleias ordinárias e extraordinárias, cobrança de taxas, fiscalização de associados).³⁴⁵ O Capítulo IX revela a integração que se pretendia manter entre as várias instituições ligadas à Educação Moral e Cívica. Abordando as questões referentes ao Patrimônio da Associação, que ficou instituído no Artigo 29 que em

³⁴³ MIGLIORANSA, 1974, p.17.

³⁴⁴ *Ibid.*, p.1-2.

³⁴⁵ *Ibid.*, p.3-6.

caso de extinção da mesma, o patrimônio seria encaminhando para os Centros Superiores de Civismo mais próximos.³⁴⁶

O estatuto da Associação revela uma preocupação que já aparece nas dificuldades na organização e funcionamento da EPB, e assim, os professores poderiam criar uma melhor vinculação entre eles, que além de trazer uma integração, também para servir como um intercâmbio de temas a serem estudados. De certa forma a abrangência temática que envolvia o ensino da EPB, que veio para todas as universidades, o que era comum na programação vinda via decreto lei, poderia trazer um bom debate e fortalecimento no trabalho a ser feito. Assim o estatuto enfatiza a atualização profissional, a questão da democracia e moral cristã presente no Decreto-Lei nº 869/69 que estabelece procedimentos na linha de práticas educativas. O que a criação da ADEPBRS trazia era o propósito de integrar e fortalecer os que ensinavam essa disciplina. E aparece de forma muito clara que a mesma era somente para profissionais de EPB. O que era na verdade, uma dificuldade tendo em vista a formação diversificada dos professores da EPB e inclusive sem cursos específicos na formação para quem atuava na disciplina (embora alguns cursos surgiram, mas ainda eram de forma muito restrita). Assim a Associação vinha para preencher uma lacuna existente nesse novo universo de ensino. Na mesma reunião do dia 17 de Agosto, ocasião em que ficou definida a comissão que iam elaborar o Estatuto, também definiram a publicação periódica de uma Revista da ADEPB-RS, que participaria da tarefa de promover a disciplina. A partir dela foi programada uma cronologia da organização da própria associação. É interessante descrever algumas páginas aqui, do número 1, de 1974, e do número 5, de 1976.

O primeiro número da Revista da ADEPB-RS, cuja periodicidade provavelmente seria trimestral, conta com uma mensagem inaugural que explicita o perfil da revista e da disciplina: às vésperas da semana da Pátria, o presidente da Associação observou o ser cívico como transformador da sociedade e da realidade brasileira. Graças ao trabalho das disciplinas educacionais que revalorizaram as questões morais, a família retorna como valor principal da sociedade, “a mocidade reconhece a necessidade de uma formação em bases morais, quando parecia que se optava pela alienação”. Richter ressalta que todos, civis e militares, estão entrosados pela ação social, procurando, dessa forma, atingir todos os quadrantes do país, desprezando demagogias e ufanismos, evidenciando os problemas a serem sanados. Na

³⁴⁶ MIGLIORANSA, 1975, p.10.

semana da pátria, “vale a pena externar sentimentos cívicos, quando brotam de uma consciência moral”.³⁴⁷

Com o título de “Atividades da ADEPB/RS”, a sessão destaca as realizações da recente associação, que já contavam com diversas atividades, promovidas pelo dinâmico presidente Richter, como o Ciclo de EPB Agrária na Faculdade de Direito, mensagens periódicas na Rádio UFRGS, a elaboração de um Museu de Materiais para a EPB, a elaboração de um Estatuto e a elaboração da própria Revista, todas contavam como ações promovidas pela Associação. No mesmo ritmo, é aludido pela revista na página 4 o III Encontro Nacional de Professores de Educação Moral e Cívica, em Recife, realizado entre 21 e 27 de Setembro de 1974, menciona que deveriam a ele comparecer toda a “abnegada classe de professores”.³⁴⁸ Lá estariam presentes o Ministro do MEC, General Ney Braga, o Deputado Jarbas Passarinho e os professores Tarciso Padilha de Meireles, Aluizio Rodrigues Henrique e o General Moacir de Araújo Lopes.

A “Mensagem do Representante da CNMC/RS”, Prof. Irmão Moacyr C. Empinotti, destacou mais uma vez o pioneirismo da Associação que, por meio do amparo aos profissionais de EPB e da elaboração da revista periódica informativa e cultural, estaria fazendo sentir a magnitude da causa cívica, um dos objetivos da “família epebense”.³⁴⁹ O Rio Grande do Sul foi apontado como exemplo para o aprimoramento patriótico.

Algumas notícias internacionais são destacadas pela revista, como “a questão das fronteiras marítimas na Conferência de Caracas”, “a soja como alimento ideal e capaz de coisas ‘inacreditáveis’, devido seu potencial de substituição nutritivo”,³⁵⁰ “o primeiro orçamento sem *déficits* apresentado na história pelo então Presidente Ernesto Geisel para o ano de 1975”, “a parceria entre Caixa Econômica Estadual e o Banco de Estágios” e “a eleição do operário Norberto Gomes Ribeiro como operário padrão de 1974 – o exemplo de integração e de desenvolvimento que o governo tem como objetivo”. Destacando o pioneirismo do Rio Grande do Sul, a Revista ressalta o maior programa de vacinação do país, para crianças entre três meses e 5 anos contra diversas doenças.³⁵¹

O convidado da Comissão Nacional de Moral e Civismo, o professor Irmão Empinotti, veio para fortalecer de certa forma o que estava fazendo aqui no RS a família

³⁴⁷ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 4

³⁴⁹ *Ibid.*, p. 5

³⁵⁰ *Ibid.*, p.7-8

³⁵¹ *Ibid.*, p.16-20.

“epebense”. Além disso, conteúdos também foram destacados que enalteceram o projeto do Brasil rumo ao desenvolvimento, que eram levados para sala de aula. Assim a EPB da UFRGS aos olhos do projeto do “Brasil Grande” estaria cumprindo com a sua contribuição na construção desse chamado “novo Brasil”.

Voltada à educação, a Revista alertava sobre o crescimento de universidades e faculdades isoladas no território nacional, bem como, o aumento no número total de estudantes universitários, que em 1963 somavam 124.214 pessoas, e que em 1974 ultrapassavam o 1.000.000 de pessoas. Anteriormente citada, a sessão “Ciclo de Estudos sobre a Problemática Agrária Brasileira, sob o patrocínio da ADEPB-RS” destacou a palestra inaugural do Secretário da Agricultura do RS, Dr. Edgar Irio Simm, intitulada: “Função Social da Terra”, bem como a parceria entre IDASUL e UFRGS para a promoção do Ciclo em comemoração aos 10 anos do Estatuto da Terra, que serviu como créditos para os estudantes de pós-graduação da UFRGS.³⁵²

A Revista também destacou os planos da ADEPB-RS para a comemoração da semana da pátria de 1974. A Liga de Defesa Nacional foi favorável em incluir atividades da Associação, tais como: A Expo EPB na Reitoria e no Planetário; Sessão Cívica com o convidado Prof. Manoel Luiz Leão – Coordenador CPD; Mensagem dos professores Alberto Cybils (Chefe do Departamento de Ciências Sociais – UFRGS), Dante Laytano (UFRGS) e de Henrique Richter (UFRGS) na rádio UFRGS.

Ao fim da edição número 1, a Associação deixou na íntegra o testamento do Duque de Caxias, tanto pelo seu valor histórico, como, pelo fato de ser patrono do exército e explicitar uma abnegação para com o país e humildade para com as honras póstumas.³⁵³

Separada por 2 anos, a edição número 05, de 1976, resgatou logo na primeira página, o saldo positivo dos 2 anos da Associação. Novamente, a mensagem inaugural é de autoria de Richter, que destacou a significativa coesão dos associados, uma semente que deve continuar para que o Rio Grande do Sul confirme, mais uma vez, não só a merecida fala de celeiro alimentar, “mas também o ponto de referência que assinala a gênese de tantas iniciativas de alcance moral e cívico”.³⁵⁴ Celebrando os 12 anos de segurança e desenvolvimento, liberdade

³⁵² MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p.8-9. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁵³ *Ibid.*, p.18-9.

³⁵⁴ *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, 1976, p.3. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

responsável e tranquilidade, Richter destacou que os problemas analisados pela disciplina de EPB estão ora solucionados, ora em fase de equacionamento.³⁵⁵

De semelhante intenção, uma entrevista com o prof. Almiro Petry, Coordenador de EPB da Unisinos, traz conclusões a respeito da disciplina. Conforme a revista, além de assimilar conhecimentos, a EPB, em suas duas disciplinas (EPB-I e EPB-II), tem como objetivo assimilar hábitos e valores e estabelecer avanços pedagógicos significativos nos estudantes. Na primeira, incitar o dever, através da elucidação dos problemas brasileiros, e na segunda, após ter o estudante adquirido uma cosmovisão elaborada, avaliar criticamente, através dos valores humanistas e cristãos, a realidade brasileira. Procurando formar comportamentos para o “Brasileiro de Amanhã”, livros como “Realidade Brasileira”, editado pela editora Sulina, eram meios para atingir os cidadãos desprovidos do acesso fácil às fontes de informação e conhecimento.³⁵⁶

A respeito da ADEPB-RS, a edição número 05 da revista traz diversas sessões, promovendo as atividades de Páscoa da Associação, o 6º Encontro Regional da ADEPB-RS destacando o crescimento profissional que os associados haviam conquistado. Para ilustrar esse crescimento, cita os exemplos do Irmão José Otão, sócio benemérito, que havia sido eleito como o destaque educacional de 1975 no RS, o Gal. de Div. Adolpho João de Paula Couto, eleito membro do Conselho Nacional de Moral e Civismo, o prof. Almo Menezes, que assumiu o cargo de Diretor da Faculdade Canoense de Ciências Administrativas e Contábeis e de Arquitetura, o prof. Guy de Sosa Brito, aprovado com brilhantismo em concurso para Juiz, o prof. Odelso Schneider, que lançara uma nova edição do livro “EPB – Realidade Brasileira” em conjunto com um colega da Unisinos e o prof. Ney Arruda, que realizou um Ciclo de EPB em Lajeado.³⁵⁷

Ainda no volume 05, na sessão “Ecos do IV Encontro Nacional de Moral e Civismo em Porto Alegre”, encontram-se elementos interessantes do discurso da Associação. Texto de Richter, esta sessão destaca três pontos sobre a disciplina em um plano regional e geral. Em primeiro lugar, Richter ressaltou que houve resultados satisfatórios na promoção dos Estudos de EPB e que manifestações oponentes são mal intencionadas, não sendo responsabilidade do docente. Contudo, alerta para a exigência do cargo de professor de EPB, devendo esse ser moral e cívico, não sendo adaptável como são outras disciplinas e matérias. Nesse sentido,

³⁵⁵ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, 1976, p.3. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁵⁶ *Ibid.*, p.4.

³⁵⁷ *Ibid.*, p.5.

Richter destacou como segundo ponto o fato de existirem no Rio Grande do Sul, cinquenta e quatro faculdades isoladas e dez universidades, nas quais, contabilizam cem professores da disciplina. Sessenta estão associados à ADEPB-RS, havendo um grande número de pedidos que não são satisfatórios para a Associação – no sentido de moralidade e civismo - criticando a permanência desses em suas universidades de origem. A associação, única no país, está restrita aos profissionais do RS, embora se estude adesão de outros estados ou até mesmo o alargamento da abrangência da instituição, com a substituição do ADEPB - Rio Grande do Sul por ADEPB - Região Sul, abrigando, dessa forma, os estados de Santa Catarina e Paraná. Por fim, o texto sinaliza a carência ou até uma crítica aos materiais audiovisuais originais do MEC, para ele, tanto materiais documentários quanto de propaganda são descartáveis à disciplina.³⁵⁸

Ainda sobre as questões referentes ao profissional de EPB, a sessão “Situação funcional do professor de EPB” observa que, apesar do caráter emergencial que consta nas disposições legais, a disciplina e o profissional de EPB, “de fato”, eram necessários, contínuos e permanentes.³⁵⁹ Assim, um dos trabalhos apresentados no IV Encontro Nacional de Moral e Civismo, de autoria do prof. Vasco Luiz Miglioransa – do qual Richter analisa os “ecos” – norteia as demandas dos profissionais, que, entre outros pontos, requerem: a criação do cargo de professor de Moral e Cívica com iguais direitos ao das outras disciplinas; que os docentes da disciplina sejam regidos pela CLT; que o período até a aquela data contabilizasse o Estágio Probatório; Igualdade Funcional e a elaboração de cursos de formação para o profissional de EPB.³⁶⁰

A revista também conta com um número variado de notícias relacionadas ao desenvolvimento econômico e estrutural. A construção do Campus Agronomia e o consecutivo aumento de 100% das vagas da UFRGS.³⁶¹ O relatório da ONU destacou o Brasil como a 7ª maior população do mundo,³⁶² a problemática questão do reflorestamento das áreas

³⁵⁸ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, 1976, p.20-1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁵⁹ *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p.26.

³⁶⁰ *Id.* **IV Encontro Nacional de Moral e Civismo**. Realizado entre 1 e 6 de dezembro de 1975 em Porto Alegre. *In:* MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p.26. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁶¹ *Ibid.*, p. 9.

³⁶² *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, *op. cit.*, p.10. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

desmatadas para a seca de fumo,³⁶³ a necessária implementação de políticas que favoreçam o turismo nacional, uma “indústria sem chaminé”,³⁶⁴ são algumas das questões apresentadas pela revista. Outra, de grande impacto é a que se refere ao salário mínimo. A Revista observa a impossibilidade desse aumento decorrer via decreto, já que os produtos elevam seus valores na mesma medida. O texto defende que o próprio trabalhador deve aumentar sua capacidade de trabalho: “Deverá lutar, sofrer, empenhar-se para aumentar sua qualificação. Só assim poderá melhorar de vida. Não há outro meio”.³⁶⁵

Foi lançada a segunda edição em relação aos 12 anos de segurança e desenvolvimento, que teve em seu fechamento a transcrição da aula inaugural do Cel. Jesus Linhares Guimarães, para o curso de aperfeiçoamento de Oficiais da Brigada Militar. Intitulado: “A polícia militar na atual conjuntura político-militar do Estado Brasileiro”, o texto elucida e aprofunda o conceito de segurança com o qual a disciplina trabalhava. Segundo ele, sendo um conceito unificado, segurança requer a participação de todos e no caso da polícia, o trabalho conjunto das polícias militar e civil. Seguindo a doutrina da Escola Superior de Guerra, a segurança só seria possível em um quadro conscientizado de ordem, liberdade, democracia e desenvolvimento harmônico, via de regra, traduz-se na paz social que o regime de Segurança Nacional pretende estabelecer. Procurando enfrentar os antagonismos que ameaçam o homem, a família e a propriedade, a polícia, enquanto agentes, realizam a tarefa tripla do policiamento ostensivo, preventivo e, em alguns casos, repressivo. Tal como alerta uma sessão intitulada: “A EMC e a orientação ideológica da juventude”, o processo de guerra revolucionária e as “solertes técnicas comunistas” que ameaçam o mundo livre e democrático são os principais elementos antagonistas que a Segurança Nacional constantemente procura neutralizar.³⁶⁶

As Revistas da ADEPB-RS trouxeram em especial seus números 1 e 5, de 1974 e 1976, um referencial cívico vinculado à moral e aos princípios da nação. O Presidente prof. Richter na apresentação do primeiro número escreve sobre a importância do sentimento cívico, da providência divina, do patriotismo e da família. Lembra também que os jovens já percebem a importância de uma formação moral em que a sua maioria dos cidadãos não tem interesse por ideologias. O que as revistas também trazem é a ideologia forjada pela ESG, a partir da qual o desenvolvimento aconteceria numa mútua casualidade com a segurança. Os

³⁶³ MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, 1976, p.12. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁶⁴ *Ibid.*, p.7-8.

³⁶⁵ *Ibid.*, p.13-5.

³⁶⁶ *Ibid.*, p.13-5.

dois possuem, conforme é trazido na Revista uma relação necessária para o desenvolvimento da nação brasileira. A liderança do prof. Richter na ADEPB-RS era muito importante, pois, exercendo a função de presidente também assinava artigos na revista como coordenador do Setor de Moral e Civismo da UFRGS, o que evidencia talvez na ótica dele uma certa missão cívica junto à Associação. Ao escrever esse artigo faz referência à uma questão envolvendo os professores, dizendo que é difícil lecionar EPB, pois exige postura moral e cívica. Participaram da Associação professores de EPB das universidades e faculdades do RS, como da Ufpel, Universidade Federal de Pelotas, UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, e das universidades particulares como a PUCRS, UNISINOS, FAPA e UCS. O prof. Moacyr Empinotti também participou na revista escrevendo matérias, como representante da CNMC no RS. Tendo essa participação de professores, a Associação agregava o que se movimentava no RS em termos de EPB, em especial nos anos de 1970.

5.3 A ELIMINAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE UNIVERSAL DA EPB NA UFRGS E EM NÍVEL NACIONAL

A eliminação da obrigatoriedade universal do ensino da EPB na UFRGS fez parte do contexto mais amplo, que foi a transição da ditadura militar e civil brasileira para os governos civis, a partir de 1985. As políticas educacionais da ditadura foram consideradas parte do chamado “entulho autoritário” e, portanto, precisavam, junto com esse, ser removido. Assim, o governo do Presidente José Sarney (presidente de 15 de março de 1985 a 15 de março de 1990) atuou nesse sentido, em 1986, extinguindo a CNMC em 21 de novembro, através do Decreto-Lei nº 93.613. A Comissão foi extinta numa remoção de órgãos da estrutura do MEC, através desse decreto, com justificativas vinculadas ao MEC.

No entanto, a extinção da CNMC e a eliminação das disciplinas de EMC, OSPB e EPB em nível nacional, não andaram juntas. A extinção da Comissão não se estendeu para a eliminação das disciplinas de Educação Moral e Cívica, OSPB e EPB existentes nas escolas e universidades. Essas tinham sido regulamentadas como disciplinas através do Decreto-Lei nº 68.065 de 1971 e foram desdobradas em disciplinas nos vários níveis de ensino pelo Parecer 94, de 04 de fevereiro de 1971 do CFE, com fundamento no Decreto-Lei nº 869/69. Estas decretações e regulamentações trouxeram longevidade para a EPB para além do período da ditadura militar e civil, mesmo nos governos civis, ficando até 1993.

No quadro a seguir é possível visualizar as principais leis em nível nacional e na UFRGS em torno do civismo, da moral e da EPB.

Quadro 6: As principais leis em nível nacional em torno do civismo, da moral e da EPB

LEGISLAÇÃO NACIONAL			
Legislação	Data	Autor	Assunto
Decreto Imperial 37.087/1835	09/12/1835	Regente Antonio Diogo Feijó	Sobre a instrução moral.
Decreto lei 981/1890	08/12/1890	Marechal Deodoro da Fonseca	Instrução moral e cívica como disciplina integrante do currículo escolar.
Lei 4.024/61	20/12/1961	MEC-Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Define a educação moral e cívica como prática educativa para reforçar o sentimento patriótico.
Parecer Normativo	-	MEC-CFE-Anísio Teixeira	Propõe a criação da disciplina de OSPB que redunde na Instrução nº 1 do CFE.
Instrução nº 1	24/04/1962	MEC-CFE	Inclui a educação cívica entre as práticas educativas e mantém a OSPB como disciplina complementar nas escolas.
Constituição brasileira de 1967-outorgada	24/01/1967	Nação brasileira	Artigo 86: segurança nacional é vinculada à formação moral e cívica do povo.
Lei 5.540/68	28/11/1968	Presidente Costa e Silva	Reforma do ensino: artigo 40, enfatiza a importância da formação cívica, e fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.
Decreto lei 477/69	26/02/1969	Presidente Costa e Silva	Controlar a vida acadêmica de estudantes, podendo o estudante ser expulso das universidades.
Decreto lei 869/69	12/09/1969	Junta Militar: -Augusto Hamann -Rademaker Grunewald -Aurélio de Lyra Tavares -Márcio de Souza e Mello	Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos de Problemas Brasileiros como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências.
Decreto lei 68.065/71	14/01/1971	Poder Executivo. -Presidente Emílio Médici	Regulamenta o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Art. 2º. É instituída em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, visando a formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade.

continua

Legislação	Data	Autor	Assunto
Resolução 094/71	04/02/1971	MEC-CFE	Vincula o ensino da EMC à preocupação com a segurança nacional, seus valores morais e civismos.
Decreto lei 93.613/86	21/11/1986	Presidente José Sarney	Ficam extintos os seguintes órgãos, integrantes da estrutura do Ministério da Educação: I - o Conselho Nacional de Serviço Social; II - a Comissão Nacional de Moral e Civismo; III - a Coordenação de Ensino Agropecuário (COAGRI); e IV - a Delegacia Regional do Distrito Federal.
Projeto de lei 2.310/91	26/11/1991	Deputado Jório de Barros (autor do Projeto de lei)	Revoga a lei 869/69, que determina a obrigatoriedade de Moral e Cívica. Determina que os conteúdos da disciplina a ser extinta deverão ser incorporados, sob critério das instituições de ensino, dentro das disciplinas de ciências humanas e sociais..
Lei 8.663/93	14/06/1993	Presidente Itamar Franco (Deputado Raul Pont- autor do substitutivo.)	Revoga a lei 869/69, que determina a obrigatoriedade da Moral e Cívica, OSPB e EPB. Determina que os conteúdos da disciplina extinta deverão ser incorporados sob critério das instituições de ensino, dentro das disciplinas de ciências humanas.

LEGISLAÇÃO UFRGS

Legislação	Data	Setor	Assunto
Portaria nº 5	23/03/1971	Grupo de Trabalho da SUPAD	Criação a EPB na UFRGS
Relatório	25/08/1972	Grupo de Trabalho da SUPAD	Criação do Centro Superior de Civismo.
Ato	30/04/1974	ADEPB-RS	Fundação da Associação dos professores de EPB do RGS.
Processo-23078025477/90-75	12/06/1990	PROGRAD	Encaminha a eliminação da EPB na UFRGS.
Processo-23078023291/89-01	06/07/1990	PROGRAD	Encaminha a reestruturação do Departamento de Ciências Sociais. A solicitação teve origem do Departamento de Ciências Sociais.
Resolução 08/91	17/04/1991	COCEP	Elimina a obrigatoriedade universal da EPB na UFRGS
Resolução 09/92	27/05/1992	COCEP	Reestrutura o Departamento de Ciências Sociais, divide o Departamento em Antropologia, Ciência Política e Sociologia, ficando a EPB como residual no Departamento de Ciências Sociais.

Fonte: UFRGS-COCEP, 1992.

A solicitação da extinção da CNMC foi encaminhada pelo Ministro do MEC, Jorge Bornhausen ao Presidente Sarney, que enviou a mesma em 15 de abril de 1986 ao Congresso Nacional, na exposição de motivos, o Ministro destaca que:

A proposição que hora se apresenta, decorre de estudos que vêm sendo realizados no âmbito deste Ministério, com o objetivo de atingir maior eficiência da máquina administrativa [...] o que se deseja realmente é uma racionalização mais persistente dos órgãos centrais da administração, de forma a criar espaço para uma autonomia mais ampla na base.³⁶⁷

Na sequência, Bornhausen argumenta que as atribuições da CNMC seguramente serão absorvidas dentro do MEC com aprovação dos livros didáticos sob o ponto de vista de moral e civismo, por exemplo.

Algumas universidades, entre elas a UFRGS, a Universidade Federal de Viçosa, UFMG, UFRJ e a UnB, eliminaram a EPB antes da decisão do Congresso Nacional em 1993. Tal decisão se deu apoiada na nova Constituição brasileira de 1988, que no seu Artigo 207 define a autonomia universitária dizendo: “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.³⁶⁸ Na consideração desse argumento, houve também o questionamento da imposição do caráter de disciplina da EMC, OSPB e EPB, uma vez que as Diretrizes Gerais do Ensino apenas definem a matéria e não disciplina. Assim sendo, a imposição ocorrida feria a autonomia das universidades, uma vez que estas assim poderiam ensinar e/ou inserir os conteúdos propostos como matéria e não como disciplina. Houve, no processo de extinção, tanto da CNMC como das disciplinas, pouca mobilização, sem consultas ou pesquisas de opinião, por exemplo. Apenas o Conselho de Reitores de Universidades (CRUB) manifestou a sua repulsa à EPB, conforme os registros junto ao parecer, questionando a falta de autonomia e a existência de uma disciplina compulsória nas universidades.

O impacto efetivo desse ensino da EPB, conforme Motta³⁶⁹ é difícil de avaliar: “no caso das universidades, o mais provável é que tenham tido alcance limitado, graças à impopularidade do regime militar e à atração dos valores de esquerda, que seguiu marcante até os anos 1980”. O autor também se refere a jogos de acomodação:

Para os dirigentes e demais membros da comunidade universitária, entre os dois polos, resistência ou adesão, havia possibilidades intermediárias. Muitos procuraram maneiras de se acomodar ao novo sistema de poder, sem que isso significasse, a seus olhos, qualquer compromisso com a ditadura.³⁷⁰

³⁶⁷ BRASIL. Congresso Nacional. **Exposição de motivos nº 78 de 4 de abril de 1986**. Ministro do MEC, Jorge Bornhausen no Projeto de Lei n. 7.445/86 para a revogação do Decreto lei nº 869/69. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid...PL...>. Acesso em: 22 mar.2017.

³⁶⁸ *Id.* **Constituição da República Federativa do Brasil-1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

³⁶⁹ MOTTA, 2014, p.192

³⁷⁰ *Ibid.*, p.310.

Essa estratégia intermediária talvez tenha sido decisiva para que esse “entulho autoritário” fosse mantido nas escolas e universidades brasileiras parcialmente até 1993 em dois governos civis, ou seja, por aproximadamente 8 anos. Mesmo com a extinção da CNMC em 1986, entre resistências e colaborações herdadas da ditadura, uma indiferença perante esse ensino foi vencida com mais força apenas a partir do ano de 1991, quando, ao lado de iniciativas isoladas de universidades, começou a circular na Câmara de Deputados um Projeto de Lei para a revogação do Decreto-Lei nº 869 de 12/9/1969. O Deputado Jório de Barros Carneiro (PCdoB do Espírito Santo) encaminhou o Projeto de Lei nº 2310 em 27 de novembro de 1991, que começou a ser analisado e discutido na Comissão de Educação Cultura e Desporto (CECD) daquela casa parlamentar e, em seu artigo 2º reza:

A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudo de Problemas Brasileiros nos currículos de ensino fundamental, médio e superior, bem como seus objetivos de formação da cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados, sob critério das instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo, às disciplinas da área de Ciências e Sociais.³⁷¹

O referido Projeto de lei foi distribuído na CECD em 24 de março de 1993 para o Deputado Fabio Raunheitti (PTB-Rio de Janeiro) que, em seu parecer favorável, coloca:

A experiência de muitos anos tem demonstrado que aquela disciplina, seja pelo seu caráter compulsório, seja pela forma autoritária com que foi determinada e controlada, seja pelo seu conteúdo ideologizante, não conseguiu senão rejeição por parte dos alunos de todos os graus de ensino. Nada mais necessário senão suprimi-la dos currículos escolares.³⁷²

Mesmo com o parecer do Deputado Fábio Raunheitti, o Projeto de Lei nº 2310/91 recebeu uma emenda substitutiva do Deputado Raul Pont (PT-RS), que não alterou o Projeto, mas aproveita todo o seu conjunto, ou seja, houve a substituição de um texto por outro. O mesmo propõe a revogação do Decreto-Lei nº 869/69 e ao mesmo tempo houve também a eliminação das disciplinas de EMC, OSPB e EPB, determinando a redistribuição de sua carga horária para disciplinas das áreas de ciências humanas e sociais a critério de cada instituição de ensino.

³⁷¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.310 de 1991** do Sr. Jório de Barros –Revoga o Decreto lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que é encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Constituição e Justiça e de Redação em 26 de novembro de 1991. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;...PL+2310/1991>. Acesso em: 16 mar. 2016.

³⁷² UFRGS-COCEP. **Arquivo de Atas, Resoluções do Conselho junto à sua Secretaria**. Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa. Térreo da Reitoria.

O Substitutivo foi aprovado na CECD, foi ao Plenário da Câmara dos Deputados e teve parecer favorável no Senado Federal, do Senador Valmir Campelo (PTB-DF), tendo recebido “urgência, urgentíssima”. O Projeto foi aprovado em todas suas instâncias. Em sua justificativa, o Deputado Raul Pont escreveu:

*A transição política do Regime Militar para o Estado de Direito encerrou-se com a promulgação da Constituição em outubro de 88. Toda a legislação construída durante o período militar e que hoje não se coaduna mais com o espírito da democracia da Constituição de 88, deverá ser revogada o mais rápido possível. Estas disciplinas foram impostas ao currículo escolar pela junta militar em 69. Apesar de termos conhecimento de que um grande número de instituições de ensino e de professores das três disciplinas, procuraram dar a elas um conteúdo crítico e dinâmico, para que os alunos pudessem realmente discutir os problemas do país, não é possível que ainda hoje mantenhamos de pé um decreto de conteúdo autoritário e acrítico na formação da cidadania e no conhecimento da realidade social do país.*³⁷³

O que o deputado enfatiza nessa justificativa é a importância de superar o entulho autoritário, tendo em vista que já nos anos de 1990, o Brasil se encontrava em Estado de Direito. O ensino de EMC e EPB fez parte desse entulho autoritário, mesmo reconhecendo que em escolas e também universidades esse ensino poderia ser crítico e dinâmico, mas o Decreto-Lei nº 869/69 é acrítico e autoritário.

Na votação desse Projeto de Lei na Câmara dos Deputados, houve um voto em separado da Deputada Maria Luiza Fontenele (PT), registrou:

*O Poder executivo argumenta, principalmente, para justificar sua iniciativa, razões de eficiência administrativa, pois as razões da referida Comissão já vem sendo desempenhadas por outros órgãos do governo [...] vale a pena acrescentar que a CNMC foi criada dentro de um contexto político autoritário em nosso País, com objetivos nunca aceitos pelos defensores da liberdade pedagógica. Destaco, outrossim, que estas e outras proposições referentes à educação, já estão contempladas no texto do substitutivo ao Projeto da LDB-em fase final de tramitação nesta casa.*³⁷⁴

O que motivou esse voto em separado da Deputada Fontenele foi que a extinção da CNMC ainda não tinha sido aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Desporto do Congresso Nacional. Apenas foi extinta via decreto-lei pelo poder executivo, faltando a devida aprovação no legislativo. Assim, a deputada contextualiza a eliminação da EMC, OSPB e EPB, lembrando inclusive que o Projeto da nova LDB está em fase final de

³⁷³ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.310 de 1991** do Sr. Jório de Barros –Revoga o Decreto lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que é encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Constituição e Justiça e de Redação em 26 de novembro de 1991. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;...PL+2310/1991>. Acesso em: 16 mar. 2016.

³⁷⁴ *Id.* Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.310 de 1991** do Sr. Jório de Barros –Revoga o Decreto lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que é encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Constituição e Justiça e de Redação em 26 de novembro de 1991. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;...PL+2310/1991>. Acesso em: 16 mar. 2016.

tramitação e, que assim, o Substitutivo está num contexto mais amplo de superação do entulho autoritário.

Assim, em 14 de junho de 1993, o Presidente Itamar Franco assinou a Lei nº 8.663, que revoga o Decreto-Lei nº 869 de 12 de dezembro de 1969. A trajetória da EPB se encerra legalmente nesses 23 anos, seis meses e dois dias, o que trouxe um certo alívio junto às universidades, pelo menos naquelas que já tinham se antecipado à essa eliminação, nos termos da autonomia universitária, baseados no artigo 207 da Constituição de 1988. A Lei nº 8.663/93 assinada pelo Presidente da República Itamar Franco:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
 Art 1º. É revogado o Decreto Lei nº 869 de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País e dá outras providências. Art 2º. A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica de Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados sob critério das instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais. Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 14 de junho de 1993, 172º ano da Independência e 105º da República. Itamar Franco.³⁷⁵

A eliminação da EPB na UFRGS teve o seu início em 12 de julho de 1990, com a abertura de um Processo nº 23070.025477/90-75 que foi encaminhado pela PROGRAD ao Reitor, professor Tuiskon Dick, que encaminhou o mesmo ao COCEP, solicitando o exame da proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e pós-graduação da UFRGS a partir de 1991. Ainda em 1992 as disciplinas de EPB I e EPB II na UFRGS³⁷⁶ tinham súmulas com conteúdos que vinham da ditadura militar e civil brasileira. A origem é do Pró-reitor de Graduação, professor Darcy Dillenburg, sob ofício nº0528/90 e também através do Processo nº 23078.023291/89-01, encaminhou ao Reitor Tuiskon Dick, em 06 de julho de 1990, a solicitação de reestruturação do

³⁷⁵ BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei nº 8.663/93**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

³⁷⁶ Nota: no Catálogo de Cursos da UFRGS de 1992 constam as seguintes súmulas da EPB I e da EPB. HUM 464-EPB I - Introdução doutrinária: desenvolvimento integral e segurança nacional. A constituição. Política e valores transitórios. Justiça social. Problema educacional qualitativo. Visão global da cultura brasileira. Campo político: características da política externa. As instituições: ONU, OEA, Defesa civil e proteção comunitária. Hum 401- EPB II: campo econômico: a economia brasileira, estrutura e funcionamento. As estruturas econômicas contemporâneas. Campo técnico-científico: a ciência e a tecnologia no desenvolvimento integral. Educação e desenvolvimento, campo militar: as forças armadas. Mobilização e informação. Defesa territorial. Soberania, integridade e unidade nacional.

Departamento de Ciências Sociais. E, em 09/08/1990, o Reitor encaminhou esse pedido também ao COCEP.³⁷⁷

Nesse pedido de reestruturação do Departamento de Ciências Sociais, no ofício referido acima, o Prof. Dillenburg faz referência ao Instituto de Ciências Humanas que, ao discutir a reestruturação do Departamento de Ciências Sociais em três Departamentos (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), tem dificuldade em relação à definição do Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, que integra o atual Departamento, conforme declarou Dillenburg no ofício:

O problema levantado nesse contexto enseja o exame da questão sob outro ângulo, a saber: o da relevância da disciplina obrigatória de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) nos currículos de graduação e de pós-graduação da UFRGS [...] hoje em dia, questiona-se fortemente a disciplina de EPB como espaço adequado à reflexão crítica sobre os problemas do País e constata-se acentuado desinteresse dos estudantes pela mesma. Do ponto de vista acadêmico, a disciplina resente-se do fato de não constituir uma área de conteúdo intelectual próprio, o que se reflete, por exemplo, na dificuldade de encontrar canais adequados de qualificação do corpo docente.³⁷⁸

O professor enfatizou ainda que existem na UFRGS outras formas para promover a formação dos estudantes sobre as questões nacionais, isto é, através de disciplinas já existentes e atividades de extensão. Enfatiza também a autonomia didático-científica da Universidade, aludindo que a eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB também contribuirá para o descongestionamento da carga horária dos alunos e da demanda de espaço para aulas, entre outras coisas. Quanto aos professores da EPB, poderiam ser lotados em outros departamentos, de acordo com a sua qualificação. Essa proposta, no COCEP, foi encaminhada à Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e Pesquisa (CDGPEP), que, levando seu Parecer ao Plenário do COCEP, com a Resolução nº 09/92 de 27 de maio de 1992, decidiu pela criação dos três novos departamentos, ficando a EPB como residual no Departamento de Ciências Sociais.

A decisão sobre a eliminação da obrigatoriedade universal da EPB na UFRGS aconteceu em 17 de abril de 1991 através da Resolução nº 08/91 do COCEP, antes da decisão sobre a reestruturação do Departamento de Ciências Sociais. O processo foi aberto antes do processo da eliminação da EPB e ficou em compasso de espera de uma decisão em torno da eliminação. Assim eliminou-se antes a EPB como disciplina no Departamento de Ciências Sociais, para depois resolver o que fazer ou como fazer a reestruturação em andamento do

³⁷⁷ UFRGS. **Arquivo Geral**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/patrimonioarquivistico/.../universidade-federal-do-rio-grande-do-sul;dc>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

³⁷⁸ *Ibid.*

Departamento, o que mostra que era mais fácil eliminar a disciplina e mais difícil decidir o que fazer com os professores da EPB.

Consultando as Atas do Departamento de Ciências Sociais do período (11 de abril a 1º de novembro de 1989), relativas à discussão interna sobre a reestruturação, a reunião na qual as áreas do Departamento de Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Ciência Política se manifestaram a favor da reestruturação foi em 11 de abril desse ano.³⁷⁹ Inclusive, estudaram a proposta de encaminhamento na qual seriam juntadas as três áreas. A reunião não teve a presença de professores da EPB (conforme a lista de presenças), tendo sido tratado inclusive um processo referente a um dos professores da disciplina, que envolvia um abaixo assinado de alunos da turma K de EPB II, solicitando a substituição do docente, devido a fatos desagradáveis ocorridos em sala de aula. Somente em 16 de agosto de 1989 (conforme a Ata nº 10/89), o Setor de EPB apresentou uma proposta pleiteando, conforme a reestruturação sugerida, ser incorporado no possível futuro Departamento de Sociologia. A própria Sociologia trouxe regras para essa possível incorporação, na qual os professores deveriam ter formação em Sociologia e serem docentes na área de sociologia ou terem projetos de pesquisa aprovados pela Câmara de Pesquisa (V Câmara) ou outros órgãos de fomento de pesquisa. Foi sugerido também que fosse criada junto à PROGRAD uma coordenadoria para a EPB, a exemplo de outras universidades. Foi levantada, inclusive, a questão se existiria afinidade da Sociologia com a EPB, ou se caberia existir na Universidade um Departamento de uma só disciplina, caso a alternativa de incorporação não ocorresse e fosse criado um Departamento de EPB. Foi marcada, na reunião, uma audiência com o Pró-reitor de graduação para tratar do assunto, registrado na Ata 11/89 de 29 de agosto de 1989: “O senhor Pró-reitor, embora tenha decretado não possuir opinião formada na criação do Departamento de EPB, sugeriu a apresentação pelo Departamento de alternativas e do encaminhamento da questão devidamente priorizadas”.³⁸⁰

Na sequência, o debate continua em torno da criação de um Departamento e/ou Coordenadoria de EPB na PROGRAD (Ata nº 012/89). Em 05 de outubro de 1989, ocorre uma nova reunião do Departamento, na qual a referida questão é colocada em votação, tendo vencido por 05 votos a 01 a criação de uma Coordenadoria junto à PROGRAD (Ata nº 014/89). Em 1º de novembro de 1989, a Coordenadora da EPB, professora Lirian Furtado,

³⁷⁹ UFRGS. Arquivo Memorial do IFCH. Atas do Departamento de Ciências Sociais. Caixa 03. **Atas de nº 04, 010, 011, 012, 014, 015 de 1989** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁸⁰ *Id.* Arquivo Memorial do IFCH. Atas do Departamento de Ciências Sociais. Caixa 03, **Ata nº 011/89**, p. 2 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

solicitou o encaminhamento de orientações acerca do preenchimento da ficha na qual os professores de EPB poderiam definir em que Departamento pretendiam ser lotados. O Departamento encaminhou o pedido para a direção do IFCH (Ata 015/89). A antiga dicotomia entre o Departamento de Ciências Sociais e a PROGRAD envolvendo a EPB desde a sua criação apareceu também aqui na definição de sua eliminação, qualquer professor da Universidade precisaria ser lotado em um Departamento, mas foi decidido que fosse por uma Coordenadoria para os professores da EPB. Onde seriam lotados?

Em 1984, a relação de professores de EPB existente e arquivada junto ao Departamento de Ciências Sociais é formada por doze professores, que trabalhavam em cinco lugares diferentes na Universidade, como no Campus do Vale, na no curso de Biblioteconomia, no Instituto de Física, na Agronomia e no Direito. Foram atendidas cinquenta e duas turmas, sendo que, vinte e oito alunos de HUM 401-EPB I; vinte e cinco de HUM 464-EPB II e nove de HUM 468 (para turmas dos pós-graduação). Na média, cada professor atendia quatro turmas. Atuaram nesse semestre os seguintes professores: Egon Steyer; Zely Corrêa de Moraes; Alcides Gênero; Claudino Brusamarelo; Celses Português Soares; Stella Andreatta; Marília Becker; Marisa Lima Menke; Vasco Luiz Miglioransa e Lirian Fetter Furtado; Almiro Petry e Lilian Gama. Dessa lista de onze professores, sendo sete professoras e de cinco professores, quatro atuaram no ano de 1980, conforme o quadro apresentado anteriormente. Foram os professores Egon Steyer, Claudino Brusamarelo, Vasco Miglioransa e Lirian Fetter Furtado. Então de 1980 a 1985 a EPB se reduziu de treze professores para onze, sendo contratados em 1985, sete professores novos.

A eliminação da EPB na UFRGS teve parecer do professor Roberto Costa Fachin, membro da Comissão de Legislação, Regimento e Recursos parecer 49/90 de 13 de dezembro de 1990.³⁸¹ Em quatro meses e quatro dias, o plenário do COCEP terminou a discussão e decidiu pela eliminação da EPB.

No parecer, o professor Fachin faz um relatório inicial como relator e membro da CLRR do COCEP, tendo como colegas na Comissão os professores Claudio Scherer e Victoria Elnecave Herscovitz. Conforme já constou na solicitação feita pelo Pró-reitor e pelo Reitor, a principal justificativa para a eliminação da obrigatoriedade universal da EPB nos cursos de graduação e de pós-graduação está na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207. Consta também que a Comissão recebeu uma solicitação no mesmo sentido da PROPESP (Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa) e da Comissão de Carreira de

³⁸¹ UFRGS-COCEP. **Arquivo de Atas, Resoluções do Conselho junto à sua Secretaria.** Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa. Térreo da Reitoria.

Agronomia. De início, a Comissão, partindo do estudo do conceito de autonomia da Universidade, buscou o entendimento do assunto junto ao CFE, que em seus pareceres 634/89 e 636/89, estabelece limites em torno da liberdade universitária, enfatizando que a mesma já existia anteriormente, não tendo sido criada pela Constituição de 1988 e, que a mesma permitia à Universidade instituir procedimentos próprios, desde que não houvesse incompatibilidade com as leis federais.

Na sequência, a Comissão efetuou uma pesquisa junto a outras universidades sobre eventuais encaminhamentos em torno da eliminação da EPB. Iniciou mencionando a experiência realizada na Universidade Federal de Viçosa que, em 07 de junho de 1988, extinguiu o oferecimento da EPB, facultando aos estudantes da Universidade participar de vinte eventos oficializados pela coordenação da EPB, devendo ser cada um na média de uma hora e meia. Caberia ao aluno escolher dentro da programação de eventos do semestre aqueles aos quais interessaria assistir. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi aprovado em 20 de julho de 1989 documento em torno da autonomia da Universidade, que definiu que a partir do segundo semestre de 1989 se tornaria facultativa a presença da disciplina de EPB nos currículos, sem diminuir a importância dos estudos em torno da problemática nacional e regional. Deveriam os cursos estimular experiências comunitárias através de práticas extra-classe e projetos de extensão. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) extinguiu em 12/9/1990 a obrigatoriedade das disciplinas de EPB I e EPB II, determinando a redução, em todos os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação, do número de créditos obrigatórios correspondentes para fins de integralização curricular.

Assim, Fachin desenvolve o parecer mencionando que:

A forma não está desligada do conteúdo e que a questão central a ser enfrentada é o inequívoco caráter autoritário que permeia o contorno desta disciplina e que a extinção da disciplina representa um ritual de passagem necessário à democratização da Universidade e à consagração de sua autonomia didático-científica contida no Art. 207 da Constituição Brasileira.³⁸²

A Universidade de Brasília (UnB) não extinguiu simplesmente a EPB, mas, através da Resolução 31/90 (25/11/1990), argumenta que inexistente especificação legal que determine a forma de atendimento da exigência de estudos de problemas brasileiros no ensino superior. Optou a UnB, assim, pela forma de créditos concedidos para atender à exigência legal de Estudos de Problemas Brasileiros. O argumento usado foi de que, inexistindo a exigência

³⁸² UFRGS. Arquivo Geral. **Processo nº 23078.025477/90-75**. Assunto: PROGRAD encaminha proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRGS a partir de 1991.

legal da imposição da EPB e considerando a autonomia constitucional da Universidade, ela pode decidir sobre os modos de cumprimento da exigência de estudo sobre problemas brasileiros. Tendo em vista as perspectivas do país definidas pela Constituição de 1988, a Universidade reconheceu que a participação ampliada do cidadão tem como base o fato de que este, por sua própria inserção na sociedade, convive com os problemas brasileiros e é sobre eles capaz de tomar decisões, pois as disciplinas dos cursos da Universidade não estão isoladas dos problemas nacionais. Assim, a UnB atribuiu créditos a todos os estudantes de graduação e pós-graduação na forma de créditos concedidos.

No citado Parecer, o Prof. Fachin destacou inicialmente que, com o Decreto-Lei nº 869/69, os ministros militares e a Junta Militar que ocupava a Presidência da República usaram as atribuições a eles conferidas pelo Artigo 1º do Ato Institucional nº 12, combinado com o parágrafo 1º do Artigo 2º do Ato Institucional nº 5, ou seja, decisões com viés extremamente autoritário. Continua registrando que a EPB, como complemento da Moral e Cívica possui relação com a mesma, estando subordinada à CNMC e tendo seus parâmetros em termos de currículos, programas e metodologia, estabelecidos por esta. Tanto o Decreto-Lei nº 869/69 com o Decreto-Lei nº 68.065/71 trouxeram um conteúdo de educação moral e cívica, culto à Pátria e patriotismo, entres outros parâmetros de civismo, que foram, na verdade, ditados pelo Estado. Lembra ainda que o CFE, em 1984, com a Resolução nº 04 flexibilizou a fixação de carga horária para a EPB nas universidades e a programação de conteúdos, não sendo estabelecido um conteúdo único, um catálogo imutável e inflexível de assuntos visando à problemática nacional. Ainda conforme o Parecer que cada universidade pode conceber seu programa particular, tendo em vista a natureza dos próprios estudos acadêmicos ou profissionais dos alunos e o futuro desempenho na comunidade. É lembrado também por Fachin que o CFE não fixou horas semanais para a EPB e que já em 1976, no Parecer 2068/76, ao baixar normas disciplinadoras para o Decreto-Lei nº 869/69, argumentava que o ensino de Educação Moral e Cívica não está em crise por falta de leis, mas por possíveis insuficiências em três dimensões: a de atividades, a de disciplina e a de processo educativo incidental.

Outro ponto lembrado por Fachin foi a importância excessiva dada, a partir de 1969, aos dois primeiros enfoques citados acima e o abandono e minimização do terceiro. O terceiro enfoque daria uma oportunidade para que o ensino da Educação Moral e Cívica emanasse de todo o trabalho escolar, em classe e fora dela, “com a participação ativa dos jovens em movimentos de ação comunitária, que envolvessem a solidariedade humana e o conhecimento da problemática social” com o estudo do tema da problemática brasileira podendo ser de

escolha do aluno. Sobre a denominação da EPB como disciplina, afirma que “melhor ficaria se, em vez de Estudos de Problemas Brasileiros, assumisse a forma de Estudos Brasileiros”.³⁸³ Outros pontos enfatizados foram que a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros assume caráter doutrinário, moral e cívico, e que nos pronunciamentos do CFE e nas decisões das universidades que extinguiram a obrigatoriedade das disciplinas de EPB, acentuava-se a conveniência do abandono de fórmulas rígidas, estritas, focadas em disciplinas e atividades, em detrimento de processo no ensino incidental, conforme consta no Parecer do CFE 2068/76. Estaria amadurecendo uma discordância básica à origem da obrigatoriedade de Educação Moral e Cívica sob a forma de EPB no ensino superior.³⁸⁴

Outro aspecto importante na argumentação de Fachin é que, segundo ele, a “atenção dada à disciplina de EPB pelo Governo Federal e, em consequência, pelo CFE, é extremamente díspar com a atenção dada a outras disciplinas”, e que o CFE definia no atendimento de normas de diretrizes e bases dos currículos mínimos dos cursos as matérias e não disciplinas. Assim, o novo contexto dos estudos nas universidades após a Constituição de 1988 seria diferente, mas com perspectivas democráticas concretas: “a educação para a cidadania, implícito na educação moral e cívica, representa contexto substancialmente diferente daquele em que se estabeleceu o Decreto-Lei 869/69”.³⁸⁵

Por fim, Fachin conclui no Parecer que há um desequilíbrio legal entre a legislação federal no tocante à autonomia universitária, levando em conta o novo contexto pós Constituição de 1988 e que, baseado em pareceres do CFE, a EPB pode ser incluída na Legislação dos currículos mínimos, se tornando assim matéria e não mais disciplina. A EPB possuía caráter autoritário, sendo dessa forma imposta como disciplina junto aos cursos das universidades e, tendo em vista a reafirmação da autonomia universitária no momento em questão, não caberia mais um catálogo imutável de problemas que possuíam um caráter unificador para os cursos. Realça, ainda, a autonomia didático-científica, afirmando que a nova Constituição apenas admite a legislação anterior a ela no que lhe for compatível: o Decreto-Lei nº 869/69 era incompatível com o que estabelece a Constituição brasileira de 1988 em termos de autonomia universitária e por via de consequência na sua autonomia didático-científica.

³⁸³ UFRGS. Arquivo Geral. **Processo nº 23078.025477/90-75**. Assunto: PROGRAD encaminha proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRGS a partir de 1991. Parecer 49/90, 1991, p.7.

³⁸⁴ *Ibid.*, p.13.

³⁸⁵ *Ibid.*, p.14.

O Parecer foi aprovado por unanimidade em 17 de abril de 1991, sendo formulada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO N° 08/91

O Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa em sessão de 17.04.91, tendo em vista o constante no processo n° 23078.025477/90-75, nos termos do Parecer n° 49/90 da Comissão de Legislação, Regimento e Recursos

RESOLVE

1 - que ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS integre como matéria, e não mais como disciplina, o currículo dos cursos superiores da UFRGS;

2 - que a definição das disciplinas ou atividades que atendam às exigências de discussão e vivência de problemas brasileiros deve ser atribuída a cada Comissão de Carreira e às Comissões Coordenadoras dos Cursos de Pós-Graduação, com a aprovação das respectivas Câmaras.

Porto Alegre, 17 de abril de 1991

Tuiskon Dick - Reitor.³⁸⁶

Na sessão do COCEP de 17 de abril de 1991, conforme consta na Ata n° 341, a situação dos alunos que já cursaram ou que estão cursando as disciplinas de EPB ficaria inalterada até que as Comissões de Carreira decidissem diferentemente. Fachin sustentou que cada curso poderia decidir em torno do que achasse mais conveniente e lembrou que a autonomia universitária tornara-se fato de acordo com a Constituição, mas já existia com a Lei n° 5.540. O Reitor, Tuiskon Dick, esclareceu em relação aos professores que a situação ficaria se adequando com o desenrolar do processo de decisão das Comissões de Carreira e que a matéria não precisaria conter o nome de Estudos de Problemas Brasileiros, mas as Comissões de Carreira teriam que submeter às Câmaras informando em quais as disciplinas que, dentro de seu currículo, atenderiam o requisito de discussão dos problemas brasileiros. Quando perguntado à Comissão-CLRR (Comissão Legislação, Regimento e Recursos), a professora Victória Elnecave Herscovitz esclareceu que um grande número de cursos de pós-graduação gostaria de extinguir a disciplina e que outros conseguiram dar à disciplina um caráter mais ligado ao próprio curso. Afirmou também, que a adaptação na pós-graduação seria fácil. Foi trazido também que o Departamento de Ciências Sociais, que possuía a lotação dos professores de EPB, estava discutindo a divisão do Departamento em três setores: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, com a colocação dos professores sendo feita por área ou conforme a sua formação de graduação. Ainda, foi colocado pela professora Victória que a solução desse problema deveria passar por uma fase de transição. O Parecer foi aprovado por unanimidade.³⁸⁷

³⁸⁶ UFRGS. Arquivo Geral. **Processo n° 23078.025477/90-75**. Assunto: PROGRAD encaminha proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRGS a partir de 1991. Parecer 49/90, 1991, p.17.

³⁸⁷ UFRGS-COCEP. **Arquivo de Atas, Resoluções do Conselho junto à sua Secretaria**. Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa. Térreo da Reitoria.

Paralelo á eliminação da obrigatoriedade universal da EPB na UFRGS ocorreu o processo de reestruturação do Departamento de Ciências Sociais, com a criação dos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Essa iniciativa envolvia diretamente o Setor de EPB junto ao Departamento de Ciências Sociais, como já vimos anteriormente. O Departamento de Ciências Sociais decidiu, em reunião de 05 de outubro de 1989 dividir em três setores. Em 06 de junho de 1990, a PROGRAD recebeu a comunicação da decisão do Departamento e a reestruturação ficou na espera da decisão em torno da eliminação da EPB, que efetivamente ocorreu em 17 de abril de 1991. Assim, veio ao Plenário do COCEP, em 16 de abril de 1992, a solicitação de reestruturação e criação dos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Conforme consta na Ata da II parte da sessão 351 do COCEP, Processo n° 23078.023291/89-01 do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, o Prof. Adolar Koch procedeu a leitura do Parecer n° 05/92 da Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e Pesquisa, (CDGPEP).³⁸⁸

A proposta explanada pelo Pró-reitor de graduação, professor Darcy Dillenburg em ofício dirigido ao Reitor fazendo o encaminhamento ao COCEP, tendo recebido o expediente do Departamento de Ciências Sociais, vincula ao plano a questão sobre o destino a ser dado ao setor de Estudos de Problemas Brasileiros sugerindo que no expediente a questão da reestruturação deveria ser examinada sob outro ângulo, qual seja, o da relevância da disciplina obrigatória de Estudos de Problemas Brasileiros nos currículos de graduação e de pós-graduação da UFRGS.

Dillemburg relatou que a atual disciplina com origem no Decreto-Lei n° 869/69 e regulamentada em 1971 pelo Decreto n° 68.065/71, preconizava, através de seus documentos legais, a criação de uma disciplina formal de Educação Moral e Cívica como corpo sistemático de doutrina a ser transmitida através de aulas regulares e obrigatórias. O Pró-Reitor também destacou que o Parecer n° 94 do CFE, de 04/02/1971, normatizou o desdobramento da Educação Moral e Cívica em disciplinas nos vários níveis de ensino e que, a nível superior, esse desdobramento conduziu à implantação de EPB. Assim, a disciplina de EPB estaria sendo fortemente questionada como espaço adequado à reflexão crítica sobre os problemas do País, o que se refletia, por exemplo, na dificuldade de encontrar canais adequados de qualificação do corpo docente. Ainda de acordo com Dillemburg existiriam nas Universidades outras formas de promover a formação e suprir essa necessidade dos estudantes

³⁸⁸ Nota: Como Presidente da III Câmara das Ciências do Homem do COCEP, integrei a Comissão como membro do COCEP. Os Presidentes das Câmaras tinham titularidade nos dois Conselhos Superiores da Universidade, COCEP e CONSUN. O parecer tinha sido feito pelo colega Fernando Lopes antes da minha chegada e me coube fazer a leitura do parecer já elaborado.

sobre questões nacionais, como as atividades de extensão, que não existiram na época da criação da EPB. A competência para deliberar sobre essa questão estava em sua autonomia didático-científica e, diante disso, Dillemburg sugeriu ao Reitor levar ao COCEP a proposta de eliminação da obrigatoriedade universal da disciplina de EPB a partir de 1991, nos cursos de graduação e pós-graduação, propondo que os professores da disciplina pudessem ser lotados em outros departamentos de acordo com sua qualificação, o que poderia trazer uma expansão de vagas nos departamentos contemplados.

Com base nesse encaminhamento, o COCEP recebeu a proposta e após ter lido o parecer da Comissão, passou a analisá-la e debater a questão. A ata 351 registrando o debate indica que a maior preocupação dos membros do Conselho Superior era o destino dos professores da EPB, uma vez que a disciplina já virara matéria em 17/4/1991. Em relação à reestruturação e à criação dos três novos Departamentos, não surgiram objeções. Por fim, após amplo debate, o Prof. Fachin solicitou vistas ao processo, que foi regimentalmente concedida pelo Reitor, Presidente da sessão. Na sessão de 30 de abril de 1992, conforme a Ata 352 do Cocep, o tema volta ao plenário e há um novo pedido de vistas do acadêmico José Antonio Bertotti Junior, que igualmente foi concedido e, em 27 de maio de 1992, conforme consta na Ata n° 354 do COCEP, as vistas dos conselheiros voltam e Fachin sugeriu que os professores do setor de EPB ficassem em situação residual, até o momento em que os cursos de graduação e pós-graduação fizessem a reformulação curricular, tendo em vista a já eliminada EPB na UFRGS.

Depois, haveria a extinção desse Departamento residual nas Ciências Sociais, possibilitando a gradual relotação dos professores. O estudante da UFRGS Bertotti Junior, ao ter levado o processo junto aos estudantes e ao Departamento de Ciências Sociais, concordou com Fachin em seu parecer de vistas. O Parecer da Comissão foi aprovado com vinte votos a favor e duas abstenções. Houve uma declaração de voto do professor Israel Roisenberg que, ao proferir o mesmo, concordou com a criação dos três novos departamentos, mas achava condenável que se mantivesse o Departamento de Ciências Sociais como residual só porque poderia haver a possibilidade de professores de EPB que não quisessem se deixar absorver por outros departamentos. Roisenberg registrou ainda que fazia essa declaração de voto por não poder apresentar nenhuma proposta alternativa, por absoluta falta de opção.

Assim, o COCEP definiu o destino dos professores da EPB na UFRGS, publicando a Resolução 09/92 em 27 de maio de 1992:

O Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa, em sessão de 27/05/92, tendo em vista o constante no processo nº 23078.023291/89-01, nos termos do Parecer nº 05/92 da Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e da Pesquisa e de acordo com o aprovado em Plenário

RESOLVE

1- aprovar, no mérito, a criação de três Departamentos: departamento de Sociologia, Departamento de Ciência Política e Departamento de Antropologia, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

2 - que o Departamento de Ciências Sociais permanecerá em situação residual até que haja nova decisão sobre o assunto.

Porto Alegre, 27 de maio de 1992.

Tuiskon Dick

Reitor.³⁸⁹

Paralelamente aos rumos da EPB na Universidade, em especial junto ao COCEP, houve a resistência da Coordenação do Setor de EPB da UFRGS para evitar a eliminação da disciplina junto ao COCEP e junto ao Congresso Nacional. A Coordenação se mobilizou fazendo um parecer com o recurso em 13 de maio de 1991, a ser encaminhado ao CONSUN, instância recursal do COCEP. O mesmo foi elaborado pelo Dr. Couto e Silva, advogado, pedindo a revogação da decisão do COCEP, que seria, no caso, a anulação da Resolução nº 08/91. O mesmo foi dirigido ao Reitor da UFRGS com a argumentação que a obrigatoriedade da EPB é assegurada por lei e por decisões do CFE, proferidas mesmo depois da Constituição de 1988.

O Parecer do recurso contesta a decisão do COCEP, no caso a Resolução 08/91, em especial considerando os seguintes tópicos: Que o COCEP não pode eliminar a “característica de obrigatoriedade universal” de EPB, porque é instituída pelo Decreto-Lei nº 869/69 e 68.065/71; que o argumento da autonomia universitária não significa independência, devendo a Universidade obedecer as leis federais vigentes, no caso as que regulamentavam a EPB como disciplina; que transformar a EPB de disciplina para matéria nos currículos dos cursos da UFRGS seria ilegal; que o Decreto-Lei nº 869/69, que institui a disciplina em caráter obrigatório, cita em seu art. 3º: “A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa será ministrada, com apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização”.³⁹⁰ O parecer também analisa conceitualmente a diferença entre disciplina e matéria: disciplina tem um programa próprio, que exige avaliação de aprendizagem e matéria é um conjunto de conhecimentos, convencionalmente limitado, que pode ser estudado e distribuído em uma ou mais disciplinas, por exemplo. Ao transformar a EPB em matéria, o

³⁸⁹ UFRGS-COCEP. **Arquivo de Atas, Resoluções do Conselho junto à sua Secretaria.** Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa. Térreo da Reitoria.

³⁹⁰ UFRGS. Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. Pasta: extinção da EPB, p.5. **Recurso Couto e Silva.** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

COCEP gerou uma confusão, pois, mesmo sendo matéria, deveria constar no Currículo dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação com a denominação Estudos de Problemas Brasileiros. Assim refere Couto e Silva:

A não ser que o COCEP queira, mais uma vez, de forma intempestiva e exorbitante, atropelar a legislação em vigor vigente [...] porque pelo art. 2º da Resolução nº 08/91 o COCEP atribui a cada Comissão de Carreira e às Comissões Coordenadoras de Cursos de Pós-graduação, a tarefa de definir as disciplinas ou atividades que atendam às exigências da discussão e vivência de problemas brasileiros.³⁹¹

Esse Recurso não foi encaminhado pelo Reitor ao CONSUN. A coordenadora da EPB, professora Lirian Furtado, encaminhou outro ofício (assinado também pelo advogado Paulo do Couto e Silva) ao Reitor Professor Tuiskon Dick em 19 de junho de 1991, mais de um mês depois de ter encaminhado o Recurso acima, no qual diz que tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei de autoria do Deputado Raul Pont, postulando a revogação de Decreto-Lei nº 869/69. Continua a coordenadora:

A tramitação desse Projeto implica o necessário reconhecimento de que somente pela via legislativa é possível afastar a vigência daquele citado decreto, não sendo, portanto, admissível fazê-lo por deliberação administrativa, como pretendeu o COCEP. Já se sabe, de outro lado, que o curso do Projeto não será tranquilo. Se é verdade que muitas decisões da fase revolucionária, compõem o chamado entulho autoritário, que é preciso eliminar, algumas têm a seu favor destinação meritória, como aquela que visa a dar à juventude brasileira o melhor conhecimento do nosso País. Assim, para que não recaia sobre V. Ex.^a a responsabilidade de haver negado aos nossos estudantes o estudo dos seus problemas, antes que o Congresso, no uso de sua exclusiva competência constitucional, decida sobre a matéria – como sempre tem opinado o preclaro Conselho Federal de Educação, requer a V. Ex.^a Magnífica se digne suspender a decisão do COCEP até que o Parlamento Nacional se pronuncie sobre a questão, ou, quando menos, até que se manifeste, em grau de curso, o Egrégio Conselho Universitário”.³⁹²

O apelo feito ao Tuiskon Dick tinha a intenção de propor a contenção da decisão do COCEP, lembrando que a decisão em torno da eliminação caberia ao Congresso Nacional, e que em grau de recurso, o Conselho Universitário poderia revisar a decisão em questão. O argumento poderia ser acolhida pelo Reitor, tendo em vista a importância do ensino de EPB para a juventude, que oportunizara o estudo dos problemas do Brasil. Poderia o Reitor assim suspender a decisão do COCEP e esperar a decisão no Congresso Nacional.

³⁹¹ UFRGS. Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. Pasta: extinção da EPB, p.5-6. **Recurso Couto e Silva** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

³⁹² *Id.* Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. **Documento avulso** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

O Reitor não suspendeu o que o COCEP decidiu e nem encaminhou a solicitação de Recurso ao CONSUN. As Comissões de Graduação começaram a fazer a liberação de estudar EPB e de sua substituição por outras disciplinas de seus currículos, nas datas conforme consta na tabela da inclusão e exclusão da EPB na UFRGS, tendo a maioria das Comissões o feito em 1994. Na grade curricular dos cursos, uma tabela de liberação entre disciplinas foi usada tecnicamente para liberar os estudantes de cursar a EPB, na qual foi informada a disciplina ou disciplinas que correspondiam à matéria da EPB.

No Arquivo da coordenação do setor da EPB, ficaram registradas algumas iniciativas e manifestações de Deputados que responderam a um expediente encaminhado pela Coordenação da EPB da UFRGS a eles, no sentido de não aprovar o Projeto lei (Substitutivo) do Deputado Raul Pont. Assim, conforme um documento foi arquivado, realizaram uma reunião com o Deputado Raul Pont no dia 06/07/91, na Avenida Venâncio Aires, em Porto Alegre, para analisar o Substitutivo do Deputado. Participaram professores universitários da UNISINOS, PUCRS, UFRGS, Faculdade Porto-alegrense e outras IES, conforme o documento. O objetivo, conforme consta no documento foi de pedir a retirada do Substitutivo, com as seguintes justificativas: a demissão em massa de professores qualificados de EMC, OSPB e EPB; a eliminação de um espaço democrático duramente conquistado nos sistemas de ensino e a perda de estudos humanísticos e cívicos. O último item do documento entregue ao Deputado na reunião afirma:

A transferência do objetivo formador da cidadania e do conhecimento da realidade brasileira para as disciplinas da área de ciências humanas e sociais constituir-se-ia num risco bem maior de não alcançar os objetivos mencionados que eventuais perdas que hoje ocorrem.³⁹³

A seguir as manifestações de deputados respondendo para a Coordenadora da EPB da UFRGS por meio de telegramas e cartas disponíveis no Arquivo da Coordenação da EPB: telegramas do Deputado Cunha Bueno (PDS), dizendo estar atento ao problema; do Deputado Celso Bernardi (PDS), se dizendo contrário à proposta do Dep. Raul Pont (PT); do Deputado Max Rosenmann (PMDB), afirmando que dará especial atenção ao caso e, cartas no período de 19 de julho até 02 de agosto de 1991, do Deputado Mendes Ribeiro (PMDB), acusa o recebimento da correspondência; da Deputada Angela Regina Heinzen Amim Helou (PDS), registrando o recebimento; do Deputado Dejanir Dalpasquale (PMDB), parabenizando a manifestação da coordenação da EPB da UFRGS; do Deputado Armando Costa (PMDB),

³⁹³ UFRGS. Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. **Documento avulso** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

manifestando sua posição contrária e afirmando que considerava a importância da disciplina para a formação de uma consciência patriótica e manifesta o seu empenho para a permanência da mesma; do Deputado Nelson Morro (PDS), dizendo que o assunto receberá dele a melhor atenção; do Deputado Antonio Britto (PMDB), prometendo considerar a correspondência no momento oportuno “conte comigo!”; e do Deputado Inocêncio Oliveira (PFL), afirmando que dispensará especial atenção para o referido assunto.

A Coordenação também recebeu o retorno da Secretaria Federal de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, por meio da Chefe de Gabinete Ivete Lund Viegas, dizendo que a matéria estava sendo acompanhada pelo Ministério da Justiça, uma vez que entendiam ser a propositura contrária ao interesse público. Ou seja, as respostas foram obtidas via telegramas, cartas, enfim, pela EPB da UFRGS, com o objetivo de combater a decisão do COCEP eliminando a EPB, trouxeram um compromisso dos deputados bastante formal, dando a sua atenção à causa ou se dizendo contrários.

Resumindo, a eliminação da EPB teve os seus passos iniciais em 1986, com a extinção da CNMC, no contexto pós-ditadura militar e civil brasileira, quando surgiu a necessidade de acabar com o chamado entulho autoritário. O processo todo que envolveu a eliminação legal da EPB se encerrou em 1993, com a aprovação do Substitutivo do Deputado Raul Pont no Congresso Nacional.

Nas universidades, já havia as iniciativas visando a eliminação da disciplina ia acontecer de forma própria, em especial através de seus conselhos superiores, se valendo da Constituição de 1988, especificamente em seu artigo 207, que definiu a autonomia universitária. Com isso, a EPB enquanto disciplina começou a ser questionada e algumas universidades se adiantaram na sua eliminação. A UFRGS transformou a EPB em matéria em 1991, podendo a mesma se equivaler com matérias afins já existentes nos currículos. Os créditos da disciplina de EPB foram assim liberados; na UFRJ, por exemplo, foram concedidos aos estudantes com a redução dos créditos das disciplinas de EPB nos currículos; já na UnB houve uma simples exclusão da EPB. Mas, no geral, as universidades deixaram a EPB nos currículos até 1993, quando ocorreu sua eliminação pelo Substitutivo no Congresso Nacional.

Na UFRGS, a retirada da EPB dos currículos teve a principal iniciativa em sua Pró-Reitoria de Graduação, que teve como aliado o Departamento de Ciências Sociais, que tomou a iniciativa de sua reestruturação em 1990, desmembrando-se em três departamentos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Como o Setor de EPB fazia parte desse departamento, haveria assim uma separação ao natural. A PROGRAD, então, entendeu que

deveria tomar a iniciativa de eliminar antes a EPB como disciplina e depois tratar dessa reestruturação. Assim, em 1991, aconteceu por decisão do COCEP a eliminação da obrigatoriedade universal da EPB na UFRGS, que foi transformada em matéria e, em 1992, o mesmo COCEP decidiu pela reestruturação do Departamento, ficando os professores da EPB no próprio Departamento de Ciências Sociais, caracterizado como residual.

A coordenação da EPB, em um movimento de resistência ao que estava acontecendo na UFRGS, articulou com um Parecer ao CONSUN em nível de Recurso da decisão do COCEP, que eliminou a obrigatoriedade universal da disciplina. A solicitação não foi atendida pelo Reitor e a eliminação não teve continuidade de debates e revisões nos conselhos da UFRGS. Também a mesma coordenação, acompanhando o processo em andamento na Câmara dos Deputados, se mobilizou buscando ter apoio de deputados na sua resistência. Por fim, a EPB na UFRGS terminou de forma definitiva em 1993 com a Lei nº 8.663/93, mas teve a sua pré-eliminação por iniciativa própria desde 1991.

Em termos de conclusão desse capítulo, pode-se dizer que a redemocratização no Brasil a partir de 1985 após o período ditatorial de cunho militar e civil, pode ser percebida como um lento e gradual processo de construir um Brasil diferente, varrendo o que se chamava na época de “entulho autoritário”. Esse processo teve um momento decisivo em 1988 através da Constituição promulgada, que inclusive foi nominada de constituição cidadã. Nesse passo decisivo houve toda uma mobilização no sentido de construir um Brasil dentro de princípios democráticos e de cidadania, o que aconteceu também na esfera da educação e nas universidades. A própria EPB era visto como um “entulho” do autoritarismo brasileiro. Assim universidades se mobilizaram e apoiados no artigo 207 da nova constituição que consagrava a autonomia universitária, eliminaram a EPB dos currículos nos cursos. Foram iniciativas isoladas, como a UnB, e outras liberaram os estudantes da EPB estabelecendo equivalências com outras disciplinas, como a UFRGS e outras universidades não tomaram nenhuma iniciativa nesse sentido. Assim foi fundamental para a eliminação da EPB nos cursos universitários, bem como, a EMC e OSPB nas escolas, a iniciativa na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, que no contexto da discussão da nova LDB, eliminou a EPB, a EMC e OSPB dos currículos nas universidades e escolas. Pode-se dizer que a EPB ao ser eliminada na UFRGS, esteve inserida no contexto mais amplo de outras universidades e, ao mesmo tempo no movimento que acontecia no Congresso Nacional. A UFRGS fez por iniciativa própria a eliminação da EPB com uma solução particular de autorizar a liberação da EPB por outras disciplinas. O que aconteceu de forma antecipatória já em 1991, uma vez que o Congresso Nacional aprovou a eliminação da obrigatoriedade

universal da EPB apenas em 1993. O que revela que a UFRGS foi atenta e dedicada nesse sentido, buscando inserir os seus cursos na nova etapa pós-ditadura militar e civil brasileira e nos rumos da educação brasileira nos anos de 1990.

6 MEMÓRIAS DA EPB NA UFRGS

6.1 UMA NARRATIVA PESSOAL

As minhas lembranças vinculadas à EPB vêm de vários momentos da minha trajetória de vida, não só na UFRGS da EPB, mas também de ter sido aluno da disciplina de OSPB nos anos de 1960 e de ter ensinado EMC em escola de 1º grau nos anos de 1970.

Quando iniciei essa tese de doutorado num primeiro momento me veio a lembrança da minha participação no processo de eliminação da EPB na UFRGS. Participei como membro da Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e da Pesquisa-CDGPEP, que era a Comissão que estudava e elaborava pareceres sobre os temas gerais da área do ensino e pesquisa na UFRGS e os encaminhava ao plenário do Conselho-COCEP para deliberação e aprovação. O parecer sobre a eliminação dessa disciplina já estava pronto quando entrei na Comissão, feito pelo colega Prof. Fachin. O sentimento que tive era que estava participando de uma iniciativa muito importante na UFRGS, de superação de mais um “entulho autoritário” vindo da ditadura militar e civil brasileira, esse, no caso, dentro da Universidade. Quando terminou a ditadura havia muita ansiedade nesse sentido. Também me sentia bem motivado para poder ajudar na consolidação dessa proposta de eliminação de uma disciplina com essa carga impositiva junto aos cursos na UFRGS.

O parecer do Prof. Fachin foi aprovado por unanimidade no plenário do Conselho. Decidiu o mesmo pela liberação da EPB por outras disciplinas nos currículos dos cursos, que poderia ser feita pelas Comissões de Carreira dos cursos de graduação. No entanto, ficou em aberto a preocupação em torno dos professores da EPB. Fiz o encaminhamento da liberação nos cursos de humanas que eu coordenava na Comissão de Carreira, no caso os cursos de História, Ciências Sociais e Filosofia. Não foi difícil a aprovação na Comissão e fazer as liberações pelas disciplinas de EPB, tendo em vista que a mesma também era da área de humanas.³⁹⁴ Mas outros coordenadores se queixavam nesse sentido, uma vez que entendiam que era difícil fazer liberações devido ao perfil técnico dos cursos de graduação que coordenavam, no caso era difícil achar disciplina que tivessem conteúdos afins. Por exemplo, na área de exatas, conforme os colegas, não existiam outras disciplinas de cunho humanístico que poderiam consagrar a liberação. Em algumas conversas com colegas, eles diziam que

³⁹⁴ Liberações: havendo equivalência em conteúdos programáticos entre disciplinas de currículos, tanto entre os cursos na Universidade ou fora dela, a Comissão de Carreira poderia liberar o aluno de cursar certas disciplinas.

pensavam em manter a disciplina de EPB, principalmente porque não havia outra disciplina com conteúdo de humanidades nos cursos que coordenavam. O parecer da eliminação do COCEP não estabeleceu prazo para a liberação e também não era obrigatória a eliminação da disciplina nos currículos dos cursos, a maioria das Comissões de Carreira fez a eliminação apenas quando da aprovação da extinção da EPB, EMC e OSPB pelo Congresso Nacional em 1993. Inclusive houve curso que deixou a EPB ainda até o ano de 1998, no caso, o Curso de Economia. (vide quadro sobre a inserção e eliminação da EPB nos cursos da UFRGS. O que também circulava em conversas entre os coordenadores dos cursos era que a EPB, mesmo tendo havido a unanimidade na aprovação da eliminação no Conselho Superior, que alguns cursos gostariam de manter a disciplina de EPB devido ao seu perfil de humanas e que era uma disciplina que estudava assuntos de atualidades da realidade brasileira. Assim vários cursos deixaram a EPB na sua grade também por esse motivo e poderiam assim oferecer a mesma aos seus alunos, desde que houvesse professor para lecionar. O que aconteceu é que havia poucos professores e a PROGRAD também não apoiava a contratação de novos professores para a disciplina. A solicitação inicial da eliminação da EPB na UFRGS veio ao COCEP enviada pela própria PROGRAD, e o contexto da eliminação e a aprovação da eliminação não permitiria contratações para as disciplinas de EPB I e EPB II, mesmo que alguns cursos assim o desejassem. Assim a disciplina começou a ter dificuldades para funcionar nos cursos da UFRGS, também por essa razão, que foi a não reposição no quadro de professores.

Quando iniciou o processo no COCEP em 1991 em torno da divisão do Departamento de Ciências Sociais em três Departamentos conforme citado anteriormente, me coube sustentar o parecer no plenário como membro da Comissão de Diretrizes Gerais e Prioridades do Ensino e da Pesquisa-CDGPEP. De início me parecia tranquilo aprovar essa divisão departamental, mas a mesma emperrou por um período com várias sessões, solicitação de vistas e bastante polêmica e debates em torno do destino dos professores da EPB. Eles estavam vinculados ao departamento que seria dividido e o destino desses teria que ser definido. Na proposta original da PROGRAD e do Departamento de Ciências Sociais os professores da EPB poderiam optar por outro departamento, considerando a sua formação. Mesmo assim, o Departamento de Ciências Sociais foi dividido e os professores ficaram numa solução provisória dentro do mesmo. Esse foi mantido como residual com os professores da EPB que não migraram para outros departamentos. Lembro-me de muito empenho do Reitor, Prof. Tuiskon Dick para a aprovação dessa proposta de divisão. O que me parecia que havia por parte da Universidade um desejo de atender uma demanda vinda do

Departamento de Ciências Sociais de se dividir, levando em conta as suas áreas de conhecimento já existentes nas pós-graduações. No entanto, a proposta original não levava em conta o Setor da EPB e que a decisão afetaria por tabela esse setor.

A proposta em debate vinda ao COCEP da PROGRAD com origem do Departamento de Ciências Sociais sugeria que os professores fossem absorvidos por outros departamentos levando em conta a formação acadêmica do professor. Assim poderiam ser absorvidos por qualquer departamento, uma vez que a formação era muito diversificada, mas principalmente pelo Departamento de Sociologia que seria criado. Não houve nenhuma manifestação explícita em plenário de professores de EPB. Mas houve o debate amplo nesse sentido, com pedido de vistas ao processo e a decisão final do plenário foi no sentido de manter o Departamento de Ciências Sociais como residual para os professores de EPB. Essa solução trouxe uma nova configuração institucional, que desvinculou a EPB da Sociologia, Antropologia e Ciência Política no IFCH, áreas de conhecimento que formaram desde a origem o Departamento de Ciências Sociais. A EPB tinha sido juntada com seus professores e seu funcionamento a essas áreas. Com a criação dos novos departamentos, definiu-se um novo rumo. Algumas migrações de professores de EPB aconteceram mesmo antes desse processo. Outros continuaram junto ao departamento residual. O que lembro é que havia dificuldades para alguns professores de EPB para migrarem, porque havia a necessidade de aceitação e aprovação da solicitação pelo departamento desejado. A formação do professor era sim um pré-requisito que era importante, mas também pesava nesse sentido de serem os professores da EPB.

A EPB na UFRGS, originariamente e durante o seu percurso foi vinculada ao Departamento de Ciências Sociais, mas funcionava fisicamente no prédio do 1º Ciclo (chamado de Básico), no Campus Saúde. O Departamento de Ciências Sociais funcionou no prédio da antiga Faculdade de Filosofia junto à reitoria até 1977 e depois no Campus do Vale. A EPB funcionava dentro do Departamento de Ciências Sociais como um Setor com a sua coordenação. Em eleições internas no departamento, como eleições para chefe, colegiado, os professores da EPB votavam e tinham o seu peso. Esta vinculação afetava o funcionamento do Departamento de Ciências Sociais. O processo de eliminação da EPB na UFRGS e o processo de divisão do Departamento de Ciências Sociais, com a qual resultou a lotação dos professores da EPB ao Departamento residual de Ciências Sociais e migrações internas para outros departamentos, foram dois passos decisivos que a UFRGS realizou para dar um outro rumo à EPB no início dos anos de 1990. De um lado foi tratada a mudança acadêmica e de outro o destino dos professores da EPB. Participei desses dois processos e pude testemunhar

como a UFRGS encaminhou a sua eliminação da EPB no início dos anos de 1990, que foi de forma gradual até o ano de 1993.

Outra experiência que tive com a EPB foi como aluno nos anos de 1970. Cursei a EPB I na UNISINOS no ano de 1974 e a EPB II na UFRGS em 1976. A EPB I na época fazia parte na UNISINOS do Ciclo Básico, que era o primeiro semestre, com disciplinas básicas para todos os alunos ingressantes na Universidade. As aulas com algumas turmas ocorriam no Colégio Anchieta em Porto Alegre, onde cursei a mesma. A turma era de aproximadamente cinquenta alunos e o professor desenvolvia assuntos em torno da realidade e história brasileira. As aulas eram basicamente expositivas e eram utilizados textos avulsos. O livro de EPB da UNISINOS, não era utilizado como leitura obrigatória. Apenas como uma referência e, essas leituras eram sugeridas pelo próprio professor. Esse livro fazia parte do meu acervo e conforme o assunto da aula me apoiava em leituras do mesmo para acompanhar as aulas. A EPB II cursei na UFRGS na qual dei sequência ao curso de história que já havia iniciado na UNISINOS. Também a turma na UFRGS era enorme e, estudavam numa sala da Faculdade de Medicina no Campus Central. A disciplina foi organizada basicamente a partir do livro de Octávio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Cabia aos alunos a tarefa de escolher um capítulo para resumir e apresentar em sala de aula, além de entregar o resumo. Por exemplo, o livro abordara assuntos como: o preconceito existe, é arraigado e é criado no interior; brancos e negros na formação da sociedade; povo e nação; diversidades raciais e a questão nacional. Escolhi um dos capítulos para a minha tarefa. Achei bem importante esse trabalho principalmente pela importância de Octávio Ianni como sociólogo e os assuntos trazidos a partir do livro para as aulas da EPB II e também para a minha trajetória no curso de história.

A experiência que tive com a OSPB vem de tempos remotos dos anos de 1960, como aluno do antigo Curso Ginásial, posteriormente mudou para primeiro grau. A disciplina era lecionada no quarto ano ginásial, que era o último ano, que se tornou oitava série nos anos de 1970. As aulas de OSPB me oportunizaram conhecer melhor como funcionava o meu país, em termos de organização política e a realidade econômica e social. Isso aos meus 14 anos foi uma semente bem importante na linha da consciência política e valor da cidadania na minha vida. Através das aulas e o livro de OSPB que o professor utilizava e recomendava ler, por exemplo, me permitiu entender melhor como funcionavam os três poderes em Brasília, (Executivo, Legislativo e Judiciário), pude comparar as constituições que o Brasil já teve, etc. Isso para um estudante de Ginásio da época era bem importante, tendo em vista principalmente o contexto político da época do Jango, João Goulart e o Golpe de 1964. É importante lembrar aqui que a OSPB veio para as escolas em 1962 como uma decisão do

CFE, proposta de Anísio Teixeira, via Indicação nº 1 homologada pelo MEC em 24 de abril de 1962, como uma disciplina obrigatória complementar. Visava, conforme consta na Indicação, proporcionar ao aluno, além do estudo do Estado brasileiro, uma ideia adequada da realidade sociocultural brasileira.³⁹⁵ Depois, com o Decreto-Lei que criou a EMC, a EPB, o mesmo decreto manteve a OSPB, que foi ensinada em escolas no 2º grau.

Por sua vez, o ensino de EMC veio quando fui professor em escolas (Escola do Salvador, Colégio de Aplicação da UFRGS e Colégio Anchieta), quando lecionei a disciplina de história entre 1975 e 1980. Isso sendo, após a criação da EMC e EPB em 1969 via Decreto-Lei nº 869/69 e a EMC ocupou o espaço da OSPB no 1º grau, que na verdade não foi extinta.³⁹⁶ A EMC funcionava com um outro perfil, muito mais cívico e com uma influência em termos de ensino na ótica da ditadura militar e civil brasileira e sob comando da CNMC. As escolas não contratavam professor só para a EMC e cabia ao professor de história também assumir essas aulas. Por outro lado, sendo assim, o professor de história tinha mais aulas e poderia melhorar a sua renda. Os professores tinham que separar o conteúdo para ensinar, ficando o conteúdo de história para as aulas de história e ter um programa específico para a EMC, uma vez, que a escola tinha que cumprir a exigência legal. O que me preocupava como professor da EMC era como fazer o balanço entre o que era permitido trabalhar criticamente em sala de aula e o que a EMC exigia, se cumpria as tarefas para não perder o emprego. Numa circunstância nesse contexto de o que ensinar, recebi uma advertência da direção de escola devido as perguntas de pais em torno do conteúdo que desenvolvia na EMC. Na defesa do meu emprego, adotei na sequência um livro de EMC e dediquei, por exemplo, várias aulas ensinando aos alunos a desenhar milimetricamente a bandeira do Brasil, com todos os seus significados.

Livros didáticos eram distribuídos em grande quantidade gratuitamente para as escolas nos anos de 1970, inclusive de EMC. Nós professores recebíamos os mesmos e poderíamos escolher algum para usar em sala de aula. Eram chamados de “livro do mestre” com exercícios no final dos capítulos com as respostas preenchidas nas lacunas. Um livro que recebi e guardei (não utilizei o mesmo em aula porque a OSPB não fazia parte do currículo na escola em 1980, era de Organização Social e Política Brasileira.) Era um livro didático com conteúdos para a sala de aula, não especificando, se era para o primeiro ou segundo grau. Apresenta: Organização Política Brasileira; Sociedade; o Estado; Governo; a Constituição; as

³⁹⁵ BRASILIA. MEC-CFE. **Documenta, nº 3 de março de 1962.** Artigo do Conselheiro Newton Sucupira. CFE. - Após o seu estudo serviu para que surgisse a Indicação nº 1 que cria a OSPB proposta por Anísio Teixeira em 24 de abril de 1962.

³⁹⁶ Nota: a OSPB é mantida no Decreto Lei nº 869/69- artigo 3º para o grau médio das escolas.

Instituições Internacionais e inclui uma parte chamada de especial que é sobre a atualidade e a formação histórica brasileira. De EMC tenho guardado um livro também de 1980 de Avelino Antonio Correa³⁹⁷ com dois volumes para o 1º Grau. Com a bandeira do Brasil na capa, o livro no seu volume 1, por exemplo, propõe conteúdos conforme consta no índice: seja feliz; o combate da vida; arme-se; cuidado com os boabás (boabá é uma árvore milenar, e o item se refere à pessoas ameaçadoras ou perigosas em termos morais); liberdade e responsabilidade; não tem boca mas fala; direitos e deveres; trânsito: o perigo de cada dia; os valores; o irrequieto coração humano; a família; educação e compromisso; passe a bola; patriotismo é isso; Tiradentes, o patrono cívico; folclore, a sabedoria do povo; seja democrata; os objetivos nacionais; Oswaldo Cruz, o saneador; os Símbolos Nacionais; Rondon, o defensor dos índios; datas que falam. O livro utilizava uma linguagem informal, possivelmente para tornar esse ensino de EMC mais atraente. Ao organizar um capítulo, por exemplo, com o título “Cuidado com os boabás”, procurava com essa abordagem mais coloquial inserir um ensino cívico e moral numa visão mais próxima dos alunos. No volume 2, outros assuntos são abordados, mas no mesmo tom, como: ame a si mesmo; a existência de Deus; vale a pena fumar; família, leite e afeto, entre outros assuntos.

Esse ensino teve uma etapa de 1962 a 1969 com a OSPB, depois com a EMC e a EPB até 1993. A própria OSPB só foi extinta em 1993 junto com a EMC e a EPB. No entanto, teve após 1969, menos valor, sendo ofuscada pela EMC. A partir de 1969, a proposta de ensino vinda de cima via decreto-lei da EMC e EPB trouxe no próprio decreto um conteúdo a ser ensinado em sala de aula. A OSPB também definiu conteúdos em 1962, mas não foram ditados via decreto, mas via indicativo do CFE. Por uma razão específica, que possivelmente tinha haver com a realidade em sala de aula, o professor tinha uma certa autonomia em termos de bibliografia, conteúdos e forma de abordagem. Era isto que eu vivi, por exemplo, ao ensinar EMC. O que também senti ao ser aluno da EPB II, quando o professor adotou o livro de Octavio Ianni, “Raças e Classes Sociais no Brasil”. Havia um direcionamento vindo de cima, do Decreto-Lei nº 869/69, passando pela CNMC; pela organização da EPB na universidade; pela sua coordenação e funcionamento como setor e a sala de aula. Mas esse direcionamento também criou teias ou sistemas que coexistiam e se interrelacionavam e permitiam uma autonomia relativa. No caso, como professor de EMC podia também escolher conteúdos para ensinar. Talvez essa sutileza junto ao direcionamento que vinha via decreto-lei para sala de aula era necessária e dava sobrevivência à proposta de ensino imposta. O que

³⁹⁷ CORREA, Avelino Antônio. **Educação Moral e Cívica**. Primeiro Grau. v.1 e 2. São Paulo: Ática. 1980.

vinha de cima, devido ao seu perfil, de ser imposto como ensino com conteúdos programáticos e proposta ideológica. Como professor, fazia escolhas em termos de o que ensinar e como, mas ao mesmo tempo me sentia vigiado. Na UFRGS, como aluno, também sentia essa ambivalência entre ter uma certa liberdade em torno de estudar conteúdos, por exemplo ler Octávio Ianni na EPB II, mas me sentia vigiado devido a verticalidade da proposta desse ensino. Na verdade, penso que a universidade se vinculou à teia superior por uma imposição legal, mas o professor na ponta de baixo do sistema poderia também fazer as suas escolhas em termos de bibliografia e em suas análises da realidade brasileira. Essa ambivalência continha o consentir estratégico com sentimentos de indiferença e também rebeldia. Era bom estudar e ensinar a realidade e atualidade brasileira, mas havia um fio que ligava a teia da sala de aula a uma teia maior, que era o projeto da ditadura militar e civil brasileira.

O valor cívico e de cidadania construído na minha formação nessa trajetória como aluno e professor, deixo aqui nessa narrativa no lugar do questionamento. Não tenho conclusões no sentido restrito do termo. Há muito a dizer sobre esse tema e muito a fazer, e não quero encerrar essa narrativa pessoal, sem fazer a pergunta: como cheguei a esse tema para essa tese? Ter tido aulas de OSPB na minha adolescência, ter sido professor de EMC e aluno de EPB nos anos de 1970 e ajudar no processo de eliminação da EPB na UFRGS, foram situações que me colocaram em contato com a EPB e me ajudaram nesse momento como mais uma possibilidade na minha trajetória cidadã.

Quando da discussão da eliminação da EPB no COCEP no início dos anos de 1990, a EPB era mais conhecida do que hoje em dia, uma vez que a mesma ainda funcionava como disciplina nos cursos. Agora, no período da escrita dessa pesquisa entre os anos de 2015-2018 e até aqui pelo menos, ao conversar com pessoas, poucos se lembram da EPB, mesmo aqueles que cursaram a mesma. Quando fui aluno, nos anos de 1970, o meu sentimento em relação à EPB era de esperar e deixar passar, como se fosse uma resistência silenciosa. Depois, no período da eliminação da mesma na UFRGS, no início dos anos de 1990, essa indiferença silenciosa se transformou na percepção de que “já é possível mudar. Já se podia mudar”. Quero dizer que, a partir da Constituição de 1988, com a autonomia universitária, a EPB como disciplina poderia ser removida e poderia ajudar nesse sentido.

Hoje em dia ao comentar algo sobre o ensino de EPB nas aulas da disciplina de História e Cidadania, que é disciplina do Departamento de História da UFRGS, oferecida para sete cursos na área de humanas, surge com facilidade por estudantes a pergunta: o que é isso, EPB? Ao explicar como professor vem na sequência um [...] ah!! Alguns começam a se

lembrar de algo relativo à disciplina como algum conteúdo, isso, dos que tiveram uma experiência naquela época antes de 1993 quando estudaram em outro curso na Universidade, ou se lembram de alguém que estudou fazendo a disciplina. Com mais facilidade lembram ainda da EMC, talvez pelo seu nome, com as palavras: moral e cívica. Os jovens estudantes do período mais recente, após 1993, depois da eliminação da EPB, não conseguem entender como foi possível existir disciplina com esse perfil e indagam de uma forma perplexa em torno do ensino da EPB. Colegas professores da Universidade contam com entusiasmo passagens suas junto à disciplina como aluno. Quase todos com quem conversei sobre a EPB devido ao tema usado nesse trabalho vinculam o que era a EPB da época da ditadura militar e civil brasileira com o momento atual brasileiro, a partir de 2015. A ruptura institucional, chamada de golpe e a retomada conservadora é vinculada com o período da ditadura e a disciplina de EPB surgiu com muita facilidade como parte dessa retomada.

Nesse contexto, me vem mais um questionamento: o que a EPB e também a EMC tem a ver com isso? Uma onda verde-amarela a partir de 2015 começou a servir de manto para princípios tradicionais em torno da pátria, Deus e família, vindos da tradicional cultura brasileira, muito presente também nos conteúdos propostos pela EPB e também na EMC, no seu período de existência. Várias gerações estudaram nas escolas e universidades na época da ditadura militar e civil brasileira e hoje potencialmente são cidadãos ativos em termos políticos. Hoje em dia, um civismo verde-amarelo, expresso em bandeiras e símbolos, é manifestado como brasilidade verdadeira que salvaria moralmente e civicamente a pátria, com estímulo ao ódio aos ameaçadores dessa pátria, que seriam os chamados vermelhos ou comunistas. É certo que vivemos num novo contexto histórico, sem a guerra fria. No entanto, uma herança em torno do nosso imaginário e identidade brasileira está emergindo não só como algo esquecido, mas necessário para ter visibilidade e assim ser transformado.

6.2 MEMÓRIAS SOBRE A EPB NA UFRGS: ENTREVISTAS

Tendo em vista a possibilidade de resgatar memórias do período em questão, fui buscar entrevistas com pessoas que pudessem trazer lembranças em torno da EPB na UFRGS. A motivação principal para tanto surgiu em torno do fato de que poderia trazer para essa pesquisa, depoimentos relativos aos vários aspectos que emergiram durante a pesquisa.

A escolha dos entrevistados surgiu a partir de possibilidades indicadas pela pesquisa feita junto ao Arquivo da EPB da UFRGS. A entrevistada Ondina Fachel Leal, foi monitora da secretaria da EPB, como estudante do Curso de Ciências Sociais no início dos anos de

1970; René Ernaine Gertz, foi aluno do Mestrado de Ciência Política em 1974-76; Flavio Borella, aluno do Curso de Odontologia participou do Projeto Rondon por duas vezes pela UFRGS em 1974; Maria Izabel Noll, aluna do Curso de História, participou do Projeto Rondon em 1972; Lorena Holzmann, professora do Departamento de Ciências Sociais; Raul Pont, professor e, mais tarde, Deputado Federal que participou da tramitação no Congresso Nacional da eliminação da EPB nos anos de 1990. Essas escolhas de entrevistados poderiam ter sido ampliadas, no entanto, ficou definido apenas esse grupo para essa pesquisa. Durante esse período recolhi conversas com professores e alunos da época da EPB, que me ajudaram na busca da memória da EPB na UFRGS.³⁹⁸ No entanto, limitei as entrevistas em torno desses personagens devido ao tempo e aos objetivos propostos.

Os aspectos que procurei explorar nas entrevistas foram os que poderiam trazer a memória dos entrevistados em torno de sua experiência junto à EPB. Busquei como se sentiam; quais tarefas realizavam; como percebiam o contexto da época, tanto da Universidade como da ditadura; se ele se envolveu em práticas educativas junto à EPB; as percepções em torno do civismo e cidadania; o que lembravam da coordenação da EPB e do coordenador da EPB, o prof. Richter, personagem principal da EPB na UFRGS no início dos anos de 1970; e também como se sentiam dando uma entrevista sobre a EPB em 2018, entre outros aspectos.

Ondina Fachel Leal³⁹⁹ trouxe aspectos que lembrava como estudante do Curso de Ciências Sociais no início dos anos de 1970. Foi monitora junto à EPB, para ela foi uma oportunidade de ter uma renda como estudante. Não havia, conforme ela, oportunidades na universidade para uma pequena renda para estudantes, como bolsas e monitorias. A monitoria de EPB era uma das poucas oportunidades de trabalho que havia na Universidade. Conforme Ondina, ser monitora junto à EPB não implicava em ser conivente com a ditadura, mas uma forma de resistir. E foi também uma forma de resistir à disciplina de EPB. Na expressão da entrevistada, se “infiltrando” no meio da EPB, se poderia estar dentro do funcionamento e da estrutura da EPB, o que seria uma maneira de “resistir colaborando!”

Como acontecia isto? Segundo a entrevistada, havia um grupo de monitores que ajudavam em tarefas junto às enormes turmas que a EPB formava, no controle de frequências e na leitura de trabalhos de alunos, a fim de contribuir na avaliação dos mesmos. A

³⁹⁸ O prof. Vasco Miglioransa, professor de EPB, doou para essa tese seu arquivo de guardados da EPB sem dar entrevista, e foi de grande valor. Também o Arquivo da EPB trouxe o olhar de professores e alunos da EPB na UFRGS e pretendo futuramente, após a tese, explorar mais esses olhares com depoimentos.

³⁹⁹ LEAL, Ondina Fachel. **Entrevista concedida a Adolar Koch em 12 de setembro de 2018 no Ilea-UFRGS.** Professora de Antropologia aposentada da UFRGS.

entrevistada lembrou que ela atuava principalmente junto aos alunos do curso de Engenharia, e que foi selecionada para ser monitora pelas suas ótimas notas no Curso de Ciências Sociais. Assim, uma estudante desse curso que estudava humanidades e a realidade brasileira tinha “afinidades” com a EPB nesse sentido e poderia ajudar em tarefas como monitora junto à EPB, conforme a fala da entrevistada:

[...] ganhar o DCE foi alguma coisa única, importantíssima. E foi exatamente entre 1970 e 1972 que isso aconteceu. E aí nesse período eu estava fazendo um bom curso de Ciências Sociais, mas também participando da política [...] e aquela coisa de aluno que precisava de alguma complementação de dinheiro [...] também era de construir um perfil de alguém interessado em trabalhar com alguma coisa de pesquisa. Eu acho que a EPB (acho que realmente inventaram a Moral e Cívica) [...] e foi implantada, obviamente, de cima pra baixo, e as possibilidades de trabalho de um aluno que já estava pensando em alguma coisa, assim, seriamente, em termos de carreira não acadêmica, mas de estudar [...] certamente eu era uma aluna com boas notas, então convites surgiam, assim, não era só eu, outros também. Não era uma coisa que eu fui lá procurar, era uma coisa que vinham e te buscavam, porque era o mercado ideal para alunos da Ciências Sociais, apesar de haver toda uma parte doutrinária ridícula na EPB, mas na verdade dependia muito de como era dada (OFL).

Sobre o seu sentimento e a forma de atuar junto EPB, relata que:

O sentimento, eu diria assim, é aquela coisa de quem está vivendo, realmente, uma ditadura. Então era uma imposição, a própria Reforma Universitária toda. A gente não podia, oficialmente, se manifestar contra, não podia. Essas coisas dentro da Universidade não [...] inclusive não, era o auge do Decreto lei 477 [...] independente de eu ser contra uma coisa maior que era a ditadura [...] já tinha sido imposto e não tinha discussão [...] professores contra não podiam se manifestar. Então era um tempo em que a gente se comunicava muito mais face a face [...] mas nada por escrito [...] não se teve alguma reação mais formalizada [...] eu duvido que alguém fosse se arriscar em função de algo (OFL).

Em torno desse sentimento, a entrevistada trouxe o jeito de resistir perante o que vinha de cima e também se referiu a um silêncio estratégico e uma necessidade de sobrevivência no meio opressivo. Não se faziam críticas abertas à ditadura, devido ao clima de medo existente.

Sobre sua tarefa como monitora, assim se referiu:

Me lembro das enormes turmas que tinham conferências e depois havia tarefas que os alunos tinham que entregar. Me lembro também de tarefas burocráticas [...] que ele pedia, (o coordenador da EPB), claro ele não conseguia corrigir provas, eram aquelas provas na Universidade inteira [...] acho que foi em 1972 [...] só se formaria quem já tinha a EPB. Teve todo um período que tinha quantidade enorme de alunos. Eu lembro da Engenharia, talvez eu estivesse com as turmas das Engenharias [...] não sei porque eu lembro das Engenharias [...] então tinha muito isso, de corrigir as provas e dar presença pros alunos. Eu,

honestamente, mesmo se os alunos chegassem atrasados, chegassem quando chegassem, falassem comigo, eu não iria reprovar nenhum aluno. Não iria deixar um aluno deixar de se formar por EPB. Então, eu acho que é por isso que [...] essa história de ocupar espaço, mas não era só ocupar espaço, era também [...] vamos passar por isso o mais rápido possível (OFL).

Também sobre os conteúdos na EPB acrescentou:

Aquela ideia, tudo aquela coisa eugênica, tudo [...] teorias eugenistas e essa história toda [...] um elitismo, toda aquela coisa que daria um pensamento de direita pobre, pobre intelectualmente, extremamente conservador, então todo aquele ranço elitista, racista, todas aquelas características. Isso estava evidente. Se fosse um pouquinho mais inteligente ainda seria um pouquinho mais interessante de discutir como Ciências Sociais. A ideia de estudos de problemas brasileiros é boa! Mas era pura doutrinação. Quero dizer doutrinação no sistema, que tu não diferencia, aquela coisa bobinha, muito elementar [...] (OFL).

Perguntada se havia civismo junto ao ensino da EPB, respondeu que para ela, tudo era civismo no universo da EPB. Que os conteúdos abordados em sala de aula sobre a atualidade da época, o Brasil com suas características socioeconômicas, culturais, enfim, identidades e assuntos psicossociais tinham a abordagem cívica. Pouco sabia e se lembrava sobre as Expo-EPB e as Comemorações do Sesquicentenário da Independência na UFRGS em 1972. Mas, se lembrava que para essas atividades havia dinheiro na época. A EPB ocupava os espaços junto à Universidade, mas não havia muita participação dos estudantes. Tratava-se de atividades muito vinculadas à Reitoria e ao projeto da ditadura na UFRGS. E que havia muitas solenidades com vinda de militares à Universidade.

Ao ser perguntada sobre o professor Richter, coordenador da EPB, algo sobre o seu perfil, enfatizou que ele era um professor muito dedicado ao trabalho e à EPB. E via ele com autonomia na relação com os expurgos de professores na UFRGS e as vigilâncias do Cel. Natalício, na Reitoria, conforme relatou:

A impressão que eu tinha de tudo, e nessa época, a gente acompanhou bem, seja por boatos ou não... o Richter não era dedo-duro. Nosso problema, seja como militante ou não, que eu nem era militante [...] mas era que o problema era ser colaboracionista, e outra era realmente fazer parte das comissões de inquérito [...] agora, sempre ele [...] não sei o que ele ia fazer mas, isso eu me lembro claramente, de ele perguntar como estavam os alunos, se tinha muita gente subversiva [...]: não, professor, eu dizia! Até acho que não tinha porque quem ia falar [...] tinha que se esconder [...] (OFL).

A criação da monitoria junto à EPB era muito importante para o seu funcionamento, que na verdade era uma equipe da qual ela fazia parte, porque ajudavam no atendimento da

enorme demanda de alunos vindos para a disciplina naqueles anos iniciais de 1970. Acrescentou que eram razoavelmente bem pagos e que tinha a impressão de que o valor que estavam pagando aos monitores era um pouco acima daquele do mercado. Mas também, não era só emprego, mas os professores poderiam também identificar subversivos através das aulas e trabalhos entregues. Assim a monitoria seria exercida, claro, por estudantes de confiança! (sic). Assim, ela se refere à importância de ler os trabalhos de colegas no sentido de ajudar possíveis estudantes que poderiam criticar em trabalho a ditadura e, dessa forma, serem identificados como subversivos.

Também se referiu ao movimento anticomunista que acontecia no meio estudantil. Junto aos Centros Acadêmicos, o CCC, Comando de Caça aos Comunistas, atuava e havia delação de estudantes, conforme expõe:

E para ser comunista bastava tirar a nota melhor, né, entende? Porque aí passa a ser perigoso, e tu não precisava provar nada, só a delação valia [...] ser comunista não deveria ser crime, mas se o cara pensava um pouco mais contra o governo, mesmo não tendo nenhuma ação [...] então isso nós cuidávamos muito. Na verdade, o fato de ser monitora de EPB era uma boa fachada nesse sentido também (OFL).

E a EPB para Ondina era:

[...] uma coisa da Ditadura, não tinha dúvida. Acho que o cara mais de direita sabia que era uma coisa que havia sido imposta pelo governo militar, junto com a reforma universitária que estava em andamento. Isso não se tinha dúvida. Mas era uma coisa necessária, enfim, vamos fazer isso o mais rápido possível, tipo cumprir os créditos, uma disciplina e fazer o mínimo necessário. Esse era para mim o sentimento em comum do aluno no geral (OFL).

E ao relacionar a EPB com a atualidade de 2018, assim se referiu:

A EPB veio por uma obrigação que veio de cima [...] claro que havia pessoas que, como há hoje, que achavam maravilhoso, etc., não era, vamos dizer assim, nesse círculo de gente que eu circulava. Então, fiquei eu com a minha ideia de que aquilo era um absurdo total. Não lembro de ter algo nos livros, coisas que servissem, a não ser partes bem descritivas, do sistema político, coisas assim [...] porque era um ufanismo. Uma coisa é tu explicar, outra é tu fazer um ufanismo da “Revolução”. E era isso que se fazia (OFL).

A EPB na ótica da entrevistada pelo fato de fazer o ufanismo da “revolução” e da ditadura dificultou o explicar e o conhecer melhor a realidade e os “problemas” brasileiros. Era de conotação ufanista, pregando a ditadura brasileira da época. Havia pessoas que defendiam essa forma de conhecer o Brasil. Finaliza dizendo que, além de ensinar nesse

sentido, a EPB também servia para vigiar estudantes e, várias formas de resistências aconteciam das quais ela procurou se inserir, inclusive sendo monitora da EPB.

René Gertz⁴⁰⁰ foi aluno da EPB quando cursou o Mestrado em Ciência Política na UFRGS, nos anos de 1975-1976. O entrevistado trouxe aspectos, ao narrar a sua experiência, de uma EPB que era ensinada para alunos de pós-graduação. Um dos assuntos destacados pelo entrevistado foi como a obra da construção da Usina Hidrelétrica do Passo Real era trazido para a sala de aula. Enfatizou que, o professor da disciplina, que também era o coordenador da EPB na UFRGS, o prof. Richter, viajava com frequência ao local para conhecer a obra e trazia para as aulas de EPB slides e conteúdos em torno dessa realização do projeto econômico do Brasil na época, conforme relatou:

O Passo Real era um fenômeno na época, e houve a inundação de uma área com colonos e todo um projeto de reassentamento. As pessoas, se me lembro bem, as pessoas eram espalhadas, mas se criou um tipo de aldeia, todo mundo morava mais ou menos concentrado e ganhava um pedaço de terra ao redor, pra trabalhar [...] havia indígenas, reivindicando exatamente onde havia se estabelecido aquela vila – que ali era sua terra e que ali estavam enterrados os seus antepassados, que era terra sagrada [...] o professor Richter foi lá, professor da disciplina, fez fotografias e tal, e a aula, a palestra dele era isso: uma coisa com muitas imagens, muita fotografia, slides, projetava! Às vezes, essas palestras viravam meio que uma esculhambação, porque ele colocava o projetor de slides e ficava lá na frente – projetava em uma tela branca – e ficava mostrando: aqui tá, aqui tá a barragem (RG).

O entrevistado também trouxe um pouco do clima nas aulas e do perfil de sua turma:

A turma era relativamente grande, era no auditório do Direito, uma turma relativamente grande, eu não tenho mais a memória, assim, de quantas pessoas [...] e a tomada do projetor de slides ficava no fundo da sala, então os caras [...] - eu sempre fui muito comportado -, mas tinha gente muito menos comportada que eu, tinha gente que ia lá e tirava da tomada, e ficava tudo escuro. Pra projetar o slide, era de noite, e ele ia lá, e: poxa, alguém tropeçou no fio! O Professor ia lá, colocava na tomada e recomeçava. O professor também convidava pessoas para palestras, da área do governo, gente que entendia de temas como sobre o polo petroquímico [que] já estava em andamento e tal, mas este tipo de coisa. Não tinha prova, a nota era dada por um trabalho; isso me lembro ainda, no meu trabalho eu ganhei a nota: A. Eu fiz um trabalho sobre o 2º Plano de Desenvolvimento do Geisel, um projeto do Geisel, fiz uma análise! Não havia prova na disciplina [...] e não teve nenhuma outra avaliação. A avaliação foi o trabalho que a gente tinha que entregar no fim do semestre, e depois apareceu a planilha com as notas [...] a dinâmica era essa, palestras, a gente não tinha nenhum manual, porque na graduação, eu acredito que havia manuais (RG).

⁴⁰⁰ GERTZ, René Ernaini. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 25 de abril de 2018 no Ilea-UFRGS.** René é professor de História aposentado pela UFRGS e PUCRS.

Ao ser perguntado sobre o que lembrava do professor Richter, assim se referiu:

Eu me lembro que ele parecia um cara um pouco folclórico; a impressão que ele dava era que ele estava convicto naquilo que ele fazia, ele achava que aquilo era realmente necessário. Mas tínhamos todos consciência de que ele não era um cara que a gente dizia: “pô, o cara é bom!” O cara se esforçava, porque ele ia, provavelmente em outras turmas também na graduação: ele vinha com a palestra dele, as fotos organizadas, os slides, projetava e tal; quando vinha um outro palestrante, ele fazia algum comentário sobre a importância do cara, depois fazia alguma pergunta – porque normalmente a gente não fazia pergunta, então ele fazia algumas perguntas ao palestrante. Eu tenho a impressão que as aulas eram duas aulas, então, na verdade, 1h30min; a pessoa ia lá, falava 45, 50 minutos, ele fazia mais algumas perguntas e a O Richter era um pouco o padrão dessas pessoas que ministravam EPB (RG).

E sobre o civismo junto às aulas de EPB na época, comentou:

Não, não, civismo não. Não tinha cantar hino nacional, esse tipo de coisa. Na época, era muito difundida uma palavra, tecnocracia, a tecno-burocracia. Eu me lembro, teve um cara importante, Carlos Estevam Martins, que depois foi secretário em São Paulo, falecido já, e que foi cientista político, que veio uma vez aqui na UFRGS e deu uma palestra. Ele disse que os tecno-burocratas [...], se tu pegares um brasileiro e ensinar russo, podes colocar ele lá na União Soviética, e inversamente o mesmo, que irão funcionar. O enfoque era mais ou menos isso: a demanda de energia é essa, a projeção pro futuro é essa, por isso nós precisamos construir mais produção, etc., etc.; o nosso carvão é complicado, polui, sei lá, coisas do tipo; Passo Real é importante por isso. Eu me lembro que teve uma obra importante, não me recordo qual, que era no Nordeste e ele Richter foi lá, tinha fotos, ele tinha visitado. Era basicamente este tipo de coisa, questões de política, no sentido em inglês policy, diferente de politics, que é política partidária; policy é política da saúde, transportes, e o enfoque era esse. Eu não me recordo de alguma palestra em que ele tivesse trazido alguém que tivesse um enfoque católico, por exemplo. Mas não tinha isso, eu não me lembro que tenha trazido algum general, um militar, ele trazia caras que eram importantes, e que eram os grandes tecnocratas; o cara da Embraer, Ozires Silva, por exemplo (RG).

E perguntado sobre a importância de fazer a EPB, com o seu caráter obrigatório, respondeu:

A gente encarava como uma coisa que, mesmo eu não sendo militante, eu obviamente encarava aquilo como uma obrigação desnecessária. Eu, quando fiz aquele trabalho sobre o 2º PND, peguei o texto, e a rigor fiz um resumo da coisa, não me lembro mais por que coloquei fora. Foi corrigido e devolvido, e coloquei fora, não tenho mais. Mas fiz um troço assim, olha [...] no meu tempo isso, mas realmente a turma, como um todo, e sobretudo as pessoas mais militantes, achavam [...] a gente discutia com elas, e com os nossos professores. O coordenador do mestrado nessa época, dizia: não tem o que fazer [...] vocês vão ter que fazer [...] se vocês não vão fazer? Eu me lembro ele dizia: bota os pés no chão, porque eu não posso assinar o teu diploma se tu não tiveres no currículo a aprovação nessa disciplina; então vai lá e faz de uma vez. Era esse, mais ou menos, o espírito que eu fiz, mas tinha gente que tinha muita, digamos assim, muita oposição (RG).

E perguntado sobre como foi dar entrevista sobre a EPB, hoje em dia, no ano de 2018, ele complementou:

Olha, eu gosto de falar de tudo que é coisa. De rememorar às vezes essas coisas. Eu gosto de falar de tudo, pra mim. Assim, pra mim não é um trauma, não fiquei traumatizado pela EPB, eu fiz a minha parte, entendeu, o meu negócio era esse. Fazer essa coisa, o curso, estar aprovado, então eu não fui rebelde, assim, de ir lá tirar o negócio da tomada, mas enfim eu fiz. Pra te dizer assim, se eu tivesse esse texto, que eu escrevi na época, eu não teria problema de dizer: foi isso que eu escrevi na época. Eu fiz um negócio exatamente assim, um pouco o que era o enfoque que o Richter dava nas informações; a gente tinha esse tal do plano e eu fiz uma análise, enfim, o que era possível. Não tenho problema de dizer: bom, bota aí no mural para as pessoas verem o que eu escrevi nessa época. Porque às vezes tem coisas que tu escreves e depois diz: putz, caramba! (RG).

O que René trouxe na entrevista como aluno tem a sua importância para lembrar a forma como a EPB funcionava na UFRGS junto aos cursos de pós-graduação. Destacou o que era veiculado em sala de aula e como funcionavam as aulas e a importância desse ensino dado pelos alunos de pós-graduação na Universidade. Para ele, a EPB foi uma obrigação desnecessária e ele também via nas aulas contestações e boicotes; trouxe como era feita em aulas de pós-graduação a divulgação de grandes obras da ditadura com a projeção de slides, por exemplo, sobre a construção da Usina do Passo Real; lembrou também o perfil do prof. Richter, seu professor e também coordenador da EPB na UFRGS, como convicto do que ensinava; perguntado sobre civismo, disse que não havia em sala de aula; que o conteúdo ensinado na EPB tinha uma abordagem tecnocrática na visão de tecno-burocratas; que ter estudado EPB não lhe causou trauma; que as aulas de EPB que ele teve eram em auditório na Faculdade de Direito com uma enorme quantidade de alunos, entre outros aspectos.

As aulas foram dadas pelo prof. Richter parecia que ele dava à turma mais importância por ser uma turma de alunos de pós-graduação. O professor também trazia palestrantes para as aulas que falavam das políticas de governo, como por exemplo, da saúde, da energia, de transportes, etc. e que a construção da Usina do Passo Real ao ser trazida para a sala de aula, simbolizava bem o que era veiculado como um problema brasileiro, quer dizer, a solução de um problema na área elétrica do Brasil através de uma grande obra.

Dos dois depoimentos de alunos de EPB na UFRGS trazidos até aqui, no caso de uma aluna da graduação exercendo uma monitoria junto à secretaria da EPB e outro aluno de pós-graduação, pode-se captar alguns aspectos sobre como os estudantes se relacionavam com a disciplina de EPB. A “militância” estudantil de Ondina não impediu que ela como ótima aluna do Curso de Ciências Sociais e também trabalhando como monitora fizesse tarefas de apoio à disciplina. Como disse: precisava de uma renda para viver. Ela também trouxe como os

alunos se inseriam na exigência de cursar a disciplina de EPB e como essa disciplina tomou conta do espaço na Universidade, inclusive no oferecimento de oportunidades de trabalho. Quando René diz que cursar EPB foi uma obrigação desnecessária, enquanto que, Ondina afirmou que trabalhar junto à EPB como monitora ajudou-lhe com uma renda extra e também nesse lugar poderia ajudar estudantes no sentido de superar a exigência de cursar a EPB, nas suas colocações aparecem várias faces que cercavam a EPB na Universidade, tanto de resistências, de indiferenças e consentimentos. Já René lembrou que não havia civismo em sala de aula, do tipo, cantar o hino nacional, hasteamento de bandeira, etc., e Ondina, por sua vez trouxe um outro olhar sobre essa questão dizendo: tudo era civismo junto à EPB. As duas revelações trazem à tona a problemática em torno da cidadania e do civismo. De um lado, René destaca o ensino técnico, informativo, “neutro”, por assim dizer, nas aulas. Mas se tudo era civismo, conforme Ondina, esse ensino “neutro” era o conteúdo do civismo.

Flavio Borella⁴⁰¹ foi aluno do Curso de Odontologia nos anos de 1970. Formou-se em 1974 e participou do Projeto Rondon⁴⁰² no mesmo ano, indo para o Campus Avançado da UFRGS em Porto Velho, Rondônia. Flavio foi duas vezes, em janeiro/fevereiro e setembro desse ano. No início de sua entrevista, revela:

Foi uma das coisas, talvez, mais importantes da minha vida, a minha passagem dentro da Universidade Federal, porque, claro, o curso, achei maravilhoso, a Universidade era maravilhosa, devo minha vida a ela, mas foi uma coisa diferente que me proporcionou, claro. E o Projeto RONDON quando nos foi colocado, eu era ainda aluno do 3º ano. E só vou fazer o Projeto RONDON já no início do quarto ano, ano em que completaria a faculdade. Então eu fui no dia 2 de janeiro pro Projeto RONDON, pra Rondônia, pra Porto Velho. Embarquei em 2 de janeiro e aí começaram a acontecer coisas que, pra mim, foi muito bom, como, por exemplo, foi a única turma que, ao invés de 30 dias, ficou 60 dias praticamente (FB).

A narrativa do entrevistado revela a importância que foi para ele sua ida à Amazônia, oportunizada pela Universidade. Era uma prática educativa, parte do projeto educacional do qual a EPB também fazia parte. O Projeto Rondon tinha como lema: “integrar para não entregar”. Estudantes de todo o Brasil e, também da UFRGS de diversos cursos iam para

⁴⁰¹ BORELLA, Flavio. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 03 de maio de 2018 em sua residência.** Flávio é dentista em Porto Alegre.

⁴⁰² O Projeto Rondon criado em 1967 pela ditadura militar e civil brasileira tinha como um dos seus lemas: “Integrar para não entregar”. Foi extinto em 1989 tendo nesse ano 22 Campi Avançados. Foi retomado em 2005 por iniciativa da UNE-União Nacional dos Estudantes, com o lema: Brasil além dos livros”. A UFRGS possui atualmente o Núcleo Rondon-UFRGS, vinculado à sua Faculdade de Educação-FACED e é promovido pela Ministério da Defesa com o envolvimento de outros ministérios.

inúmeros lugares do Brasil, para conhecer melhor o país e isso se somava à sua formação acadêmica.

Continuou dizendo:

A preparação era tudo. Eles te davam o que tu ias fazer. Primeiro, eles te historiavam o que era o Projeto RONDON e, depois, eles diziam o que tu ias fazer, como tu tinhas que te comportar e ao mesmo tempo eles te analisavam e viam se tu tinhas mesmo condição de ir [...] colocar um cara a 6mil quilômetros da casa, ingressando numa zona meio inóspita. E eu fui pra Rondônia, para Guajaramirim [...] no prédio do Campus Avançado da UFRGS, que ficava, naquela época, na região que pertencia ao 5º BEC – 5º Batalhão de Engenharia e Construção – que era o batalhão das obras de engenharia, de estrada, de pontes, na Amazônia (FB).

O processo de escolha para ir ao Projeto Rondon, conforme Flavio, não tinha vínculo com a EPB. Ele traz com bastante ênfase a vinculação do Projeto Rondon com o exército, tanto no transporte dos estudantes por 6 mil km até a Amazônia, quanto na estadia e alojamento vinculado ao quartel em Rondônia. Perguntado sobre a sua motivação para participar do Projeto Rondon respondeu que queria conhecer a Amazônia. A realidade sendo muito precária, por exemplo, em termos de saúde da população, com o problema da malária e hepatite, inclusive incentivou mais estudantes de irem para lá para atuar na região ajudando às pessoas junto ao Rio Guaporé, as cidades de Guajaramirim e Costa Marques e, também junto à fronteira da Bolívia e divisa com o Estado do Mato Grosso. A permanência da sua turma ficou por lá dois meses possivelmente tinha a ver com o sentido de dar assistência à população em termos de saúde, conforme menciona:

Eu queria conhecer a Amazônia. Em termos de local para trabalhar nós tínhamos o quartel; eu tinha um gabinete, tinha um Capitão dentista; e tinha um ambulatório até bem aceitável para a época e para a região. Era uma Companhia de Fronteira, 6ª Companhia de Fronteira [...]. E aí nós tivemos que começar a procurar coisas para fazer, cada um dentro da sua área, para ter o que fazer, porque o treinamento era isso, direcionar o que cada um poderia fazer na sua área. E aí nós conseguimos uma inserção dentro da floresta para fazer o atendimento. A Prefeitura disponibilizou o transporte, eles chamavam de linha [...] e o INCRA estabelecia linhas dentro da floresta. Então, a gente entrou dentro de uma dessas linhas [...] a estrada era de chão batido, Porto Velho (FB).

Além dessas atividades, também falou sobre outros aspectos, de como o Projeto tinha apoio dos militares com a divulgação do regime militar e rotinas militares para os estudantes que iam ao Projeto Rondon em Rondônia. Os estudantes participavam das rotinas do Batalhão Militar, por exemplo, do quinto BEC-Batalhão de Engenharia e Construção, que ficava perto

do Campus Avançado da UFRGS. Inclusive na hora da entrevista, cantou parte do hino do Batalhão. Conforme a lembrança do entrevistado:

Aí, sim, tu tem a propaganda, nesses trinta dias. Todas as manhãs nós tínhamos que caminhar ao quinto BEC pra o hasteamento da bandeira, sei cantar o hino até hoje: “é o quinto que vai/ sem temores/sem parar...na terra vara/ enormes tratores removem terra sem parar/ e a estrada cresce num olhar/ trazendo a Amazônia ao Brasil/ é o quinto que vai/ sem temor”. Isso é 1974 [...] Era todos os dias, ir ao quinto BEC e cantar o hino do quinto BEC. Nós fomos obrigados a desfilar no sete de setembro, porque nós estávamos lá em setembro, então no sete de setembro nós tivemos que desfilar. E foi o verdadeiro vexame. O maior vexame da minha vida. Porque, primeiro, imagina, nós tínhamos professores, nós... Tinha aquela roupa do campus, era uma camiseta amarela com a bandeira do Brasil, que a gente usava. O chapéu, era [...] nós compramos o chapéu, o chapéu é o chapéu do quinto BEC que eu comprei, com o meu dinheiro [...]. Seis mil quilômetros pra chegar lá [...] e chegar lá e não ter equipamento! Quer dizer, então nesse aspecto foi muito frustrante. Aí se revela que era muito mais a propaganda do que efetivamente o trabalho a ser executado (FB).

Nesse sentido contou como foi militarizada a experiência, mas também trouxe a pouca importância dada no Projeto para a finalidade da ida para um estudante de Odontologia, que era de ter material de apoio para trabalhar. Acrescentou:

Nos levaram de carro, em uma caminhonete. Nos levaram, entramos nessa linha, e lá eram casas mais altas que o chão, tipo uma palafita, um pouquinho mais alto, tinham três, quatro degraus por causa dos bichos (depois a gente fica sabendo [...]). E, nessas linhas, eles conseguiram, nessas casas eles trouxeram o pessoal para ser atendido. E daí nós começamos a atender. De que nós dispúnhamos? Os fórceps, que são, pro leigo, alicate [...]. O boticão, alavancas, anestesia, algodão e álcool. Então, a gente fazia a extração da pessoa, passava álcool na agulha, porque hoje, a agulha é descartável, mas na época não existia, nem aqui, agulha descartável ainda. As agulhas eram todas esterilizáveis. Lá, nossa maneira de esterilizar era com álcool 98, se passava, eles disponibilizaram umas tinas com água, a gente lavava o instrumento com água, passava álcool e ia pro outro. Eles sentavam nessas escadas, para ficar numa altura mais ou menos para a gente poder trabalhar – era nossa cadeira de dentista [...] e ali nós trabalhamos o dia inteiro (FB).

A oportunidade de vivenciar a realidade social amazônica era uma experiência significativa para o estudante de Odontologia, mesmo não tendo o material adequado para a prática odontológica, segundo o entrevistado:

Nós fomos até um agrupamento indígena que era da FUNAI, que foi o grupo indígena chamado de Pacas-novas. Nós fomos através do quartel, que tinha comunicação e a gente começou a pedir a liberação. E foi se pedindo, e os caras bloqueando, e pedindo, e bloqueando... e entramos. Outro dia, nós fazíamos as refeições junto com os oficiais, o Major Comandante disse: olha, vocês vão ter a honra de receber uma visita importante, o Ministro do Interior irá fazer uma visita a Rondônia e virá aqui (FB).

Entre visitas aos índios, ainda teve a oportunidade de conhecer o Ministro que visitou o BEC, Flavio se movimentou entre outras atividades no sentido de conhecer a Amazônia. Ele via na Amazônia no contexto de um projeto, o que fez com que vários conhecidos seus se estabeleceram por lá depois de terem participado do Projeto Rondon:

Era um projeto que eles estavam implantando. E o desbravamento dessas regiões fez com que muita gente ficasse por lá. Também teve gente que voltou para Porto Alegre e depois do Projeto Rondon retornou. Outros colegas se estabeleceram em Porto Velho e ficaram quase dez anos. Várias pessoas que eu conheço que voltaram (FB).

Tendo em vista essa questão acima, da razão de ida e de vínculos que se formaram, perguntado sobre como o Projeto Rondon, afinal chegou para ele na Faculdade de Odontologia, respondeu:

Chegou na Odontologia para todo mundo com cartazes no Diretório Acadêmico. Da nossa turma não vou me lembrar exatamente, mas eu calculo que de 10 a 15 fizeram o Projeto RONDON no Brasil. Para Rondônia fui eu e uma colega, a Marília, isso eu tenho certeza. Eu fui pra Rondônia, e o pessoal que foi pra Bahia, pro Sergipe, por exemplo, esse pessoal nunca ficou sabendo do Campus Avançado da UFRGS em Rondônia (FB).

Continuou lembrando que:

Inclusive o extra se tu quisesses ter, era tudo por tua conta. Se tu quisesses tomar um refrigerante na cidade era por tua conta. Não tinha, não existia remuneração alguma, nada. As refeições nós fazíamos no quartel, que tinha inclusive um mini zoológico, que era a nossa diversão. A gente saía da janta e ia tratar as tartarugas que estavam no lago, íamos ver os jacarés, a onça-pintada, jaguatirica, uns outros animais que fazem parte de lá. Era a nossa brincadeira. Não tinha o que fazer! Não tinha rádio, não tinha televisão, não tinha luz, não tinha livro para ler, então era fazer isso para depois ir dormir (FB).

Flavio trouxe na entrevista a importância que o Projeto Rondon teve para a sua vida e também para a sua formação acadêmica. No entanto, ir ao Projeto não o liberava de cursar a disciplina de EPB. Era um Projeto de extensão paralelo à EPB, sendo uma prática educativa, que também era prevista no Decreto-Lei nº 869/69. Essa disciplina, o Projeto Rondon e a prática educativa andavam juntas na formação do estudante na época. Havia o propósito de

trazer para os estudantes o chamado “Brasil Grande”, divulgar o mesmo nas universidades, em especial, a colonização da Amazônia que fazia parte da ideia de interiorização do Brasil. A Amazônia, nesse sentido, era um Brasil a ser conhecido e somado ao aprendizado de um estudante universitário. Mas, esse estudante lá no Campus Avançado da UFRGS, também “hasteava a bandeira e cantava o hino.

Perguntado sobre se conheceu o Prof. Richter, respondeu: “posso ter conhecido, mas não me lembro dele”. Sobre a disciplina de EPB, ele lembrava basicamente que as suas aulas eram palestras. Às vezes, vinha um palestrante de fora da Universidade e aí a aula era em Auditório na Universidade. E sobre a avaliação teve disse: “era precária, não rodava”. O que mostra de como esse ensino cívico e moral foi visto por um estudante do curso de Odontologia, que foi participar do Projeto Rondon e também cursou a disciplina de EPB. A prática educativa foi muito importante e, no entanto, a disciplina era vista como um ensino de menor valor e exigência.

A narrativa de sua participação no Projeto Rondon trouxe elementos para a compreensão de como acontecia essa prática educativa na UFRGS. Tanto a EPB como o Projeto Rondon faziam parte do projeto mais amplo de formação do estudante para conhecer o Brasil. O lema: “integrar para não entregar” do Projeto Rondon fazia sentido quando a ditadura procurava inserir os estudantes na chamada interiorização, que era um preceito da segurança nacional e desenvolvimento, que norteou a ditadura militar e civil brasileira.

Outra estudante que viajou com o Projeto Rondon, Campus Avançado da UFRGS em Rondônia foi a entrevistada Maria Izabel Saraiva Noll⁴⁰³ que participou do Projeto no ano de 1972. Conforme relatou, foi numa situação específica para divulgar a Reforma de Ensino de 1970, junto as escolas. Uma professora da Faculdade de Educação, Profa. Mercedes Marcham, convidava alunos na Faculdade para irem com ela ao Campus da UFRGS no norte do Brasil. Assim, Maria Izabel, junto com outra colega, Maria Cristina, ambas alunas do Curso de História da UFRGS, foram participar do Projeto Rondon, conforme relatou:

A ideia do Projeto Rondon, que era interiorizar o estudante universitário para ver a realidade brasileira... não era ruim. O que se criticava do Projeto Rondon, e se criticava em tudo que vinha do governo, da ditadura, era que havia uma dimensão de quase militar das coisas. Até porque quem fazia o transporte, levava as pessoas, alojava e tal, eram os militares (MISN).

⁴⁰³ NOLL, Maria Izabel Saraiva. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 23 de agosto de 2018 na sala 104 do Ilea.** Maria Izabel é professora do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

Maria Izabel trouxe também na entrevista um pouco da sua história na UFRGS, que influenciou na decisão de sua ida com o Projeto Rondon:

Em 1972 eu estava no último ano da História. Eu entrei em 1969, que era um ano importante, não só porque é o primeiro ano do AI-5, mas também porque a Universidade ainda era Faculdade de Filosofia, não Instituto [...] os cursos funcionam em um modelo anterior a toda reforma que é implantada a partir de 1970. Então, eu começo História num modelo de curso, os cursos anuais, e as disciplinas começam a partir de 1970 [...] eu entrei no Curso de História e foi, assim, um baixo astral, porque era tudo muito tradicional. Mas a turma era muito boa. E era uma turma com muita gente que participava do Movimento Estudantil. Só que o que aconteceu? Durante o ano de 1969, o jogo começou a pesar. A minha aula devia ter umas 40 pessoas, talvez nem tanto, umas 30, e no início de 1970, em março de 1970, voltaram uns 15. Ou seja, quem não foi preso, se mandou. Então, houve um esvaziamento grande e, depois disso, bom, eu fui empurrando um pouco com a barriga o curso, sem grandes emoções (MISN).

Revelou também uma situação em sala de aula e como o ambiente existente afetou de certa forma a sua ida a esse Projeto e falou do início da inserção das disciplinas da educação no Curso de História:

Pois é, o José Clóvis [de Oliveira] era meu colega e estava [...] em todas as aulas tinham uma bandeira, e o José Clóvis [...] acho que era bobagem, acho que nem estava mexendo na bandeira, e a Mafalda (secretária do Instituto), passou e parou: O que o senhor está fazendo? Se apresente na secretaria. Naquele ano, começaram as disciplinas de Educação e tínhamos uma disciplina com uma professora que era a Mercedes Marcham. Ela, era uma mulher toda moderna, tinha morado nos EUA, e ela nos dava uma disciplina que era um seminário sobre educação. E, ela era a responsável pelo Campus Avançado na Faculdade de Educação. Ela disse: ah, vocês não gostariam de ir? Perguntou pra Maria Cristina (colega da História) e ela falou comigo: vocês não gostariam de ir? Porque Rondônia era um território, não era um Estado. Ela dizia: nós temos que ir pra Rondônia porque a Secretaria de Educação de lá tem que implantar a reforma [...]. Foi naquela época que mudou do primário e do ginásio para o primeiro grau e o segundo grau. Só que as quatro primeiras séries eram as chamadas unificadas, que era com um único professor. E depois, da quinta até a oitava, eram disciplinas variadas. Então, tinha que o pessoal da Educação atual e se tinha organizado um kit reforma e alguém tinha que ir lá para conversar com os professores do território e, explicar o que era essa reforma de ensino. Bom, eu fazia qualquer negócio pra sair de casa, da Universidade, de Porto Alegre (MISN).

A viagem foi com o avião da FAB, com pernoite em Cuiabá, também foi uma experiência para a jovem estudante. A entrevistada conta que:

Era assim: era um avião da FAB, a Mercedes ia junto [...] era um avião tão moderno (sic) que tu abrias a janela [...] nos deram um negócio de galinha com farofa pra comer e não sei quem era dos guri que abria o troço e jogava o osso pela janela. E íamos vendo as vacas, os bois [...] era um DC3, de paraquedista. A gente ia sentado na lata, de lado (MISN).

Em Rondônia, a atividade foi realizada junto com a professora profa. Mercedes, que acompanhou as duas estudantes nas atividades. O alojamento, que era da UFRGS, havia atividades no quartel de lá, cumprir rotinas, como o hasteamento da bandeira nacional de manhã cedo, etc. e iam à Secretaria de Educação. E de lá saíam e visitavam escolas para divulgar o novo Projeto Educacional da época. A realidade vivida para Maria Izabel era uma novidade. Ela contou que:

Não, nós não ficávamos no quartel. A UFRGS tinha uma sede, um negócio muito bom até, os quartos [...] eram uns três blocos, baixos e tal. O responsável morava lá com a mulher e tinha um contingente bonitinho. 6 horas da manhã, levantava-se cedo e se hasteava a bandeira, e aí depois se ia trabalhar. A nossa atividade foi na Secretaria de Educação. Foi uma experiência muito interessante porque era de botar o pé no chão. Para as escolas, ir de barco! Teve uma dimensão interessante que era de conhecer. Ir para Manaus na época era visto como algo muito difícil. Dizer na época: vou pra Manaus, as pessoas te olhavam e diziam, vamos internar, porque não tinha como chegar. Lembro que eu tinha um amigo, e a sua família se mudou pra Cuiabá, e fizeram uma festa de despedida, como se nunca mais se iam se ver, era um fim do mundo [...] eu acho que tinha um pouco desse tipo de curiosidade [...] (MISN).

Na sequência da entrevista ao responder uma pergunta sobre a UFRGS, Maria Izabel disse: “a UFRGS sempre foi muito, vamos dizer, do passo certo [...] foi uma Universidade que se enquadrou”. Além do Richter, que ficava na Reitoria, ficava o Natalício, (Cel Natalício, assessor na Reitoria). Tudo passava por ele. Nessa época, conforme a entrevistada, “a Reitoria tinha toda uma política vinculada à ditadura, e não sei se poderia ser até diferente”. Assim se expressou:

É aquele negócio, ninguém vai sair fazendo a revolução, mas também não precisava participar tanto. Porque a UFRGS fez o seguinte: para não haver uma comissão de fora da Universidade que iria julgar os professores considerados subversivos, a UFRGS criou uma comissão. Então, ela julgou e condenou. As pessoas tinham muito medo e com razão. Eu me lembro. 1972 foi um ano tão pesado porque era o tal do Sesquicentenário da Independência do Brasil. Tudo passou em torno do Sesquicentenário da Independência do Brasil. E a prof. Helga disse que nós tínhamos que fazer trabalhos sobre a Independência do Brasil [...]. Aí eu cheguei para ela e disse assim: olha, eu queria dizer pra senhora que eu não vou participar porque eu não participo de palhaçada. E ela disse: vou ter que te encaminhar para a direção. E eu disse: a senhora encaminhe. Me encaminhou (MISN).

Maria Isabel falou de controles e medos e ao ser perguntada sobre comemorações da época, em especial do Sesquicentenário da Independência na UFRGS em 1972, disse: “ Ah, me lembro dessas palhaçadas [...]. Parece que era mais o pessoal da Reitoria que participava [...]”. E sobre a EPB na UFRGS e, se o Projeto Rondon a liberava de cursar a EPB, respondeu o seguinte:

[...] eu devo ter feito uma EPB na Graduação e devo ter feito uma EPB na Pós-Graduação. E te digo mais: o livro-agenda foi na pós-graduação. Lá no Salão de Atos tinha um professor que gritava no microfone lá na frente [...] uma pessoa com cara de louco [...] era uma coisa tão baixo nível [...] as pessoas riam, debochavam, não havia respeito nenhum. O Coronel Natalício era outra história [...] porque aí tu sabias que estava te metendo com coisa grossa. Agora o EPB não [...] a EPB era, ai, nem sei, uma palhaçada que tu terias que participar, fazia parte do jogo, como mil outras que existiam. Se tu puder burlar, tu vai burlar de alguma forma. Por exemplo, a Educação Física era obrigatória, e todo mundo arranjava um atestado de saúde, dizendo que era cego, surdo, mudo [...]. Era umas coisas assim, entende? Não passava na cabeça de ninguém, bem assim, um grande protesto contra o Richter [...] ele não era ameaça de nada, só se sabia que tu ias ter uma nota. Até porque tinha o seguinte: o campo que eles tinham que abranger era tão grande que eles não davam conta. Como tu controlas no Salão de Atos, quase mil lugares? Como tu dá aula pra isso? Cada aluno tinha um livro-agenda, do qual tu arrancavas uma parte e entregavas no final. Agora, não sei porque eu tirei C, acho que eu fazia a lição direito. Vou pedir revisão de conceito! (risos) (MISN).

Acrescentou ainda que “todas essas coisas que foram criadas no início dos anos 1970 pela ditadura ficaram muito marcadas. Tanto que a grande maioria dos professores da EPB, quando se fez a separação do Departamento de Ciências Sociais, não se dissociava os professores da EPB. Ficou muito marcado”. Inclusive, nas convivências no Departamento com os professores de EPB a mesma era complicada, segundo a professora entrevistada.

Sobre a ida de Maria Izabel via Projeto Rondon à Amazônia e a sua experiência junto à Universidade como aluna do Curso de História, em especial a experiência vinculada à EPB, aparece o olhar de quem esteve perto da EPB em diferentes contextos e épocas. Apareceu a aluna do Curso de História, a ida ao Projeto Rondon dessa aluna numa experiência na área da educação. E perguntada sobre como foi dar essa entrevista sobre a EPB se expressou da seguinte forma:

[...] tive que mexer num baú já bem lacrado. Todo esse período que eu peguei, no final dos anos 1960, início dos anos de 1970, até terminar o Mestrado, em 1976, 1977, foram anos muito intensos. Por outro lado, anos muito difíceis na Universidade. Então, tu não mexes impunemente, começa a pensar. Por outro, eu guardo uma lembrança muito boa. Uma experiência excelente, em termos de aprendizado, de descoberta, com todo o esquema que no fundo era um pano de fundo, que eram os milicos e eu vivia com eles. Só que é aquela velha questão, de quando tu te aproximas do inimigo e começa a estabelecer uma relação com ele (MISN).

Sobre a atualidade do tema da EPB e de ter aberto esse baú no ano de 2018, a entrevistada proferiu:

Eu acho que boa parte dessa turma que quer que os militares voltem não fez EPB. É pior, muito pior. Antes a culpa fosse da EPB. Não é. A gente tem muito mais culpa do que gostaria, pelo menos do que eu gostaria. Então eu acho que se errou, em algum ponto, de [...] em termos educacionais, né. Não de manter a EPB, mas de, radicalmente, dizer: isso não é! [...] e aí tu não dá nenhum tipo de aprendizado que ensine valores cívicos! Mas não é nessa perspectiva como: aí minha pátria, xenófoba e coisa e tal, mas valores num sentido de que civismo tem a ver com cidadania. Então, quando não há respeito pelo outro, no sentido de alteridade, que tu reconheças o outro, seus direitos, que ele é alguém que é igual a ti, eu acho que nisso a educação falhou. A gente ficou muito preocupado em não conduzir, em não dar parâmetros, e não deu parâmetro nenhum. Bom, o primeiro que chega e estabelece uma cerquinha, o pessoal se atira (MISN).

Flavio e Maria Izabel foram participar do Projeto Rondon no início dos anos de 1970, período de 1972 a 1974, e contaram a suas experiências adquiridas na UFRGS e em Rondônia, no Campus Avançado da universidade. Trouxeram em seus relatos a UFRGS dessa época, aspectos da experiência de estudantes nesse período da ditadura, aspectos do cotidiano, tarefas que exerciam como estudantes e a importância que teve essa prática educativa para eles junto ao ensino da EPB. Eles destacaram a importância que era dada à prática educativa e que foi traçada no Decreto-Lei nº 869/69 junto com a Educação Moral e Cívica e a EPB. Revelaram aspectos de sua formação e também o sentido e a importância que teve essa experiência na sua formação acadêmica.

A entrevista realizada com Lorena Holzmann⁴⁰⁴ trouxe aspectos vinculados a UFRGS e ao Departamento de Ciências Sociais, trazidos como professora que foi do Departamento durante toda a sua trajetória na Universidade. Ela também participou da publicação sobre os expurgos de professores da UFRGS, lançada em 1979.

Ao ser perguntada sobre o que lembrava da EPB, Lorena trouxe o que se falava na época em torno dos conteúdos ensinados na disciplina, conforme relatou:

A gente ouvia os alunos falarem, de contar que aquela ideia que se usava muito do caráter e a personalidade básica de um povo, no caso, o brasileiro, que ele era pacífico, que era incongruente. Me lembro do que um aluno disse: Como? Como que o povo brasileiro é um povo pacífico e incongruente? E ele começou a mencionar as revoltas que tinham acontecido como a Guerra dos Farrapos, dos Emboabas, a Inconfidência Mineira, as execuções, etc. essas coisas todas que são

⁴⁰⁴ HOLZMANN, Lorena. **Entrevista realizada em 25 de junho de 2018 na residência da entrevistada.** Professora de Sociologia aposentada da UFRGS.

colocadas pra baixo do tapete. Quem não está preocupado em reconstituir a história nem sabe, esquece isso. E para esse estudante, o professor teria chamado a atenção dele, pois ele estava perturbando a turma, alguma coisa assim. A contestação era uma coisa bastante reprimida (LH).

Iniciou como aluna no Curso de Ciências Sociais no ano 1964, conforme contou na entrevista. As disciplinas no curso ainda eram anuais. No início do seu curso as aulas eram bastante baseadas em manuais e, no decorrer foram introduzidos novos autores, em especial no quarto ano, pelo prof. João Guilherme Correa de Souza, como Comte, Durkheim, Marx e Weber. Esse perfil trazido por Lorena do Curso Ciências Sociais não tinham muita identidade com o que o Decreto-Lei nº 869/69 previa para ser ensinado na EPB. Havia outra disciplina do Ciclo Básico, chamada Estudo do Homem, que era responsabilidade dos professores do Departamento de Ciências Sociais. Essa disciplina se tornou a Introdução à Sociologia na sequência e era oferecida para todos os cursos da Universidade.

Perguntada se ela lembrava do Prof. Richter, disse que sim, mas se referiu apenas a seus aspectos físicos. E se conviveu, apenas lembrava-se das promoções e iniciativas como as Expo-EPB, o Centro Superior de Civismo, por exemplo, Lorena respondeu que não se lembrava de nada e se referiu assim:

Mas devia ter –caldo- para isso dentro da Universidade, porque quando eu dava aula no Básico, uma vez um aluno me disse, que levantou a questão: porque ser contra? Porque ele achava que o Hitler tinha sido muito bom porque ele tinha levantado toda a economia alemã depois da Primeira Guerra (LH).

Estas referências feitas pela entrevistada aos conteúdos e a organização da EPB no Ciclo Básico, trazem o contexto em que a EPB foi inserida e organizada na Universidade e no IFCH no Departamento de Ciências Sociais. Os professores dos mesmos atuaram preferencialmente na disciplina Estudo do Homem e a EPB se organizou como um novo corpo, ainda que dentro do mesmo Departamento e voltada ao Ciclo Básico. Sobre se havia resistência devido à inclusão dos professores e da EPB no Departamento de Ciências Sociais, comentou:

Alguns eram da Introdução ao Estudo do Homem e os outros talvez fossem de EPB. Na verdade, a maior reação foi quando houve a separação do Departamento de Ciências Sociais em Ciência Política, Sociologia e Antropologia, porque aí queriam botar no nosso Departamento, todo mundo queria limpar sua barra [...]. E aí foi que houve resistência (LH).

O que Lorena trouxe nessa parte da entrevista revela que não houve resistência na inserção dos professores e da disciplina de EPB no Departamento de Ciências Sociais. Houve

um silêncio, uma indiferença em torno da EPB no universo do Departamento quando disse: “[...] os outros talvez fossem de EPB”. Pelo que reconstituí nas fontes e pela memória que tenho do acontecimento, posso dizer que houve resistência quando da divisão do Departamento já nos anos de 1990, que poderia trazer os professores da EPB para o novo Departamento de Sociologia, por exemplo”.

Perguntada sobre a sua participação no livro sobre o expurgo de professores na UFRGS, livro publicado em 1979 pela ADUFRGS, disse:

Os expurgos, foi o livro que nós publicamos em 1979, quando foi fundada a ADUFRGS. Foi uma briga na Universidade, porque quando se fundou a ADUFRGS, houve uma reação contrária dentro da Universidade, que a ADUFRGS era um grupo de comunistas, aqueles chavões da época. A USP já tinha publicado o Livro negro da USP, sobre os processos de expurgos, e a gente resolveu fazer aqui. Reunimos um grupo de pessoas e se fez o livro, uma publicação. A gente reuniu um grupo de pessoas, contatou-se os professores que tinham sido afastados da Universidade. Alguns deles tiveram, primeiro, alguma relutância ou resistência. Eles narraram depois, que eles tiveram experiências de ir na rua e algumas pessoas conhecidas verem eles à distância e cruzarem, atravessarem a rua! Havia muito medo, muito medo, do contato com essas pessoas estigmatizadas. Então, alguns, no fim, acabaram aderindo à proposta, e nos deram documentos, depoimentos, e a gente escreveu a toque de caixa. O livro foi publicado acho que dois dias antes da Anistia, em um evento muito legal na Assembleia Legislativa. E no outro dia, já saíram no jornal comentários contra o livro, porque botou o nome de pessoas que tinham tido comprometimento. Um deles era um professor do nosso Departamento, que era o professor Laudelino Medeiros (LH)

A participação da Lorena na ADURGS e na publicação sobre os expurgos de professores da UFRGS revela uma fratura que se vivia na UFRGS, naquela época. De um lado, resistências, de outro uma prática vinculada à ditadura, sem falar dos silêncios e das indiferenças, obrigações acadêmicas como o ensino da EPB, num clima de medo, no contexto da ditadura ainda em vigor. O que veio na lembrança era o clima de medo, inclusive ao lembrar o medo existente para a publicação do livro dos professores expurgados na UFRGS, é que existia “uma outra universidade” ao lado daquela “oficial”. Inclusive na primeira edição do livro da ADUFRGS sobre os expurgos, nenhum autor assinou o texto do livro. E a EPB era a “universidade oficial” também junto ao Departamento de Ciências Sociais. Assim dentro do próprio Departamento havia um clima de medo e também aconteciam articulações e negociações, que incluíam achar formas de convivências com o setor da EPB. Numa referência ao Prof. João Guilherme Correa de Souza, que era professor de Sociologia, a entrevistada lembrou:

O prof. João Guilherme era um grande articulador. Ele dizia que: para a gente não perder, a gente tem que compor. Então, a gente dava uma vaga para EPB, por exemplo, numa eleição para o colegiado, para a gente manter o controle do Departamento. Eu não me lembro de confronto ideológico grande, dentro do Departamento, com os professores da EPB. O clima era maior na Universidade especialmente quando eu era estudante havia muita desconfiança, por exemplo, quando chegava alguém na Universidade se perguntava: quem é esse cara?[...] Ninguém conhece, pode ser olheiro. Na época do Ciclo Básico, tinha provas que todos os alunos faziam e era domingo. E tinha muito controle pra entrar, tinha que se identificar na entrada da sala. E muitos que controlavam, tinham a carteira da Polícia Federal (LH).

Perguntada sobre se participa em mobilizações políticas atuais (2018), tendo em vista a sua trajetória de militância política desde estudante e como professora, afirmou que participou recentemente de um grupo chamado de Velha Guarda, (velhos de 1964), numa manifestação em torno do ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, que estava sendo julgado pela Justiça em Porto Alegre, comentou:

A Velha Guarda de 1964. As pessoas estavam com medo, as pessoas antigas! Aí fomos em grupo para nos proteger. E eu tinha feito um cartaz que eu levei, 1964, 1967, 1968, mas não sei porque, o pessoal tirou 64, contra a ditadura e 2018 pela democracia. E fez-se aquela faixa grande da Velha Guarda (LH).

O que chama a atenção na narrativa de Lorena como os medos que existiam desde 1964 e passaram pela ditadura militar e civil brasileira e emergem ainda em 2018. No próprio Departamento de Ciências Sociais e na Universidade, os medos da repressão também existiam e tinham a sua influência na organização universitária e vida acadêmica.

Interpretando o momento político atual (2018) acrescentou:

A gente chegou a ter a ilusão de que tinha o pé firme em uma situação democrática, mesmo tendo muito o que avançar. A gente estava pisando em território firme. Quando, de repente, acontece esse descalabro todo. As coisas não acontecem por acaso. Existia toda uma base meio submersa, e quando as coisas se mostraram favoráveis para quem tem condições de fazer isso, acontece esse horror que está acontecendo (LH).

Na entrevista, Lorena trouxe como a EPB existia na Universidade e no Departamento de Ciências Sociais, tanto em termos de conteúdos ensinados como na organização paralela dos professores. Seus conteúdos ensinados não tinham espaço no Departamento de Ciências Sociais e seus professores existiam isoladamente no departamento. Inclusive ao ser perguntada no início da entrevista sobre a EPB, se referiu à mesma com a expressão: “ouvi falar [...]”, mesmo estando no mesmo departamento que os professores que lecionavam a disciplina. Revela também uma outra universidade, que era diferente da universidade da EPB.

Ela traz os medos que existiam no contexto da ditadura e na Universidade e no Departamento de Ciências Sociais, inclusive para publicar livro sobre professores expurgados. A EPB vivia um outro mundo vinculado ao projeto da ditadura da época, ao lado de uma parte da Universidade.

Conforme a entrevistada relatou, também o grupo de professores da EPB no Departamento de Ciências Sociais não estava integrado e tinha a sua vida própria como um setor dentro do departamento. Mesmo estando vinculado, mas o setor funcionava de forma separada. O que também diferenciava a EPB, pois era o seu perfil programático como disciplina, principalmente no Ciclo Básico do qual a EPB fazia parte. A disciplina Estudo do Homem do mesmo Ciclo era mais vinculada aos professores do Departamento de Ciências Sociais do que a EPB. Essa separação interior no departamento exigia a necessidade de articulações políticas internas com os professores de EPB, por exemplo, nas eleições de chefia e representação num colegiado. A EPB tinha o seu peso no departamento como um setor, separado, mas vinculado.

Acrescentando a contribuição de Lorena nas entrevistas apresentadas até aqui de Ondina, René, Flavio e Maria Izabel, a entrevistada traz ao lado das aulas de EPB cursadas e práticas educativas vivenciadas, como também, a inserção via monitoria de estudante junto à EPB, dois espaços paralelos na universidade. Uma seguindo a proposta vinda da ditadura e a outra da resistência, mesmo com indiferença. A cultura política da acomodação, histórica, como um elemento característico do brasileiro nas condições adversas impostas por ditaduras e regimes autoritários, pode ser percebida aqui na UFRGS. O que fazer? O estudante, professor e funcionário tiveram que fazer a sua escolha para cumprir a obrigação, se proteger, esperar passar, ser estratégico na sua sobrevivência acadêmica, etc. Mas surgiu a pergunta: Para que e para quem serve o medo na cultura política?

Através da entrevista com Raul Pont⁴⁰⁵ Deputado Federal na época da eliminação da EPB, EMC e OSPB no início dos anos de 1990, foi possível buscar aspectos de sua experiência dessa eliminação, no contexto do Congresso Nacional. Se formou em história pela UFRGS nos anos de 1970 e se tornou ainda nessa época professor de Ciência Política na UNISINOS. Nessa atividade profissional na UNISINOS, também foi professor de EPB. Enfatizou que dar aula de EPB nessa circunstância era uma forma de aproveitar a disciplina no sentido de trazer estudos e conhecimentos da realidade brasileira aos estudantes em sala de

⁴⁰⁵ PONT, Raul. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 26 de junho de 2018 na Assembleia Legislativa do RGS.** Professor e Político.

aula. Depois na sequência foi eleito Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), essa entrevista trouxe aspectos de sua trajetória.

Raul contou como foi a sua ida à Brasília e a sua participação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados na época da discussão da nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases, que envolveu também a eliminação da EPB, EMC e OSPB:

Eu fui pra Brasília em 1991. Antes, fui Deputado Estadual a partir de 1987, que foi o meu primeiro mandato aqui na Assembleia Legislativa. Foi quando eu trabalhava na Unisinos, como professor e fiquei aqui até noventa e um, quando me elegi Deputado Federal. Quando cheguei lá, nossa bancada tinha dado um pulo, nós éramos quinze, passamos para 35 deputados, e á ficou mais fácil a gente distribuir deputados em todas as comissões, com uma presença forte nas comissões, e eu fui pra Comissão de Educação. E a grande reivindicação, na época, era a nova LDB, a nova Lei de Diretrizes Bases da Educação [...]. Se criou um fórum nacional, o Fórum Nacional das Entidades em Defesa da LDB, que era composto pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que pegava todos os sindicatos, a UNE, a UBES, as entidades das universidades, a ANDES, os sindicatos de professores do setor privado, os especialistas em educação [...]. Estava lá pela nossa bancada o Florestan Fernandes [...] enquanto se discutiu a LDB. Podíamos enfrentar um caso concreto, e no caso da Moral e Cívica, tinha ainda esse ranço, tinha esse negócio que era algo que vinha da ditadura e não tinha sido mexido. E dentro do fórum houve um movimento para que a gente tomasse a iniciativa de apresentar um projeto específico [...] a ideia que predominava era de não fazer uma tábua rasa do conteúdo [...] que tudo se resumia a ditadura [...]. A nossa experiência na Unisinos indicava que a EPB poderia ser trabalhada como matéria; bom [...] não me lembro bem por que razão, ali no debate, na discussão, a nossa bancada assumiu e eu disse: não, não tem problema, posso assumir a autoria do projeto, se sempre tem que ter um autor, mesmo que dez, vinte assinem [...] (RP).

Na continuidade de sua carreira política disputou a candidatura a Vice-prefeito de Porto Alegre junto com Tarso Genro. Eleitos, Raul renunciou ao mandato de Deputado Federal em dezembro de 1992, para assumir seu novo cargo político. A matéria da eliminação da EPB, EMC e OSPB, no entanto, continuou tramitando no congresso com seu nome e foi aprovada no ano de 1993.

Enfatizou na entrevista, o texto da Lei nº 8663/93, a qual eliminou a EPB e manifestou a sua opinião sobre o período posterior à medida:

[...] no artigo 2º, onde diz: “a carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política, dos currículos de Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o seu objetivo formador de cidadania e conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporadas sob critério das instituições de ensino e dos sistemas de ensino respectivos, às disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Sociais. Quer dizer, o objetivo era de que História, Filosofia e Sociologia assumissem a carga fosse ampliada. Objetivo [que] não foi obedecido pelos sistemas de ensino! No setor privado, imediatamente, a carga horária foi pra Química, Física, Matemática, porque o objetivo era formar pro

vestibular e o setor público, não teve por parte do órgão normativo do Ministério de Educação nenhum empenho, nenhuma vontade, nenhuma disposição de encaminhar alguma coisa nesse sentido. Então, mesmo que a matéria tenha sido aprovada, a Lei, eu reconheço, não vigorou” (RP).

Em torno das consequências dessa liberação das disciplinas, Raul comentou que o conteúdo da disciplina da EPB era importante, mas não como entulho autoritário. Contou na entrevista que havia livros de OSPB bem progressistas, como o livro de Frei Beto, por exemplo, destinado ao secundário com conteúdos de OSPB, que perderam a sua importância a partir da eliminação. Lembrou também da sua experiência de lecionar EPB na UNISINOS, como uma experiência muito importante em torno de temas que estudam o estado, organização da sociedade, cultura, a atualidade brasileira, etc. E que na atual Reforma de Ensino no Ensino Médio, por exemplo, que está sendo implantada desde o governo do Presidente Temer poderiam ser incluídas disciplinas que estudam o Estado brasileiro, sua organização, democracia, entre outros assuntos vinculados à sociologia, história, antropologia, ciência política, enfim, estudos da área de humanidades. Mas isso não está acontecendo.

Sobre a sua experiência atuando no Congresso na Comissão de Educação e estando junto ao Fórum Nacional em defesa da LDB e o parecer da eliminação da EPB, EMC e OSPB estando em seu nome, se recebeu visitas, pressões, conforme sua fala:

Me lembro vagamente, tivemos aqui, em Porto Alegre, em uma das minhas vindas a Porto Alegre, eu me lembro da reunião com alguns professores de EPB, que estavam preocupados. Eu disse que não estava tirando esse projeto da minha cabeça, e estávamos enfiados lá até o pescoço com o Fórum das Entidades, e a preocupação também do Fórum era contemplar isso que estava no artigo 2º da Lei nº 8663/93, que era contemplar, digamos, era fazer a disputa com o que vinha do chamado entulho autoritário, principalmente a Moral e Cívica [...] e passar a ter essas disciplinas com conteúdos já mais consolidados na sociologia, na história que são corpos conceituais dentro de cada uma dessas disciplinas, onde as referências, onde o método de conhecimento estão mais consolidados (RP).

Raul também se referiu na entrevista como vê hoje essa flexibilidade da Lei na eliminação, deixando para as escolas e universidades a definição em torno do que colocar no lugar de EPB, EMC e OSPB:

Acho que houve uma ingenuidade nossa, minha, também, é que, na hora de materializar isto, nem o poder público, nem os órgãos do poder executivo [...] digo ingenuidade porque o Conselho de Educação daquela época, como sempre foi e continua sendo, e mesmo nos últimos governos, sempre um conselho muito pressionado, muito refém da educação privada, da educação, seja no superior, ou no segundo grau (RP).

Enfatizou também a importância do Fórum Nacional em Defesa da LDB pelo seu caráter representativo da sociedade e de entidades vinculadas à educação. Inclusive a reunião feita com professores de EPB do Rio Grande do Sul com ele, teve essa importância de receber o grupo no sentido de ouvir propostas em torno da LDB. No caso envolveu a EPB, mas havia um contexto mais amplo. Conforme Raul, a EPB como disciplina desvinculada do chamado entulho autoritário, poderia se inserir nas possibilidades em torno de estudos brasileiros, na ótica da cidadania que na nova LDB estava debatendo.

A proposta elaborada na época, que foi a eliminação da EPB, EMC e OSPB dos currículos com a liberdade oferecida às universidades e escolas no sentido de facultar a escolha em torno de o que colocar no lugar, de conteúdos e carga horária, trouxe na entrevista a indagação: como andamos hoje no universo do ensino nos cursos, com conteúdos e formação de alunos na sua cidadania, valores humanos, etc. respondeu que:

Acho que é um tema muito contemporâneo, eu reputo como um dos temas mais necessários que a gente tem que retomar como bandeira legislativa, dos sindicatos, porque, uma das razões dessa crise política que a gente vive é a absoluta, é o absoluto desconhecimento, por parte da juventude, do sistema político, e das pessoas terem, em algum momento na escola, na universidade ou no ensino médio, que é mais abrangente, o mínimo de conhecimento da concepção, de conhecimento dos direitos e deveres da cidadania, e de como funciona o Estado. Eu sinto isso nas campanhas eleitorais, quando a gente estava na prefeitura, nós tentávamos superar isso, nos limites de onde, por exemplo, quando se fez, aqui, o orçamento participativo em Porto Alegre, as reuniões do orçamento participativo, todas elas, as reuniões regionais, mesmo as temáticas, elas eram, se abriam com um momento artístico, que podia ser um teatro de bonecos, um pequeno esquete de teatro, podia ser uma música, e segundo passo era uma apresentação do orçamento, do orçamento do município, do orçamento geral. E aí a gente sempre introduzia, nesse momento, a gente introduzia alguma coisa, digamos, olha, o que que é da União, o que que vem da União pro Município, o que que vem do Estado, quais são os impostos, porque esse imposto é cobrado pela União e esse outro é pelo Estado, e esse aqui é do Município, o que que é o poder do Município, o que que é a receita disponível do Município, que são coisas diferentes, então a gente procurava, passava ideia pra justificar o porquê que tem que ter partido político, porque que tem que ter, ne [...] opiniões de [...] (RP).

Acrescentou Raul a partir de sua colocação acima:

Mas não é por falta de base legal! É uma disputa que terá que ser feita, que terá que [...]. Uma disputa de currículo, uma disputa das disciplinas, aí, da compreensão da importância e da necessidade. A minha experiência parlamentar e no executivo me dão certeza, convicção, de que isto é uma necessidade imperiosa, porque, olha, é uma das razões da despolitização e da facilidade com que as pessoas vão atrás de qualquer conversa fiada, vão atrás de qualquer noticiário, tem uma necessidade enorme discernir uma coisa da outra, enfim [...] (RP).

O diálogo com Raul na entrevista trouxe aspectos em torno da elaboração da nova LDB no início dos anos de 1990, o processo da eliminação da EPB, EMC e OSPB junto ao Congresso Nacional e a sua experiência como parlamentar e também de professor. Ele explicou que a iniciativa em torno da eliminação da EPB estava no contexto mais amplo da nova LDB em debate e, que havia uma preocupação no sentido de superar heranças ainda existentes nos anos de 1990 da época da ditadura. No Congresso Nacional havia um movimento do qual fazia parte e aqui na UFRGS também havia um movimento de eliminar os chamados entulhos autoritários, que envolvia a eliminação da EPB na UFRGS.

A entrevista de Raul traz a experiência de um professor de Ciência Política, formado em história na UFRGS e na sua carreira política se dedicou à educação e pode ajudar na construção da nova LDB no Congresso Nacional. O que foi revelador para mim, considerando quando a eliminação da EPB foi aprovada em 1993, pois, Raul já era Prefeito em Porto Alegre. O Parecer tinha sido assumido por ele no contexto da Comissão de Educação do Congresso Nacional e continuou tramitando. Dito por ele, e esclarecendo que o trabalho foi feito no Congresso na Comissão de Educação, era uma empreitada coletiva em torno da nova LDB e, nesse contexto, andou a eliminação da EPB.

Outra contribuição e aspecto trazido por Raul foi em torno do conteúdo do parecer. A eliminação da EPB e EMC-OSPB deixou em aberto a substituição dessas disciplinas por outras a cargo das universidades e escolas. Essas poderiam oferecer outra disciplina nesse espaço que se abriu nos currículos, mas diluíram as ex-aulas de EPB, EMC e OSPB na carga horária geral nos cursos. A flexibilização sugerida na Lei não vinculou uma nova disciplina substituta à EPB, EMC e OSPB eliminadas. As universidades e escolas poderiam criar uma disciplina de cunho humanístico e de cidadania, como desejavam e era facultado pela lei da eliminação. Essa não determinação de uma disciplina substitutiva, tanto para a EPB e EMC-OSPB, no Parecer, nas palavras de Raul, trouxe para ele uma certa frustração. O que surge como uma pergunta dessa situação: Qual a razão dessa não substituição de uma disciplina por outra, de cunho humanístico e de cidadania? Talvez a herança que essas disciplinas deixaram como um entulho autoritário bloqueou essa sugerida substituição!

A memória da EPB na UFRGS buscada através das contribuições das pessoas entrevistadas, trouxe novos olhares sobre a UFRGS na época da ditadura militar e civil brasileira, em especial as experiências de estudantes. O olhar de Ondina, que conviveu com a rotina da EPB no início dos anos de 1970, trouxe as inquietações e percepções de uma estudante do Curso de Ciências Sociais, que pode trabalhar junto à EPB. O que poderia ser visto como um consentimento, Ondina apresentou como uma forma de resistência, vinculada

ao contexto mais amplo do movimento estudantil, que via a EPB como algo a ser superado no percurso dos estudos na Universidade. René, como aluno de Pós-Graduação nos anos de 1970, se referiu na sua entrevista às contestações junto ao ensino da EPB na UFRGS, mas enfatizou que a disciplina era uma obrigação desnecessária para concluir o Mestrado em Ciência Política. Destacou que os conteúdos ensinados trazidos na EPB que cursou tinham uma carga tecno-buocrática, como se fosse um conteúdo “neutro”. Maria Izabel e Flavio, por sua vez, relataram suas experiências junto ao Projeto Rondon, prática educativa de extensão universitária, como alunos da UFRGS nos anos de 1970 e destacaram a importância que a experiência lhes trouxe na sua formação acadêmica, bem como a militarização do projeto. A participação nessa experiência acadêmica foi significativa, mesmo com precariedades naquilo que o projeto oferecia. O relato de Lorena caracterizou-se pelo olhar de uma professora que viu a EPB internamente no Departamento de Ciências Sociais, indicando que a disciplina funcionava de forma isolada, sendo que os professores de EPB, na visão dela, tinham pouca convivência com os demais professores do mesmo.

A memória foi explorada nessas entrevistas como um resgate de esquecimentos, dando-se preferência ao diálogo em torno da experiência dos entrevistados. Assim ex-alunos da EPB na UFRGS narraram o que se lembraram daquela época numa fala espontânea com inserção de algumas perguntas como se fosse um fio condutor (vide Apêndice C). Nas conversas brotaram lembranças de algumas rotinas e do cotidiano, sentimentos não só das pessoas entrevistadas na UFRGS, como também em relação ao contexto mais amplo da ditadura militar e civil brasileira. Entre os aspectos explorados nas entrevistas, como cidadania e civismo, os entrevistados indicaram que o civismo estava presente em especial na prática educativa, que foi o Projeto Rondon. A ida à Rondônia tinha toda a logística militar, não só para ir, como lá na inserção nas rotinas militares com estímulo ao civismo em rituais à pátria. No entanto, a cidadania pode-se considerar como um olhar sobre essa prática educativa, era formal e não substantiva. O conhecer a realidade brasileira, no caso, o Brasil amazônico, era feito assim num olhar cívico.

Sobre a atualidade do tema da EPB em 2018, o que foi perguntado no final de cada entrevista, as contribuições dadas pelos entrevistados foram no sentido de que o ensino de EPB, EMC e OSPB poderiam ter hoje importância como gerador de consciência cidadã, mas não nos termos praticados na época da ditadura. E que esse tipo de ensino falhou na época devido ao seu propósito cívico doutrinário e moralizante. Assim, gerou indiferenças, acomodações e também adesões. Quando da eliminação desse ensino, o propósito de colocar ensino de humanidades e cidadania nas escolas e universidades enfraqueceram. Esperava-se

uma substituição por outra disciplina, conforme indicava a Lei da eliminação. Mas a diluição da EPB como carga-horária e conteúdos não trouxe a garantia de um ensino cidadão. A simples liberação das disciplinas de EPB, EMC e OSPB deixaram um vácuo que não foi preenchido formalmente. Nada ficou no lugar, conforme disse Raul Pont na sua entrevista. O ex-deputado afirmou que a Lei nº 8663/93 ofereceu o rumo no artigo 2º, mas isso não foi seguido. As aulas de EPB, EMC e OSPB foram substituídas por outras disciplinas sem a preocupação com uma formação de humanidades e cidadania. Pode ter prevalecido um receio que a permanência dessas horas, poderia estender o ensino eliminado numa inércia do entulho autoritário. É bom lembrar, que ele veio do período repressivo da ditadura militar e civil brasileira e teve um peso e, talvez, ainda fosse sentido demais nos tempos já democráticos dos anos de 1990.

7 CONCLUSÃO

É importante considerar no fechamento dessa tese que a sua elaboração foi uma investigação histórica que procurou resgatar via estudo de caso, pela análise da disciplina de EPB, um pouco da história e da memória da UFRGS. E que esse estudo fez parte de um contexto mais amplo, que foi a sua vinculação com a história do Brasil no período da ditadura militar e civil brasileira.

Para compreender melhor essa história contamos com a participação de vários convidados com seus depoimentos enriquecedores e também nos foi permitido o acesso aos arquivos da coordenação da EPB da UFRGS com registros importantíssimos daquela época e, além disso, uma autobiografia desse autor das experiências vividas em torno desse tema.

Foi feita uma pesquisa em fontes, documentos e bibliografias procurando problematizar o objetivo dessa tese, a partir de temas como: o lugar da cidadania e do civismo; o que efetivamente pretendia a EPB em termos de conteúdos ensinados; a trajetória da EPB na UFRGS durante a sua existência no período da ditadura e na abertura até o ano de 1993; as práticas educativas junto à EPB na Universidade e memórias em torno da EPB, através de entrevistas.

A EPB como disciplina obrigatória nos cursos nas universidades brasileiras teve o seu ciclo. Foi inserida 5 anos após o Golpe de 1964, e, sobreviveu ainda no período após por mais 8 anos. Começou em 1970 a 1993, total de 23 anos de existência, sendo que, 15 anos foram durante a ditadura militar e civil brasileira. A CNMC foi fundamental para a existência da disciplina durante a ditadura. Porém, mesmo com a extinção da Comissão logo após o fim da ditadura em 1986, a disciplina de EPB manteve-se nas universidades e também a EMC e a OSPB permaneceram nos currículos das escolas, ainda durante os governos civis do Presidente José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. Essas disciplinas obrigatórias apenas foram eliminadas dos currículos no último governo mencionado, ou seja, em 1993. Isso indica que a EPB não era um projeto só de militares, mas também de civis vinculados a esse projeto da ditadura brasileira.

Adesões, resistências e também indiferenças em relação à EPB aconteceram durante a ditadura, mas após, a EPB teve, de certa forma, a sua presença de forma inercial. Essa inércia que aconteceu se deve ao fato da disciplina interessar a uma fração conservadora da sociedade brasileira. Esse conservadorismo priorizava o civismo e restringia a cidadania, e além de enaltecer as realizações da ditadura, atendia parâmetros conservadores e tradicionais da

sociedade brasileira. Entre 1986 e 1993, nesse período inercial da EPB, procurava-se remover o chamado entulho autoritário, o que aconteceu de forma gradual.

Na ditadura militar e civil brasileira, o civismo foi levado ao cidadão como um ingrediente muito importante pelo fato de ter nessa ditadura a necessidade de procurar sua legitimidade devido a sua excepcionalidade e o seu cunho autoritário. Via Doutrina de Segurança Nacional, trazida pela ESG para o contexto da educação, procurava-se dar organicidade ideológica por meio do ensino de civismo e da moral, processo que se desenrolava concomitantemente à restrição à cidadania. Na medida em que se incentivava o civismo, a ditadura impunha restrições à cidadania de uma forma obscura, como se o civismo fosse cidadania. O que vem à tona sobre esse aspecto na ditadura militar e civil brasileira é, se poderia haver um equilíbrio entre o civismo e cidadania, quer dizer, formar cidadãos no civismo sem restringir a sua cidadania. Possivelmente o ingrediente moral incluído via decreto lei teve muita força para a criação dessa restrição à cidadania brasileira. O civismo, por sua vez, era incentivado com um componente moralizante e, assim era valorizado o cidadão que se enquadrava na cartilha ditada pelo Decreto-Lei nº 869/69. O civismo tornou-se seletivo, definindo um bom cidadão ou “cidadão do bem”, sem considerar os seus direitos, a cidadania como fundamental. Não se estimulava a cidadania substantiva, mas considerava-se a formal, que era o civismo. Assim, a cidadania – que implica em que o Estado reconhecesse que o cidadão tem o direito de ter direitos, tanto direitos civis, como políticos e sociais - teve pouca importância no ensino da EPB. Por sua própria natureza, o ensino de EPB veio pronto, veio como uma cartilha programática ditada ao estudante, restringindo assim os direitos do estudante nas universidades. A EPB foi um projeto que procurou mostrar as realizações da ditadura, no contexto de intensificação da repressão política, perseguições ideológicas, falta de liberdade de expressão, censura à imprensa, à cultura, à músicas, no teatro, no cinema, etc. Propunha estudar a realidade nacional levando em conta princípios religiosos, de democracia e liberdade, de formação moral e cívica do brasileiro. Essa abordagem do Brasil levada para ser problematizada em salas de aula nas universidades gerou indiferenças, resistências e, também, consentimentos. Mas também gerou um sentimento de “esperar deixar passar”.

Essa frase foi uma indiferença silenciosa e, beirava o querer esquecer, também conhecido como “zona cinzenta”, teve reflexos na inércia da existência da EPB, na pós-ditadura já nos governos civis. Porque não considerar os reflexos dessa tendência ao esquecimento, resultado do deixar passar, uma indiferença, para as dificuldades que a consciência cidadão possui até hoje?

Questionamentos existiam em torno da EPB na UFRGS. Também resistências contra esse ensino. Ao lado da organização dessa disciplina como um Setor junto ao Departamento de Ciências Sociais do IFCH, e inclusão dela nos currículos dos cursos de graduação e oferecimento de turmas aos pós-graduações, existia uma outra universidade que se matriculava na EPB e precisava cursar a mesma para se formar, além de uma certa negação desse ensino no meio universitário de forma geral. Ao lado de resistências, a EPB também teve adesões e existiam também indiferenças. Na adesão, havia a consideração da importância do estudo da atualidade brasileira e a resistência acontecia principalmente no campo político, tendo em vista que se tratava de uma disciplina do projeto educacional da ditadura em vigor. E a indiferença ficava no lugar de que não adiantava resistir, pois, era importante esperar deixar passar o que veio de cima. Assim, a EPB esteve cercada de duplicidades, sendo inclusive a indiferença uma forma de resistir.

A tese reconstitui a história da EPB na UFRGS. A disciplina foi implantada por um Grupo-tarefa no ano de 1971. Os professores que fizeram parte desse Grupo se basearam no Decreto-Lei nº 869/69, no Decreto-Lei nº 68.065/71 e no parecer 94/71 do CFE para inserir e planejar a EPB na UFRGS. Esse Grupo-tarefa organizado pela SUPAD escolheu a experiência do ensino de uma disciplina na Faculdade de Engenharia, a disciplina de Humanidades, vinculada ao Prof. Henrique Richter, para implantar a EPB na UFRGS. O professor se tornou protagonista da EPB na UFRGS, pelo menos até 1979. Na Faculdade de Filosofia havia uma disciplina com o nome de Problemas Brasileiros que poderia servir de modelo para essa implantação. Mesmo a EPB tendo sido incluída como Setor e disciplina no Departamento de Ciências Sociais do IFCH, o ponto de partida veio da Faculdade de Engenharia, o que revela que a EPB, mesmo tendo sido incluída no IFCH com os seus professores e como disciplina, não teve muita organicidade nessa unidade universitária.

A proposta da EPB como um ensino vinculado ao projeto da ditadura militar e civil brasileira na área da educação foi marcada pela verticalidade, inclusive com programa de conteúdos a serem cumpridos. Aconteceu uma sobreposição de sistemas, desde o âmbito federal com a CNMC até a organização de seu ensino em sala de aula. Na UFRGS não se percebeu a partir dessa pesquisa que houvesse autonomia dos professores nos conteúdos que trabalhavam em sala de aula. A seleção de seus professores era feita via análise de currículos *vitae* na SUPAD, que já avaliava quem estava apto para ser professor de EPB na universidade. A pesquisa demonstrou que havia uma significativa rotatividade de professores. Alguns ficavam por poucos semestres e outros por longo tempo. O papel do coordenador, Prof.

Richter, no início da EPB na UFRGS era centralizado e a sua atuação junto à SUPAD determinava os rumos da EPB.

O perfil inicial da disciplina na instituição se manteve depois com a implantação da EPB em 1972, como disciplina do 1º Ciclo. Foi desdobrada em duas disciplinas, a EPB I e a EPB II e funcionou assim até a sua eliminação. Ainda em 1992, por exemplo, nas súmulas do catálogo de cursos da UFRGS as EPBs tinham conteúdos da ditadura como: introdução doutrinária; desenvolvimento integral e segurança nacional; campo psicossocial; campo técnico-científico; campo militar; as forças armadas, entre outros temas.

A EPB na UFRGS foi implantada e inserida no projeto educacional da ditadura militar e civil brasileira e seguiu o seu rumo desde o trabalho do Grupo-tarefa que a criou, passando por atividades de prática educativa como as Expo-EPB, a criação do CSC-Centro Superior de Civismo, as comemorações em torno das festividades do Sesquicentenário da Independência brasileira, as viagens de professores visitando grandes obras da época, inclusive a adoção de um Livro-agenda de EPB e a organização de conteúdos trabalhados em sala de aula. O que foi possível tirar dos documentos arquivados pela coordenação da EPB foi que a UFRGS teve a preocupação de cumprir a sua tarefa exigida via Decreto lei. E assim foi feito.

Na busca de memórias em torno da EPB, as entrevistas realizadas trouxeram vários aspectos relevantes sobre a disciplina na UFRGS. O entrevistado René relatou que cursar a EPB como aluno foi uma obrigação desnecessária; Maria Izabel se referiu na entrevista que a UFRGS não precisaria ser tão adesista ao projeto educacional da ditadura; Flavio Borella lembrou que o Projeto Rondon foi muito importante para sua formação como dentista, e da EPB lembrava [...] que eram palestras; Lorena se referiu à EPB com um “ouvi falar”, como estudante de aspectos que a EPB ensinava; Ondina destacou a importância de resistir contra a EPB no meio dos estudantes e o entrevistado Raul enfatizou a EPB como um ensino importante na formação do estudante, desde que não excluísse a cidadania do seu conteúdo. A EPB na UFRGS tinha essas variantes que prevaleceram até a sua eliminação no ano de 1993. Quando da sua eliminação na UFRGS, seguiu um percurso de poucas resistências, sendo quase unânime a sua extinção na Universidade. Em especial porque a EPB ainda carregava o peso de ser parte de um entulho autoritário vindo dos anos de 1970.

Por fim, como uma reflexão em torno da atualidade desse tema, gostaria de trazer uma inquietação minha. Faz parte dos debates nesses anos atuais, não só acadêmico como também da sociedade brasileira em geral, a preocupação em torno do significado de uma retomada conservadora na história brasileira. Em várias circunstâncias é vinculada com o ensino da EMC e também com o seu complemento, a EPB. É enfatizada a falta de valores, de civismo,

de moral, de ética, enfim, a educação está falhando no ensino de moral, civismos, etc. Tive a oportunidade de me dedicar ao tema da ética e cidadania nos anos de 1990 e início dos anos 2000 a partir do trabalho do sociólogo Betinho sobre a ética e cidadania, a democracia como fundamental para esse estudo.

Depois de algum tempo, mas inspirado nessa ideia, a partir de então a disciplina de História e Cidadania foi inserida na programação junto ao Departamento de História da UFRGS. Essa disciplina estuda a cidadania na sua perspectiva histórica e busca os valores humanos, a diversidade presente na qualidade de ser cidadão, considerando a cidadania substantiva. A disciplina é oferecida com regularidade pelo Departamento de História para os Cursos de História, Ciências Sociais, Filosofia, Políticas Públicas e Serviço Social. Conhecer a ética e a história a partir do conceito de cidadania são de grande valor para os estudantes e também para mim.

O civismo esteve presente na história brasileira, desde a época do Império brasileiro, quando já havia uma preocupação com a moralidade pública, inclusive expressa em lei. A inclusão na educação de civismo, de rituais da pátria, de símbolos nacionais já existia desde o início da República em especial na ditadura do Estado Novo. Na ditadura militar e civil brasileira, via Decreto-Lei nº 869/69, houve a retomada desse ensino, mas sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional. Para as universidades brasileiras, a EPB foi criada como disciplina obrigatória e seguia a cartilha de conteúdos definidos pela CNMC e em decretos lei e era vinculada com moral e civismo. Essa cartilha seguia inclusive o contexto mais amplo da guerra fria, trazido para o Brasil pela ESG. Um de seus alvos foi combater o comunismo internamente. Essa verticalidade presente na implantação da EPB nas universidades trouxe resistências, indiferenças e também adesões e foi a razão dessas resistências e indiferenças.

A EPB ao ensinar “o conhecer” os problemas brasileiros, enfatizava conhecer os projetos da ditadura, no caso as grandes realizações da mesma, na ótica cívica e informativa. Através dessa narrativa “neutra” pretendia esconder o conteúdo ideológico do ensino estabelecido pela Doutrina de Segurança Nacional. O ensino em sala de aula era acompanhado de práticas educativas, como visitas a locais de grandes obras, a realização de eventos para professores, a criação de centros superiores cívicos, bem como o incentivo a estudantes para conhecerem a Amazônia, por exemplo, através do Projeto Rondon. A EPB como um ensino no âmbito de conhecer a realidade brasileira teve a sua época e hoje é pouco lembrada. Surge na memória normalmente quando é lembrada a EMC. A oportunidade do resgate da EPB na UFRGS foi de grande valia, pois, enriqueceu muito esse trabalho e, em especial, o arquivo da EPB existente no IFCH, foi uma forma de contribuir para trazer uma

parte da história da UFRGS para o presente e, através desse resgate conhecer de como a instituição funciona até a presente data.

Assim, essa tese também é um convite para futuras pesquisas em torno desse tema. Por exemplo, quando foram realizadas as entrevistas com nossos convidados através de perguntas abertas em torno da EPB, aos poucos, rememoravam a sua convivência com a disciplina. A tese também se propõe provocar debates em torno de esquecimentos na UFRGS.

REFERÊNCIAS

ADUFRGS – Associação de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS.** Organização e revisão de Lorena Holzmann; *et al.* Porto Alegre: L&PM 1979.

ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da faculdade de educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, p.317-46. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013317/2846>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. *In*: SCHWARCZ, Lília Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.320.

ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo.** São Paulo: Zahar, 2000.

ARNS, Cardeal D. Paulo Evaristo. Prefácio. **Brasil: nunca mais.** Petrópolis: Vozes, 1991.

BELLOMO, Harry R; SILVEIRA, J. Celso B. **Estudos Brasileiros.** Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1976.

BERTOTTI, Rudimar Gomes. **Caráter, Amor à Pátria e Obediência à Lei?** Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (1971-1981). Universidade Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado: Curitiba, 2015.

BORELLA, Flavio. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 03 de maio de 2018 em sua residência.** Flávio é dentista em Porto Alegre.

BRASIL, Francisco de Souza. Campo da segurança Nacional. *In*: LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971, p.320.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-lei nº 477 foi editado para controlar a vida acadêmica de estudantes, podendo os mesmos inclusive serem expulsos das universidades.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Disponível em: <<http://www.2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2.310 de 1991** do Sr. Jório de Barros – Revoga o Decreto lei nº 869 de 12 de setembro de 1969, que é encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Constituição e Justiça e de Redação em 26 de novembro de 1991. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;...PL+2310/1991>. Acesso em: 16 mar. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. **Exposição de motivos nº 78 de 4 de abril de 1986**. Ministro do MEC, Jorge Bornhausen no Projeto de Lei n. 7.445/86 para a revogação do Decreto lei nº 869/69. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid...PL...>. Acesso em: 22 mar.2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil-1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1835**, referente á aplicação (de leis) promulgadas de 14 de junho de 1831 e de 12 de agosto de 1834; Artigo 12°. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37087-9-dezembro-1835-563020-publicacaooriginal-87128-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 705 de 1969**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0705.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. Decreto-Lei: Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem ... Legislação Informatizada. **Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Decreto-Lei**: Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como ... Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Publicação Original no **Diário Oficial da União - Seção 1** de 15/09/1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Decretos**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd009384.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

_____. **Lei nº 5.540 de 1968**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. **Lei nº 9.394, de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2016.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação....>. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: Acesso em: 26 mar. 2016.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Lei nº 8.663/93**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666compilado.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

_____. Planalto. **A censura prévia foi instaurada pelo decreto Lei 1.077, de 26/01/1970**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm>. Acesso em: 15 mar. 2016.

_____. Senado Federal. Subsecretarias de Informações. **Decreto n. 981 - de 8 de novembro de 1890**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016.

BRASÍLIA. **Discurso de posse de Emílio Garrastazu Médici**. Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/discorso-de-posse- /view>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. MEC-CFE. **Documenta, nº 3 de março de 1962**. Artigo do Conselheiro Newton Sucupira. CFE. - Após o seu estudo serviu para que surgisse a Indicação nº 1 que cria a OSPB proposta por Anísio Teixeira em 24 de abril de 1962.

_____. Presidente Médici. **Os vínculos da fraternidade**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1973.

CAMARGO, Ten Cel Prof. Enjolras José de Castro. **Estudo de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo: Cultrix, 2012.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO General Ferdinando de. Palestrante no IV Encontro Nacional de Moral e Civismo. A ação psicossocial e a educação moral da juventude. *In*: MIGLIORANSA, Vasco Luiz. **Arquivo Memorial do IFCH**, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Arquivo Pessoal de EPB. 2017. Caixa 1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na Encruzilhada. *In*: BIGNOTTO, Newton. (Org.). *Pensar a República*. Minas Gerais: UFMG, 2002, p.105.

CHIRIO, Maud. **A Política nos quartéis**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk (Orgs.). **Maió de 68**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008..

CORDEIRO, Janaina Martins. Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). *In*: XIII Encontro de História Anpuh Rio – identidades, **Anais eletrônicos do XIII Encontro de História**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/.../encontros.../encontros-anpuh-rio/xiii-3encontro-regional-de-hist...>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

CORREA, Avelino Antônio. **Educação Moral e Cívica**. Primeiro Grau. v.1 e 2. São Paulo: Ática. 1980.

CORREIO DO POVO. **Manchete:** Professores de Moral e Cívica querem igualdade de tratamento. *In:* Arquivo. Caixa 1. Documento avulso. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

CUNHA, Janaina Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972)**. (Dissertação de Mestrado), São Leopoldo, Unisinos, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/JanainaCunhaEducacao.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. **Revista de Contemporânea de Educação**, UFRJ, v.7 n. 12, p.193-215 2012, p.195. Disponível em: <<http://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1665/1514>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

DICIONÁRIO Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

DISKIN, Lia. **Ética, valores e transformação**. São Paulo: Peirópolis, 1998.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. A estratégia Psicossocial e a Segurança Nacional em tempos de ditadura-uma leitura de gênero da Doutrina da Escola Superior de Guerra. *In:* **XXVII Simpósio Nacional de História-RN**, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.snh2013.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____; LUCAS, Meize Regina de Lucen (Orgs.). **As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira**. CNPQ-Funcap. Fortaleza, 2014.

EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z**. São Paulo: Contexto, 2003.

FALCON, Francisco. História e Poder. *In:* CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. São Paulo: Campus, 2011, p. 68.

FIGUEIREDO, Osmar Salles de. **Estudo de problemas brasileiros, como disciplina e prática educativa, nas escolas superiores da V Região Administrativa do Estado de São Paulo**. UNICAMP. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Tese de Doutorado). 1976. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000048551&fd=y>>. Acesso em: 18 mar. 2016.

FONTOURA, Amaral. **Organização Social e Política do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1967.

FURTADO, Jorge Alberto. Apresentação do livro, Superintendente Acadêmico da UFRGS. *In:* RICHTER, Henrique. **Estudos de Problemas Brasileiros**. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1971, p.6.

FUTURIÇÃO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

GALVÃO, Eduardo Rodrigues. **Estudo de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: BBLIEX-Biblioteca do Exército, 1988.

GERTZ, René Ernaini. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 25 de abril de 2018 no Ilea-UFRGS**. René é professor de História aposentado pela UFRGS e PUCRS.

GOMES, Angela de Castro. Apresentação. *In*: _____. **Direitos e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 20017.

GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. *In*: XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. **Anais eletrônicos do XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009, p.1. Disponível em: <multimediasignstudio.com.br/demo/index.php/.../2-anais.../19-simposio-2009?...>. Acesso em: 25 mar. 2016.

GOOGLE. **Imana**: comunica com propriedades magnéticas. Dicionário Informal, p.3.

GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Org.) **UFRGS, Identidade e Memórias**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

HABERT, Nadine. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 2006.

HOLZMANN, Lorena. **Entrevista concedida a Adolar Koch em 25 de junho de 2018 na residência da entrevistada**. Professora de Sociologia aposentada da UFRGS.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (Orgs.). **1968**: contestação e utopia. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KOCH, Adolar. Pra Frente, Brasil: contextos. *In*: PADRÓS, Enrique Serra; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Orgs.). **68**: história e cinema. Porto Alegre: Est Edições, 2008.

_____. Cultura de Paz: perspectivas. *In*: **Segurança Cidadã, Rede Escola de Governo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

LEAL, Ondina Fachel. **Entrevista concedida a Adolar Koch em 12 de setembro de 2018 no Ilea-UFRGS**. Professora de Antropologia aposentada da UFRGS.

LERNER, Samara Mancebo. Os Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: a estrutura e as engrenagens de um projeto de socialização política. *In*: **Interseções**, Rio de Janeiro, v.16, p.111-28, jun. 2014, p.114.

LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971.

_____. **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

MACHADO, Nilson José. **Cidadania e Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1969-1985). *In*: ANPUH-XXVII - Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social. **Anais eletrônicos do XXVII-Simpósio Nacional de História**. Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/conteudo/view?ID_conteudo=1290>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamento sumário de professores no contexto da ditadura militar-civil (1964-1969). (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre, 2009.

MARINHO, Armando de Oliveira. Introdução Doutrinária. *In*: LOPES, Leme S. J. Pe. F. (Org). **Estudos de Problemas Brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Renes Editores, 1971, p.37.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente - 1964-1992**. São Paulo: Ática, 2006.

MIGLIORANSA Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Documento avulso da Caixa 1. **Folha da Tarde de 26 de fevereiro de 1973**, p.30 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Arquivo Memorial do IFCH**. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Arquivo Pessoal de EPB. Porto Alegre, 2017, (material de acervo próprio gentilmente cedido pelo autor).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Plano de Curso**: 2º Semestre de 1974, p.8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Documentos do Arquivo Pessoal**. Caixa 1. Documento 6.4, p.2 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p. 15 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 5, ano III, 1976, p.20-1. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **IV Encontro Nacional de Moral e Civismo**. Realizado entre 1 e 6 de dezembro de 1975 em Porto Alegre. *In*: MIGLIORANSA, Vasco Luiz. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Revista da ADEPB-RS**. Publicação Universitária, n. 1, ano I, Caixa. 1, 1974, p.26. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH)

MINISTRO Jarpas Passarinho. **Concedeu entrevista à Revista Realidade**, março de 1970, p. 43. (Os exemplares da Revista Realidade se encontram no Museu Hipólito José da Costa em Porto Alegre). Disponível em: <<http://www.museudacomunicação.rs.gov.br/site/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

MOSKO, Jackson Fernando; CASPRARO, André Mendes; MOSKO, José Carlos. O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física: doutrinando corpos nos exercícios do poder. FDEPORTES, **Revista Digital** - Buenos Aires, año 15, n. 143, abr. 2010. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd143/o-estado-novo-1937-1945-e-a-educacao-fisica.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEUMANN, Laurício; DALPIAZ, Oswaldo. **Realidade Brasileira** - Visão Humanizadora. Vozes: Petrópolis: 1985.

NOLL, Maria Izabel Saraiva. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 23 de agosto de 2018 na sala 104 do Ilea**. Maria Izabel é professora do Departamento de Ciência Política da UFRGS.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania**. História e Política de uma palavra. LOCAL: RG Editora, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História e Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PONT, Raul. **Entrevista concedida a Adolar Koch, em 26 de junho de 2018 na Assembleia Legislativa do RGS**. Professor e Político. PORTO ALEGRE. **Arquivo da Academia da Brigada Militar-Polícia Militar do RS**. Biblioteca da Coordenação dos Cursos. Secretaria de Segurança Pública. Porto Alegre/RS.

PRA FRENTE BRASIL. Direção: Roberto Farias. **Produção**: Embra filme e Produções Cinematográficas R. F. Farias Ltda. Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rzj1_bD3BDI>. Acesso em: 24 mar. 2016.

REIS, Elisa. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, Dulce; *et al.* (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RÉMOND, René. Por que a História Política? **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, 1994, p.7.

_____. Uma História do Presente. In: _____. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 16.

RICHTER, Henrique. **Estudos de Problemas Brasileiros**. Porto Alegre: Edições UFRGS, 1971.

RODEGHERO, Carla Simone. **O Diabo é vermelho**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Os Cursos de História, lugares, práticas e produções. A formação superior em História na UPA/UFRGS de 1943/71. **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto/SP, n. 11, abr. 2013.

ROHDEN, Valerio (Org.) **Ideias de Universidade**. Canoas: Ulbra, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares; KOCH, Adolar. **O Legado Histórico dos 60 anos das Ciências Humanas e da Filosofia na UFRGS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso (Org). **Adurgs 25 anos: história e memórias**. Porto Alegre: Adurgs, 2004.

SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias Martinho; PETRY, Almiro. **Realidade Brasileira**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____; _____. **Realidade Brasileira**. 10.ed. Porto Alegre: Sulina, 1988.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: José Olímpio, 1967.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SIRTORI, Bruna; *et al.* **CEUE, 100 anos**. Uma história do movimento estudantil. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. A Política Econômica do autoritarismo. *In*: SOSNOWSKI, Saúl; SCHWARTZ, Jorge (Org). **Brasil: trânsito de memória**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 22.

THIAGO, Acácio Garibaldi S; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. A Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na UFSC. *In*: **Revista de Ciências Humanas**, Santa Catarina, v. 3, n. 6, 1984, p. 94-104. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23746/21313>>. Acesso em: 20 mar. 2016, digital.

TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *In*: **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS**, Porto Alegre, ano X, 1982, p. 39-53.

UFRGS. Arquivo da Coordenação da EPB. **Arquivo Memorial do IFCH**. Disponível para consultas no prédio 43, 311-A1 diretamente na Instituição.

_____. Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. Pasta: extinção da EPB. **Recurso Couto e Silva**. p. 5 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo do Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 14. **Documento avulso** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Arquivo Geral**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/patrimonioarquivistico/.../universidade-federal-do-rio-grande-do-sul;dc>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

UFRGS. Arquivo Geral. Os dados foram obtidos através do **processo nº 23078.025477-90-75**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/...res-CEPE_1991_008_217.PDF?...>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. Arquivo Geral. **Processo nº 23078.025477/90-75**. Assunto: PROGRAD encaminha proposta de eliminação da obrigatoriedade universal das disciplinas de EPB nos cursos de graduação e de pós-graduação da UFRGS a partir de 1991.

_____. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. **Relatórios Semestrais: I, II, III, IV, Iº Ciclo-Pré-102**. Relatórios da Coordenação de EPB. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Questão 27, 27 de outubro de 1972** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Atas do Departamento de Ciências Sociais. Caixa 03. **Atas de nº 04, 010, 011, 012, 014, 015 de 1989** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Atas do Departamento de Ciências Sociais. Caixa 03, **Ata nº 011/89**, p. 2 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Caderno 2**. p.18. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. **Relatório IDASUL-Ciclo de Estudos de Problemática Agrária**, 1974. Caixa 2. p. 4-7 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. Arquivo Memorial do IFCH. **Setor dos Catálogos de Cursos e Diários de Classe dos anos 50-60** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, 1970-1998**. UFRGS-PROGRAD-DECORDI. Pró-reitoria de Graduação - Departamento de Controle Acadêmico. Reitoria da UFRGS, Anexo 1, Térreo. Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação.

_____. **Catálogos Anuais de Currículos dos Cursos de Graduação, DECORDI-PROGRAD**, anos de 1969 a 1996. Para consultas diretamente na instituição – Prédio da Reitoria.

_____. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, **Publicação Comemorativa: Revista 50 anos filosofia e ciências humanas (1943-1993)**, Porto Alegre, 1993.

_____. **Pasta cor rosa com material avulso**. Arquivo do memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 12. Fl. avulsa, s/p. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

UFRGS. **Relatório - 2º Semestre 1974.** Arquivo memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. s/p. Consta junto ao título deste: “texto de apoio para o professor, oferecido pela Coordenação de Moral e Civismo para o 1º Ciclo-disciplina-Hum464” (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório 1º Ciclo 1972.** Segundo Semestre de 1972. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.5 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório das Atividades Docentes do 1º Semestre de 1973 do Prof. Fernando Romero.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.7 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório das Atividades Docentes do 1º Semestre de 1973.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 23, s/p (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 1º Ciclo 2º Semestre de 1972.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.1 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 1º Ciclo, 2º Semestre de 1972.** Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caderno 12, Porto Alegre, p. 275 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 1º Ciclo.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. EPB, Porto Alegre, 1971, p.8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 1º Semestre-1972.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.3 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 1º Semestre 1972.** Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 12, Porto Alegre, 1972, p.289 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório do 2º Semestre de 1974.** Arquivo Memorial do IFCH- Setor Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 2. Currículos de Professores. Porto Alegre, 1974, p.7-8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório I (1971).** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 9, p.176 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório I (1971-1972).** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Pasta 13, folha avulsa s/p. **Cópia do Processo nº 5739-70 da UFRGS** (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório I.** Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 12, Caderno 7, p.135 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

UFRGS. Relatório I. **Projeto Energético e Reforma Agrária**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, p.284 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório II (1971)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, Subpasta 9, p.175 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório II (1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.249 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório II**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caderno 6, p.118-9 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório III**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 11, p.258 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório Semestral I (1971/1972)**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17, p.137 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Relatório Semestral I (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17. Caderno 12, p. 272. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.537-43 - Relatório do Grupo-tarefa constituído para promover a instituição do Centro Superior de Civismo da UFRGS, p.537-43 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 19. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 17, p.528 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. **Relatório Semestral IV (1971-1972)**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 17, p.534. Diretrizes para os Centros Cívicos da Comissão Nacional de Moral e Civismo publicadas no Diário Oficial de 07 de fevereiro de 1972 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

_____. **Relatório Semestral IV 1971-1972**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudo de Problemas Brasileiros, Caixa 17. Caderno 18. (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH), Porto Alegre/RS.

UFRGS. **Relatório V**. Arquivo Memorial do IFCH. Setor de Estudos de Problemas Brasileiros. Caixa 17- Caderno 23 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

_____. **Texto Avulso**. Arquivo Memorial do IFCH, Setor de Estudos de Problemas Brasileiros, Caixa 8 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

UFRGS-COCEP. **Arquivo de Atas, Resoluções do Conselho junto à sua Secretaria**. Conselho de Coordenação do Ensino e Pesquisa. Térreo da Reitoria.

UNIVALVE: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988; CARDOSO, 2001.

VIEIRA, Cleber Santos. **OSPB, História Cidadania e Livros Escolares**. (1962-1964). Londrina, 2005, p.1. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp_pdf/ANPUH.S23.1163.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

WEIL, Pierre. **A Nova Ética**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

ZERO HORA. Coluna Gente. **Reportagem sobre a disciplina EPB** destacando também a atuação do professor Richter junto a essas disciplinas. Porto Alegre, 18 de dezembro de 1972 (Material disponível para pesquisas, no prédio 43, 2011 – A1, Secretaria do IFCH).

ZILLES, Urbano. Apresentação. *In*: NEUMANN, Laurício; DALPIAZ, Oswaldo. **Realidade Brasileira** - Visão Humanizadora. Petrópolis: Vozes, 1985, p.9.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FICHA DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Profissão:

Origem:

Nível Educacional:

Data da Entrevista:

Local:

Hora:

CARTA DE CESSÃO

Porto Alegre,.....dede.....

Eu,documento identidade n°..... declaro para os devidos fins que autorizo o uso de minha entrevista gravada na data.....para o entrevistador..... usá-la na sua Tese de Doutorado do Pós-graduação em História da UFRGS.

.....

Assinatura do Depoente

APÊNDICE B

**CARTA DE CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL PARA
O NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UFRGS**

1 – Pelo presente documento, eu, _____, brasileiro, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da CI: _____, expedida pelo _____ em _____ e do CPF _____, residente e domiciliado à rua _____ - cedo e transfiro neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo, ao NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, a plena propriedade e a totalidade dos direitos patrimoniais de autor e de imagem (quando for o caso de entrevista filmagem) sobre o depoimento oral prestado no(s) dia(s) _____, em (local) _____ para os/as pesquisadore(a)s _____

_____, no seio do **Projeto de pesquisa** _____.

2 – O Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na pessoa dos pesquisadores a ele vinculados, está autorizado a utilizar, a disponibilizar, distribuir, comunicar ao público, reproduzir, transmitir, retransmitir, traduzir para outros idiomas, armazenar e a publicar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, no formato de imagem e voz, de voz ou de texto transcrito, no Brasil e/ou no exterior; podendo, inclusive, ceder seus direitos a terceiros no Brasil e/ou no exterior.

3 – O Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul se obriga a citar o nome do depoente, a data da entrevista e os entrevistadores por ocasião de qualquer utilização.

4 - O presente documento é assinado pelas duas partes, em duas vias de igual teor para todos os efeitos.

Nomes e assinaturas:

Local e data:

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas

- 1) Como foi para ti estudar (ou trabalhar) junto à EPB? Poderias falar sobre o que lembras dessa experiência, o que ficou na tua **memória**.
- 2) Poderias narrar um pouco como **te sentias** em aula, se gostavas das aulas de EPB, eras indiferente, concordavas ou reagias sendo a favor ou contra os professores e/ou conteúdos.
- 3) Como eram as aulas, ou o seu trabalho, o que fazias em termos de **tarefas** junto à EPB.
- 4) Fale um pouco do contexto: como **vias** a Universidade, a EPB, seus professores, colegas, conteúdos ensinados da EPB, rotinas de trabalho junto à EPB.
- 5) A EPB teve **atividades** fora de sala de aula, como as Expo-EPB, criou o Centro Superior de Civismo, realizou viagens, Projeto Rondon, etc. Ouviste falar ou participaste de algumas dessas atividades.
- 6) Havia nesse meio para ti, dava para **perceber**, tanto nas aulas de EPB e/ou atividades vinculadas, propaganda de governo da ditadura; enaltecimento da **ditadura militar**; uma tendência cívica; restrições à cidadania.
- 7) A EPB na UFRGS foi organizada e coordenada pelo Prof. Henrique **Richter** na etapa inicial, lembras como estudante ou monitoria desse professor, ou o que lembras dele? Se, como era o professor pra ti.
- 8) Tens algo para acrescentar. Por exemplo, **como foi ser procurado** para dar essa entrevista?

ANEXOS

ANEXO A - Arquivo digitalizado

Levantamento de Fontes ⁴⁰⁶ - Arquivo do IFCH (atualizado 2017)				
Data	Fonte	Localização	Assunto	Resumo
1970-06-26	Indicação nº 8	Caixa 13	Indicação	A propósito da Educação Moral e Cívica, a importância de estabelecer as resoluções.
1970-1971 (VD)	Pasta “Entregar ao Prof. Bogo”	Caixa 13	Variados	Pasta com documentos diversos
1970 (DNE)	Prova “5739-70”	-----	Prova	Manuscrito
1971-01-19	Doc. Relação de Alunos	-----	Relação de Estudantes	
1971-10-24	Texto “Uma Efeméride Universal”	-----	Texto Didático de Apoio	
S.D.	Doc. Cadeira de Moral e Cívica	-----	Relatório	Relação de alunos, horários.
1971 (DNE)	Relatório Semestral Vol. 1	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1971 (DNE)	Relatório Semestral Vol. 2	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1971-04-12	Superintendência Acadêmica	Caixa 13	Doc. Sugestões e Comunicações – EPB	
1972/2 (DNE)	Relatório Pré 102	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1972 (DNE)	Relatório Semestral Vol. 3	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1972 (DNE)	Relatório Semestral Vol. 4	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1973	Fotos de Visitas	Caixa 16	Compilado de Fotos de visitas da Disciplina	
1973-07-10	Relatório Anayrto Ramon	Caixa 13	Relatório	Relatório final da disciplina
1973(DNE)	Resolução 34/73	Caixa 08	Resolução	Resolução do Reitor sobre o aperfeiçoamento de Técnicos.
1973 (DNE)	Relatório Semestral Vol. 5	Caixa 17	Relatório	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1973(VD)	Pasta “ADEPBRS – UFRGS”	Caixa 14	Variados	Pasta com Documentos diversos
1973-07-02	Relatório Prof. Marília Becker	-----	Relatório	Relatório Final da Disciplina
1973-07-06	Relatório Prof. Geraldo Borges	-----	Relatório	Relatório Final da Disciplina
1973-07-10	Relatório Prof. Guy Britto	-----	Relatório	Relatório Final da Disciplina

⁴⁰⁶ S.D. – Sem Data; DNE – Data Não Especificada; V.D. – Várias Datas

(continua)

1973-07-12	Relatório Prof. Igenes Gallo	-----	Relatório	Relatório Final da Disciplina
S.D.	Cronograma Prof. Marília Becker	-----	Cronograma	Conteúdo Programático da Disciplina
S.D.	Programa EPB I	-----	Programa	Conceitos trabalhados, critérios avaliativos, textos de apoio, etc.
1973-1974 (DNE)	Plano de Ensino EPB	Caixa 13	Plano de Ensino	Ensino voltado para Técnicos
1977	Texto “Plano Nacional de Desenvolvimento”	Caixa 12 (Pasta ADEPBRs)	Material de aula	
1974/1	Plano de Curso EPB	Caixa 05	Plano de Curso	Conceitos trabalhados, critérios avaliativos, textos de apoio, etc.
1974/1	Relatório EPB	Caixa 02	Relatório do Primeiro Semestre	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1974/2	Relatório EPB	Caixa 02	Relatório do Segundo Semestre	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1974/2	Relatório EPB	Caixa 06	Relatório do Segundo Semestre	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1974-04-08	Texto “Instituições Políticas e a Constituição”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
1974-04-22	Texto “Política Energética”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
1974-11-23	Relatório EPB e IDASUL	Caixa 06	Relatório de Encontro	Encontro que debate problemas agrários brasileiros.
1975/1	Relatório Primeiro Semestre EPB	Caixa 16	Relatório de Disciplina	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1975/1	Relatório Segundo Semestre EPB	Caixa 16	Relatório de Disciplina	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1975-01-07	Doc. Coordenação de Moral e Cívica	Caixa 01	Comunicado	Comunica-se a apresentação de Relatórios das Disciplinas ao chefe de Departamento C. Sociais. Dr. Luiz Alberto Cybilis
1975-07-15	Portaria 007209	Caixa 08	Portaria	Nomeação da Coordenação Estadual de Moral e Civismo
1975-08-07	Portaria 00728	Caixa 08	Portaria	Definição de Horários de Claudiano Brusamarelo
1975-08-13	Portaria 0747	Caixa 08	Portaria	Nomeação de Coordenadores do Primeiro Ciclo
1975-08-22	Portaria 0767	Caixa 08	Portaria	Carga horária do Primeiro Ciclo
1976/1	Relatório EPB	Caixa 02	Relatório do Primeiro Semestre	Relatório Semestral – atividades trabalhadas, textos apresentados, cronogramas de aulas, etc.
1976-07	Parecer	Caixa 04	Parecer Depto. C. Sociais	Parecer de desempenho departamental de graduação e pós-graduação.
1977/1 (DNE)	Programa de Disciplina	Caixa 12	Programa	Disposição dos Tópicos da disciplina.
1977-08-08	Doc. Coordenação EPB	Caixa 8	Designação docente	

(continua)

1978-05-26	Doc. Coordenação EPB	Caixa 8	Atestado de presença discente	
1978-11-29	Circular Coordenação do Setor de MC	Caixa 12	Normalidade do Plano do COMCAR	
1979-07-03	Doc Coordenação EPB	Caixa 8	Correção de Conceito	
1979-08-24	Doc. Coordenação EPB	Caixa 8	Designação docente	
1980/2	Quadro de Horários	Caixa 12	Horários	Quadro de Horários e Carga horária dos professores.
1981-07-21	Circular 22?81 CNMC	Caixa 8	Circular de Notificação	V encontro nacional de Moral e Civismo
1981-07-31	Circular nº 22/81	Caixa 08	Circular	Promoção do V Encontro de Educação Moral e Cívica
1983-07-07	Ata 164	Caixa 3	Ata do Colegiado	-----
1983-07-11	Ata 165	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1983-08-18	Ata 168	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1983-12-28	Ata 175	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1984-01 (DNE)	Boletim Informativo	Caixa 13	Boletim	Boletim Informativo da Comissão Nacional de Moral e Civismo
1984-02-19	Resolução nº 4	Caixa 08	Resolução	Conselho Federal de Educação resolve sobre a disciplina de EPB.
1985-03-05	Cadastro de Docentes	Caixa 7		
1985-04-18	Ata 187	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1985-06-20	Ata 190	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1985-07-25	Ata	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1986-04-14	Ata	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1986-06-20	Ata	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1986-06-26	Cadastro de Docentes	Caixa 7		
1989-08-17	Ata 10-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-08-29	Ata 11-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-09-04	Ata 12-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-09-18	Ata 13-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-10-05	Ata 14-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-11-01	Ata 15-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1989-12-20	Ata 18-89	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1990-01-16	Ata 20-90	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1990-05-04	Ata 24-90	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1990-07-04	Ata 29-90	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1991-08-14	Ata 42-91	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1991-12-20	Ata 48-91	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1992-09-03	Ata 57-92	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1992-11-05	Ata nº2 60-92	Caixa 3	Ata do Colegiado	
1991 (V.D.).	Pasta “Extinção da EPB”	Caixa 14	Extinção da EPB	Telegramas, processos judiciais e articulações

(continua)

1991-05-13	Doc. Judicial de Lirian Furtado	-----	Doc. Judicial	Doc. referente a medida contra a extinção da EPB
1991-06-10	Doc. Recurso de Lirian Furtado	-----	Doc. Judicial	Doc. referente a medida contra a extinção da EPB
1991-06-19	Carta. Da Secretária Ivete Vargas	-----	Carta sobre apoio político	Carta em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-06-20	Telegrama. Deputado. Armando Costa	-----	Telegrama sobre apoio político	Telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-06-24	Carta Dep. Angela Regina Helon	-----	Carta sobre apoio político	Carta em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-06-24	Telegrama Dep. Nelson Morro	-----	Telegrama sobre apoio político	telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-06-26	Carta Dep. Dejandir Dalpasquale	-----	Carta sobre apoio político	Carta em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-07-06	Doc. Reunião com Dep. Raul Pont	-----	Reunião	Pauta da reunião com o Dept. Raul Pont, sobre a extinção da EPB
1991-07-18	Carta. Dep. Mendes Ribeiro	-----	Carta sobre apoio político	Carta em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-08-01	Telegrama Dep. Antonio Britto	-----	Telegrama sobre apoio político	telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
1991-08-02	Carta Dep. Inocêncio Oliveira	-----	Carta sobre apoio político	Carta em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
S.D.	Telegrama Dep. Celso Bernado.	-----	Telegrama sobre apoio político	telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
S.D.	Telegrama Dep. Cunha Bueno	-----	Telegrama sobre apoio político	telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
S.D.	Telegrama Man. Rossenmann.	-----	Telegrama sobre apoio político	telegrama em resposta à solicitação de apoio parlamentar pela Prof. Lirian Furtado
S.D.	Texto “Visão Geral da Cultura Brasileira”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “As estruturas Econômicas”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Aula 1 – Apresentação da Matéria”	Caixa 08	Apresentação da Matéria	Apresentação inicial da disciplina e de conceitos.
S.D.	Texto “Cultura e Personalidade”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Desenvolvimento Regional”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Folclore”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Fundamentos da Inclusão”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----

(fim)

S.D.	Texto “Manifestações do Racismo”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Os Transportes”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
S.D.	Texto “Política Social”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
S.D.	Texto “Ponto 3”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	A influência do Meio na vida Política da Nação.
S.D.	Texto “A evolução da Mentalidade”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
S.D.	Texto “tripé fundamental da Cultura”	Caixa 08	Texto Didático de Apoio	-
S.D.	Pacote de Provas Parciais	Caixa 12	Provas Parciais	
S.D.	Programa de Disciplina	Caixa 12	Programa	Programa da Década de 1970 – ano indefinido.
S.D.	Bibliografia da Disciplina	Caixa 12	Bibliografia	Página contendo apenas a bibliografia utilizada.
S.D.	Conteúdo Programático	Caixa 12	Programa	-----
S.D.	Plano de Curso EPB	Caixa 12	Plano de Curso	Conceitos trabalhados, critérios avaliativos, textos de apoio, professores, etc.
S.D.	Relatório Prof. Anayrto Ramon	Caixa 14	Relatório	Relatório Final da Disciplina
V.D.	Pasta “Programa de Ensino”	Caixa 14	Variados	Programas, atestados, textos.
1982(DNE)	Panfleto de Evento	-----	Sociedade brasileira e o progresso	Panfleto divulgador dos eventos sobre progresso da sociedade brasileira na área da ciência.
1988(DNE)	Programa da Disciplina	-----	Compilação de Programas	Conceitos trabalhados, critérios avaliativos, textos de apoio, etc.
S.D.	Atestado da Prof. Maria Menke	-----	Atestado de presença em evento	-----
S.D.	Texto “Democracia e Desenvolvimento”	-----	Texto Didático de Apoio	-----
S.D.	Texto “Verdadeira base do desenvolvimento”	-----	Texto Didático de Apoio	-----
SD	Fundamentos da Inclusão da Disciplina	Caixa 8		
SD	Provas	Caixa 12	Compilado de Atividades Avaliativas	
Total de Documentos:				115

ANEXO B - Relação de Trabalhos EXPO EPB I e II

1) Expo EPB I

RELAÇÃO DE TRABALHOS EXPOSTOS – 1ª EXPO EPB- 1971	
TÍTULOS	CURSOS-UNIDADES
PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE	ESCOLA DE ENGENHARIA
PROJETO RONDON – FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	
CARDÁPIO: ALIMENTAÇÃO – ÚLTIMA ESPERANÇA: MAR	
MERCADO DE CAPITAIS E BOLSA DE VALORES	
O ÁTOMO A SERVIÇO DA HUMANIDADE	
O BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO	
A PESQUISA NA UNIVERSIDADE DO RGS	
NO MUNDO DOS SONS	
ASPECTOS EDUCACIONAIS	
O HOMEM E A TÉCNICA	
EMPLEO Y DESEMPLEO (TRABALHO DE ESTUDANTE-CONVÊNIO)	
O PROBLEMA DA POLUIÇÃO	
TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO RGS	
CENTRAL HIDROELÉTRICA JACUÍ	
TEATRO-JORNAL	
A QUÍMICA NO BRASIL	
REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO	
POLUIÇÃO	
MARINHA E INDÚSTRIA NAVAL	
HIGIENE	
PERSPECTIVAS BRASILEIRAS	
COMUNICAÇÃO SOCIAL	
DROGAS E A JUVENTUDE ATUAL	
TRANSAMAZÔNICA	
A PESCA	
A PESCA	
PETROBRÁS	
O ENGENHEIRO	
BITRIBUTAÇÃO	DIREITO
200 MILHAS DO MAR TERRITORIAL	
TECNOLOGIA	
POPULAÇÃO	
LAZER	
AC.E.E.E ENERGIA	
O PROBLEMA HABITACIONAL	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
PLANO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	
BRASILIDADE	
O PROBLEMA DO REFLORESTAMENTO	
REGIME CONTRATUAL DE TRABALHO	
PERSONALIDADE DE BASE DO POVO BRASILEIRO	
EDUCAÇÃO NO BRASIL	
ESTRUTURA DOS PODERES: DIVISÃO DOS PODERES	
DESQUITE – DIVÓRCIO	
SAÚDE MENTAL	
O MILAGRE DO SÉCULO: TRANSAMAZÔNICA – ESTRADAS NA AMAZÔNIA	
A ESCOLHA ACERTADA DE UMA PROFISSÃO: DOENÇA MENTAL E O RGS	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	
PENA DE MORTE	
PROBLEMAS BRASILEIROS	
MANDAMENTOS DO ADVOGADO	
ACIDENTES DE TRABALHO	
O INCRA	
A ZONA FRANCA DE MANAUS	
IMPORTÂNCIA DOS TRIBUTOS: SISTEMA TRIBUTÁRIO	

VITAMINOLOGIA	MEDICINA
VERMINOSE	
ESTUDO MÉDICO-INTEGRAL DE UM GRUPO FAMILIAR	
GIARDÍASE	
TOXICOMANIA	
FORMAÇÃO DE MÉDICOS	
A FOME	
O ENSINO MÉDICO NO BRASIL	
TUBERCULOSE NO BRASIL	
REFORMA AGRÁRIA	
MEDICINA PREVENTIVA	
ESTADO NUTRICIONAL	
SAÚDE E DESENVOLVIMENTO	
OS NOVOS ASPECTOS DA MEDICINA	
O SUBDESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	ENFERMAGEM
A MULHER NO CONTEXTO MUNDIAL	
CAMPUS AVANÇADO	
PROBLEMAS DE SAÚDE NO SETOR DE ENFERMAGEM	
HIGIENE MENTAL	
SALUBRIDADE DO BRASIL	
TAREFAS DA LINGÜÍSTICA	
PROBLEMÁTICA EDUCACIONAL	
O PROBLEMA DO MENOR ABANDONADO	
HABITAÇÃO E SAÚDE	
TÓXICOS	
POLÍTICA ODONTOLÓGICA	ODONTOLOGIA
DOCTRINA COOPERATIVISTA	
PRODUTIVIDADE POR ÁREA CULTIVADA	
MÉTODOS DE COMBATE À CÁRIE	
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE	
FLUORETAÇÃO DAS ÁGUAS	
FLUORAÇÃO DAS ÁGUAS	
ODONTOLOGIA E A COMUNIDADE	
PROJETO RONDON E CAMPUS	
ODONTOLOGIA SANITÁRIA	
TRANSAMAZÔNICA	
FLUOR	
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: O PROBLEMA DA ATUALIZAÇÃO DOCENTE	
O FARMACEUTICO E O TÓXICO	FARMÁCIA
RESPONSABILIDADE DO FARMACEUTICO: TÓXICOS	
PERSPECTIVAS DA PROFISSÃO	
PAPEL DA SOCIEDADE: TÓXICOS	
ENZIMOLOGIA	
DOENÇAS VENÉREAS	
VITAMINA C	
RESPONSABILIDADE DO FARMACEUTICO	
O CONTROLE DA MATÉRIA PRIMA	
ERRADICAÇÃO DAS PARASITÓSES	
REALIDADE FARMACEUTICA	
PARASITAS INTESTINAIS	
PARASITÓSES INTESTINAIS	

PROJETO RONDON	FÍSICA/QUÍMICA/MATEMÁTICA
A FÍSICA NO BRASIL	
A PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
O PROBLEMA DA FÍSICA	
OS FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTOS	
PESQUISA SOBRE DESISTÊNCIA NO CURSO DE FÍSICA	
O CURSO DE FÍSICA	
BRASIL	
APROVEITAMENTO ENERGÉTICO	
O FASCINANTE MUNDO DO INVESTIMENTOS	
POLÍTICA DE PRIORIDADE	
TRANSAMAZÔNICA: OPERAÇÃO TATU	
POLUIÇÃO	
O CURSO DE QUÍMICA	
PROBLEMÁTICA DA QUÍMICA NO BRASIL	
CAULIM DO RGS	
IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DAS ALGAS MARINHAS	HISTÓRIA NATURAL
POLUIÇÃO DO AR E DA ÁGUA	
ARTRÓPODES	
IMPORTÂNCIA DA PESQUISA OCEANOGRÁFICA	
PROBLEMAS DO CURSO DE HISTÓRIA NATURAL	
DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	
A MICROPALÉONTOLOGIA E O PETRÓLEO	
COMO A HISTÓRIA NATURAL PODE CONTRIBUIR	
IMPORTÂNCIA DO PETRÓLEO	
IONIZANTES NO HOMEM	
UMA NATUREZA QUE MORRE	
ESTUDO DA PRESERVAÇÃO DA FAUNA	
O PAPEL DA BOTÂNICA	
A EXPLORAÇÃO DO OURO NO PAÍS	GEOCIÊNCIAS
OS METAIS NÃO FERROSOS E A ECONOMIA	
PETRÓLEO BRASILEIRO	
COBRE DE CAMAQUÁ	
AS LAGOAS DO RGS	
ENERGIA NO BRASIL	
A COTONICULTURA NO BRASIL	
A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	
A DILAPIDAÇÃO DOS JAZIGOS FOSSILÍFEROS	
AMAPÁ E SUAS 2 MICRO-REGIÕES	
PROBLEMAS HIDROGEOLÓGICOS DO POLÍGONO DAS ECAS	
PETRÓLEO E A PETROBRÁS	
BRASIL: A ERA DAS RODOVIAS	
DESENVOLVIMENTO NO SETOR MINERAL	
BRASIL: ONTEM, HOJE, SEMPRE	ORIENTAÇÃO VOCACIONAL
EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO: PROBLEMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
POSIÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR INDUSTRIAL	
PLANEJAMENTO	
EDUCAÇÃO: BEM DE CONSUMO OU INVESTIMENTO	
A IMPORTÂNCIA DO PASSO REAL	
NACIONALIDADE E FORMAS DE CULTURA	
A PECUÁRIA	
A SUDENE	
A TECNOCRACIA NO BRASIL	
URBANIZAÇÃO	
COMUNICAÇÃO DE MASSA	
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	
DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	
A SAÚDE NO BRASIL	

REFORMA AGRÁRIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	
O PROBLEMA EDUCACIONAL NO BRASIL		
PRECONCEITO RACIAL		
PAPEL DAS CENTRAIS NUCLEO-ELÉTRICAS		
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO		
CULTURA		
A BRASILEIRIDADE NO RGS		
O PROBLEMA DEMOGRÁFICO		
A REALIDADE BRASILEIRA		
A FILOSOFIA COMO ORIENTADORA DA ÉTICA		
SOJA		
AMAZÔNIA		
COMUNIDADE DE BUJURU		
A EDUCAÇÃO NO BRASIL		
AÇOS FINOS PIRATINI	LETRAS	
VIDA ECONÔMICA DO NOSSO ESTADO		
O PROBLEMA EDUCACIONAL		
EDUCAÇÃO		
REFORMA DE ENSINO		
EDUCAÇÃO: LUCROS PROBLEMÁTICOS		
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, PESQUISA E TECNOLONIA: O ENSINO NO BRASIL		
A INDÚSTRIA AERONÁUTICA NO BRASIL		
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA PERSONALIDADE BRASILEIRA		
SITUAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL		
A ARQUITETURA BRASILEIRA: HOJE		
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA		
A EDUCAÇÃO		
A LEI DE CRISTO		
O CICLO DA CANA DE AÇÚCAR	LETRAS	
INFLUENCIA DA RELIGIÃO NO DESENVOLVIMENTO		
A LÍNGUA ALEMÃ E A ACULTURAÇÃO		
O LINGUAJAR DO NORDESTE		
PLANOS DE EDUCAÇÃO		
FOCOS AMAZÔNICOS		
PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL		
PAPEL DOS RECURSOS HUMANOS NO DESENVOLVIMENTO		PEDAGOGIA
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
PROBLEMAS EDUCACIONAIS FACE À URBANIZAÇÃO		
REFLEXÕES SOBRE UM TEMA ATUAL EM EDUCAÇÃO		
EDUCAÇÃO PARA O FUTURO		
EDUCAÇÃO NO BRASIL: REFORMAS DE ENSINO		
A EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO		
PRÁTICAS EDUCATIVAS: FUNDAMENTAÇÃO		
JUVENTUDE BRASILEIRA: EDUCAÇÃO		
POLUIÇÃO SONORA		
TEORIA DA GESTALT		
O PROBLEMA DO MENOR		
ESCOLAR NO BRASIL E O MOBRAL		
ASSIM PENSA A FEPLAN		
REFORMA DE ENSINO		
PERSPECTIVAS PARA O BRASIL		
EDUCAÇÃO PRÉ-PRIMÁRIA		

FIPEME, FINAPE, FIMACO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA GAÚCHA	
EDUCAÇÃO	
REFORMA AGRÁRIA	
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA INDÚSTRIA	
INDÚSTRIA MOAGEIRA	
O REBANHO BOVINO	
O SETOR PRIMÁRIO BRASILEIRO	
O MERCADO DE Balcão	
BALANÇOS	
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	
BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO	
INDUSTRIALIZAÇÃO	
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SUPER-MERCADO	
INVESTIMENTO	
O NORDESTE BRASILEIRO	
COMÉRCIO EXTERIOR E REFORMA AGRÁRIA	
O TRIGO	
A PESCA	
ZONA FRANCA DE MANAUS	
TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL	
A ELETROBRÁS	
REVOLUÇÃO DO CONHECIMENTO	
ENERGIA ELÉTRICA	
SETOR INDUSTRIAL	
A BOLSA DESVALORES	
A IMIGRAÇÃO	
DESENVOLVIMENTO	
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	
PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
REFORMA AGRÁRIA	
A SIDERÚRGICA NO BRASIL	
ESTUDO DA GRANJA QUERO-QUERO	
SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO	
A EMPRESA	
TRANSPORTES	
CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR	
PERSPECTIVAS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	
DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS	
IMPORTAÇÕES	
AS 2 FASES DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BOLSA DE VALORES	
INTERVENÇÃO DO ESTADO NAS EMPRESAS	
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.	
A BIENAL	ARTES
O ENSINO DA MÚSICA NO BRASIL	
A ARTE E A REALIDADE BRASILEIRA	
A MÚSICA NO BRASIL	
ESTÉTICA	
IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ARTÍSTICO	
PICASSO – 90 ANOS	
VELHO E NOVO ENSINO NO BRASIL	
PROJETO RONDON	
A ARTE E A REALIDADE BRASILEIRA	
A IXI BIENAL	
BARROCO	
A XI BIENAL	
O QUE É O MOBRAL	

O ARQUIVO E A REALIDADE BRASILEIRA	ARQUITETURA
CIDADE – CRISE DE URBANIZAÇÃO	
PROBLEMA PROFISSIONAL DO ARQUITETO	
TRANSAMAZÔNICA	
CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE INFORMAÇÕES NA UNIVERSIDADE	
SEMANA DA PÁTRIA	
ARQUITETURA E O BRASIL	
HABITAÇÃO	
A REFORMA DO ENSINO	
O BRASIL	
O PAPEL DO ARQUITETO NA SOCIEDADE	
PROJETO PARA SOLUÇÃO DA PAISAGEM	
ESTRUTURA ACADÊMICA DA UFRGS	
MINHA FUTURA PROFISSÃO	
O PROFISSIONAL ARQUITETO	
TEORIA DA FORMA	
CORREIOS E TELÉGRAFOS	OUTROS
O CANAL DO PANAMÁ (ALUNOS-CONVÊNIO)	
PECUÁRIA BRASILEIRA E GAÚCHA	
SEGURANÇA	
A CRISE DO CAFÉ BRASILEIRO	
HISTÓRIA DAS BOLSAS DE VALORES	
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	
PRODUTIVIDADE	
A IMIGRAÇÃO NO BRASIL	
DISPONIBILIDADE DE ENERGIA MUNDIAL	
MISSÕES JESUÍTICAS	
REALIDADE BRASILEIRA	
ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL	
TRANSAMAZÔNICA	
REALIDADE DE UMA SITUAÇÃO DA UFRGS	
COISAS DO AMAZONAS	
FOTOGRAFIA	
PROBLEMAS ENERGÉTICOS	
Nota: o restante dos trabalhos não estão numerados e não estão afixados nas chapas. Além disso, estão expostos mais de 300 trabalhos sobre a Amazônia, realizados no 1º Semestre.	

2) Expo EPB II

RELAÇÃO DE TRABALHOS EXPOSTOS – 2ª EXPO EPB- 1972	
TÍTULOS	CURSOS-UNIDADES
A IMPORTÂNCIA DA PETROBRÁS NO RS ¹	1º CICLO
A POLUIÇÃO ²	
A IMPORTÂNCIA DA BOVINOCULTURA NO DESENVOLVIMENTO DO RS	AGRONOMIA
ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS	
APICULTURA	
O PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	
CONSERVAÇÃO DO SOLO	
PLANTE QUE O GOVERNO GARANTE	
PECUÁRIA GAÚCHA	
A POPULAÇÃO RURAL E GAÚCHA	
ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RS	
ASPECTOS E PROBLEMAS DA BOVINOCULTURA BRASILEIRA	
ATUAL SITUAÇÃO DA BOVINOCULTURA NO RS	
TURISMO, TRANSPORTES, BNH E POLUIÇÃO ³	
CASA ECOLÓGICA	
HABITAÇÃO NO BRASIL	
HABITAÇÃO POPULAR DO BRASIL	
AS CAPITAIS E SUAS DENSIDADES	
PROBLEMAS URBANOS	
CRESCIMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
ELETRIFICAÇÃO	
PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
PLANEJAMENTO DE UM DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE ALVORADA	
A ARQUITETURA COMO FATOR SOCIAL	
TRANSAMAZÔNICA	
O BRASIL E SEU DESENVOLVIMENTO	
IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EM ARQUITETURA	
UNIVERSIDADE	
ARQUITETURA BRASILEIRA NA VANGUARDA DO MUNDO	
O PROBLEMA ALIMENTAR NO BRASIL	BIBLIOTECONOMIA
TECNOCRACIA NO BRASIL	COMUNICAÇÃO SOCIAL
O TRANSPORTE MARÍTIMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
OS DIVERSOS MEIOS DE TRANSPORTES	CONTÁBEIS, ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
PLANO PILOTO SENAI	
A POLÍTICA BRASILEIRA DE INCENTIVO DE EXPORTAÇÃO	
A CRESCENTE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL	
MODELO ATUAL	
ALGUNS ASPECTOS AGRÁRIOS DO BRASIL	
REPARTIÇÃO DA RENDA NO BRASIL	
O PROBLEMA DA MÃO DE OBRA NO BRASIL	
OS PORTOS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL	
PROJETO DE INTEGRAÇÃO	
REFORMA DO ENSINO NO BRASIL	

A FALTA DE BONS DESPORTISTAS NO BRASIL	EDUCAÇÃO FÍSICA
PRINCIPAIS PROBLEMAS BRASILEIROS	
ESTRUTURA DO ESPORTE BRASILEIRO NA UNIVERSIDADE	
EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL DE HOJE	
REALIDADE EDUCACIONAL	
ESTÁ NASCENDO MAIS UM CENTRO COMUNITÁRIO	
A IMPORTÂNCIA OU VALOR DA EDUCAÇÃO FÍSICA OU GINÁSTICA FEMININA	
A DISTORÇÃO DOS FATOS PELA IMPRENSA	
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O BRASIL	
A REALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
A EXPERIÊNCIA EM CAMPOS AVANÇADOS	
EDUCAÇÃO FÍSICA	
EDUCAÇÃO FÍSICA E EDUCAÇÃO	
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS	
OLIMPÍADAS	
O SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
JOGOS OLÍMPICOS	
“A AMAZÔNIA TEM PRESSA, VEJA O MILAGRE BRASILEIRO	
RENDA <i>PER CAPITA</i>	ENFERMAGEM
EPIDEMIOLOGIA DAS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS	
UM PROBLEMA BRASILEIRO NO CAMPO DA SAÚDE	
INSTITUIÇÕES SOCIAIS POLÍTICAS ECONÔMICAS	
ESTRUTURAS DO PODERES	
RAÇA, POVO E CULTURA NO BRASIL	
SUBNUTRIÇÃO	
CRIANÇAS DE HOJE – HOMENS DE AMANHÃ	
A PREVIDÊNCIA SOCIAL	FACULDADE DE DIREITO
O EMPERRAMENTO DA JUSTIÇA	
DIREITO, REVOLUÇÃO E EVOLUÇÃO	
ECONOMIA NACIONAL	
O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO	
A INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ORDEM ECONÔMICA ATRAVÉS DE NOSSOS TEXTOS CONSTITUCIONAIS	
A PECUÁRIA NO BRASIL E A COMERCIALIZAÇÃO DA CARNE E DA LÃ	
CAFÉ A SEGUNDA RIQUEZA DO MUNDO	
A COLONIZAÇÃO NO BRASIL	
AS 200 MILHAS	
TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
ASPECTOS DA REALIDADE BRASILEIRA	
BRASIL: EXPLOSAO DE PROGRESSO	
O TRABALHO E A PREVIDÊNCIA SOCIAL	
O PROBLEMA HABITACIONAL E DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL	
BRASIL: ANO 2000”; “A AMAZÔNIA	
HIDRELÉTRICA DO PASSO REAL	
CIBERNÉTICA	
TOXICOMANIA	
OS TRÊS PODERES	
O DESQUITE E SUAS CAUSAS	
HISTÓRIA DO DIREITO NO TRABALHO	
DIREITO E CIBERNÉTICA	
MAIORES RIQUEZAS PARA O BRASIL	
ALGUNS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO PODER NACIONAL	
SEGURANÇA PÚBLICA	

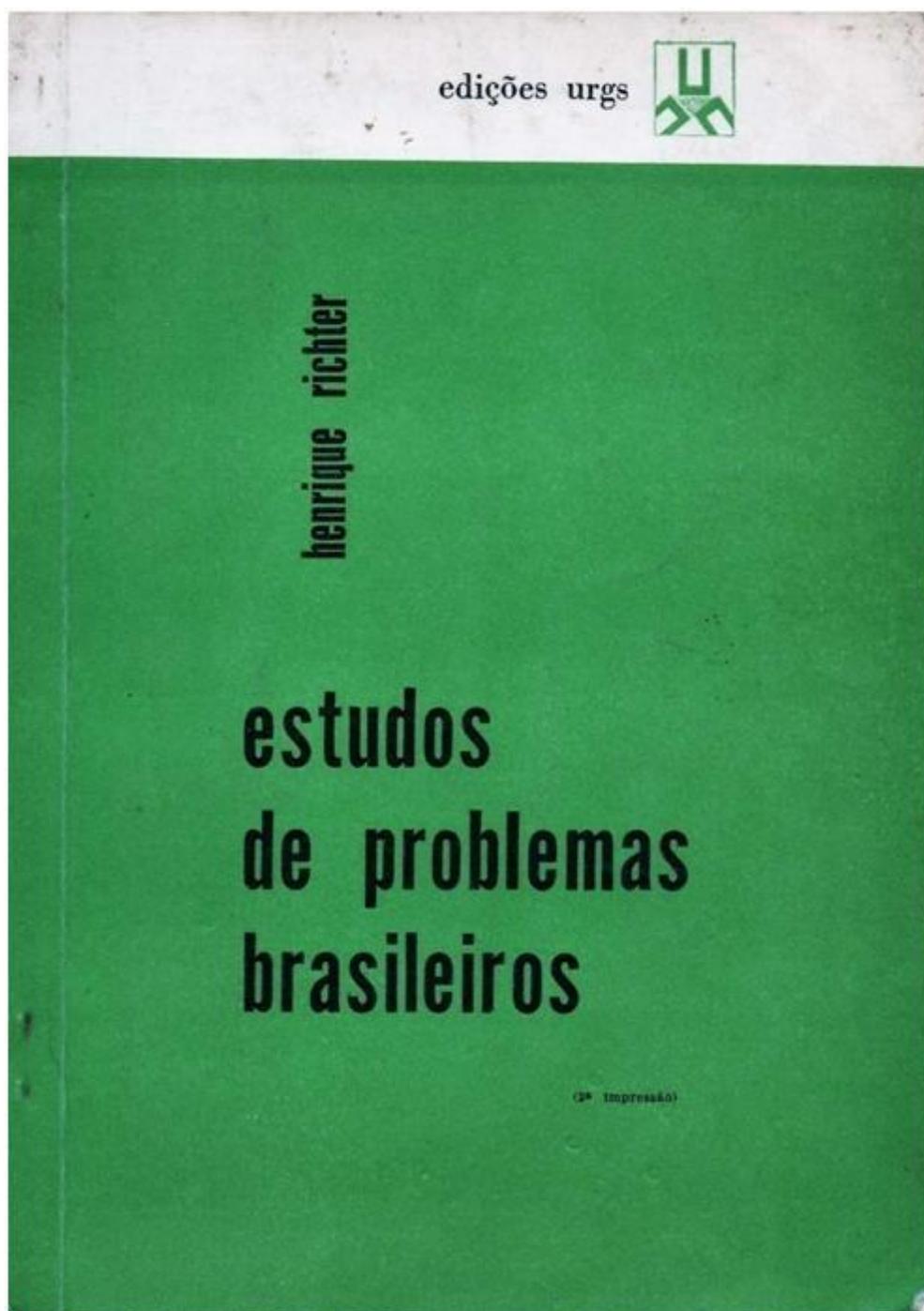
OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS QUE ATINGEM A POPULAÇÃO BRASILEIRA	FARMÁCIA
O MAR TERRITORIAL	
ESCOLA BRASILEIRA	
PROBLEMAS ECOLÓGICOS ATINGEM A BACIA AMAZÔNICA	
AMAZÔNIA, LOGRO OU REALIDADE	
ALIMENTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	
TOXICOMANIA	
O ANALFABETISMO NO BRASIL	
CONTROLE DA NATALIDADE	
TÓXICOS	
PARTICIPAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NA OCUPAÇÃO AMAZÔNICA	
PARASIToses DE MAIOR OCORRÊNCIA NO BRASIL	
ASPECTOS SOBRE PARASIToses NO BRASIL	
TOXICOMANIA	
PROJETO RONDON	
O MAR DE 200 MILHAS	
ASPECTOS ECONÔMICOS DO RS	
DIMENSÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	
INTRODUÇÃO A SOCIEDADE E A CULTURA	
AS DROGAS	
REFORMA AGRÁRIA	
O ENSINO DA FÍSICA EM UMA ESCOLA PARTICULAR	FÍSICA
FÍSICA NO BRASIL	
A PESQUISA EM FÍSICA NO BRASIL	
O CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL	
EDUCAÇÃO: CONDIÇÃO BÁSICA PARA O DESENVOLVIMENTO	
COLONIZAÇÃO ESPANHOLA, PORTUGUESA E INGLESA NO BRASIL	HISTÓRIA
O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL ATÉ A 2ª GUERRA MUNDIAL	
A ECONOMIA BRASILEIRA DA 1ª GUERRA ATÉ A 2ª GUERRA	
A ALIMENTAÇÃO COMO UM DOS GRANDES PROBLEMAS BRASILEIROS	HISTÓRIA NATURAL
REFLORESTAMENTO	
O ENVENENAMENTO DO MEIO AMBIENTE	
FÉRIAS ANUAIS DÃO MAIS ALEGRIA AS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES	
BIENAL DE SÃO PAULO	INSTITUTO DE ARTES
AS CLASSES SOCIAIS BRASILEIRAS E SEUS PROBLEMAS	
OS MUSEUS DE ARTE	
CENTRAL HIDRELÉTRICA DO PASSO REAL	
POLÍTICA FLORESTAL NO BRASIL	
ASPECTOS DE ARTE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
O NASCIMENTO NA ARTE	
SITUAÇÃO DA ARTE BRASILEIRA	
A EDUCAÇÃO E O INDIVÍDUO NA SOCIEDADE	
A NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DA ARTE NA EDUCAÇÃO	
O ARTISTA E SEU PÚBLICO	
MÚSICA NOVA	
A PROBLEMÁTICA DO MÚSICO E DA COMPOSIÇÃO NO BRASIL	
O PROFESSOR DE ARTES E A REFORMA DE ENSINO	
A ARTE E A CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO E SEU ALCANCE PARA O DESENVOLVIMENTO	
NOVAS PERSPECTIVAS DA TELEVISÃO BRASILEIRA	
A INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA DO ESTADO	
EXPOENTES DAS ARTES PLÁSTICAS NO RS	
CULTURA BRASILEIRA	

EROSÃO DO PARANÁ	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	
DESENVOLVIMENTO GEOECONÔMICO DO RS		
A ERA DAS RODOVIAS E O TRANSPORTE DO BRASIL		
O PROGRESSO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO		
POPULAÇÃO RURAL DO BRASIL		
PETROBRÁS		
BRASIL		
MINÉRIO DE FERRO NA PAUTA		
OS NOVOS CAMINHOS DO BRASIL		
“ENERGIA ELÉTRICA		
A TRANSAMAZÔNICA		
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO		INSTITUTO DE LETRAS
A ESTRADA DO ARCO-ÍRIS		
A EDUCAÇÃO NO BRASIL		
INTEGRAÇÃO NACIONAL		
A SEMANA DE ARTE MODERNA DE 1922		
NOSSAS PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS		
BIENAL DE SÃO PAULO		
A NECESSIDADE DA INTEGRAÇÃO DA ARTE NA EDUCAÇÃO		
REFORMA DO ENSINO		
O VESTIBULAR		
RONDON		
PROBLEMAS BRASILEIROS DE EDUCAÇÃO		
CENTROS DE COMUNIDADE		
DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO		
LÍNGUA DO BRASIL	MATEMÁTICA	
CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO RS		
SUDESTE		
O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL		
TUDO ACONTECE MATEMATICAMENTE NO MUNDO INTEIRO		
GENEALOGIA DA MATEMÁTICA	MEDICINA	
EDUCAÇÃO SUPERIOR (MATEMÁTICA)		
O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL		
TRANSAMAZÔNICA		
ESTARÁ A SOLUÇÃO DO PROBLEMA NACIONAL BRASILEIRO NO CONTROLE DE NATALIDADE		
SITUAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL		
DOENÇAS VENÉREAS: UM PROBLEMA DA ATUALIDADE		
SUBALIMENTAÇÃO		
PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL		
ALGUNS TÓPICOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO BRASIL		
“O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO: NÍVEL DE SAÚDE E SEU PLANEJAMENTO		
ENSINO MÉDICO		
O PLANEJAMENTO DA SAÚDE COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO		
A REFORMA E O ENSINO PROFISSIONALIZANTE		
PROBLEMA NUTRICIONAL		
CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE DAS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS MAIS COMUNS EM NOSSO MEIO		
PARASITOSE INTESTINAIS		
DROGAS: UM PROBLEMA SOCIAL		
PEDIATRIA E SAÚDE PÚBLICA		
TRANSPORTES		
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO FATO NUTRIÇÃO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E SAÚDE NO BRASIL		
ALIMENTAÇÃO NO BRASIL		
ASPECTOS DA MEDICINA PREVENTIVA		
MEDICINA ASPECTOS SOCIAIS E PROFISSIONALIZANTE		
PAPEL SOCIAL DOS MEMBROS DO GRUPO FAMILIAR		
PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO NO CURRÍCULO MÉDICO		
MORTALIDADE INFANTIL		
PANORAMA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DO BRASIL		
ALGUNS ASPECTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL		
POLÍTICA INTERNACIONAL		
RONDÔNIA		

CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO	MEDICINA
A TUBERCULOSE	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	
VARÍOLA	
SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL	
ASPECTOS ANUAIS DO EXERCÍCIO DA MEDICINA	
NORDESTE: UM HORIZONTE QUE SURGE	ODONTOLOGIA
PROBLEMAS AGRÁRIOS BRASILEIROS	
REFORMA AGRÁRIA	
O ESPAÇO INDUSTRIAL E URBANO	
PROBLEMA ALIMENTAR NO BRASIL	
O DRAMA URBANO	
A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	
A IMIGRAÇÃO NO BRASIL	
FLUORETAÇÃO DAS ÁGUAS NO RS	
ASPECTOS PRINCIPAIS DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA	
NOÇÕES GERAIS SOBRE A TRANSAMAZÔNICA	
DISPOSITIVOS REGIONAIS E DESIQUILÍBRIOS SOCIOECONÔMICOS	
O COMPORTAMENTO SOCIAL	
CÁRIE DENTÁRIA E SAÚDE PÚBLICA	
DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO	
LEVANTAMENTO DA COMUNIDADE, DIVISÃO SETORIAL DA ÁREA GEOGRÁFICA	PEDAGOGIA
SUDESUL	
SISTEMA UNIVERSITÁRIO	
ECONOMIA E EDUCAÇÃO	
AMAZÔNIA	
PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS CIENTISTAS	
PETRÓLEO UMA DE NOSSAS RIQUEZAS	
O EXÉRCITO BRASILEIRO	
A AMAZÔNIA BRASILEIRA E A TRANSAMAZÔNICA	
A UNIVERSIDADE	
ENERGIA ELÉTRICA	
“OS SORGOS” ⁴	PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
A PALEONTOLOGIA DE VERTEBRADOS NO BRASIL ⁵	PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS
ASPECTOS DO NORDESTE ⁶	PÓS-GRADUAÇÃO IPH
ASPECTOS DA CARREIRA DE UM PROFISSIONAL EM QUÍMICA	QUÍMICA
O PETRÓLEO NO BRASIL	
POSSIBILIDADES DE TRABALHO DO LICENCIADO OU BACHAREL EM QUÍMICA	

ANIMAIS EM EXTINÇÃO NO BRASIL ⁷	VETERINÁRIA
RELATÓRIO SOBRE RAIVA	
OS TRANSPORTES NO BRASIL	
PECUÁRIA NO BRASIL	
D.D.T. E SUA PROBLEMÁTICA EM SAÚDE PÚBLICA	
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	
A PESCA NO BRASIL	
TRANSAMAZÔNICA	
EDUCAÇÃO	
MEDICINA VETERINÁRIA	
PLANO PILOTO DE COMBATE A RAIVA	
O BÚFALO	
INSPEÇÃO E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA AOS REBANHOS	
MÉTODOS DE REPRODUÇÃO E INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	
ASPECTOS DA PECUÁRIA LEITEIRA	
SETE QUEDAS	
ANTEPROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	
TRISTEZA PARASITÁRIA BOVINA	NOTAS
¹ Trabalho agraciado com a Medalha de Prata da Exposição	
² Trabalho agraciado com a Medalha de Bronze da Exposição	
³ Trabalho agraciado com a Medalha de Prata da Exposição	
⁴ Trabalho agraciado com a Medalha de Prata da Exposição	
⁵ Trabalho agraciado com a Medalha de Ouro da Exposição	
⁶ Trabalho agraciado com a Medalha de Bronze da Exposição	
⁷ Trabalho agraciado com a Medalha de Bronze da Exposição	

ANEXO C - Livro Agenda – Henrique Richter: “Estudos de Problemas Brasileiros”



HENRIQUE RICHTER

BACHAREL E LICENCIADO EM PEDAGOGIA PELA UFRGS
PÓS-GRADUADO EM SOCIOLOGIA PELA PUCRGS
TITULAR DE HUMANIDADES NA ESCOLA DE ENGENHARIA DA UFRGS

ESTUDOS DE
PROBLEMAS BRASILEIROS

(EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA - CURSO SUPERIOR)
LIVRO-AGENDA Nº 1 - 1º SEMESTRE

TÉCNICA ANALÍTICA INTERACIONAL



EDITORA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PÓRTO ALEGRE / 1971

AO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO, NA PESSOA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, EMILIO GARRASTAZU MEDICI, OFERECEMOS COMO
HOMENAGEM.

À COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO E AOS CONSELHEIROS REGIONAIS DE
MORAL E CIVISMO, NOSSA MINÚSCULA CONTRIBUIÇÃO.

AOS COLEGAS DO GRUPO-TAREFA ENCARREGADO DE PLANEJAR A IMPLANTAÇÃO DA
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA - ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS - NA UNIVERSIDA
DE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PROFESSORES LUIZ CARLOS MESQUITA ROTHMANN,
LUIZ ALBERTO CIBILS E JOSÉ FRANCISCO SANCHOTENE FELICE, NOSSO RECONHECIMENTO.

DIREITOS RESERVADOS

A P R E S E N T A Ç Ã O

"As transformações que se operam na estrutura das sociedades não geram, por si sós, o progresso, que é preciso distinguir nitidamente dos outros fatos da evolução."

O progresso não é um fluxo contínuo, uniforme e ilimitado, não se o devendo confundir com a simples existência da transformação social. Depende da "direção" que os homens dão, deliberadamente, às mudanças.

Ora, as transformações técnicas e econômicas de que resultaram, na atual civilização, profundas modificações de idéias e de estrutura social, têm à sua base o extraordinário progresso científico e, em consequência, o domínio e a utilização das forças naturais. O homem está dando por cumprido o bíblico "dominai a terra".

A "civilização em mudança" tem se caracterizado essencialmente pelo progresso material, traduzindo-se, contudo, na ordem moral, pela confusão de idéias e sentimentos e pela instabilidade e subversão de valores.

Na busca do "homem novo" não podemos nos contentar com a embriaguez do nosso poder científico e tecnológico, perdendo a visão de síntese. As coisas não valem pela novidade: são boas ou não. Têm a medida que é a relação com o bem-comum.

O homem pleno é o que exerce o poder de síntese, que coloca os componentes das suas descobertas e criações dentro de um panorama harmônico de conjunto. Viajante da vida o homem, na busca do infinito, tem que se comprometer por algum caminho.

O "homem novo", por sua vez, não está solto no tempo e no espaço. Prende-se às tradições, mas não se deixa por elas sufocar, pois inventa, cria tradições novas. Nasceu numa terra e a dimensão da sua caridade lhe dá horizontes prioritários vinculados ao seu país. Ser universal, tem responsabilidades preferenciais pelo que é "próximo". Eis, em síntese, uma diretriz para a educação.

Educar, desta maneira, pode favorecer o progresso, na medida em que estimula as mudanças coletivas e contribui para dirigi-las, como parte de uma política social geral, por uma ação intensa sobre as gerações jovens, "para que os progressos que efetivamente se produzam se realizem de maneira sistemática e adquiram uma estabilidade suficientemente durável na vida coletiva".

A obra que o professor Richter apresenta, dentro de uma original e moderna técnica de ensino, permite, a meu ver, proporcionar uma visão global de problemas brasileiros e se inspira numa filosofia cristã, alicerce da formação do homem pátrio. Tenta ordenar e valorizar, respeitando a liberdade individual de pensar, que é sagrada, e uma das nossas mais fortes tradições.

Jorge Alberto Furtado
Superintendente Acadêmico da UFRGS

Esclarecimentos

Este "livro-agenda" contém a primeira parte referente aos Estudos de Problemas Brasileiros, com aulas planejadas de três pontos do conteúdo programático do Decreto-Lei 60.065/71.

Foi elaborado para servir em qualquer curso universitário, utilizando-se a nossa técnica analítica-interacional.

Os participantes acompanham a exposição inicial analítica, fazendo anotações sintéticas. Segue-se a discussão dinâmica interativa e, no verso, textos complementares e bibliografia complementarão cada aula. Com papel transmissor se obtém cópia da participação, que é destacada e entregue para "frequência" e avaliação para atribuição de graus.

Há vários anos trabalhamos com esta técnica, perante milhares de universitários, valendo-nos, é claro, do que aprendemos com os mestres, principalmente no Curso de Pedagogia e em Pós-graduação.

O livro-agenda é uma modesta novidade que não comporta servir de homenagem a tantos vultos eminentes da seara pedagógica do Rio Grande do Sul.

Todavia, abordando-se nesta publicação a área dedicada à Moral e ao Civismo, declinaremos alguns nomes, pelo que representam para a nova geração nesta era super-histórica brasileira e pelo que significam para nós de exemplo e estímulo. Entre eles destacamos: Prof. Dr. Eduardo Z. Faraco, Reitor da UFRGS; Prof. Dr. Ivo Wolff, Vice-Reitor; Engº José Diogo Brochado da Rocha, Superintendente Administrativo; Prof. Dr. Jorge Alberto Furtado, Superintendente Acadêmico.

O que de útil puder resultar do uso de nosso trabalho oferecemos, no altar da Pátria, pela grandesa do País do Futuro!

Reiteramos o empenho na coleta de sugestões e críticas recebidas e adventícias.

Características da Técnica

1. Ninguém é aluno, todos são participantes.
2. Após cada aula é destacada e entregue a cópia de papel colorido.
3. Os graus são "construídos", a partir da 1ª aula, sem "sabatinas" ou revisões especiais, mas pela participação interativa.
4. Pontualidade e frequência condicionam os graus.
5. Em princípio, nenhuma fôlha tem peso diferente para avaliação e cada aula possui um espaço (OBSERVAÇÕES), para comunicação direta entre o participante e o professor.

Obs.: O livro continua somando 75 páginas numeradas. Com mais algumas folhas para exercícios, totalizando 87 páginas.

ANEXO D - Relatórios da EPB na UFRGS



ANEXO E - Medalha de Atletismo – Comemoração Sesquicentenário 1972



ANEXO F - 1º Encontro Nacional de Educação Moral e Cívica, em Goiânia



ANEXO G - Zero Hora: Coluna Gente, 18 de dezembro de 1972

gente

MORAL E CIVISMO



Richter

O professor Henrique Richter, como coordenador de um grupo de trabalho, acaba de ultimar os estudos para formação de um Centro Superior de Civismo, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua atuação no setor de Moral e Civismo é pioneira: em 1966, na Escola de Engenharia da UFRGS, elaborou um programa para a disciplina Humanidades. Com a posterior implantação legal da disciplina de **Estudos de Problemas Brasileiros**, constatou-se a identidade com o atual programa oficial. Na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em 1970, o professor Richter, como coordenador da área filosófica passou a atuar no setor de Moral e Civismo. Em setembro do mesmo ano, participou do 1º Encontro Estadual e em outubro, atendendo convite, estendeu seu trabalho a Universidade Federal de Santa Maria. Como sociólogo, o professor Richter explica a afinidade que encontrou com A Educação Moral e Cívica: "O general Moacir Araujo Lopes, verdadeiro arauto da nova mentalidade que se procura, através da Educação Moral e Cívica e a Comissão Nacional, como se confirmou no 1º Encontro Nacional de Goiânia, sempre destacaram o conteúdo sociológico da matéria. A partir de fundamentos axiológicos e levando em conta a realidade psico-social, interessa, outrossim, a situação coletiva, porque o homem só se realiza moral e civicamente na base dos princípios de Patriotismo, Ação e Caráter, o que transparece na sua real postura frente ao grupo de que faz parte". O professor Henrique Richter continua: "Nós civis, sofremos as consequências de um hiato histórico, em que ficamos limitados a uma única semana anual, assim mesmo, graças à Liga de Defesa Nacional, quando reservávamos algumas horas festivas em homenagem à Pátria. Hoje, sem interferência alguma estatal, procuramos recuperar o tempo perdido de duas formas: desenvolvendo a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros e através do Centro Superior de Civismo, uma ação que, na área civil, siga o exemplo do Projeto Rondon e que imite o exemplo de organização da área militar, especialmente nas suas ACISO, para o Brasil Novo e integrado, que há tanto desejamos. Isto será facilitado ainda pela Coordenadoria de Moral e Civismo do Rio Grande do Sul (COMOCCI-RGS), que já é uma realidade.

ANEXO H - Diário de classe da Faculdade de Filosofia: a disciplina de Estudos Brasileiros-
Educação Moral e Cívica-1970

